



DJE

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Boa Vista, 30 de abril de 2015

Disponibilizado às 20:00 de 29/04/2015

ANO XVIII - EDIÇÃO 5497

Composição

Des. Almiro José Mello Padilha
Presidente

Des. Mauro José do Nascimento Campello
Des. Gursen De Miranda
Membros

Des. Ricardo de Aguiar Oliveira
Vice-Presidente

Des^a. Tânia Vasconcelos Dias
Corregedor-Geral de Justiça

Elízio Ferreira de Melo
Secretário-Geral

Telefones Úteis

Plantão Judicial 1^a Instância
(95) 8404 3085

Secretaria-Geral
(95) 3198 4102

Ouvidoria
0800 280 9551

Plantão Judicial 2^a Instância
(95) 8404 3123

Secretaria de Gestão Administrativa
(95) 3198 4112

Vara da Justiça Itinerante
0800 280 8580
(95) 3224 4395
(95) 8404 3086
(95) 8404 3099 (ônibus)

Justiça no Trânsito
(95) 8404 3086

Secretaria de Infraestrutura e Logística
(95) 3198 4109

Presidência
(95) 3198 2811

Secretaria de Tecnologia da Informação
(95) 3198 2865

Assessoria de Comunicação
Social
(95) 3198 2830

Secretaria de Orçamento e Finanças
(95) 3198 4123

PROJUDI
(95) 3198 4733
0800 280 0037

Secretaria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
(95) 3198 4152

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Expediente de 29/04/2015

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000.15.000872-0

IMPETRANTE: SALVADOR SEBASTIÃO DA SILVA SEGUNDO

ADVOGADO: DR. ÂNGELO PECCINI NETO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA

RELATOR: DESEMBARGADOR MAURO CAMPELLO

DESPACHO

Considerando as informações prestadas pelo Secretário de Saúde do Estado de Roraima, às fls. 98/101, no sentido de que, apesar de todas as providências necessárias para o cumprimento da decisão judicial já terem sido adotadas, dada a urgência no fornecimento do medicamento, requereu o deferimento da indicação de agência e conta em nome do impetrante para depósito judicial com a finalidade de cobrir os valores necessários ao fornecimento do fármaco, intime-se o impetrante para se manifestar.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

DES. MAURO CAMPELLO - Relator

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.705526-6

RECORRENTE: LANUSA MORAES DA SILVA

ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE DANTAS E OUTROS

RECORRIDOS: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA E OUTRO

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. RODRIGO DE FREITAS CARVALHO CORREIA

FINALIDADE: Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.716610-5

RECORRENTE: ARGEMIRO FERREIRA DA SILVA

ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE DANTAS E OUTROS

RECORRIDO: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. ANDRÉ ELYSIO CAMPOS BARBOSA

FINALIDADE: Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.159878-2

RECORRENTE: MARCOS FOGAÇA TEIXEIRA

ADVOGADOS: DR. JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA E OUTROS

RECORRIDO: BASTIDORES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA

ADVOGADO: DR. IVO CALIXTO DA SILVA

FINALIDADE: Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.909751-6

RECORRENTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. MARCUS VINÍCIUS MOURA MARQUES

RECORRIDO: CHEYNNE PONTES MIRANDA

ADVOGADOS: DR. JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA E OUTROS

FINALIDADE: Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.708661-8

RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. CLÁUDIO BELMINO R. EVANGELISTA

RECORRIDOS: MARIA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA DA SILVA E OUTROS

ADVOGADOS: DRª DANIELE DE ASSIS SANTIAGO E OUTRO

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.706398-1

RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA

RECORRIDO: ANTONIO CARLOS DA SILVA

ADVOGADO: DR. JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA

FINALIDADE: Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

AGRAVO RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.703754-6

AGRAVANTE: BANCO INTERMEDIUM S/A

ADVOGADOS: DR. JOÃO ROAS DA SILVA E OUTRO

AGRAVADO: WYSLEY THIERS ARAÚJO MELO

ADVOGADA: DRª DOLANE PATRÍCIA

FINALIDADE: Intimação da parte agravada para apresentar resposta no prazo legal.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 29 DE ABRIL DE 2015.

Bel. ITAMAR LAMOUNIER
Diretor de Secretaria

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Expediente de 29/04/2015

REPUBLICAÇÃO DE DECISÃO POR INCORREÇÃO

RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.140447-0

RECORRENTE: ITACIARA FERREIRA

ADVOGADO: DR. SÉRGIO CORDEIRO SANTIAGO

RECORRIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADOS: DR. JOHNSON ARAÚJO PEREIRA E OUTROS

DECISÃO

Cuida-se de Recursos Especial e Extraordinário interpostos por ITACIARA FERREIRA, com fulcro nos arts. 105, III, alíneas "a" e "c" e 102, III, alínea "a", ambos da Constituição Federal, contra o acórdão de fls. 293/295.

No Recurso Especial (fls. 300/306) alega, em síntese, que o acórdão guerreado merece reforma por ter contrariado a Lei nº 1.060/1950.

Já no Recurso Extraordinário (fls. 308/316), afirma.

Não foram ofertadas contrarrazões, conforme certidão à fl. 319.

Vieram-me os autos conclusos. É o relatório.

I - DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Apesar de estar devidamente preparado e ser tempestivo, o Recurso não pode ser admitido, pois, caso houvesse ofensa à Constituição Federal, esta seria reflexa, o que não viabiliza Recurso Extraordinário, conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, senão, vejamos:

Nesse sentido, anote-se:

"EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NATUREZA INFRA-CONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRECLUSÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 16.5.2006. A controvérsia, a teor do que já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar, nesse compasso, em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais, porquanto compreender de modo diverso exigiria análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão prolatada pela Corte de origem, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, portanto, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, "a", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Corte. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. Agravo regimental conhecido e não provido."

(ARE 809370 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-053 DIVULG 18-03-2015 PUBLIC 19-03-2015). Grifos acrescidos.

"EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO - LEI 10.532/2001. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXV E XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. SUPOSTA AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. SÚMULA 636/STF. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 06.7.2006. O exame da alegada violação dos princípios da legalidade, da inafastabilidade da jurisdição, da proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada - insculpidos no art. 5º, II, XXXV e XXXVI, da Constituição da República - dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102, da Constituição Federal. Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida (Súmula 636/STF). Agravo regimental conhecido e não provido."

(AI 728021 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 28/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-110 DIVULG 11-06-2013 PUBLIC 12-06-2013). Grifos acrescidos.

II - DO RECURSO ESPECIAL

De uma análise prévia, constata-se que o Recurso reúne as condições de admissibilidade, tendo em vista que a matéria foi devidamente prequestionada, constando no julgado tese sobre os temas abordados e houve o devido cotejo analítico entre os acórdãos divergentes.

Nesse compasso, qualquer aprofundamento na análise do tema exposto poderia implicar em incursão na esfera de competência do e. Superior Tribunal de Justiça, tornando-se imperativa a remessa da matéria ao seu conhecimento.

Releva notar, por pertinente, que as razões do Recurso estão fundamentadas de acordo com o artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, motivo pelo qual comporta seguimento.

Diante do exposto, não admito o Recurso Extraordinário e admito o Recurso Especial.

Publique-se.

Boa Vista-RR, 27 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente do TJRR



O QUE É?

A Biblioteca Virtual jurídica - BVJur está implantada nas dependências da Biblioteca para atender o Poder Judiciário e a sociedade em geral e tem como objetivo possibilitar o acesso mais rápido à informação atualizada.

CONTEÚDO DIGITAL

É composto por bases de dados e bibliotecas digitais que apresentam doutrina, legislação, jurisprudência e normas técnicas para elaboração de trabalhos técnico-científicos.

FORMAS DE ACESSO

Para usuários internos, magistrados e servidores por meio da intranet interna.

Para a sociedade em geral a consulta é local na Biblioteca, no endereço: Palácio da Justiça, Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, Boa Vista-RR.

CONTATOS

E-mail: biblioteca@tjrr.jus.br

Telefone: (95) 3198-2842



Estado de Roraima
Poder Judiciário
ASCOM

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

Expediente de 29/04/2015.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.012702-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: V. M. D. M.

ADVOGADO: DR VALTER MARIANO DE MOURA

APELADO: G. V. D. Q.

ADVOGADO: DR ELIAS AUGUSTO DE LIMA SILVA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS - IMPUGNAÇÃO - ILIQUIDEZ DO TÍTULO - NÃO VERIFICADA - PERDAS E DANOS PLEITEADAS PELO EXECUTADO - VALOR CONTROVERSO - NECESSIDADE DE APURAÇÃO EM PROCESSO AUTÔNOMO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS - IMPOSSIBILIDADE - DÍVIDA ILÍQUIDA - INTELIGÊNCIA DO ART. 369 DO CC - EXCESSO DE EXECUÇÃO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OBJETIVA - SUBSISTÊNCIA DO TÍTULO EXEQUENDO - LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE CONSTATADAS - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente recurso para anular a sentença, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.006452-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: V. M. D. M.

ADVOGADO: DR VALTER MARIANO DE MOURA

APELADO: G. V. D. Q.

ADVOGADO: DR ELIAS AUGUSTO DE LIMA SILVA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA CAUTELAR. GARANTIA DA EXECUÇÃO. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DE NÃO LEVANTAMENTO DE VALORES E PENHORA, POR CORRESPONDEREM A DEPÓSITO EFETUADO PELO ORA RECORRENTE A TÍTULO DE PERDAS E DANOS DECORRENTES DA NÃO DEVOLUÇÃO DE BENS, BEM COMO PROCEDEU À COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. INSURGÊNCIA DO RECORRENTE EM FACE DA CONDIÇÃO DE DEPOSITÁRIO INFIEL, DECLARADA EM PROCESSO DIVERSO. RECURSO NÃO CONHECIDO NESSA PARTE, POR INOBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SENTENÇA EXTRA PETITA. DECOTAMENTO DO CAPÍTULO REFERENTE À COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em não conhecer de parte do recurso e, na parte conhecida, dar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.713128-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ROUZEMBERG CARDOSO BARROS

ADVOGADO: DR EDSON SILVA SANTIAGO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES E OUTRO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.715374-9 - BOA VISTA/RR

APELANTE: JANIO DE SOUSA SANTOS

ADVOGADO: DR WARNER VELASQUE RIBERIO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR SIVIRINO PAULI E OUTROS

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos

termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.712430-2 - BOA VISTA/RR

APELANTE: EDSON DA SILVA COSTA

ADVOGADO: DR WARNER VELASQUE RIBERIO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS FEDERAIS Nº 11.482/2007 E 11.945/2009 QUE ESTABELECEM A GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE SINISTRO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - CORRESPONDÊNCIA DO CÁLCULO DO PERCENTUAL FIXADO PELO JUÍZO A QUO COM O LAUDO PERICIAL - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do Apelo, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.15.000064-4 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: SÔNIA MARIA DA SILVA

ADVOGADO: DR ALEXANDER SENA DE OLIVEIRA

AGRAVADO: SIDNEY DE BARROS ALVES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - DECLARAÇÃO DE POBREZA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE - PARTE QUE NÃO COMPROVA SER BENEFICÍRIA DA GRATUIDADE - AUSÊNCIA DE PREPARO - PENA DE DESERÇÃO - AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão consolidada no sentido que a declaração de pobreza, para fins de gratuidade de justiça, goza de presunção iuris tantum de veracidade, somente podendo ser elidida por prova em contrário. Precedentes: STJ, EDcl no AgRg no REsp 1239620/RS, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, j. 04.10.2011; AgRg no Ag 1.333.936/MS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 7.4.2011, DJe 18.4.2011; STJ, AgRg no AREsp 16924 / PE, rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, 1ª Turma, j. 27.09.2011. 2. O Juízo, entretanto, pode

analisar as circunstâncias do caso concreto, ponderando se a parte realmente faz jus à concessão do beneplácito da justiça gratuita 3. Parte não demonstrou sua condição de hipossuficiência. Ausência de documento hábil para comprovar pouca renda. 4. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.820907-4 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ANTONIO MESQUITA MOURA

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO QUE NÃO REBATE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL - PRECEDENTES DO STJ - APELO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e o Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.802387-3 - BOA VISTA/RR

APELANTE: HELENA CARMEN DO NASCIMENTO SILVA

ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA -

PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - SENTENÇA ANULADA. 1) Patente o cerceamento de defesa ocorrido em virtude da ausência da intimação pessoal do Apelante para comparecimento ao exame pericial. 2) Sentença anulada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.814857-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ANTONIO JOSE DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADA: DRª ANA CAROLINE SEQUEIRA SILVA RIVERO
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR - SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. 1) A Lei nº 11.945/2009 dispõe que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre, bem como, evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do autor provar o fato constitutivo do seu direito (CPC: art. 333, inc. I). 2) Considerando a ausência da intimação pessoal do Requerente para comparecimento no exame pericial, deve ser declarada de ofício a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado o cerceamento de defesa, que constitui matéria de ordem pública. 3) Sentença anulada. Recurso Provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento o Senhor Desembargador, Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.808859-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: OLIVAR ANDRADE DE SOUSA
ADVOGADO: DR GETÚLIO ALBERTO DE SOUZA CRUZ FILHO E OUTROS

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**ADVOGADO: DR JOÃO ALVES BARBOSA****RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO****EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS QUE ESTABELECEM A GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE SINISTRO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, consoante parecer ministerial, em conhecer do Agravo de Instrumento, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.809517-6 - BOA VISTA/RR****APELANTE: DARLEIDE INACIO DE LIRA****ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ****APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A****ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES****RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO****EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO QUE NÃO REBATE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL - PRECEDENTES DO STJ - APELO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e o Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.727335-4 - BOA VISTA/RR****APELANTE: JOSE CARLOS GOMES BARROS****ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES**

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - SENTENÇA ANULADA. 1) Patente o cerceamento de defesa ocorrido em virtude da ausência da intimação pessoal do Apelante para comparecimento ao exame pericial. 2) Sentença anulada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.714145-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: VALERIA PATRICIA DA SILVA
ADVOGADO: DR WARNER VELASQUE RIBERIO
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR SIVIRINO PAULI
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS FEDERAIS Nº 11.482/2007 E 11.945/2009 QUE ESTABELECEAM A GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE SINISTRO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - CORRESPONDÊNCIA DO CÁLCULO DO PERCENTUAL FIXADO PELO JUÍZO A QUO COM O LAUDO PERICIAL - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do Apelo, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.721167-7 - BOA VISTA/RR**APELANTE: HERNAN LIRA DA COSTA****ADVOGADO: DR CLAYBSON CÉSAR BAIA ALCÂNTARA****APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A****ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES****RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO****EMENTA**

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1) A Lei nº 11.945/2009 dispõe que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre, bem como, evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do autor provar o fato constitutivo do seu direito (CPC: art. 333, inc. I). 2) Considerando que não foi devidamente oportunizado à parte Apelante fazer provas da sua invalidez, deve ser declarada de ofício a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado o cerceamento de defesa, que constitui matéria de ordem pública. 3) Sentença anulada de ofício.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença de ofício, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Mauro Campello (Presidente em Exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator), Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.823995-6 - BOA VISTA/RR****APELANTE: LUCINARA VIEIRA DA SILVA****ADVOGADO: DR MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO E OUTROS****APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A****ADVOGADO: DR JOAO ALVES BARBOSA FILHO****RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO****EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS QUE ESTABELECEM A GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE SINISTRO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, consoante parecer ministerial, em conhecer do Agravo de Instrumento, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do

Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.705070-5 - BOA VISTA/RR

APELANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR MARCUS VINÍCIUS MOURA MARQUES

APELADO: MARIA LUCIA FEITOSA FERREIRA

DEFENSORA PÚBLICA: DRª TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - VERBAS RESCISÓRIAS - NÃO OBSERVÂNCIA DE REQUISITOS AUTORIZADORES DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO - CONTRATAÇÃO PRECÁRIA DESVIRTUADA - RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - SENTENÇA MANTIDA - APELO DESPROVIDO. 1) A Apelada exerceu o denominado "contrato temporário", contudo, desvirtuado, pois não apresentou os requisitos exigidos pela Constituição Federal. 2) A contratação pela Administração Pública sem concurso público é de direta responsabilidade do agente público e sobre este devem recair as consequências pela contratação efetivada de forma inconstitucional.

3) O artigo 39, § 2º, da CF/88, estabelece determinados direitos sociais que são comuns a todos os trabalhadores, consubstanciando núcleo mínimo de direitos assegurados ao servidor público, seja de que regime for. 4) Recurso conhecido, mas desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer da Apelação Cível, mas negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.813824-0 - BOA VISTA/RR

APELANTE: CARLOS EDUARDO FREITAS DE QUEIROZ

ADVOGADO: DR WALDECIR SOUZA CALDAS JUNIOR E OUTROS

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS QUE ESTABELECEM A GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE SINISTRO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, , em conhecer do Apelo, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.812158-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: MANOEL DE JESUS DA SILVA.
ADVOGADA: DRª ANA CAROLINE SEQUEIRA SILVA RIVERO
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO DPVAT – PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA – NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL – NECESSIDADE – CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO – RECURSO PROVIDO – SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para anular a sentença vergastada, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como (a) o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.814839-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: FABIO TRINDADE SOBOURO
ADVOGADO: DR GETÚLIO ALBERTO DE SOUZA CRUZ FILHO E OUTROS
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - SENTENÇA ANULADA. 1) Patente o cerceamento de defesa ocorrido em virtude da ausência da intimação pessoal do Apelante para comparecimento ao exame pericial. 2) Sentença anulada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.700937-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: AYMORÉ CRÉDITOS FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO: DR GUTEMBERG DANTAS LICARIÃO
APELADO: EMMANUELLE DINIZ BACCA
ADVOGADO: DR GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

DIREITO DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - REVISIONAL DE CONTRATO - TAXA DE JUROS - MÉDIA DE MERCADO - MANUTENÇÃO DA TAXA DE JUROS PACTUADA - LEGALIDADE DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, DESDE QUE PACTUADA, NOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A MP 2.170/2001 - COBRANÇA DE TARIFAS ADMINISTRATIVAS - RESOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA PELO STJ SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS - PARA CONTRATOS FIRMADOS APÓS ABRIL DE 2008, ILEGALIDADE DA COBRANÇA - RESSALVA À TARIFA DE CADASTRO E IOF - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, JUROS MORATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA, MULTA MORATÓRIA - CUMULAÇÃO INDEVIDA - LEGALIDADE DA COBRANÇA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, DESDE QUE DE FORMA ISOLADA - LEGALIDADE DO USO DA TABELA PRICE - DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE NA FORMA SIMPLES - PRECEDENTES DO STJ - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Turma Cível, da Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.09.910269-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA DO ESTADO: DRª DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA
APELADO: LUCIO HENRIQUE DA SILVA GAMA E OUTROS
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE BAIXA DE GRAVAMES INCIDENTES SOBRE OS BENS ARREMATADOS - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO - VALOR APURADO QUE DEVERÁ REVERTIDO NA SUA TOTALIDADE EM FAVOR DA UNIÃO - PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA O CREDOR HIPOTECÁRIO - DECISÃO AGRAVADA QUE MERECE REFORMA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do Agravo de Instrumento e dar provimento, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Ricardo Oliveira (Presidente), Mauro Campello (Julgador) e o Juiz Convocado Leonardo Cupello (Relator). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.904809-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: BCS SEGUROS S/A

ADVOGADO: DR SIVIRINO PAULI

APELADO: FRANCISCA LOURDES ROCHA PEDROSO

ADVOGADO: DR EDSON SILVA SANTIAGO E OUTROS

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - RECEBIMENTO DO VALOR A MENOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, - RECURSO PROVIDO PARA CONDENAR O APELANTE AO PAGAMENTO DO SALDO REMANESCENTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.820286-3 - BOA VISTA/RR

APELANTE: RENILDO SOUSA ALMEIDA

ADVOGADO: DR MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO E OUTROS

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - RECURSO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA RECORRIDA - INÉPCIA DA PETIÇÃO RECURSAL - INTELIGÊNCIA DO ART. 514, INCISO II, DO CPC - INADMISSIBILIDADE RECURSAL - APELO NÃO CONHECIDO. 1. Determina o artigo 514, do Código de Processo Civil, que a Apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá: os nomes e a qualificação das partes, os fundamentos de fato e de direito e o pedido de nova decisão. 2. No caso presente, as razões do Apelo não atacam os fundamentos da sentença apelada, motivo pelo qual fica prejudicada a análise do presente recurso. Nessa linha, transcrevo precedentes do STJ: REsp 620558/MG, Rel.Min. Eliana Calmon, data pub. DJ 20/06/2005; REsp 338.428/SP, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 28/10/2002; REsp 359.080/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 04/03/2002; REsp 236.536/CE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 26/06/2000. 3. A inobservância ao disposto no inciso II, do artigo 514, do CPC, caracteriza a inépcia da petição do Apelo e implica na inadmissibilidade do recurso, pois a parte Recorrente não controverteu todos os fundamentos da sentença recorrida. 4. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Ricardo Oliveira (Presidente) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.15.000106-3 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: DIOMAR G. FEITOSA - ME

ADVOGADA: DRª SARA PATRICIA RIBEIRO FARIAS

AGRAVADO: BANCO BRADESCO S/A

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSENTE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA - OPORTUNIZADA A COMPLEMENTAÇÃO DO AGRAVO - INÉRCIA DO AGRAVANTE - RECURSO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. Da leitura conjugada dos incisos I e II, do artigo 525, do Código de Processo Civil, depreende-se que, para formação do instrumento, é imprescindível a juntada das peças obrigatórias, bem como, daquelas que, embora facultativas, sejam necessárias à correta apreciação da controvérsia, pois a ausência de qualquer delas obsta o conhecimento do recurso. 2. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, passou a considerar que, na falta de peça facultativa, mas essencial à compreensão da controvérsia, deve o Recorrente ser intimado, a fim de complementar o instrumento de agravo, para só depois, em caso de inércia da parte, negar seguimento ao recurso interposto. Precedentes: REsp 1.102.467-RJ, Rel. Min. Massami Uyeda, julgado em 02.MAI.2012. 3. Ante a inércia do Agravante em providenciar a juntada de peças essenciais para completa compreensão da controvérsia, deve o agravo ser extinto, sem resolução do mérito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em extinguir o Agravo de Instrumento, sem resolução do mérito, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Mozarildo Cavalcanti (Julgador). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.14.001920-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: MÁRCIO ROBERTO ALVES DE AMORIM E OUTROS
ADVOGADO: DR JOSÉ IVAN FONSECA FILHO
AGRAVADO: CABRAL & CIA LTDA E OUTROS
ADVOGADA: DRª CAMILLA ZANELLA RIBEIRO CABRAL
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE BAIXA DE GRAVAMES INCIDENTES SOBRE OS BENS ARREMATADOS - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO - VALOR APURADO QUE DEVERÁ REVERTIDO NA SUA TOTALIDADE EM FAVOR DA UNIÃO - PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA O CREDOR HIPOTECÁRIO - DECISÃO AGRAVADA QUE MERECE REFORMA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do Agravo de Instrumento e dar provimento, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Ricardo Oliveira (Presidente), Mauro Campello (Julgador) e o Juiz Convocado Leonardo Cupello (Relator). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.817660-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JOSE IVO DE SOUZA NETO
ADVOGADO: DR MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO E OUTROS
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS QUE ESTABELECEM A GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE SINISTRO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, consoante parecer ministerial, em conhecer do Agravo de Instrumento, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do

Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.803109-8 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ITNA SABRINA FERNANDES LIMA

ADVOGADA: DRª CARLA ROSE FEITOZA DE ASSIS FRANCO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA - NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL - NECESSIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para anular a sentença vergastada, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como (a) o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.812497-6 - BOA VISTA/RR

APELANTE: FRANCISCO DHEYLON FREITAS AMARO

ADVOGADO: DR EDSON SILVA SANTIAGO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL. INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.820488-5 - BOA VISTA/RR

APELANTE: DARIANE VIEIRA DE SOUSA

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL - INEXISTENTE – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.727068-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: JORDÃO DA SILVA MARIANO

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL. INEXISTENTE – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.820087-5 - BOA VISTA/RR**APELANTE: FRANK DA SILVA DIAS****ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ****APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A****ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES****RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI****EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL. INEXISTENTE – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.815799-2 - BOA VISTA/RR****APELANTE: FABIANA LIMA GOMES****ADVOGADO: DR CAIO ROBERTO FERREIRA DE VASCONCELOS****APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A****ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES****RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI****EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL – INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.814479-2 - BOA VISTA/RR****APELANTE: FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA NUNES****ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ****APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A****ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI**EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL – INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.810279-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JOHNARA LARISSA RENATA SARMENTO BARBOSA
ADVOGADO: DR JOHN PABLO SOUTO SILVA
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL – INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.14.002359-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS E OUTROS
ADVOGADO: DR JONES ESPÍNDULA MERLO JÚNIOR E OUTROS
AGRAVADO: MWBV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA E OUTROS
ADVOGADO: DR ALEXANDER LADISLAU MENEZES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL - AÇÃO REDIBITÓRIA - RESTRIÇÃO MATRÍCULA IMÓVEL - MANUTENÇÃO APENAS EM UM A FIM DE GARANTIR A EXECUÇÃO - LIBERAÇÃO MATRÍCULA DO IMÓVEL EM DISCUSSÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - DECISÃO PARCIALMENTE REFORMADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, o Juiz Convocado Dr. Leonardo Cupello, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0000.15.000558-5 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: JOSENILDA MATOS FIGUEREDO
ADVOGADO: DR DANILO DIAS FURTADO
AGRAVADO: MERCELEUS DO BRASIL AGROPECUÁRIA LTDA
ADVOGADO: DR JOZINALDO BARBOSA BEZERRA
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGUIMENTO NEGADO (ART. 557, CAPUT, CPC) - AUSENTE DOCUMENTAÇÃO INDISPENSÁVEL À COMPREENSÃO DA CAUSA - QUESTIONAMENTO DE MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO MAGISTRADO DE 1º GRAU - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - DECRETO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - PODER GERAL DE CAUTELA - DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. A ausência de juntada das páginas do processo entre a decisão que determinou a emenda a inicial e a manifestação do agravante não permite concluir se o agravado realizou ou não a emenda à inicial, ainda mais que a decisão que determinou a emenda foi proferida por magistrado que posteriormente se declarou incompetente para apreciar o feito e não foi juntada decisão que ratificou a decisão anteriormente proferida. 2. A apreciação de matéria não suscitada pelo agravante em primeiro grau gera supressão de instância, razão pela qual não pode ser analisada em sede de agravo de instrumento. 4. O CPC ampara o magistrado a proferir decisões, com fulcro no poder geral de cautela, aptas a resguardar o objeto da lide e a sua eficácia, não violando o art. 460 do diploma legal. 3. Decisão mantida. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, mantendo incólume a decisão vergastada, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente de Câmara Única, integrantes da Turma Cível, bem como o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.711308-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ROBSON HENRIQUE DA SILVA PINHEIRO
ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.723530-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO: DR CAIO ROBERTO FERREIRA DE VASCONCELOS
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA. NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para anular a sentença vergastada, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como (a) o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.709594-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS S/A E OUTROS
ADVOGADO: DR ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
APELADO: ROGÉRIO DA SILVA PAIVA
ADVOGADO: DR ROGÉRIO FERREIRA DE CARVALHO
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - NECESSÁRIA ANULAÇÃO DA SENTENÇA, OPORTUNIZANDO PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR O GRAU DA LESÃO, CONSOANTE O JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 4627/DF, 4350/DF E DO AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 704520/SP, PELA SUPREMA CORTE. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença de ofício, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.810074-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ROSANGELA GOMES BREVES
ADVOGADA: DRª MARLIDIA FERREIRA LOPES E OUTROS
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL – INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.804814-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ADENILTON SOUSA BEZERRA
ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL – INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello, (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.809994-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: JONH FRANCIS BATISTA FERREIRA

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - RECURSO NÃO ATACA OS TERMOS DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL - PRESSUPOSTO RECURSAL EXTRÍNSECO - PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - RECURSO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, não conhecer o recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Mozarildo Cavalcanti (Julgador). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello

Juiz Convocado

Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.726344-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ROBERTH WAGNER DOS SANTOS VASCONCELOS

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO QUE NÃO REBATE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL - PRECEDENTES DO STJ - APELO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em Exercício), e o Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

REEXAME NECESSÁRIO Nº 0010.14.818794-0 - BOA VISTA/RR
AUTOR: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR MARCUS GIL BARBOSA DIAS
RÉ: COEMA PAISAGISMO URBANIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: DR MAURO GOMES COELHO
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - TRIBUTÁRIO – ICMS - EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL - MERCADORIAS ADQUIRIDAS EM OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NA SUA ATIVIDADE-FIM - NÃO INCIDÊNCIA DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS DO ICMS - PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em integralizar a sentença de primeiro grau, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.835594-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: RAIANE NATASHA PEIXOTO VIEIRA
ADVOGADO: DR EDSON SILVA SANTIAGO E OUTROS
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA COMPLEMENTAR DE SEGURO DPVAT – PRELIMINAR EX OFFICIO SUSCITADA - NULIDADE DA SENTENÇA - RELATÓRIO – DEFICIÊNCIA – VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 458, INCISO I, DO CPC – PRELIMINAR ACOLHIDA SENTENÇA ANULADA –

RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO – RECURSO PREJUDICADO. 1. O relatório constitui requisito intrínseco da sentença, nos termos do art. 458, inciso I, do CPC, por se tratar de uma garantia às partes de que o magistrado tomou conhecimento de suas respectivas teses, oferecendo segurança ao julgado. A sua falta, portanto, conduz à nulidade insanável do decisum, por omissão a formalidade essencial ao ato. 2. Preliminar de nulidade da sentença acolhida. Prejudicada a análise do mérito recursal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar ex officio suscitada, para anular a sentença de primeiro grau, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como, o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.804880-5 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
EMBARGADO: FRANCISCO TRINDADE DA CUNHA FILHO
ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos de declaração, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes o Presidente da Câmara Única, os integrantes da Turma Cível, bem como o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.921818-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: GEORGE CAVALCANTE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES E OUTROS
APELADO: BCS SEGUROS S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE -

RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.717827-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CACILENE MOREIRA ESTUMANO
ADVOGADO: DR WARNER VELASQUE RIBEIRO
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.015460-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: V. M. D. M.
ADVOGADO: DR VALTER MARIANO DE MOURA
APELADO: G. V. D. Q.
ADVOGADO: DR ELIAS AUGUSTO DE LIMA SILVA
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS - IMPUGNAÇÃO - ILIQUIDEZ DO TÍTULO - NÃO VERIFICADA - PERDAS E DANOS PLEITEADAS PELO EXECUTADO - VALOR CONTROVERSO - NECESSIDADE DE APURAÇÃO EM PROCESSO AUTÔNOMO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS -

IMPOSSIBILIDADE - DÍVIDA ILÍQUIDA - INTELIGÊNCIA DO ART. 369 DO CC - SUBSISTÊNCIA DO TÍTULO EXEQUENDO - LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE CONSTATADAS - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente recurso para anular a sentença, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.706040-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: EIDEN MARIA DOS SANTOS ANDRADE
ADVOGADO: DR WARNER VELASQUE RIBERIO E OUTROS
APELADA: AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: DR ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - RECURSO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA RECORRIDA - INÉPCIA DA PETIÇÃO RECURSAL - INTELIGÊNCIA DO ART. 514, INCISO II, DO CPC - INADMISSIBILIDADE RECURSAL - APELO NÃO CONHECIDO. 1. Determina o artigo 514, do Código de Processo Civil, que a Apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá: os nomes e a qualificação das partes, os fundamentos de fato e de direito e o pedido de nova decisão. 2. No caso presente, as razões do Apelo não atacam os fundamentos da sentença apelada, motivo pelo qual fica prejudicada a análise do presente recurso. Nessa linha, transcrevo precedentes do STJ: REsp 620558/MG, Rel.Min. Eliana Calmon, data pub. DJ 20/06/2005; REsp 338.428/SP, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 28/10/2002; REsp 359.080/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 04/03/2002; REsp 236.536/CE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 26/06/2000. 3. A inobservância ao disposto no inciso II, do artigo 514, do CPC, caracteriza a inépcia da petição do Apelo e implica na inadmissibilidade do recurso, pois a parte Recorrente não controverteu todos os fundamentos da sentença recorrida. 4. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.725990-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
APELADO: WILLIAN RODRIGUES SALLY CAETANO

ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - RECEBIMENTO DO VALOR A MENOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, - RECURSO PROVIDO PARA CONDENAR O APELANTE AO PAGAMENTO DO SALDO REMANESCENTE. RECURSO PROVIDO SENTENÇA REFORMADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.705140-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
APELADO: WERNEDRES COUTINHO DE SOUZA
ADVOGADO: DR WARNER VELASQUE RIBERIO E OUTROS
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - NECESSÁRIA ANULAÇÃO DA SENTENÇA, OPORTUNIZANDO PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR O GRAU DA LESÃO, CONSOANTE O JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 4627/DF, 4350/DF E DO AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 704520/SP, PELA SUPREMA CORTE. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença de ofício, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0005.14.800114-1 - ALTO ALEGRE/RR
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: DR MAURO PAULO G. MARI

APELADA: ALESSANDRA DUARTE DOS SANTOS E OUTROS
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO - CLÁUSULA CONTRATUAL QUE FIXA O EXECUTADO COMO RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS - RECURSO CONHECIDO - APELO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA. 1. Fixando o acordo, textualmente, que uma das partes é responsável pelo pagamento das custas finais (no caso dos autos, os apelados/executados), a sentença que homologa o acordo devem assim fixá-las. 3. Recurso provido para reformar a sentença.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como, o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.702300-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
APELADO: ALECHANDRE BRUNO DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO: DR PAULO SÉRGIO DE SOUZA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - NECESSÁRIA ANULAÇÃO DA SENTENÇA, OPORTUNIZANDO PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR O GRAU DA LESÃO, CONSOANTE O JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 4627/DF, 4350/DF E DO AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 704520/SP, PELA SUPREMA CORTE. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença de ofício, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.824764-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JOYCVANIA ALVES VIANA
ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA - NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE – PRELIMINAR EX OFÍCIO DE NULIDADE DA SENTENÇA: AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL - NECESSIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar suscitada, ex officio, para anular a sentença vergastada, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como (a) o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.809234-8 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ANTONIO MANOEL DO NASCIMENTO

ADVOGADA: DRª CYNTHIA PINTO DE SOUZA SANTOS E OUTROS

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL – INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.809544-0 - BOA VISTA/RR

APELANTE: DOMINGOS DA SILVA SERRÃO

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL – INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.808510-2 - BOA VISTA/RR

APELANTE: HELIO VIEIRA ANDRADE

ADVOGADA: DRª ANA CAROLINE SEQUEIRA SILVA RIVERO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA - SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. 1) A Lei nº 11.945/2009 dispõe que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre, bem como, evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do autor provar o fato constitutivo do seu direito (CPC: art. 333, inc. I). 2) Considerando a ausência da intimação pessoal do Requerente para comparecimento no exame pericial, deve ser declarada a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado o cerceamento de defesa, que constitui matéria de ordem pública. 3) Outrossim, a perícia médica é ato necessário para averiguação do grau da lesão sofrida pela parte. 4) Sentença anulada. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Mozarildo Cavalcanti (Julgador). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello

Juiz Convocado

Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.723700-3 - BOA VISTA/RR

APELANTE: DARMISSON SOUZA DE ALMEIDA

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - RECURSO NÃO ATACA OS TERMOS DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL - PRESSUPOSTO RECURSAL EXTRÍNSECO - PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - RECURSO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, não conhecer o recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Mozarildo Cavalcanti (Julgador). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.726910-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: MARCIEL DA SILVA ALEIXO
ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Mozarildo Cavalcanti (Julgador). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0020.13.700340-4 - CARACARAÍ/RR
APELANTE: RAIMUNDO CORREA CAMPOS
ADVOGADO: DR EDSON PRADO BARROS
APELADO: MUNICÍPIO DE CARACARAÍ
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR ENILDO DANTAS DIAS NOVO

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI**EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ART. 37, IX, CF/88 - PRORROGAÇÃO SUCESSIVA - NULIDADE - COBRANÇA DE FGTS - NATUREZA TRABALHISTA - IMPOSSIBILIDADE - ART. 19-A, DA LEI FEDERAL Nº 8.036/90 - NORMA DE TRANSIÇÃO - INAPLICABILIDADE ÀS CONTRATAÇÕES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APÓS A PROMULGAÇÃO DA CF/88 - DIREITO AO LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS EM CONTA VINCULADA AO FGTS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 466 DO STJ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A nulidade do contrato de trabalho estabelecido em caráter temporário entre a Administração Pública e o particular, não desnatura seu caráter administrativo-estatutário. 2. Aos servidores públicos são devidos os direitos trabalhistas que estão elencados em seu § 3º, do art. 39, dentre os quais não está inserido o "Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", não se aplicando ao contrato celebrado sob a égide do direito administrativo o precedente oriundo do RE 596.478/RR do Colendo Supremo Tribunal Federal, porque o aludido julgamento abrangeu a contratação de servidor feita exclusivamente pelo regime celetista, além de tratar-se de norma de transição. 3. Incidência da Súmula 466 do STJ. Reconhecimento do direito ao levantamento do saldo fundiário. 4. Sentença reformada em parte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.803454-8 - BOA VISTA/RR

APELANTE: NACILENE DIAS ASSUNÇÃO

ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA COMPLEMENTAR DE SEGURO DPVAT – PRELIMINAR EX OFFICIO SUSCITADA - NULIDADE DA SENTENÇA - RELATÓRIO – DEFICIÊNCIA – VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 458, INCISO I, DO CPC – PRELIMINAR ACOLHIDA SENTENÇA ANULADA – RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO – RECURSO PREJUDICADO. 1. O relatório constitui requisito intrínseco da sentença, nos termos do art. 458, inciso I, do CPC, por se tratar de uma garantia às partes de que o magistrado tomou conhecimento de suas respectivas teses, oferecendo segurança ao julgado. A sua falta, portanto, conduz à nulidade insanável do decisum, por omissão a formalidade essencial ao ato. 2. Preliminar de nulidade da sentença acolhida. Prejudicada a análise do mérito recursal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar ex officio suscitada, para anular a sentença de primeiro grau, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como, o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do

Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.812714-4 - BOA VISTA/RR

APELANTE: IRENY MARIA DOS SANTOS

ADVOGADO: DR CAIO ROBERTO FERREIRA DE VASCONCELOS

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUIZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS - DECISÃO DE MÉRITO DENEGATÓRIA - AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A LESÃO APRESENTADA E O ACIDENTE CITADO NA PEÇA INICIAL - RAZÕES DA APELAÇÃO DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA RECORRIDA - PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - INFRINGÊNCIA AO ART. 514, INCISO II, CPC- RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. A jurisprudência dominante dos nossos Tribunais é no sentido de não conhecer do recurso, quando suas razões estão dissociadas dos fundamentos da sentença impugnada. 2. No caso dos autos, a sentença combatida julgou improcedente o feito, por entender que o laudo pericial juntado aos autos, atesta que não há nexo de causalidade entre a lesão apresentada pela parte autora e o acidente citado na peça inicial. Por sua vez, o recurso interposto, nada diz a respeito dos fundamentos que embasaram a improcedência da ação, limitando-se a suscitar a inconstitucionalidade da Lei nº 11.945/2009; a inobservância do caráter social do seguro DPVAT e ofensa aos direitos fundamentais pela lei de regência. 3. É cediço que a apelação não é o meio adequado para manifestar mero inconformismo com a decisão judicial. Cabe ao litigante observar os pressupostos necessários à admissibilidade do recurso e demonstrar nas razões os motivos que ensejam a reforma do julgamento impugnado, em homenagem ao Princípio da Dialética. Ou seja, é preciso enfrentar os fundamentos da decisão recorrida com argumentos de fato e de direito suficientemente capazes de convencer o Órgão julgador a reformar o pronunciamento jurisdicional e prolatar outra decisão. 4. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de apelação interposto pela parte autora, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como, o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.717824-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: RAIMUNDO CARMO NASCIMENTO

ADVOGADA: DRª DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA

APELADO: BANCO REAL SANTANDER S/A

ADVOGADO: DR CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL – CONTRATO DE FINANCIAMENTO – PRELIMINAR EX OFFICIO DE NULIDADE DA SENTENÇA – AUSÊNCIA DE RELATÓRIO E DE FUNDAMENTAÇÃO

ENFRENTANDO PONTOS RELEVANTES ENVOLVENDO O MERITUM CAUSAE DA LIDE – QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA – DESCUPRIMENTO ART. 458, I E II, DO CPC – PRELIMINAR ACOLHIDA - SENTENÇA ANULADA – RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO - RECURSO PREJUDICADO. 1. O relatório constitui requisito intrínseco da sentença, nos termos do art. 458, inciso I, do CPC. Trata-se de uma garantia às partes de que o magistrado tomou conhecimento de suas respectivas teses, oferecendo segurança ao julgado. A sua falta, portanto, conduz à nulidade insanável do decisum, por omissão a formalidade essencial ao ato. 2. Por força do artigo 458, inciso II do CPC, cabe ao julgador ao decidir a lide, enfrentar os pontos relevantes envolvendo o meritum causae da ação delineados na peça inicial, máxime quando for o caso de decretação da revelia da parte requerida. 3. Preliminar suscitada 'ex officio' acolhida. Questão de ordem pública. Sentença anulada. Prejudicada a análise do mérito recursal. ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar suscitada, ex officio, de nulidade da sentença recorrida, por infringência ao disposto no artigo 458, incisos I e II, do CPC, restando prejudicado o recurso, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargadores Ricaro Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.727217-6 - BOA VISTA/RR

APELANTE: PAMELA OLIVEIRA PINHEIRO

ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.702199-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: GILBERTO PEREIRA DA COSTA

ADVOGADO: DR TIMÓTEO MARTINS NUNES E OUTROS

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO**EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.728029-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CARLA EUGENIA DE LIMA RAMOS
ADVOGADO: DR MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO E OUTROS
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.701247-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: WELTON BRUNO BARRETO DA SILVA
ADVOGADO: DR EDSON SILVA SANTIAGO
APELADO: LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES E OUTRO
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.12.014945-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CRUZ
DEFENSOR PÚBLICO: DR JAIME BRASIL FILHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ART. 217-A C/C ART. 226, II, DO CÓDIGO PENAL - ART. 241-B DA LEI 8.069/90 - PROVAS CONCRETAS E SUFICIENTES PARA EMBASAR O DECRETO CONDENATÓRIO - PALAVRA DA VÍTIMA - RELEVÂNCIA - REDUÇÃO DA PENA - IMPOSSIBILIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 001012014945-4, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Criminal da Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade e em dissonância com o parecer do Ministério Público, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste Julgado. Participaram do julgamento o Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), Desembargador Mauro Campello (Julgador) e o representante da Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos 14 dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juiz Convocado Mozarildo Cavalcanti
- Relator -

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.12.000792-6 - BOA VISTA/RR
1º APELANTE/2º APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
2º APELANTE/1º APELADO: RONALDO MELO CARVALHO
ADVOGADO: MAURO GOMES COELHO
RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL - RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PRELIMINAR DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - REJEIÇÃO - MÉRITO - ARMA DE FABRICAÇÃO CASEIRA DE USO RESTRITO - NÃO COMPROVAÇÃO NO LAUDO PERICIAL - APELO DESPROVIDO - RECURSO DA DEFESA - MÉRITO - POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - ATIPICIDADE DA CONDUTA - CRIME IMPOSSÍVEL - INVIABILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - APELO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 001012000792-6, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, integrantes da Turma Criminal, da Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por unanimidade de votos, em consonância parcial com o parecer da Procuradoria de Justiça negar provimento aos recursos interpostos pelo Ministério Público e pela defesa, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste Julgado. Participaram do julgamento o Des. Ricardo Oliveira (Presidente), Des. Mauro Campello (Julgador) e o representante da douda Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juiz Convocado Mozarildo Cavalcanti
- Relator -

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

HABEAS CORPUS Nº 0000.15.000499-2 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA
PACIENTE: JOSÉ PENA MANGABEIRA
ADVOGADO: DR JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO NÃO CONCLUÍDA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. É pacífico o entendimento jurisprudencial de que os prazos a que se referem a legislação servem como parâmetros para a formação da culpa, de modo que para a caracterização do excesso de prazo não basta a sua mera ultrapassagem, pois sempre se deve levar em conta as circunstâncias de cada situação e a movimentação das partes para a conclusão do feito. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0000.15.000499-2, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Criminal da Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade e em consonância com o parecer do Ministério Público, em denegar a ordem, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste Julgado. Participaram do julgamento o Des. Ricardo Oliveira (Presidente), Des. Mauro Campello (Julgador) e o(a) representante da douda Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juiz Convocado Mozarildo Cavalcanti
- Relator -

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.920484-1 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: BV FINANCEIRA
ADVOGADO: DR CELSO MARCON
EMBARGADO: ROBERTO WUITSCHIK
ADVOGADA: DRª DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO- APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE PROVIDA - INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA OU CONTRADIÇÃO - RECURSO DESPROVIDO. 1. Não cabem embargos de declaração quando o embargante não demonstra omissão, obscuridade ou contradição na decisão vergastada. 2. Os embargos declaratórios têm natureza integrativa e não se prestam para rediscutir matéria de mérito já decidida, mesmo a pretexto de prequestionamento. 3. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos, nos termos do voto do Relator. Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria-Geral de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.702540-8 - BOA VISTA/RR

EMBARGANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

EMBARGADO: MARIO BIANCK BESSA DE BORGES

ADVOGADO: DR PAULO SÉRGIO DE SOUZA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos de declaração, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes o Presidente da Câmara Única, os integrantes da Turma Cível, bem como o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.903560-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: MARIA HERLANIA LOPES SILVALE

ADVOGADO: DR ORLANDO GUEDES RODRIGUES E OUTROS

APELADO: BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

ADVOGADO: DR RUBENS GASPAR SERRA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SENTENÇA REVIU DECISÃO. ANULAÇÃO DA DECISÃO QUE CONCEDEU ASTREINTE. OBRIGAÇÃO INEXISTENTE. POSSIBILIDADE. PRECLUSÃO "PRO JUDICATO". INOCORRÊNCIA. MAGISTRADO PODE REVER OS ATOS ATÉ A SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA AMBAS AS PARTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso para anular a sentença, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.718120-3 - BOA VISTA/RR

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

APELADO: MUNICÍPIO DE CANTÁ

ADVOGADA: DRª PATRÍZIA ALVES ROCHA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) – MULTA A SER REVERTIDA AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT) – OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA POR MOTIVOS ALHEIOS À ESFERA MUNICIPAL: VAGAS NÃO PREENCHIDAS PELA FALTA DE INTERESSE DOS CANDIDATOS, CONVOCADOS EM NÚMERO MAIOR QUE O DE VAGAS OFERTADAS NO CERTAME – RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do agravo regimental acima enumerado, acordam os membros da Turma Cível da Colenda Câmara Única, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer ministerial, em negar provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, Mauro Campello (Revisor), bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.812002-4 - BOA VISTA/RR

APELANTE: MARIA ISABEL DO NASCIMENTO ASSUNÇÃO

ADVOGADA: DRª ANA CAROLINE SEQUEIRA SILVA RIVERO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGAD: DR JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA - PEDIDO

JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1) A Lei nº 11.945/2009 dispõe que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre, bem como, evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do autor provar o fato constitutivo do seu direito (CPC: art. 333, inc. I). 2) Considerando que não foi devidamente oportunizado à parte Apelante fazer provas da sua invalidez, deve ser declarada de ofício a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado o cerceamento de defesa, que constitui matéria de ordem pública. 3) Sentença anulada de ofício.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença de ofício, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Mauro Campello (Presidente em Exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator), Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.814542-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: DENNIS PINHO DA SILVA

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR JOÃO ALVES BARBOSA FILHO E OUTROS

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO QUE NÃO REBATE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL - PRECEDENTES DO STJ - APELO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em Exercício), e o Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.809651-3 - BOA VISTA/RR

APELANTE: CARLA EUGENIA DE LIMA RAMOS

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.809631-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CLENEUDE DA CONCEIÇÃO FERREIRA
ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.805411-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: RAFAEL MACEDO DA SILVA
ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.825401-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: WILSON MOURA DA COSTA
ADVOGADA: DRª ANA CAROLINE SEQUEIRA SILVA RIVERO
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.812781-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADA: DRª IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO
APELADO: MOB MOVEIS E INTERIORES LTDA ME
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO - PRECEDENTES DO STJ - APELO DESPROVIDO. 1) Estabelece o ordenamento jurídico brasileiro que será cancelada a distribuição do feito que, em 30 (trinta) dias, não for preparado no cartório em que deu entrada (CPC: art. 257). 2) Apelo conhecido, mas desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer, mas negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator), Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.821251-6 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ANDRÉIA RIBEIRO DE BRITO

ADVOGADO: DR CAIO ROBERTO FERREIRA DE VASCONCELOS

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR JOAO ALVES BARBOSA FILHO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS QUE ESTABELECEM A GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE SINISTRO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, consoante parecer ministerial, em conhecer do Agravo de Instrumento, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.726041-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: BV FINANCEIRA S/A

ADVOGADA: DRª CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES

APELADO: GILVAN NUNES PEREIRA

ADVOGADO: DR WARNER VELASQUE RIBEIRO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

DIREITO DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - REVISIONAL DE CONTRATO - TAXA DE JUROS - MÉDIA DE MERCADO - MANUTENÇÃO DA TAXA DE JUROS PACTUADA - LEGALIDADE DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, DESDE QUE PACTUADA, NOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A MP 2.170/2001 - COBRANÇA DE TARIFAS ADMINISTRATIVAS - RESOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA PELO STJ SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS - PARA CONTRATOS FIRMADOS APÓS ABRIL DE 2008, ILEGALIDADE DA COBRANÇA - RESSALVA À TARIFA DE CADASTRO E IOF - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, JUROS MORATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA, MULTA MORATÓRIA - CUMULAÇÃO INDEVIDA - LEGALIDADE DA COBRANÇA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, DESDE QUE DE FORMA ISOLADA - LEGALIDADE DO USO DA TABELA PRICE - DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE NA FORMA SIMPLES - PRECEDENTES DO STJ - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Turma Cível, da Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.810582-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: MARIA IVONILDE DE SOUSA PEREIRA

ADVOGADO: DR JOHN PABLO SOUTO E OUTRO

APELADO: LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADOS: DR JOÃO ALVES BARBOSA FILHO E OUTRO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - APELO PROVIDO - SENTENÇA ANULADA. 1) A Lei nº 11.945/2009 dispõe que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre, bem como, evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do autor provar o fato constitutivo do seu direito (CPC: art. 333, inc. I). 2) Considerando que não foi devidamente oportunizado à parte Apelante fazer provas da sua invalidez, deve ser declarada a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado o cerceamento de defesa 3) Apelo conhecido e provido. Sentença anulada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Mauro Campello (Presidente em Exercício) e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator), Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.811833-3 - BOA VISTA/RR

APELANTE: WILLER NORONHA PESSOA

ADVOGADO: DR JOHN PABLO SOUTO SILVA E OUTROS

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - APELO PROVIDO - SENTENÇA ANULADA. 1) A Lei nº 11.945/2009 dispõe que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre, bem como, evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do autor provar o fato constitutivo do seu direito (CPC: art. 333, inc. I). 2) Considerando que não foi devidamente oportunizado à parte Apelante fazer provas da sua invalidez, deve ser declarada a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado o cerceamento de defesa 3) Apelo conhecido e provido. Sentença anulada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Mauro Campello (Presidente em Exercício) e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator), Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.724433-0 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ANTONIO RIBEIRO DE MATOS JUNHO

ADVOGADO: DR JOHN PABLO SOUTO SILVA

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - APELO PROVIDO - SENTENÇA ANULADA. 1) A Lei nº 11.945/2009 dispõe que a invalidez permanente deve ser comprovada por Laudo Pericial que a demonstre, bem como, evidencie o seu grau, a fim de permitir enquadramento da tabela instituída pela lei em seu anexo, sendo ônus do autor provar o fato constitutivo do seu direito (CPC: art.

333, inc. I). 2) Considerando que não foi devidamente oportunizado à parte Apelante fazer provas da sua invalidez, deve ser declarada a nulidade da sentença de piso, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da CF/88, pois configurado o cerceamento de defesa 3) Apelo conhecido e provido. Sentença anulada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à sessão de julgamento os Senhores Desembargadores, Mauro Campello (Presidente em Exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator), Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.829183-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: AYMORÉ CRÉDITOS FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADA: DRª THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO
APELADA: RAIMUNDA MENDES DA SILVA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - NÃO COMPROVAÇÃO DA MORA - POSSIBILIDADE DE EMENDA À INICIAL - INTELIGÊNCIA DO ART. 284, DO CPC - APELO PROVIDO. 1) A comprovação válida da mora é necessária não apenas para a concessão da liminar, mas para a propositura da própria ação de busca e apreensão. 2) É pacífico não ser necessário que a notificação extrajudicial seja realizada pela intimação pessoal do devedor. Todavia, a referida notificação tem de ser entregue no endereço do domicílio do devedor, conforme descrito no contrato. 3) O magistrado de primeiro grau não poderia ter extinguido o feito, sem resolução do mérito, sem antes oportunizar a emenda à inicial. Aplicação do artigo 284, do CPC. 4) Recurso conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar provimento à Apelação Cível, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.805433-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: THALLINE ALVES CONCEICAO
ADVOGADO: DR CAIO ROBERTO FERREIRA DE VASCONCELOS
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO**EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Mozarildo Cavalcanti (Julgador). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.808783-5 - BOA VISTA/RR

APELANTE: RAISSA CANTENHEDE DE AQUINO

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Mozarildo Cavalcanti (Julgador). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.711133-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

APELADA: SUELEM TAYZA DO NASCIMENTO BARROS

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - NECESSÁRIA ANULAÇÃO DA SENTENÇA, OPORTUNIZANDO PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR O GRAU DA LESÃO, CONSOANTE O JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 4627/DF, 4350/DF E DO AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 704520/SP, PELA SUPREMA CORTE. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença de ofício, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.811381-3 - BOA VISTA/RR

APELANTE: A R RODRIGUES E CIA LTDA E OUTROS

ADVOGADO: DR LUIZ GERALDO TÁVORA ARAÚJO

APELADO: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR CELSO ROBERTO BOMFIM DOS SANTOS

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL - APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO - IMPRESCINDIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 16, § 1º, DA LEF - PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DAS NORMAS - PRECEDENTES DO STJ - APELO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer, mas negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em exercício) e o Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.826102-6 - BOA VISTA/RR

APELANTE: SILVANA PEREIRA DA SILVA

ADVOGADA: DRª DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - RECURSO NÃO ATACA OS TERMOS DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL - PRESSUPOSTO RECURSAL EXTRÍNSECO - PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - RECURSO NÃO CONHECIDO.

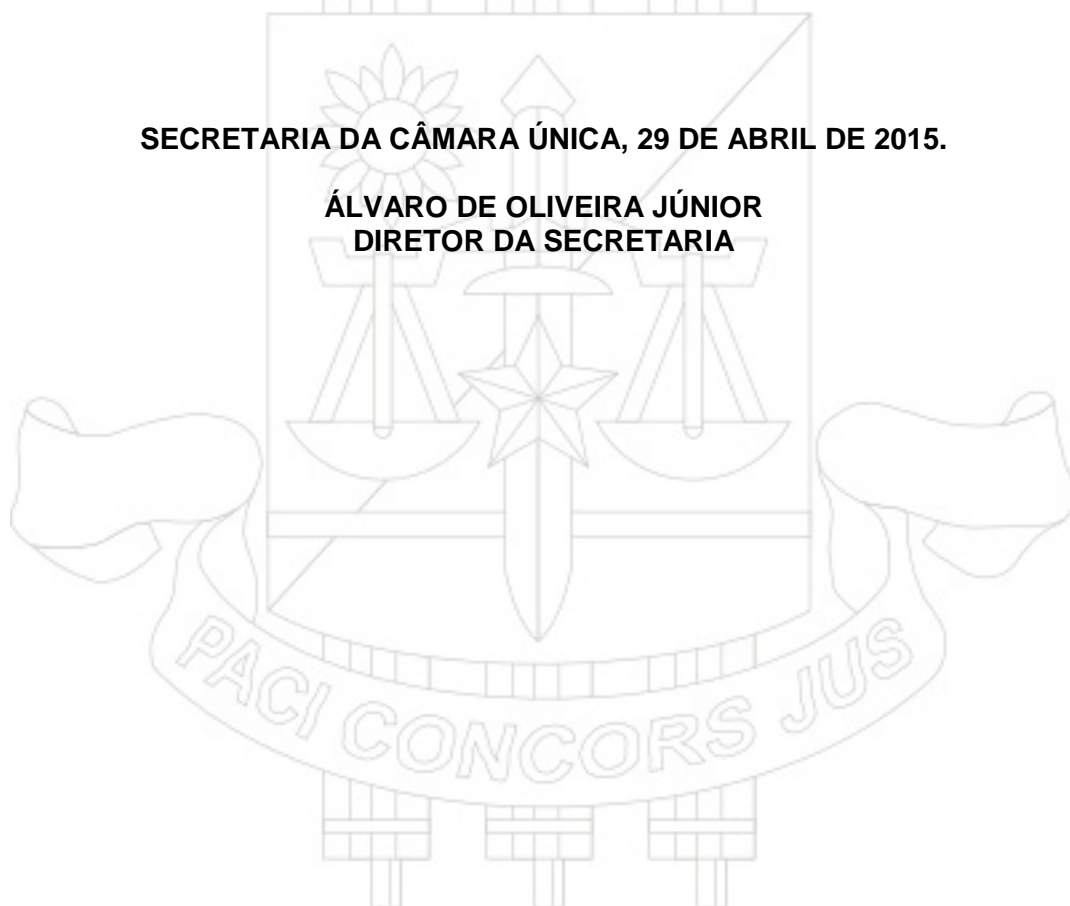
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, não conhecer o recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora). Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 29 DE ABRIL DE 2015.

ÁLVARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
DIRETOR DA SECRETARIA



GABINETE DA PRESIDÊNCIA**Expediente de 29/04/2015****PETIÇÃO JUDICIAL****Processo Principal: 32275-58.2011.8.03.0001****Origem: 4ª. Vara de Família da Comarca de Macapá****Assunto: Desbloqueio de Verbas de Salários em face de sua Impenhorabilidade e de seu caráter Alimentar****Advogados: Marco Antônio da Silva Pinheiro OAB/RR 299****Elione Gomes Batista****OAB/RR 1075****DECISÃO**

Trata-se de Pedido de Desbloqueio de Verbas de Salários em face de sua Impenhorabilidade e de seu caráter Alimentar, interposto por DOUGLAS WALBERTO NUNES DE SOUZA, diante da decisão proferida nos autos da Ação de Execução (Processo Principais nº. 32275-58.2011.8.03.0001), pelo Juiz de Direito da 4ª. Vara de Família da Comarca de Macapá.

Da análise detida do que consta no pedido do Requerente observa-se que sua pretensão consiste unicamente em que seja realizado o *imediato DESBLOQUEIO, liberando-se imediatamente a conta e sua movimentação, sob pena de privar o requerente e seus familiares do direito de sobrevivência, já que reconhecidamente as verbas de salário e de pensão alimentícia têm caráter alimentar e são impenhoráveis (fls.01-02).*

Ocorre que a decisão ora impugnada foi proferida pelo Juiz de Direito da 4ª. Vara de Família da Comarca de Macapá. Qualquer irresignação em face de tal *decisum* deve ser interposta perante o magistrado do respectivo juízo ou Tribunal de Justiça do Amapá/TJAP.

Por essa razão, indefiro o pedido.

Publique. Intime-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA

Presidente

Presidência**AGIS EXP. 4249/2015****Origem: Comarca de São Luiz do Anauá****Assunto: Nomeação de Conciliador para a Comarca de São Luiz do Anauá.****DECISÃO**

O art. 4º. da Resolução/TP nº. 4/2011 estabelece que “Os Conciliadores serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça mediante indicação do respectivo Juiz de Direito, ouvido o Corregedor Geral de Justiça, e exercerão as suas funções por um período de dois anos, sendo recrutados preferencialmente dentre Bacharéis em Direito, ficando impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções”.

Além disso, o parágrafo único do mesmo dispositivo diz o seguinte: “Parágrafo Único. O exercício da função de Conciliador não poderá ser remunerado, mas será considerado de relevante caráter público e como título em concurso para a magistratura de carreira.”

No caso em apreço, o Juiz de Direito pediu a nomeação de Lorena Barbosa Aucar Seffair, como conciliadora da Vara Única de São Luiz do Anauá. Ela apresentou termo, questionário, declaração e documentos necessários. A Corregedoria não se opôs à nomeação.

Por essas razões, autorizo a nomeação de Lorena Barbosa Aucar Seffair, conforme solicitado.

Publique-se. Após, encaminhe-se à SGP para as providências necessárias.

Boa Vista, 28 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA

Presidente

Presidência**Agis Exp - 4817/2015****Origem: Mauricio Rocha do Amaral****Assunto: Reingresso Imediato do Servidor Mauricio Rocha do Amaral nas Atividades****DECISÃO**

1. Acolho integralmente a manifestação do Secretário da SGP, constante na movimentação 06, para deferir o pedido.

2. À SGP para as providências necessárias.

Boa Vista, 28 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA

Presidente

Procedimento Administrativo n.º 142/2015**Origem: Samuel Oliveira da Silva****Assunto: Pagamento de Gratificação de Produtividade – Comarca de São Luiz do Anauá.****DECISÃO**

1. De acordo com a disponibilidade orçamentária (fl. 15);

2. Acolho a manifestação do Secretário-Geral (fl.16) para **deferir** o pedido a partir de 23 de fevereiro do ano em curso, em razão da remoção da servidora que desempenhava as mesmas atividades na comarca em referência;

3. Publique-se;

4. Após, encaminhe-se o feito à SGP para as providências necessárias.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

DES. ALMIRO PADILHA

Presidente

Procedimento Administrativo nº 436/2015**Origem: Presidência****Assunto: Preenchimento da 2ª Vaga de Desembargador mediante promoção por acesso, pelo critério de MERECIMENTO.****DECISÃO**

Decorrido o prazo para apresentação de impugnação das inscrições, encaminhem-se o feito à Corregedoria Geral de Justiça, salvo se houver alguma objeção, caso em que deverá vir concluso para apreciação.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. Almiro Padilha

Presidente

Procedimento Administrativo nº 442/2015**Origem: Presidência****Assunto: Preenchimento da 4ª Vaga de Desembargador mediante promoção por acesso, pelo critério de MERECIMENTO.****DECISÃO**

Decorrido o prazo para apresentação de impugnação das inscrições, encaminhem-se o feito à Corregedoria Geral de Justiça, salvo se houver alguma objeção, caso em que deverá vir concluso para apreciação.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. Almiro Padilha

Presidente

Procedimento Administrativo – 2015/700**Origem: Magistrado Erick Linhares – Juiz de Direito da VJI****Assunto: Indenização de Diárias****DECISÃO**

Trata-se de solicitação de pagamento de diárias interposta pelo Juiz de Direito Erick Linhares, referente ao seu deslocamento ao Município de Normandia, no período de 04 a 08 de maio do corrente ano, em razão da coordenação dos trabalhos da Vara da Justiça Itinerante.

O demonstrativo de cálculos fora apresentado à fl. 05. A Chefe de Divisão de Orçamento informou haver disponibilidade orçamentária para custear a despesa (fl. 06) e o Secretário-Geral manifestou-se favorável ao pagamento à fl.07.

É o relato.

Decido.

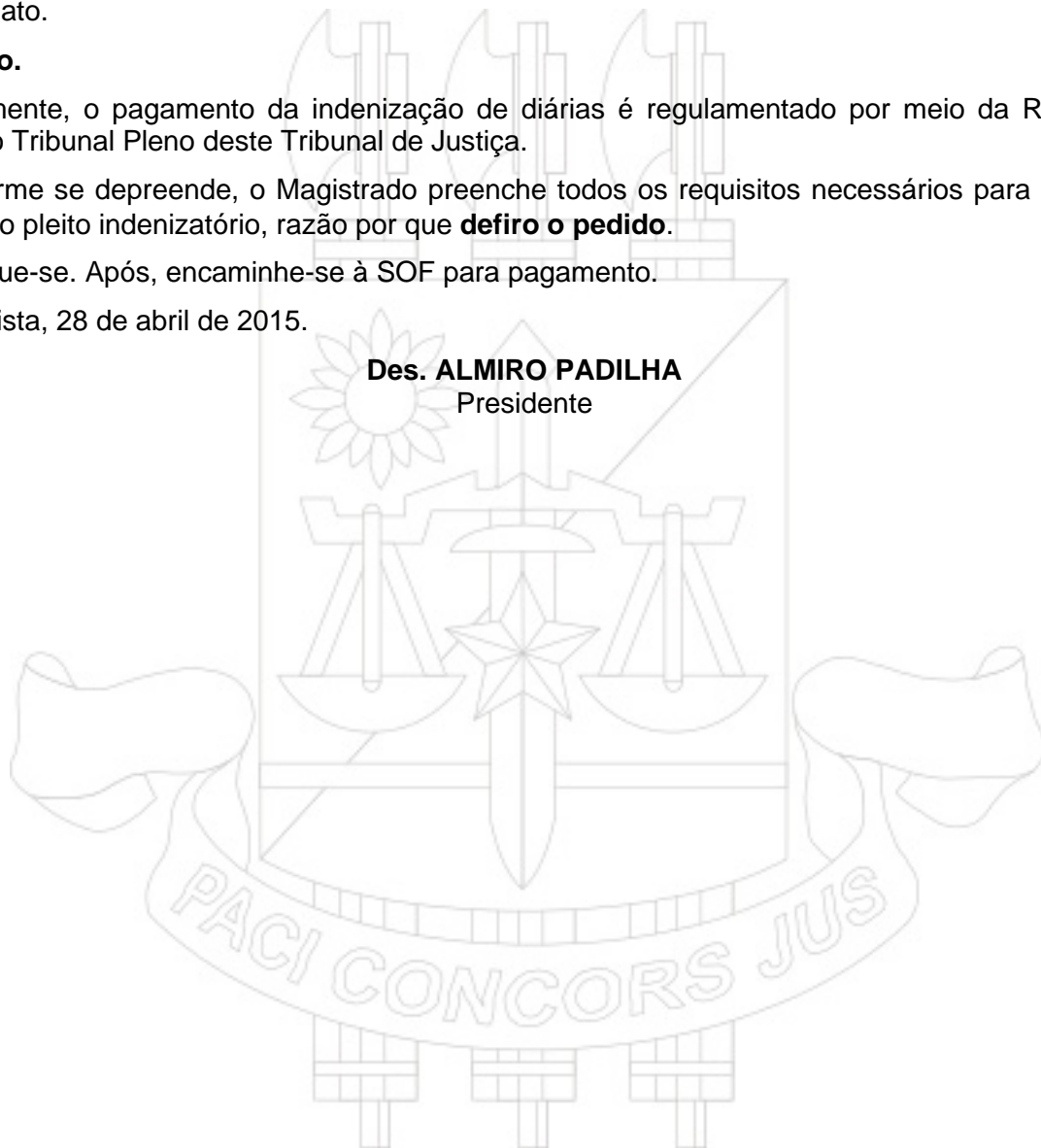
Atualmente, o pagamento da indenização de diárias é regulamentado por meio da Resolução nº. 003/2014 do Tribunal Pleno deste Tribunal de Justiça.

Conforme se depreende, o Magistrado preenche todos os requisitos necessários para a concessão do respectivo pleito indenizatório, razão por que **defiro o pedido**.

Publique-se. Após, encaminhe-se à SOF para pagamento.

Boa Vista, 28 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente



PRESIDÊNCIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**EDITAL Nº 04/2015 - DE RESULTADO FINAL DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR, DA AVALIAÇÃO DE COMISSÃO MULTIPROFISSIONAL E DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA OBJETIVA SELETIVA**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, tendo em vista o disposto na Resolução nº 014, de 02 de abril de 2014 e Resolução nº 027, de 16 de julho de 2014 e de acordo com o Código de Organização Judiciária de Roraima, e com o Regimento Interno do TJ/RR, torna público o resultado da avaliação, pela Comissão Multiprofissional, dos candidatos que se declararam com deficiência, a relação final dos candidatos que tiveram a inscrição preliminar deferida, bem como o local e os horários de realização da prova objetiva seletiva do citado Concurso.

1. Relação dos candidatos qualificados na avaliação, pela Comissão Multiprofissional, como pessoa com deficiência, na seguinte ordem: nome do candidato em ordem alfabética e respectivo número do documento.

NOME	DOCUMENTO
ANDRE LUIS GALDINO	00086074846
FERNANDO OGRADY CABRAL JUNIOR	00003673766
HEMERSON ALLAN CARVALHO CUNHA	00000185909
JOSELANY NEVES GIRA O BARRETO	00000135993
PABLO RAPHAEL DOS SANTOS IGREJA	00000252443
VINICIUS ARAUJO CEDRAZ	01129519619

2. Relação final dos candidatos que tiveram a inscrição preliminar deferida, na seguinte ordem: nome do candidato em ordem alfabética e respectivo número do documento.

NOME	Nº DOCUMENTO
ACIONEYVA SAMPAIO MEMORIA	155452
ADAMS PASCARELLI REBOUCAS JUNIOR	20352441
ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO	325830587
ADNAN ASSAD YOUSSEF NETO	10806341
ADRIANA DA SILVA CHAVES DE MELO	145758
ADRIANA MARQUES EDWARDS	13101552
ADRIANE CRISTINI DE PAULA ARAUJO	2294104
ADRIANO AMBROSIO PEREIRA	OABMT4561
ADRIANO HENRIQUE TARGINO	2252534
AFONSO REBELO DE CASTRO	9979662
AGENOR LIMA MENDONCA FILHO	711690
AGEU DE ALENCAR MIRANDA	0312691
AGLAE RITA BUCH SOARES	818120
AKASSIO SEBASTIAO MEDEIROS CAVALCANTE	18205216
ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA	208910
ALAN ROGERIO FILGUEIRAS DE NORMANDES	728212
ALDARI DOS SANTOS PIMENTEL	823633
ALDEIR GOMES DE ALMEIDA FILHO	404555524
ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA	9650946
ALESSANDRA FRANCA	152762
ALESSANDRA PEREIRA DE BRITO	4396413
ALEX DA COSTA MAMED	12260800

NOME	Nº DOCUMENTO
ALEX JESUS DE SOUZA	FE311760
ALEX PAULO ONOFRE PAIVA	96002720293
ALEXANDRE ALONSO PERDIZ	139905
ALEXANDRE BOMFIM NUNES	323174
ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETTO	13626426
ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO	8341117
ALEXANDRE RIBEIRO BEZERRA	17261449
ALEXSANDER LOPES DA SILVA	133662262
ALINE ANDRADE DE CASTRO DIAS	17535026
ALINE DE SOUZA BEZERRA	242775
ALINE FEITOSA DE VASCONCELOS	357186958
ALISSON MENEZES GONCALVES	126826
ALLAN DE CARVALHO SANTOS	2676152
ALLAN MEDEIROS MACHADO	3190622
ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS	495699
ALLE SANDRA ADORNO DOS SANTOS	689157
ALOYSIO PATRIARCHA HEISS	2704835
ALTAMIRO LIMA NETO	138841320002
ALVARO JORGE LIRA DE LIMA	93002157411
ALYSSONN ANTONIO KARRER DE M MONTEIRO	12274143
AMABILE LUCENA POSSEBON RIBEIRO	222826
AMANDA LOUREIRO XERFAN	5033994
AMARO VINICIUS BACINELLO RAMALHO	644773
AMINE MAFRA CHUKR CONRADO	1128460505
ANA CAROLINA GOMES VILAR PIMENTEL	2316461SSPPB
ANA CAROLINA PERILO REIS COUTINHO	4536442
ANA CAROLINA RODRIGUES LAZZARI AMANCIO	7592629
ANA LUISA CORREIA ANJOS DENIGRES	476692687
ANA MARCELI MARTINS NOGUEIRA DE SOUZA	11555696
ANA PAULA DE FREITAS ATAIDES LEO	4257786
ANA PAULA DE SOUZA CRUZ SILVA	123272
ANA VIRGINIA RIBEIRO DIAS	1372974164
ANDRE UDYLLLO GAMAL DE DINIZ MESQUITA	4834212
ANDERSON ALVES GARCIA	1544380
ANDERSON ALVES LOPES	12291019
ANDERSON VIANA PINTO	15001768
ANDRE EPIFANIO MARTINS	1256642061
ANDRE FELIPE BAGATIN	75123612
ANDRE FELLIPE LIMA STACIARINI	MG11428684
ANDRE LUCAS BARBOSA FERREIRA	229524
ANDRE LUIS GALDINO	086074846
ANDRE LUIZ DE QUEIROZ DIAS	12648338
ANDRE LUIZ ISRAEL	443505457
ANDRE LUIZ MUQUY	2266156DPEAM
ANDREA CAROLINA CARVALHO COSTA FERNANDES POPPI	73216133
ANDREA ROSADO MAIA OLIVEIRA	162746
ANDREA SOCRATES DE BASTOS	3924853
ANDREIA ALVARENGA DE MOURA MENESES	094937265
ANDREIA DO AMARAL MORAIS	4349146
ANDREIA VIAIS SANCHES	3230771

NOME	Nº DOCUMENTO
ANDRESSA IZABELLE BARBOSA BATISTA	15986
ANDRESSA ZACARKIM PINHEIRO DOS SANTOS	18310052
ANGELICA DOS SANTOS LEITE	129829806
ANIBAL GRACO FIGUEIREDO	1081002
ANITA DE LIMA OLIVEIRA	4529253
ANNA GABRIELA FERREIRA DE ALVARENGA	2953716
ANNA KAROLLYNE CABRAL DE OLIVEIRA	230410
ANNE CAROLINE ATAIDE DE ARAUJO	7316827
ANNE SOARES LOIOLA	239677
ANTONIO ALEXANDRE FROTA ALBUQUERQUE	171267
ANTONIO AURELIO BETTARELLO JUNIOR	16529095
ANTONIO BRASILEIRO PONTES FILHO	2001002118466
ANTONIO CARLOS FONSECA CARDOSO	207541206
ANTONIO DE SOUZA FILHO	294080
ANTONIO FERREIRA JUNIOR	20084515710
ANTONIO IRIS DA COSTA JUNIOR	463309
ANTONIO LAERTE GUEDES NETO	2001010005888
ANTONIO LEANDRO DA FONSECA FARIAS	90002
ANTONIO MARCELO GAETA	13893963
ANTONIO RUI MORAES VIANA	2519274
ANUZIA DIAS DA COSTA	1501833
APARECIDA MARIA DA SILVA FERNANDES	16393430
APARECIDO DONIZETE DA SILVA	15200426SSPSP
ARAMIS PEREIRA JUNIOR	786000
ARIADNE ROCHA SANTOS	135651
ARIANE CELESTE MONTEIRO CASTELO BRANCO ROCHA	3607992
ARISTON CALOS GHIDIN	68349680
ARNALDO BRUNO SILVA OLIVEIRA	1227185992
ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES	730726
ARTHUR OLIVEIRA DA COSTA	211781836
ARUANI KINDERMANN LAPOLLI	3199525
ARUSHA FREIRIA DE PAULA	564660
ARY MEDEIROS CARDOSO	87558975
AUBERIO LOPES FERREIRA FILHO	7039727
AUDREY ANNE FEITOSA PETROLA	2001002335050
AUGUSTO SANTIAGO DE ALMEIDA NETO	11413336SSPAM
AUREO DA SILVEIRA BATISTA JUNIOR	16595262
BARBARA AUGUSTA CALDERARO AFONSO	20663730
BARBARA VALENTIM GOULART	3144638
BEATRIZ RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE	257559088
BENICIO BEZERRA GERAIS NACIFF	4811408
BERNARDO BARBOSA GUIMARAES	MG11928138
BERTILLA DINIZ BETTONI	10597244
BIANCA MARIA SPINASSI	5922413
BRUNA AZEVEDO DE SOUZA	MG13666566
BRUNA CAROLINA SANTOS GONCALVES	223169
BRUNA CRISTINA DE OLIVEIRA	78651253
BRUNA RAFAELL SOUSA	221643
BRUNO ARAUJO MASSOUD	2000002439388

NOME	Nº DOCUMENTO
BRUNO CAVALCANTI ANGELIN MENDES	4398402
BRUNO CESAR ANDRADE COSTA	19242360
BRUNO CHRISTY ALMEIDA FREITAS	4422015
BRUNO DOMINGOS VIANA BATISTA	16443250
BRUNO HOLANDA DE MELO	170270
BRUNO J DE SANTANA SILVA	1008215376
BRUNO MENDES DE MOURA	2166000
BRUNO NAVES ABUCATER NICACIO	MG8434447
BRUNO PERROTTA DE MENEZES	3171876
BRUNO QUERINO OLIMPIO	1814846
BRUNO ROBERTO DA SILVA DE ASSIS	94253411
CAIO CARMELLO ROCHA LOBO	66176878
CAIO VINICIO DE OLIVEIRA SOARES	140840SSPRR
CAMILA ARAUJO GUERRA	239711
CAMILA REJANE AMARANTE E SILVA	973051
CARINA LEITE LIMA	188576
CARINA NOBREGA FEY SOUZA	53868010
CARLA CRISTINA SANTOS	12303758
CARLA MARINHO PIMENTA LIMA	2001028175289
CARLOS ALBERTO MEIRA FILHO	169558
CARLOS AUGUSTO BARRETO DE ALBUQUERQUE	5282233
CARLOS EDUARDO PINHO BEZERRA DE MENEZES	2002002352564
CARLOS EDUARDO RIBEIRO DE JESUS JARDIM	147729939
CARLOS FIRMINO DANTAS	3952207
CARLOS HENRIQUE MOTA SOUSA	8901002000295
CARLOS OLAVO MESCHADE DA SILVEIRA	4577420
CARLOS PHILIPPE SOUSA GOMES DA SILVA	186946SSPRR
CARMEM RACHEL DA COSTA MEDEIROS	7014415
CAROLINA GOULART SALOMAO	116608282
CAROLINA NASCENTE DE CASTRO	4003450
CAROLINA PERRI SIQUEIRA	567236390
CAROLINE DE ASTRE LEMOS CAVALCANTE	1336705
CAROLINE FREITAS DE SOUZA	172352
CAYO CEZAR DUTRA	3091035
CECILIA SMITH LORENZOM	720462
CEFORA PATRICIA FARIAS DOS SANTOS FIDELI	1396119
CELIA GADOTTI BEDIN	6934862
CESAR DE ALENCAR OLIVEIRA SILVA	3690675
CHARDSON DE SOUZA MORAES	13883151
CHARLES PEIXOTO MEDEIROS	M7575264
CHRISTIANE DE SOUZA GONCALVES	26192705
CHRISTIANNE DA ROCHA GARCIA	14256299
CICERO PEREIRA	M9302774
CICERO TIAGO A DE N BRITO	2000034004581
CINTHIA ASSUNCAO FERREIRA	4012756
CINTIA NEVES ROSADO	0690351720
CIRILLA SABOYA DIAS LOPES	2003031018390
CLARISSA GONCALVES BRASIL	2001002256133
CLARISSA VENCATO ROSA DA SILVA	181820
CLAUDIO ANTONIO AMARAL MORAES	694878

NOME	Nº DOCUMENTO
CLAUDIO SOUZA DA SILVA JUNIOR	232724
CLAYTON MOREIRA DO NASCIMENTO	14620138
CLEBER GONCALVES FILHO	157430
CLEBER ROBERTO SOARES DE SOUZA	3974308SSPGO2VIA
CLEBERSON DA CUNHA SILVA	15459624
CLEIA ROSANGELA DE CASTRO SELESKI	260425
CLEIERISSOM TAVARES E SILVA	179470
CLEMANZE SUELAYNNE DA SILVA QUINZINHO	6601165
CLERISTON DAVID MAIA ALVES	99002379464
CLEVERSON GREBOGGI CORDEIRO	60015015
CONCEICAO BRUNA FONSECA BRANDAO COSTA	1912113
CRISTHIANE BRANDAO FONSECA	15493539
CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO	12548073
CRISTIANE DE SOUSA LEVINO	168752
CRISTIANE ERIKO DUARTE HIRATA	697931
CYBELLE DE ARAUJO RAMOS	MG5803020
CYNTHIA DANTAS DE BRITO REBELO	14577690
CYNTHIA SARAIVA BARROS LIMA	851928
DAIANA ARAUJO XIMENES	18456499
DAISSON GOMES TELES	249186
DALIANE ELEN BRITO MORAIS SANTOS DE LIMA	3383455SSPPB
DAMASSIRIO MAMED DAS CHAGAS FILHO	13412
DANIEL ALVES DE SOUZA	0874811899
DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS	0237588120033
DANIEL DE MENEZES FIGUEIREDO COUTO BEM	2003029035070
DANIEL DE SOUZA BINDA	12913596
DANIEL KINJO	12481467SSPMT
DANIEL PIMENTEL CORREA SANTOS	1788194
DANIEL SILVA BARROSO	10964711
DANIELA BASTOS MOURA	98002305500
DANIELA CIDADE NOGUEIRA	90007
DANIELA SILVA SALGADO	5276282
DANIELE DE ASSIS SANTIAGO	169126
DANIELLA DARCO GARBOSSA	275726666
DANIELLE CALDAS NERY SOARES	13061900
DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES	14901145
DARIO MARIANI GUERREIRO FILHO	1050394
DARWIN CAMPOS DE LIMA	001705441
DAVID DOUDEMENT CAMPOS JOAQUIM PEREIRA	210223012
DAVID JORDAO GONCALVES	1199824550
DAVID MOVIO BARBOSA E SILVA	87764443
DAYANA VIEIRA NOBRE	2003009044332
DEBORA MARCIA SOARES VERAS	33413932
DEINER XAVIER ANDRADE	899026
DEMETRIO LUCIO MELO BRAZAO	024043
DIEGO ANTONIO ESTIVAL DA SILVA LUIZ	558229815
DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA	15408507
DIEGO FERREIRA DOS SANTOS	18839320
DIMAS DE ALMEIDA SOARES	245996825SSPSP
DIOGENES LEMOS CALHEIROS	2001029082942

NOME	Nº DOCUMENTO
DIOGO BONFIM FERNANDEZ	86190133
DIOGO DA SILVA LIMA	4696039
DIOGO DE OLIVEIRA LINS	15739759
DIOGO ESTEVES PEREIRA	10181573
DIOGO LOLO ANDRADE GULABERTO	MG10944757
DIOGO MICELI ALVES	167873OABRJ
DIOGO REMIGIO CORREIA DE LIMA	2000003000480
DIOGO ROBERTO VERAS MEDEIROS	6371796
DIONILSO OSVALDO FIORI JUNIOR	564367
DUCIVAL CARVALHO PEREIRA JUNIOR	15038
EDER JEREMIAS ALVES	97029158950
EDERSON PIRES DA CRUZ	4157096
EDIANAVE MENDONCA LIMA	8469OABAM
EDINALVA OTILIA REZENDE DE ARAUJO	66759857
EDINEI DE SOUSA NASCIMENTO	13326988
EDMAR CARDOSO ALVES	MG10194676
EDMEIA FERREIRA OLIVEIRA SILV	MG9105339
EDSON CUNHA DO NASCIMENTO	13752618
EDSON JOSE DE OLIVEIRA	34260141
EDSON PEREIRA CARRAMILO JUNIOR	190536SSPRR
EDSON ROSAS NETO	20305206
EDUARDO ALVARES DE CARVALHO	1168774
EDUARDO ANDRE MEDEIROS DE PAULA	18289
EDUARDO ARAUJO PEREIRA JUNIOR	16597672
EDUARDO AUGUSTO DA SILVA DIAS	10571108
EDUARDO DA SILVEIRA GRILLO	104245741
EDUARDO DE CARVALHO VERAS	2000002385890
EDUARDO ERICSON	7143974
EDUARDO KELSON FERNANDES DE PINHO	2663954
EDUARDO LEITE MUSSIELLO	1304043
EDUARDO QUEIROZ VALLE	16445767
EDUARDO VASCONCELOS CORREA JUNIOR	4750474
EDVALDO PAULO FERREIRA	6467534
ELAINE DOBES VIEIRA	5080293334
ELANIA CRISTINA FONSECA DO NASCIMENTO	4185102
ELBA SOUZA DE ALBUQUERQUE E SILVA CHIAPPETTA	2023073
ELDON PEDRO CAYE FILHO	3019179
ELIANA VALERIA DE MENDONCA	3222305
ELIAS LEVEL VIEIRA JUNIOR	3035336
ELISA VIANA DIAS CHAVES	4982464
ELISANGELA SAMPAIO FLORENCO SANTANA	128098SSPRR
ELIZETE FERREIRA DE CASTRO	4475025
ELIZEU ALBERTO COSTA DOS SANTOS	087812
ELTON PACHECO ROSA	89207
ELTON PANTOJA AMARAL	166078
ELZIMAR RODRIGUES DE MOURA	3260500
EMERSON OLIVEIRA ANGELO DA COSTA	2650390
EMERSON RAMINHO DE MOURA BARBOSA	1399908
EMILIA NAYARA FERNANDES DA SILVA	160843
EMILIO ALBERTO ARAUJO JUNGES	203998SSPRR

NOME	Nº DOCUMENTO
EMMANUEL ORMOND DE SOUZA	1006526
ENEAS DE OLIVEIRA DANTAS JUNIOR	31814379
ENIO DA SILVA MAIA	2624851
ERICA ADRIANA AMORIM CSEKE	1649790
ESDRAS SILVA PINTO	322039423
ESEQUIAS NOGUEIRA DA SILVA	477073
ESEQUIEL ROQUE DO ESPIRITO SANTO	748172
ETHEL MONTEIRO COSTA	3582337
EUCLIDES DOS SANTOS RIBEIRO ARRUDA	1136259
EUGENIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG	18149960
EUZEBIO HENRIQUE VERAS ALVES	3286572
EVANDRO MOREIRA DA SILVA	1956525
EVERALDO BARBOSA PRADO JUNIOR	960684
FABIA MELO BARBOSA DE OLIVEIRA	6193541
FABIANO VASCONCELOS BRAZ	161098
FABIO ARRUDA COSTA	000543353
FABIO HENRIQUE ABRANTES SILVA	20289928
FABIO MARINHO SAMPAIO CORREIA	12953687
FABIO MARQUES FERREIRA SANTOS	203336720
FABIO TAVARES AMORIM	19321635
FABIOLA PINHEIRO LANGBECK DE LIMA	12910139
FABRICIO PASSOS MAGRO	309979997
FABRICIO SANTOS ALMEIDA	M8855184
FABRIZIO ERNANE MARQUES SIMOES	525469
FELIPE AUGUSTO MENDONCA KREPKER LEIROS	001520690
FELIPE BRUNO DA COSTA BRITO MENESES	1721531
FELIPE COSTA E SILVA DE CASTRO PINTO	13343920
FELIPE MAGNO SILVA FONSECA	2912144
FERNANDA DE CAMPOS	4643400
FERNANDA PAIVA DOS SANTOS SILVA	3069351
FERNANDO ANTONIO BEZERRA FREIRE	192658290
FERNANDO DOS SANTOS BATISTA	162170
FERNANDO ESTIMA SEABRA JUNIOR	2705797
FERNANDO FALABELLA JUNIOR	10847758
FERNANDO MANACES ALEXANDRE NUNES	99002093595
FERNANDO OGRADY CABRAL JUNIOR	3673766
FLAVIA DUARTE MANTIOLHE	M8178835
FLAVIA REPISO MESQUITA	849267SSPRO
FLAVIA RIGONI GONCALVES	47896795
FLAVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS	53998135
FLAVIO AUGUSTO REINERT	83872373
FLAVIO BEZERRA DE ABREU	5114035
FLAVIO DIAS DE SOUZA CRUZ JUNIOR	83457
FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE	12554170
FRANCIELLE CRISTINA ARAUJO SANTANA	MG12902210
FRANCINILDA GOMES DE BRITO MARINHO	61777883SSPCE
FRANCISCO ALEXANDRE DAS CHAGAS SILVA	641
FRANCISCO ANTONIO BRITO MONCAO	94012018749
FRANCISCO ANTONIO PINTO DAMASCENO	16434846
FRANCISCO CARLOS FERREIRA	OABMA4134

NOME	Nº DOCUMENTO
FRANCISCO ERINARDO HOLANDA COSTA	319879597
FRANCISCO GILSON DUARTE KUMAMOTO SEGUNDO	2684277
FRANCISCO NASUEL DA CONCEICAO ARAUJO	2339656
FRANCISCO OSMAR BRANDAO LOPES NETO	2088434
FRANCISCO WILSON DIAS MIRANDA	0285246220040
FRANCISMAR FELIX MAPPES	362699
FRANCIZA VERISSIMO DE CARVALHO	145271
FRANK LUCIO DANTAS NORONHA	1393425
FREDERICO JOAQUIM GOMES DE MELLO FARIAS	2000001276845
FREDERICO MATIAS HONORIO FELICIANO	130258
FREDERICO RIBEIRO DE FREITAS MENDES	11891086
GABRIEL NASCIMENTO LINS DE OLIVEIRA	106957533
GABRIEL SALVINO CHAGAS DO NASCIMENTO	30219108
GABRIELA ADORNI MAZZOTTI	9573186
GABRIELA SURAMA GOMES DE ANDRADE	2209461
GABRIELLE GONCALVES	203842497
GARDENIA COELHO VELOSO	161532220012
GEANA ALINE DE SOUZA OLIVEIRA	172300
GELSON LUIZ ALMEIDA PINTO	001304881
GENIVAL DA SILVA MOTA	1151994
GEORGE WECSLEY DE OLIVEIRA SILVA	134821SSPRR
GEOVANI MONTEIRO FERNANDES	2174821
GERALDO ARAUJO BARROS PIMENTEL JR	0284864
GERALDO GONCALVES DA SILVA FILHO	13269291
GERALDO LOPES DA COSTA FILHO	1811297
GESIANO RUAS DE ARAUJO	2539350
GIANNE GOMES FERREIRA	1601024
GIL MAURITY RIBEIRO LIMA	1159961
GILBERTO JOSE DE BRITO MELO ESCORCIO	5037856
GILDASIO SALES DA SILVA	710833
GILMAR CAMPOS FERREIRA	103577417
GILMAR DA SILVA FRANCELINO	455672210
GILSON FIGUEIRA DOS SANTOS	3874553
GIOVANNI RODRIGUES DE ARAUJO SILVA	470661537
GISELLE DAYANA GADELHA PALMEIRA	150936
GIVALDO SILVA DE OLIVEIRA MASCARENHAS E SOUTO	3562296
GIVANILDO MOURA	139833
GRACIELLI KERPEL ROTILLI	1062418891
GRECI MARA SOUZA DE OLIVEIRA	156013
GREISON SALAMON	646735
GUILHERME CARVALHEIRA TILDES GUIMARAES	6323534
GUILHERME PINESE FILHO	173735952
GUILHERME RENATO GONTIJO HOUARA	MG10399042
GUILHERME VERSIANI GUSMAO FONSECA	MG10906415
GUSTAVO ALMEIDA DA COSTA	2921891
GUSTAVO MAJELLA MODESTO LISBOA DE ALMEID	99001223592
GUSTAVO MELLO SANTOS	76964211
GUSTAVO SOARES DA SILVA CECCAGNO	8058429741
GUSTAVO VILAS BOAS DE CASTRO	463756976
HALINNA REGINA DE LIRA ROLIM	002091570

NOME	Nº DOCUMENTO
HALLICE MOREIRA TEIXEIRA	19426356
HAM MARTINS REGIS	4514898
HARLEN CASTRO ALVES DE LIMA	32996893886549
HEGLEY DA SILVA MIRANDA	160709
HELDER HERBERTH CAVALCANTE MACHADO MELO LIMA	1735868
HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN	4900707
HELOISA PESSOA TELES DE OLIVEIRA	001947143
HEMERSON ALLAN CARVALHO CUNHA	185909
HENDERSON HERMES LEITE VELTEN	00863109303
HENRIQUE DOS SANTOS RAMOS	16416996
HENRIQUE MAGALHAES COUTINHO MOTA	99010358225
HENRIQUE RODRIGUES BITARELLO	6871746
HERMINIO DE ALMEIDA PORTES JUNIOR	85464302
HERNANI GUILHERME ANJOS DA SILVA	3568631
HERON FERREIRA DA SILVA	167004
HINDEMBURGO RABELLO DE MOURA JUNIOR	4475035
HORTENSIA FERNANDES CAVALCANTI	002427185
HUDSON DOS SANTOS NUNES	1898541
HUGO GIORDANO SILVA LIMA	14526239
HUGO SALES DA SILVA	7094227
HUMBERTO RESENDE COSTA	1557091
HURBETH SILVA DE ALMEIDA	1138953
IGOR CAMINHA JORGE	20787880
IGOR SOUZA MARQUES	0909515220
INACIO DE ARAUJO NAVARRO	4672757
INAE MENESES BARRETO	229671
INES MARIA VIANA MARASCHIN	8139385
INGRED MOURA LAMAZON	13613367
INGRID RUFINO COIMBRA	135770
ISABEL CRISTINA SALES DE OLIVEIRA	93025014749
ISABELA SOUZA DE BORBA	5835101
ISABELLA BARROS BELLINI LEITE	MG9339602
ISABELLA CAVALCANTI CINTRA VIDAL	219820032
ISABELLA DE ALMEIDA DIAS SANTOS	148694
ISADORA SAMPAIO MENDONCA	4485114
ISETE EVANGELISTA ALBUQUERQUE	198712
ITALO NASCIMENTO HAYDEN	15964418
IVALDO MENESES PIMENTA	MG10922230
IVAN LION SANTOS	0907787150
IVAN TORRES FILHO	2051881
IVANA PATRICIA TOMAZ ALVES	2003010178525
IVANILDO FERREIRA DOS SANTOS	2177522
IVINA MORGANA TOMAZ ALVES	2005010030125
IVO ALEX TAVARES STOCCO	938815
IVYNA VILAS TIRADENTES	222571051
IZABELA POMPEU GUSMAO	MG11904554
JACQUELINE DO COUTO	8081996681
JADSON SOUZA ARANHA	467550
JAILTON BARBOSA DO REGO TAVARES	0840373694
JANAINA RIBEIRO DE CASTRO	146919

NOME	Nº DOCUMENTO
JANINE MENDONCA DE OLIVEIRA	19297149
JARDEL CIPRIANO RAMOS	1526001
JAYNARA SUASSUNA NUNES	2008627
JEAN BENTO DOS SANTOS	4147234
JEAN KISSINGER BARBALHO DA CUNHA	001503785
JEFFERSON GOES FILGUEIRA	13061607
JEFFERSON VON RANDOW RATTES LEITAO	181522
JEISON ANDERS TAVARES	214722
JEREMIAS DO NASCIMENTO ALVES	3682184
JEU LINHARES BENTES JUNIOR	12071986
JOALEX MARCILIO AFONSO DE OLIVEIRA	1026461
JOANORA LIRA DA SILVA	3375940
JOAO BATISTA FERREIRA DA SILVA	164172
JOAO BOSCO FRANCA SPENER	13649329
JOAO GABRIEL CIRELLI MEDEIROS	0204834030
JOAO GABRIEL LEMOS FERREIRA	156521313
JOAO GUSTAVO OLIVEIRA DA SILVA	2658642
JOAO JUNHO LUCENA AMORIM	955563
JOAO LUIZ PINHEIRO DE SOUZA	98018013318
JOAO PAULO DUARTE GONCALVES	98002105722
JOAO PAULO MARQUES DOS SANTOS	22755160
JOAO ROSSE PEREIRA LOPES	10540113
JOAO ZIBORDI LARA	442568095
JONY CLEDSON BARBOSA LEO	2000001065666
JONYELSON GERONCIO FARIAS E SILVA	2364576
JORDAO DEMETRIO ALMEIDA	19033869
JORGE ALBERTO SILVA DE MELO	16028120
JOSE AMADEU MANDELLO JUNIOR	001929124
JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR	MG10017081
JOSE BORGES MONTENEGRO NETO	1805330
JOSE CARLOS MASSARELLI JUNIOR	197616082
JOSE ELIAS MORAES BRANDAO	13227823
JOSE FILLIPY ANDRADE GONCALVES	0168695220019
JOSE GOMES DE OLIVEIRA FILHO	7940191
JOSE ITAMAR PEREIRA DE MATOS JUNIOR	98002502942
JOSE IVERSON NOGOZEKI	51718097
JOSE LUCIVAN NERY DE LIMA	0302297
JOSE REINALDO DE FREITAS COELHO	MG10575081
JOSE ROGERIO DE SALES FILHO	2349065
JOSE ROGERIO RODRIGUES MENEZES	1047645
JOSE YLSON SANITA	219602815
JOSELANY NEVES GIRAO BARRETO	135993
JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE	3580OABAM
JOSUE PEREIRA CASTILHO	6116655
JUAREZ TELES DA SILVA JUNIOR	4486737
JULIANA ARRAIS MOUSINHO	0175221420017
JULIANA BATISTA BRAGA	12908541
JULIANA CRISTINA MARINHO CARMO	0961977574
JULIANA DA SILVA OLIVEIRA	109367128
JULIANA GOTARDO HEINZEN	0930587308

NOME	Nº DOCUMENTO
JULIANA SOUZA DO AMARAL	1305386981
JULIANO ANTONIO GIL PISTORELLO	92265030
JULIANO DANTAS JERONIMO	001682793
JULIANO MARTINS BRITO	2576339
JULIANO OLIVEIRA LEITE DE SOUZA	M7694860
JULIANO SOUZA PELEGRINI	M7650942
JULIANO TELLES ADRIANO	000955241
JULINE ROSSENDY ROSA NERES	000893939
JULIO CESAR ALVES DE ALMEIDA	2004010145765
JULIO CESAR CAPPELLARI	44940930
JUSSARA FILARDI DA SILVA	17949440
JUSTINO ARAUJO	342714
KALLINY BARROSO BATISTA	3069311SSPRR
KALLYNE SILVA SERRANO	2817124
KAMILLA PIRES DE MORAES	4019935
KARLA CRISTINA DE OLIVEIRA	215081
KARLENO JOSE PEREIRA	5750997
KARULYNI BARBOSA FERREIRA	409806
KATIA BORGES DOS SANTOS	473567
KATIA LUZIA PEREIRA	3684739
KELE CRISTINA MOTTA	220646776
KELVEM MARCIO MELO DE ALMEIDA	126076
KENNYA ROSALY LOPES TAVORA	148721
KETULLE CRISTINE MOTA DE ALBUQUERQUE	16480783
KLEBER MASCARENHAS FERRAZ TORRES	5997853
KLEBER PAULINO DE SOUZA	425540
KLEYBER THIAGO TROVAO EULALIO	2925592
KLEYSSON HANDERSSON ARANTES S DE CAMPOS	13993429
KSENIA LARA ALMEIDA IVANOFF	218362
LAIZE DE SOUZA CAMILO	16778170
LAIZE NASCIMENTO PIMENTEL	3131653SSPRR
LAIZE SOUZA PINHEIRO	322747
LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO MONTEIRO	10718010
LANGRE MORAES SANTOS	63600091
LARISSA ALBA CARVALHO ALVARENGA	MG11406413
LARISSA BEUTHNER BORGES	4355848
LARISSA COIMBRA KOHN	6079659196
LARISSA GRABNER	49951998
LARISSA VELOSO DE SOUSA	3349373
LAZARO JOSE MONTEIRO AMORIM	15213439
LEANDRO AMBROS GALLON	4124694
LEANDRO BORBA FERREIRA	2913559
LEANDRO CEZAR REY LEITAO DE FIGUEIREDO	11626747
LEANDRO FERNANDES DE PAULA	4948991
LEANDRO GONCALVES DA SILVA NUNES	1700364
LEISE VALERIA NOVO DOS SANTOS	13784218
LEONAM DA COSTA PORTELA	560103542
LEONAM MACHADO DE SOUZA	200546356
LEONARDO ANTONIO VARGAS	15124363
LEONARDO GUIMARAES PRIMO DE CARVALHO	7027398

NOME	Nº DOCUMENTO
LEONARDO MATTEDI MATARANGAS	2055769
LEONARDO MEIRELES NAPOLEAO LIMA DE CARVALHO	2089794
LEONARDO NORONHA DE OLIVEIRA PRAXEDES	193163
LEONARDO PARADELA FERREIRA	077294080
LEONARDO SOUTO DA ROSA	3017940
LEONIS DE OLIVEIRA QUEIROZ	2164488
LETYANNY DA SILVA ARAUJO	198195SSPRR
LEVI CORREIA PEREIRA	00457249544
LICIANE MARTA DOS ANJOS LEITAO CANDIDO	3314493
LIDIA GEANNE FERREIRA E CANDIDO	002057572
LIGIA NEGRINHO CAROZA	28346107X
LILIAN DARAB DE SOUZA	102975367
LILIANE CARDOSO	142959625
LINA BOLKENHAGEN	1069895355
LIS PEREIRA MAIA	3282665
LIVIA CARDOSO FERNANDES	149201
LIVIA DE SOUZA JUST VIEIRA SANTOS	1150260610
LIVIA GOMES MARTINS PINTO	4486531
LIVIA PAULINO VILELA CARVALHO	15779726
LIZ TAVARES MESQUITA	242097
LIZARB RAQUEL FERNANDES DIAS RAMOS	233305
LORENA LEMOS WELFF	2034942
LORENNA RODRIGUES TREDEZINI	15372701
LUANA MARIA LYRA CARRERAS CORREA DE OLIVEIRA	2057283
LUANA SILVA DE ALMEIDA	247570
LUCAS BARBOSA DE CARVALHO	5042448
LUCAS CAETANO MARQUES DE ALMEIDA	10831703
LUCAS CAMPOS DE SOUZA	2022571
LUCAS DA SILVA GONCALVES	23792841
LUCAS MONTEIRO VALENCA	7270413
LUCAS QUINTANILHA FURLAN	364454684
LUCAS TAVARES FERNANDES	2002002237331
LUCIA DE FATIMA MELO MARQUES	832014
LUCIANA DE SANTANA MATOS	1893699
LUCIANA LIMA AUGUSTO	16461460
LUCIANA MARIA ROCHA PONTE DAMASCENO	2006031090869
LUCIANA SOUZA ALMEIDA	1555143
LUCIANO A JATOBA DA SILVA	099453086
LUCIANO PEREIRA SILVESTRE	5641638
LUCIO MAURO TONELLI PEREIRA	4047774486
LUIS AMERICO COSER	1063936
LUIS EDUARDO DE ARAUJO SOUSA	2577985
LUIS FELIPE PERDIGAO DE CASTRO	3263600
LUIS OCTAVIO CARDOSO GIL PIMENTEL	241895556
LUIZ ANTONIO SOUTO MAIOR COSTA	196951
LUIZ BARRETO ANDRADE DA COSTA	234356
LUIZ CARLOS DE ARAUJO SILVA	077558153SSPRJ
LUIZ FELIPE MOREIRA D AVILA	426486122
LUIZ MARIO BARBOSA VIANA	203602
LUIZ RODOLFO THOMAZ DA SILVA	4239288

NOME	Nº DOCUMENTO
LUIZ VINICIUS DE HOLANDA BEZERRA FILHO	2004009237856
LUIZA CRISTINA FIRMINO DE FREITAS	74081
LUIZA DE SOUZA CARNEIRO	2002006014016
LURDILENE BARBARA SOUZA NUNES	327918820074
MAGDA GOMES DE MATOS	2005009167694
MAGSON MELO SANTOS	20423969
MAICO UENDEL MOZART MIGUEL	131300ABES
MAICON ANDREI LOPES IGLESIAS	256344243
MANOEL ATILA ARARIPE AUTRAN NUNES	93002042487
MARCEL JULIEN MATOS ROCHA	94020017098
MARCELA DA SILVA FARIAS	995107
MARCELA DIOGENES MOREIRA	3699541SSPDF
MARCELL MENEZES AQUINO	95002599496
MARCELLA WALESKA COSTA P DE MENDONCA	2000001086183
MARCELLECRISTINE DE FIGUEIREDO ARRUDA	11033193
MARCELO ALEXANDER CARVALHO BATISTA	MG7691692
MARCELO ALT DINIZ	170444
MARCELO BATISTELA MOREIRA	254101574
MARCELO DA SILVA PEREIRA	000826072
MARCELO DELLA CORTE LEITE	247981667
MARCELO DOS ANJOS DE CASTRO	92155587
MARCELO JOSE DO MONTE	4241208
MARCELO LIMA DE OLIVEIRA	17256194
MARCELO SILVA DE FREITAS	3008908
MARCELO STEFAN WILD	303038962
MARCIA LOREDANA PERDIZ REIS	247663
MARCIA MARIA LUISETI	61208712
MARCIA OLIVEIRA PESSOA	5024361
MARCIA PEREIRA DOS SANTOS	0734850123
MARCIA RAQUEL LIMA SILVA BASSAGGIO	154283
MARCIA SIQUEIRA DE ALMEIDA PINTO	097821292
MARCIANO APARECIDO PIRES E SILVA	4842181
MARCIO LOBAO SILVA	12351423
MARCIO PATRICK MARTINS ALENCAR	206929
MARCIO PEREIRA DE MELLO	122493
MARCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA	207421
MARCO ANTONIO MAIA FREIRE JUNIOR	15165256
MARCOS DAVID GASPAR BEZERRA	2002029032110
MARCOS JOSE DE OLIVEIRA	97002438340
MARCOS ROGERIO ALVES RIBEIRO	1489077
MARCOS VINICIOS PICININ MORAES	M2178513
MARCOS VINICIUS DE LIMA QUADROS	0130569742
MARCUS PAIXAO COSTA DE OLIVEIRA	786734
MARCUS VINCIUS VASCONCELOS ABREU	2362671
MARCUS VINICIUS MONTEIRO MATIAS	97002375160
MARCUS VINICIUS MOURA MARQUES	3781511
MARIA ALZIRA ARAGAO DA FROTA	2006002107295
MARIA ANGELICA FERNANDES ALMEIDA PRADO	MG11682325
MARIA DA CONCEICAO PAULINO JACOME PEREIRA	502455226
MARIA DE NAZARE CARVALHO DA COSTA	3701014

NOME	Nº DOCUMENTO
MARIA DO CARMO SOUZA MAIA	3423327
MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA	145832
MARIA LUCILEIDE ROCHA BARBOSA	180766SSPCE
MARIA LUIZA GONCALVES	243054336
MARIANA ALBA CALAFIORI	303894416
MARIANA PEDREIRO FORESTIERO	99772662
MARIANA SANTOS	0750510790
MARIANNA DE QUEIROZ GOMES	2002002332920
MARILIA SILVEIRA SANTOS LOPES	4723196
MARINA CAMPOS MACIEL	MG12011726
MARINA CARLOS FRANCA	MG10062898
MARIO TARGINO REGO	189472
MARKUS MIGUEL NOVAES	322151326
MARLISSON CAJADO LOBATO	000572237
MARTA HELISANGELA DE OLIVEIRA	743189
MARTHA KLIVIA DE LUNA TORRES	2166647
MATEUS HEMETRIO CALDEIRA DE MENEZES	MG12734272
MATHEUS PAVAO DE OLIVEIRA	117762435
MATHEWS FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA DO AMARAL	2318049
MAURICIO FRANCISCO SOARES JUNIOR	17802040
MAX MORENO PINTO E SILVA	003047253
MAYARA GUIRELLE LIMA	933986
MAYCO SILVA DOS SANTOS	143960
MAYCON ROBERT MORAES TOME	152030
MAYDANO FERNANDES DE MIRANDA	3138
MAYRA GERMANA DA SILVA FREITAS	98002359066
MAYRA JULIA TEIXEIRA BRANDAO	M8790407
MERY JANE FERNANDES DE SOUZA	84450
MICHAEL MARINHO PEREIRA	270235
MICHAEL MATOS DE ARAUJO	123586364
MICHELE RODRIGUES MORAIS	3532739
MICHELLY CHAVES RODRIGUES	001209631
MILENA CARLA DE MEDEIROS GONZAGA	002083185
MILTON ELIZEU DA SILVA	2049943
MILTON RAFAEL DE OLIVEIRA TOMAS	213687759
MIRELLA RIBEIRO CHAVES GIANSANTE	34063765
MOACIR DA CRUZ SANTOS	704047
MOISES LIMA DA SILVA JUNIOR	273621
MONALISA GONCALVES COSTA	0748068317
MONE ELLEN DA SILVA ALMEIDA	5000947
MONICA REGINA S DA SILVA	680099
MONIKE DE SOUZA BRASIL	367812538
MUNIR ALEXANDRE ASSAF VARGAS	073546434
MUNIR EDUARDO FAKHREDDINE PRESTES	206946247
NADYNNY NOGUEIRA DE SOUZA BENTES	19038682
NAEDJA SAMARA MEDEIROS	247517SSPRR
NAIA MOREIRA YAMAMURA	15387
NAIADE VICTORIA ARAUJO PERRONE	21654328
NAIRA CAROLINA PICANCO DE LIMA	10525564
NATHALIA ADRIANE DOS SANTOS NASCIMENTO	226926

NOME	Nº DOCUMENTO
NATHALIA GABRIELLE LAGO DA SILVA	171394
NATHALIA LEAO SANTOS OLIVEIRA	4850889
NAYANA MARIA ALBUQUERQUE MELO	98010370103
NAYANE SOUZA DINIZ	19915853
NAYARA MARTINS DOS SANTOS	5452777
NAYARA SOARES GUERRA MOZART	2126560902
NEDSON FERNANDES BRILHANTE DA SILVA	12560804
NELIO REIS BIA NASCIMENTO	130675204
NEUZA HELENA DE LIMA	M7282364
NILDO INACIO	345758
NILO DA ROCHA MARINHO NETO	2276641
NILTON LUIZ DRABESKI DUDZIAK	48456677
NINA RIBEIRO BATISTA TORRES	14232227
NOEMI CAROLINE RODRIGUES DE SOUZA	146253
NOEMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA	2059211
NORAMI ROTAVA FAITAO	195043
NOS EDGAR HENRIQUE DA SILVA MOURA	241367
ODILIA ROSALIA DE AMORIM MARTINS GONCALVES	0830073426
OLEMARDEN NEVES ARAUJO	3414556
OSMAN NASSER ANTUNES AGUIAR	18000517
PABLO RAPHAEL DOS SANTOS IGREJA	252443
PATRICIA DA SILVA FERREIRA	264183
PATRICIA DA SILVA SANTOS	183089RR
PATRICIA ERICA LUNA DA SILVA	2001034000720
PATRICIA LUZ CAVALCANTE	2855804
PATRICIA PORTUGAL DA SILVA BENFICA	382439384
PATRICIA REGINA BARBOSA TEIXEIRA	267111243
PAULA RAFAELA TAGATA BIA NASCIMENTO	72575628
PAULO ALEXANDRE VERBOSKI	69778100
PAULO CHASTINET WALRAVEN	20073079299
PAULO CHRISTIAN SOUZA COSTA	12336386
PAULO DE TARSO MENDES COIMBRA	20357591
PAULO EVANDRO WELTER	83654791
PAULO HENRIQUE LIRA ARAUJO	218062
PAULO INACIO ALENCAR MEIRA	161128
PAULO JORGE SILVA SANTOS	427982
PAULO JOSE PAES DE VICO	2141313
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	426201425
PAULO RENATO SILVA DE AZEVEDO	107803074
PAULO RODRIGO PANTUSA	84273
PEDRO ANDRE SETUBAL FERNANDES	312061296
PEDRO AUGUSTO TEIXEIRA DIAS	679558
PEDRO AURELIO SILVA TOLENTINO BITTAR	3598800
PEDRO BARBOSA DE ARAUJO	9351787
PEDRO ESIO CORREIA DE OLIVEIRA	96029018085
PEDRO HENRIQUE ARAZINE DE C COSTANDRADE	002111479
PEDRO HENRIQUE DE VASCONCELLOS	210273694
PEDRO HENRIQUE SANTOS VELOSO	4965134
PEDRO MACHADO GUEIROS	388563424
PETER REYNOLD ROBINSON JUNIOR	273791

NOME	Nº DOCUMENTO
PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO BRAGA DE MACEDO	5380925
PILAR ALONSO LOPEZ CID	256541139
POLITIZZA KAROL MARINHO MOURA	2002002000838
PRISCILA KONNO BADARO	90251406
PRISCYLA DANTAS SANTANA	2811988
RACHEL GOMES SILVA	187554
RAFAEL DE OLIVEIRA LINS	18772366
RAFAEL GIORDANI SABINO	48531880
RAFAEL LATORRE LORBITZKI	5066526251
RAFAEL MENDES SOARES EVANGELISTA	2345451DF
RAFAEL SOUZA DE OLIVEIRA	0748679383
RAFAEL VASCONCELLOS DE ARAUJO PEREIRA	2064717
RAFAELA GOMES DE LEMOS	259083
RAFAELL SANTOS REINBOLD	3309681
RAFAELLA HOLANDA SILVEIRA	20071428601
RAFAELLY DA SILVA LAMPERT	160526
RAIJOAN SERGIO RAMOS GOMES FILHO	2002009143251
RAIMUNDO ANASTACIO CARVALHO DUTRA FILHO	13210823
RAIMUNDO ARNALDO SEVERO DE OLIVEIRA	54990
RAIMUNDO DE ALBUQUERQUE GOMES	4585978
RAIMUNDO NONATO HERCULANO DA SILVA	05682789
RAIMUNDO PEREIRA BRITO	227700
RAMON ARANHA DA CRUZ	3131856
RANGEL PAULO DE ANDRADE	M8806431
RAQUEL AQUINO COSTA	145594 SSP RR
RAQUEL FRANCA RIBEIRO	22345957
REGINA DA CRUZ RODRIGUES	1863061
REGIVAN NESTOR DE LIMA	1841713
REINALDO OLIVEIRA MACHADO GONZAGA	16941144
REINALDO PAIXAO BEZERRA JUNIOR	904345980
REJANE LAUDICEIA SILVA E SOUZA	MG 11432409
RENAN PINHEIRO COSTA LIMA	22018158
RENATA AUXILIADORA GLERIAN	15063011
RENATA BORICI NARDI	239383SSPRR
RENATA TAVARES AFONSO FONSECA	1873287
RENATO AUGUSTO PINHEIRO DE ALMEIDA	11541121
RENATO BODART PESSANHA	1597828
RENATO MENDES DA SILVA	39500547
RENATO SIDNEY DELAVIA	8957469
RENATTA REIS GOMES ALVES	234688
RICARDO ALAN MONTEIRO BATISTA	4871381
RICARDO CORREIA DE MELO	508192122
RICARDO FACHIN CAVALLI	000894949
RICARDO NICOLINO DE CASTRO	3497291
RICARDO SUZUKI BRONDI	266275801
RITA DANIELE VIANA DE OLIVEIRA	98001463005
RITA DE CASSIA DA SILVA	M7771683
ROBERIA NAYANA MADURO RIBEIRO	221178
ROBERIO MOREIRA BORGES	MG10187962
ROBERTA GAVAZZONI DIAS	245125554

NOME	Nº DOCUMENTO
ROBERTA LUZIA DRUMMOND	MG11557164
ROBERTO MARTINS SOARES	102616
ROCICLER GALDINO DE SOUSA	94002483112
RODOLFO QUEIROZ MOURA	483000
RODOLFO SALDANHA DA GAMA DA CAMARA E SOUZA	102785680
RODRIGO BRANDAO SE	2666472
RODRIGO CASIMIRO REIS	0655998535
RODRIGO DA SILVA ROMA	117188409
RODRIGO JUNQUEIRA	10152516
RODRIGO NICOLETTI	854691
RODRIGO RAFAEL DE SOUZA PICARDI	MG11119493
RODRIGO RIBEIRO LOBATO	3900794
RODRIGO RUZZANTE PINHEIRO	13152828
ROGERIO BATISTA SANTORO	10439080
ROMULO SILVEIRA MAGALHAES	4157514
RONALD ROSSI FERREIRA	196434
RONALDO CORREIA DA SILVA	3856383SSPPA
RONALDO JOSE CUNHA DOREA FILHO	5415601
RONALDO NOGUEIRA MARQUES	20089617
RONYCASSIA VARAO BARROS	135419
ROQUE FERREIRA DA SILVA JUNIOR	1171913
ROSANA FORTES DE LIMA	1097543423
ROSANGELA LIEKO KATO	353172
ROSEANE SILVA MAGALHAES	203.265
ROSILANE DE OLIVEIRA	1419847
ROSILENE LIMA DA ROCHA	1303390
ROSTAN PEREIRA GUEDES	6106883
RUBEM DE MIRANDA SARMENTO	08303983
RUBERVAL BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR	166181
RUBINALDO SILVA DE ALENCAR	471698954
RUMENNIG QUARESMA RIBEIRO	291496
SALETE DA SILVA ARAGAO	1369187
SAMANTHA PAULA DE OLIVEIRA COSTA	4111772
SAMUEL DE JESUS LOPES	3874451
SAMUEL MARTINS SANTIAGO	2278896
SAMUEL PARENTE ALBUQUERQUE	3216608
SAMUEL ROBERTO CARVALHO LIMA	2174240
SANDRA DALVA DORNELES SCHMIDT	58289469
SARA RIBEIRO BARBOSA	3243516
SAULO DIEGO SOARES GOMES	18083790
SAULO GOES PINTO	18835414
SAULO RODRIGUES LEOTTY	16571320
SEBASTIAO MONTEIRO DA COSTA	615097
SERGIO ANSELMO DANTAS	1313509
SERGIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	255390439
SEVERINA RAQUEL LIMA DE OLIVEIRA	259409
SHELLE SILVA DA ROCHA	16456130
SHIGIALLISON HELIO ALVES DA PAIXAO	159244
SIDNEY MARCEL LARA FERREIRA	MG4741486
SILMAR LIMA CARVALHO	4025588

NOME	Nº DOCUMENTO
SILVANA PAULA SOEIRO DE CASTRO PERINI	1423519SSPES
SILVIA HELENA MADEIRA GARRIDO CARDOSO	294681097
SILVIA REGINA CUNHA DA SILVA ANTONY	332812562
SIMONE MORAES DOS SANTOS	34453256620914
SINESIO NOGUEIRA DE SOUZA	250340197SSPSP
SORAYA MUNIZ CALIXTO DE OLIVEIRA	209877745
STEFANE DO VALE CANUTO	3248356
SUELEN DE CASSIA SANTOS DA COSTA	3780386
SUELEN MARCIA SILVA ALVES	228961
SUELEN SHIRLEY RODRIGUES DA S OLIVEIRA	246437
SUELLEM VASCONCELOS GOMES	228780
SUELLEN PERES LEITAO	225679
SUELLEN PINHEIRO MORAIS	3100022
SUENYA DOS REIS RESENDE RILKE	3268876
SUSANA MARA SILVA ALVES	228960
TAIANE SILVA	4252393
TAISA ILANA MAIA DE MOURA	2000010050117
TAMI CRISTINA MABONI	4895348
TANIA CRISTINA XITO TIMOTEO	4883002
TARCISIO ROBSLEI FRANCA	1567233
TATIANA GUERRA GONCALVES MERISIO	1030410
TATIANE ALVES DA SILVA	200066
TATIANE DE BARROS MACEDO MELLO	81126402
TATIANNE GARCIA PEREIRA ALENCAR	96002482864
THAIS CAROLINE PIRES DE FIGUEIREDO	21024464
THAIS DE QUEIROZ LAMOUNIER	4177972
THAIS FERREIRA DE ANDRADE PEREIRA	229983
THAIS GOMES MOREIRA	4301503
THAIS LOHAINE SANTOS CREMA	1855756
THAIS SALDANHA JORGE	3114112
THALITA CAPUCHO JORGE	2182610
THALITA MARIA DE SOUZA	372663904
THALITA SAMPAIO SANTORO	15813550
THALYTA CLEMENTINO MADEIRA MARTINS	1637130
THIAGO ALBUQUERQUE ARAUJO GOMES	2647395
THIAGO BARBOSA CAMPOS	2238505
THIAGO BRAGA DANTAS	17534380
THIAGO COSTA MORENO	2671815
THIAGO DE LIMA SPINELLI	10330274
THIAGO FRANCO FREITAS DA SILVA	1728217
THIAGO GOMES DA SILVA	18337481
THIAGO GONCALVES DE SOUZA	MG13044217
THIAGO JOSE ARAUJO PAES	2001010171729
THIAGO RUSSI RODRIGUES	5090670
THOMAS EFRAIM SANTORSOLA	43666043X
TIAGO DE CARVALHO BINI	33593609X
TIAGO DE PAULA BRITTO SANTIAGO	2008010466297
TIAGO MARTINS CORTES	4535625
TOKUITI YANO	86459284
TRICIA PEREIRA DE MELO	15952452

NOME	Nº DOCUMENTO
TULIO GOMES DANTAS	10711830
TULIO MAGALHAES DA SILVA	191603
ULYSSES LACERDA MORAES	16786955
VAANCKLIN DOS SANTOS FIGUEREDO	12260533
VALDECIO BRANDAO PENA JUNIOR	11408651
VALDECIR CORREIA DE ARAUJO	183968049
VALDIANE KESS SOARES DOS SANTOS	3328812
VALTER ANDRE SCHIMMELPFENG CUNHA	0930596633
VANESSA BARBIERI MARQUES DE OLIVEIRA	344074110
VANESSA MARIA DE MATOS BESERRA	187594
VANESSA RAQUEL LUZ ZANATA	9069559111
VANIR CESAR MARTINS NOGUEIRA	12490881
VERENA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES	16783
VILMAR LANA	182058SSPRR
VINICIUS ARAUJO CEDRAZ	1129519619
VIRGILIO DA MOTA MIRANDA MOREIRA	MG15573610
VIRGINIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA	99002202378
VITOR CAMPOS PINHEIRO	10253718
VIVIAN CONTENTE PAES	3939660
VIVIAN FRANKLIN ROCHA VIANA	92029
VIVIAN MAIA CANEN	002093582
VIVIAN SANTOS WITT	1067472157
VIVIANE MARTINS AMORIM DE FREITAS	17455090
WALDER MARIBONDO DE ALMEIDA JUNIOR	116609819
WALKER SALES SILVA JACINTO	2116850
WALKIRIA OLIVEIRA MONTEIRO	MG3688283
WALLA ADAIRALBA BISNETO	60216
WALLTON PEREIRA DE SOUZA PAIVA	1865062
WALMIRIA GERALDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	MG4915032
WALTER DA CUNHA AZEVEDO FILHO	4863372
WANDER DO NASCIMENTO MENEZES	118602
WANDERLAN WANWAN SANTOS DE AGUIAR	4333004
WANDERLEY ALVES MARTINS	393662275
WANESSA RONNIDA LAGES DE ANDRADE	15906590
WASHINGTON EDUARDO BORGES	1225398
WELDER TIAGO SANTOS FEITOSA	2378985
WELSON FREITAS CORDEIRO	16178
WILIAM MANOEL BENTO STEFANI	1076711488
WILSON SILVA ALMEIDA	103269
WISYANE GABRIELLE DOS SANTOS COSTA	30521629
YANE NOGUEIRA SEVERO TEIXEIRA	0949758507
YURI CAMINHA JORGE	20787863
YURI UBALDINO ROCHA SOARES	5414434
ZACARIAS SANTOS DE SOUZA	10060120
ZULAILDE VIANA OLIVEIRA	969956

3. DA PROVA OBJETIVA SELETIVA

3.1 A Prova Objetiva Seletiva (Primeira Etapa) constará de 100 (cem) questões objetivas, sendo realizada em um único dia, com duração de 5 horas, de acordo com as seguintes orientações:

Data: 10/05/2015 (Domingo)

PERÍODO: MANHÃ (Horário Local)

Horário de Apresentação: 08h00

Horário de Fechamento dos Portões: 08h30min

3.1.1 Antes de decorrida 1 (uma) hora do início da provas, não será permitida a saída do candidato do local de sua realização, por motivo de segurança.

3.2 LOCAIS DE PROVAS

3.2.1 A Prova Objetiva Seletiva será realizada na **FACULDADE CATHEDRAL - BLOCO I**, Avenida Luiz Canuto Chaves, 293, Caçari, Boa Vista - RR.

3.2.2 Os candidatos ficam informados quanto ao dia, local e horário da prova nos termos deste Edital, que será publicado nos "sites" www.concursosfcc.com.br e www.tjrr.jus.br, e por meio de cartões informativos que serão encaminhados para o "e-mail" indicado pelos candidatos.

3.2.3 O candidato que não receber o Cartão Informativo até o 3º (terceiro) dia que antecede a aplicação das provas ou que tiver dúvidas quanto ao local, data e horário de realização das provas, deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas, pelo telefone (0XX11) 3723-4388, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília) ou consultar o site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), para verificar o local de realização de sua prova.

3.2.4 Ao candidato só será permitida a realização das provas na data, no horário e no local divulgado nos "sites" www.concursosfcc.com.br e www.tjrr.jus.br e no Cartão Informativo encaminhado por "e-mail".

3.2.5 Não haverá segunda chamada ou repetição de provas. O candidato não poderá alegar desconhecimentos quaisquer sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

3.3 O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Resposta personalizada.

3.4 IDENTIFICAÇÃO

3.4.1 Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, de acordo com o item 6, Capítulo IX do Edital nº 01/2015 de Abertura de Inscrições.

3.4.2 É importante levar o Cartão Informativo no dia da prova (se houver recebido), pois ele contém dados necessários para melhor orientação do candidato.

3.5 DISPOSIÇÕES FINAIS

3.5.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova munido somente de caneta esferográfica de tinta preta ou azul de material transparente, comprovante de inscrição ou comprovante de pagamento da inscrição e documento de identidade original. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha e/ou fones de ouvido durante a realização das provas.

3.5.2 Os deficientes visuais (cegos) deverão levar, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban.

3.5.3 Em nenhuma hipótese será permitido aos candidatos permanecerem com o Caderno de Questões e a Folha de Respostas após o término do tempo de prova

3.5.4 O candidato deverá observar todas as instruções contidas no Edital nº 01/2015 de Abertura de Inscrições, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, e neste Edital para a realização das provas.

Boa Vista/RR, 29 de abril de 2015.

Desembargador Almiro José Mello Padilha
Presidente da Comissão do Concurso

PRESIDÊNCIA**PORTARIAS DO DIA 29 DE ABRIL DE 2015**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

N.º 864 - Interromper, no interesse da Administração, a contar de 29.04.2015, as férias do Dr. **CÍCERO RENATO PEREIRA ALBUQUERQUE**, Juiz Auxiliar da Presidência, referentes a 2014, anteriormente marcadas para o período de 22.04 a 21.05.2015, devendo os 23 (vinte e três) dias restantes serem usufruídos oportunamente.

N.º 865 - Designar o Dr. **JAIME PLÁ PUJADES DE ÁVILA**, Juiz Substituto, para responder pela 1.^a Vara Criminal do Tribunal do Júri e da Justiça Militar, no período de 29 a 30.04.2015, sem prejuízo de sua designação para responder pela 2.^a Vara Criminal do Tribunal do Júri e da Justiça Militar, objeto da Portaria n.º 1163, de 01.09.2014, publicada no DJE n.º 5342, de 02.09.2014.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

PORTARIA N.º 866, DO DIA 29 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o teor do EXP-4862/2015 (Sistema Agis),

RESOLVE:

Prorrogar, até o dia 29.05.2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da equipe de Auditoria de Avaliação de Controles Internos – Área: Licitação, estabelecido por meio do Art. 3 da Portaria n.º 499, de 20.02.2015, publicada no DJE n.º 5454, de 21.02.2015.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

QUEBROU? ENTUPIU? QUEIMOU?

SAIBA COMO RESOLVER!

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Central de Atendimento



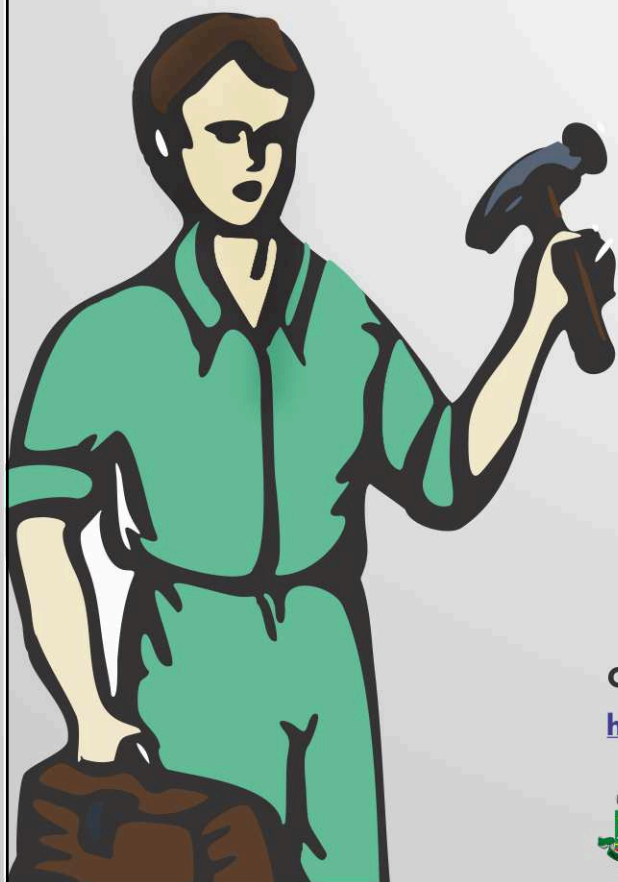
Serviços Gerais e Manutenção Predial

Serviços:

- ♦ Ar-condicionados
- ♦ Troca de Lâmpadas
- ♦ Telefonia
- ♦ Serviço de Pedreiro
- ♦ Água
- ♦ Chaveiro
- ♦ Serviço Hidráulico
- ♦ Persianas e Cortinas
- ♦ Outros serviços

Confira o catálogo de serviços e outras informações:

<http://intranet.tjrr.jus.br/index.php/central-de-atendimento-sil>



GABINETE DA PRESIDÊNCIA**NÚCLEO DE PRECATÓRIOS****Requisição de Pequeno Valor n.º 250/2014****Requerente: Jorge Maurício Fonseca Pelaz****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista****Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 32 e verso.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 31, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 11.274,68 (onze mil, duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) em favor do requerente Jorge Maurício Fonseca Pelaz, sem retenção de imposto de renda e contribuição previdenciária.

Expeça-se o alvará de levantamento de valores.

Intime-se o requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 001/2015**Requerente: Antonia Keila Oliveira Pessoa****Advogado: Paulo Sérgio de Souza – OAB/RR 371-B****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria do Município de Boa Vista****Requisitante: Juízo de Direito do Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista****DECISÃO**

Cuida-se de precatório expedido em favor de Antonia Keila Oliveira Pessoa, referente ao processo nº. 0400410.93.2013.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/23.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 24, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 26/27, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 13.693,06 (treze mil, seiscentos e noventa e três reais e seis centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Antonia Keila Oliveira Pessoa, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.
Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 002/2015

Requerente: Alan Guilmayron Campos Pinheiros

Advogado (a): José Carlos Barbosa Cavalcante – OAB/RR 74-B

Requerido: Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria-Geral do Estado

Requisitante: Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Alan Guilmayron Campos Pinheiros, referente ao processo nº. 0710.948-60.2013.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 04/54.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 55, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 57/58, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 46.703,49 (quarenta e seis mil, setecentos e três reais e quarenta e nove centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Alan Guilmayron Campos Pinheiros, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 004/2015

Requerente: Lucicleia Sousa Palheta

Advogado (a): Warner Velasque Ribeiro – OAB/RR 288-A

Requerido: Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria-Geral do Estado

Requisitante: Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Lucicleia Sousa Palheta, referente ao processo nº. 0716.259-32.2013.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 04/55.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 56, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 58/59, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 48.494,08 (quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oito centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Lucicleia Sousa Palheta, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 22/2015

Requerente: Manoel Gomes da Silva

Advogado (a): José Carlos Barbosa Cavalcante – OAB/RR 74-B

Requerido: Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria-Geral do Estado

Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Manoel Gomes da Silva, referente ao processo nº. 0904371-53.2011.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 04/52.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 53, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 55/56, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 40.873,94 (quarenta mil, oitocentos e setenta e três reais e noventa e quatro centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Manoel Gomes da Silva, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 23/2015

Requerente: Sivaldo da Silva

Advogado (a): Lizandro Icassati Mendes – OAB/RR 441

Requerido: Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria-Geral do Estado

Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Sivaldo da Silva, referente ao processo n.º. 0822547-67.2014.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 04/42.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 43, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas n.º 45/46, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 35.863,01 (trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais e um centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Sivaldo da Silva, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 25/2015

Requerente: Francisco Costa de Sena

Advogado (a): Wender de Moura Oliveira – OAB/RR 462-A

Requerido: Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria-Geral do Estado

Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Francisco Costa de Sena, referente ao processo n.º. 0831335-70.2014.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 04/30.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 31, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 33/34, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 176.720,39 (cento e setenta e seis mil, setecentos e vinte reais e trinta e nove centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Francisco Costa de Sena, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 27/2015

Requerente: Sandra Silva Souza

Advogado (a): José Carlos Barbosa Cavalcante – OAB/RR 74-B

Requerido: Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria-Geral do Estado

Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Sandra Silva Souza, referente ao processo nº. 0914799-31.2010.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 04/74.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 75, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 77/78, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 108.952,65 (cento e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Sandra Silva Souza, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.
Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.
Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 27/2015

Requerente: Sandra Silva Souza

Advogado (a): José Carlos Barbosa Cavalcante – OAB/RR 74-B

Requerido: Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria-Geral do Estado

Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Sandra Silva Souza, referente ao processo nº. 0914799-31.2010.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 04/74.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 75, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 77/78, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 108.952,65 (cento e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Sandra Silva Souza, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 29/2015

Requerente: Wilson Roberto Moreira Amorim

Advogado (a): Alexandre Cesar Dantas Socorro – OAB/RR 264

Requerido: Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria-Geral do Estado

Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Wilson Roberto Moreira Amorim, referente ao processo nº. 0918253-53.2009.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 04/95.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 96, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 99/100, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 78.469,05 (setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Wilson Roberto Moreira Amorim, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

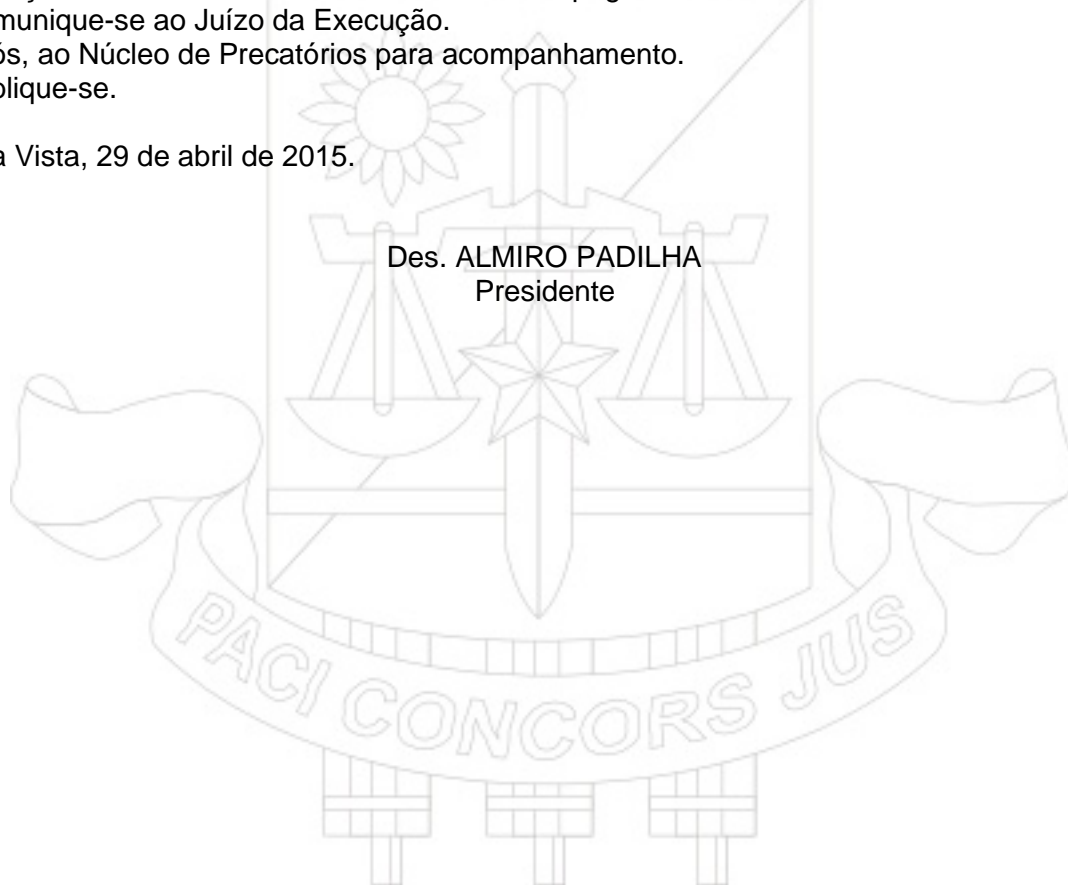
Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente



ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA - EJURR

Expediente de 27.04.2015

V PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA.**EDITAL EJURR n.º 10/2015.**

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, Desembargador Almiro Padilha, respondendo pela Diretoria da Escola do Poder Judiciário de Roraima, no uso de suas atribuições, torna pública a **retificação** do item 2.1 - quadro de vagas - do Edital nº 09/2015 - EJURR, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, Edição 5493, de 24/04/2015, às fls. 12/16, no que tange ao número de vagas na Área de Conhecimento **Direito, Administração, Contabilidade e Informática**, à inclusão de cadastro de reserva para a Área de Conhecimento **Arquitetura**, e ao desmembramento das vagas para a Área de Conhecimento **Comunicação Social** de acordo com as habilitações do curso, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

2. [...]**2.1. [...]**

Município	Área de Conhecimento	Vagas	PD	Turno
Boa Vista	Administração	8+CR	-	Matutino
Boa Vista	Arquitetura	CR	-	Matutino
Boa Vista	Comunicação Social - Jornalismo	1+CR	-	Matutino
Boa Vista	Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	1+CR	-	Matutino
Boa Vista	Contabilidade	4+CR	-	Matutino
Boa Vista	Direito	75+CR	7	Matutino
Boa Vista	Direito	19+CR	1	Vespertino
Caracaráí	Direito	1+CR	-	Vespertino
Boa Vista	Engenharia Civil	1+CR	-	Matutino
Boa Vista	Engenharia Elétrica	1+CR	-	Matutino
Boa Vista	Informática	8+CR	-	Matutino
Boa Vista	Pedagogia	CR	-	Matutino
Boa Vista	Psicologia	2+CR	-	Matutino
Boa Vista	Serviço Social	2+CR	-	Matutino

*CR=Cadastro de Reserva

Boa Vista, 27 de abril de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Roraima

SECRETARIA GERAL**Procedimento Administrativo nº 4401/2014****Origem: Secretaria de Infraestrutura e Logística****Assunto: Contratação por estimativa de empresa especializada em esgotamento de fossa séptica****DECISÃO**

1. Acolho o parecer jurídico retro.
2. Com fundamento no Manual de Procedimentos - Res. TP nº 57/2014 e no art. 1º, III da Portaria nº 738/2012, homologo o processo licitatório realizado na modalidade **Pregão Eletrônico, sob o nº 10/2015**, que tem por objeto registrar preço visando a contratação de empresa especializada na prestação do serviço contratação eventual de empresa especializada na prestação do serviço de limpeza/esgotamento de fossa sépticas/sumidouros com desentupimento de tubulação, nas dependências dos prédios pertencentes a esta Corte de Justiça, conforme especificações constantes do Termo de Referência nº 06/2015 (fls. 60/66).
3. Ratifico o resultado da licitação fracassada, já declarado nestes autos.
4. Publique-se.
5. Após, à Secretaria de Gestão Administrativa para informar sobre a possibilidade de repetição do certame, observando-se o disposto no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93.

Boa Vista – RR, 28 de abril de 2015



ELÍZIO FERREIRA DE MELO
Secretário-Geral

Procedimento Administrativo nº 673/2015**Origem: Secretaria de Gestão Administrativa****Assunto: Aquisição anual de livros impressos****DECISÃO**

1. Acolho parecer jurídico de fls. 47/48.
2. Via de consequência, com amparo no art. 1º, II, da Portaria da Presidência nº 738/2012, autorizo a abertura de processo licitatório para registro de preços do objeto especificado no Termo de Referência nº 38/2015 (fls. 41/44), fornecimento eventual de livros, na modalidade pregão, forma eletrônica, com fundamento no art. 8º da Resolução TP nº 35/2006, c/c o art. 1º, *caput* e parágrafo único, da Lei 10.520/2002, e art. 1º, § 2º, da Resolução TP nº 26/2006.
3. Publique-se.
4. Após, encaminhe-se o feito à Comissão Permanente de Licitação, para providências quanto à minuta do instrumento convocatório.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

ELÍZIO FERREIRA DE MELO
Secretário-Geral

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - GABINETE**EXP-3864/2015****Origem: Luiz Fernando Castanheira Mallet****Assunto: Requer ressarcimento dos descontos relativo à Unimed.****DECISÃO**

1. Acolho o Parecer Jurídico;
2. Com fundamento no art. 16 da Resolução TP n.º 18/2004, determino a retificação da categoria da beneficiária de forma a constar no sistema como dependente legal, considerando a declaração de matrícula juntada no Anexo n.º 03, e o reembolso da diferença a ser calculada pela sua inclusão como dependente especial no período de maio de 2013 a fevereiro de 2015 sem a prévia comunicação do requerente.
3. Publique-se.
4. À Seção de Benefícios para providências quanto às sugestões apresentadas, bem como adequações necessárias para, nos demais casos, quando da proximidade de dependente atingir a idade limite de 18 anos, prevista no art. 2º, §2º, alínea "b", ou após, atingida, na hipótese de filho ou enteado universitário, dê conhecimento aos magistrados e servidores, titulares do plano de saúde UNIMED, da necessidade da devida comprovação da condição de universitário a fim de que aquele possa permanecer na categoria "dependente legal", até os 24 anos, se for o caso.
5. Após, encaminhe-se à Seção de Demonstrativos e Cálculos para levantamento do valor a ser reembolsado.
6. Em prosseguimento, à Secretaria de Orçamento e Finanças para verificação da disponibilidade orçamentária e reconhecimento da dívida.
7. Por fim, havendo disponibilidade, solicito retorno dos autos para as providências necessárias.

Boa Vista-RR, 28 de abril de 2015.

**Herberth Wendel
Secretário****Procedimento Administrativo n.º 2015/717****Origem: Janaine Voltoline de Oliveira – Analista Judiciária.****Assunto: Solicita Auxílio-Natalidade.****DECISÃO**

- 1- Acolho o Parecer Jurídico;
- 2- Considerando o disposto no art. 3.º, inciso IX, alínea "a" da Portaria da Presidência n.º 738/2012, defiro o pedido nos termos do art. 179, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 053/2001;
- 3- Publique-se;
- 4- Após, à Secretaria de Orçamento e Finanças para verificar disponibilidade orçamentária, e havendo disponibilidade, para emissão de nota de empenho;
- 5- Em ato contínuo, à Divisão de Cálculos e Pagamentos para demais providências.

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

**Herberth Wendel
Secretário**

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**PORTARIAS DO DIA 29 DE ABRIL DE 2015**

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 738, de 04 de maio de 2012,

RESOLVE:

N.º 1090 - Designar a servidora **IVY MARQUES AMARO**, Técnica Judiciária, para responder pela Assessoria de Cerimonial, no período de 25.08 a 23.09.2015, em virtude de férias da titular.

N.º 1091 - Designar o servidor **OTONIEL ANDRADE PEREIRA**, Técnico Judiciário, para responder pela Assessoria Jurídica II da 2.ª Vara Cível de Competência Residual, no período de 04 a 18.05.2015, em virtude de férias do titular.

N.º 1092 - Alterar a 2.ª etapa das férias do servidor **JULIANO LEVINO CASSIANO MAROZINI**, Assessor Jurídico II, referentes ao exercício de 2014, para serem usufruídas no período de 29.06 a 18.07.2015.

N.º 1093 - Alterar as férias do servidor **JULIANO LEVINO CASSIANO MAROZINI**, Assessor Jurídico II, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas nos períodos de 11 a 25.02.2016 e de 30.05 a 13.06.2016.

N.º 1094 - Conceder à servidora **CARLA ROCHA FERNANDES**, Técnica Judiciária, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2014, nos períodos de 18 a 21.08.2015 e de 13 a 26.10.2015.

N.º 1095 - Conceder à servidora **CAMILA REJANE AMARANTE E SILVA**, Assessora Jurídica II, licença à gestante no período de 08.11.2014 a 06.05.2015.

N.º 1096 - Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora **JANAINE VOLTOLINI DE OLIVEIRA**, Analista Judiciária - Serviço Social, no dia 22.04.2015.

N.º 1097 - Conceder à servidora **KHALLIDA LUCENA DE BARROS**, Técnica Judiciária, licença à gestante no período de 02.11.2014 a 30.04.2015.

N.º 1098 - Conceder ao servidor **MARINELSON BARBOSA DA ROCHA**, Técnico Judiciário - Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, licença para tratamento de saúde no período de 22 a 24.04.2015.

N.º 1099 - Conceder à servidora **VERA LUCIA SABIO**, Técnica Judiciária, licença para tratamento de saúde no dia 17.04.2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HERBERTH WENDEL
Secretário

PORTARIA N.º 1100, DO DIA 29 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 738, de 04 de maio de 2012,

Considerando o teor do EXP-3780/2015 (Sistema Agis),

RESOLVE:

Conceder ao servidor **DARIO FERNANDO RANZI DO NASCIMENTO**, Técnico Judiciário - Tecnologia da Informação, licença-prêmio por assiduidade, nos períodos de 04.05 a 03.06.2015, 04.06 a 03.07.2015, 04.07 a 03.08.2015, 07.01 a 06.02.2016, 15.02 a 14.03.2016, 15.03 a 14.04.2016, 23.01 a 22.02.2017, 06.03 a 05.04.2017 e de 06.04 a 05.05.2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HERBERTH WENDEL
Secretário

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA N.º 979, DO DIA 15 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 738, de 04 de maio de 2012,

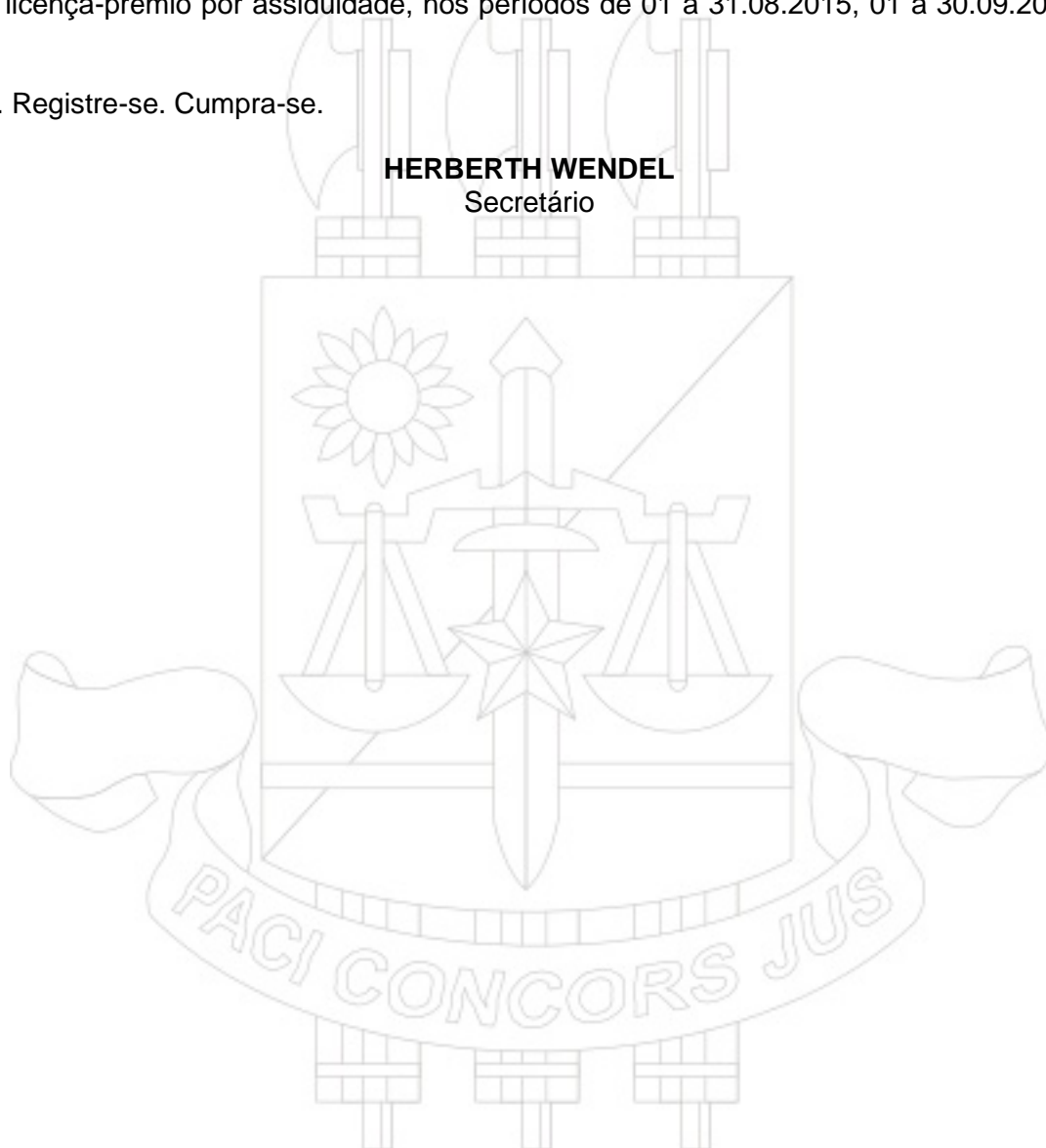
Considerando o teor do EXP-0396/2015 (Sistema Agis),

RESOLVE:

Conceder ao servidor **FERNANDO AUGUSTO GUERREIRO DA CRUZ**, Técnico Judiciário - Tecnologia da Informação, licença-prêmio por assiduidade, nos períodos de 01 a 31.08.2015, 01 a 30.09.2015 e de 01 a 30.11.2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HERBERTH WENDEL
Secretário



SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Expediente de 29/04/2015

EXTRATO DE CONTRATO

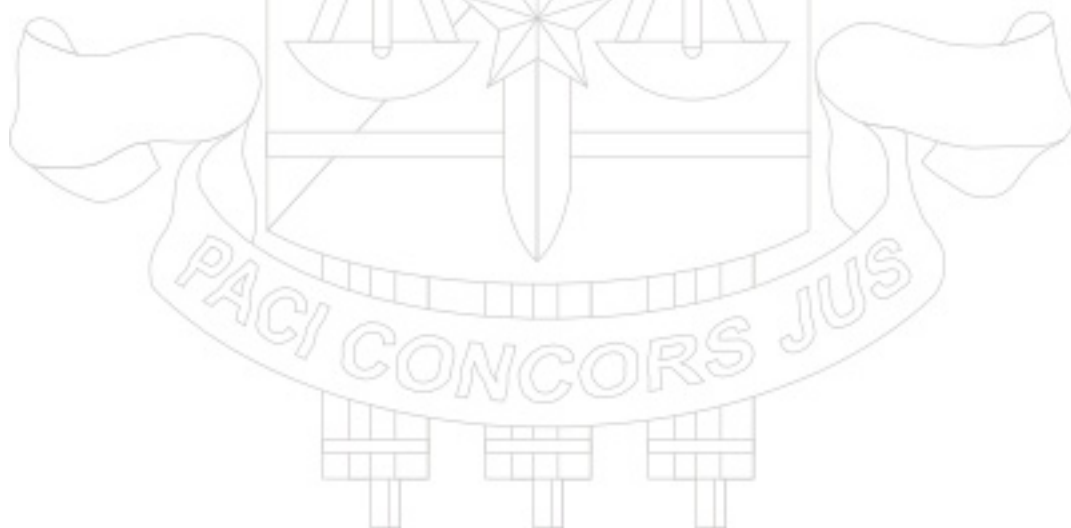
Nº DO CONTRATO:	014/2015	Ref. ao PA nº 387/2015
OBJETO:	Este CONTRATO tem por objeto o fornecimento de carimbos, oriundo da Ata de Registro de Preços nº 003/2015.	
CONTRATADA:	CARIMBOS BETO LTDA - ME	
VALOR GLOBAL:	R\$ 10.060,00	
FUNDAMENTAÇÃO:	Nos preceitos da Lei n.º 8.666/93	
PRAZO:	O contrato terá o prazo de vigência adstrito a vigência do respectivo crédito orçamentário, ou seja, até 31 de dezembro de 2015.	
DATA:	Boa Vista, 29 de abril de 2015.	

TERMO DE PERMISSÃO

Nº DO TERMO:	01/2015	Ref. ao 7193/2013
PERMISSIONÁRIA:	Empresa T.S. Comércio Ltda – EPP.	
OBJETO	Permissão de uso oneroso do espaço destinado à cantina do Fórum Advogado Sobral Pinto.	
VIGÊNCIA:	Este termo vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.	
VALOR:	50% de um salário mínimo vigente no País, nos quatro primeiros meses. Ultrapassado os 04(quatro) primeiros meses, o valor a ser pago será o equivalente a 100% do salário mínimo vigente.	
DATA:	Boa Vista, 15 de março de 2015	

BRUNO FURMAN

SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Expediente de 29/04/2015

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO

Nº DO TERMO:	01/2015	Referente ao P.A. nº 2015/0106
ASSUNTO:	O presente termo tem por objetivo transferir o direito de propriedade dos materiais descritos no Termo de Doação nº 01/2015 para o Donatário, em conformidade com as particularidades constantes deste instrumento.	
DOADOR	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA	
DONATÁRIO:	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE RORAIMA	
DATA:	Boa Vista-RR, 18 de março de 2015	

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015

Reubens Mariz

Secretário de Infraestrutura e Logística

Procedimento Administrativo n.º **2014/20583**Origem: **Secretaria de Infraestrutura e Logística**Assunto: **Doação de Equipamentos de Informática à Igreja Batista Getsémani.****DECISÃO**

1. Acato o parecer de fl. 13/14
2. Com fundamento no art. 4º, inciso IV, da Portaria Presidencial n.º 738/2012, autorizo a doação dos equipamentos de informática relacionados à fl. 07/10
3. Consequentemente, aprovo a Minuta do Termo de Doação de fl. 11-v/12 acrescentando-se a finalidade conforme sugestão da Assessoria (fl. 13v)
4. Publique-se.
5. Após, à SGBIA para adoção das demais providências.

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

REUBENS MARIZ

Secretário de Infraestrutura e Logística

Procedimento Administrativo n.º 2014/11.182

Origem: **Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas - SMGA**

Assunto: **Solicita doação de materiais.**

DECISÃO

6. Acato o parecer de fl. 23/24
7. Com fundamento no art. 4º, inciso IV, da Portaria Presidencial n.º 738/2012, autorizo a doação dos equipamentos de informática relacionados à fl. 05 (itens 06 ao 10), fl.05v. (itens 06 ao 10), fl.16 e fl.18.
8. Consequentemente, aprovo a Minuta do Termo de Doação de fl. 22 acrescentando-se a finalidade conforme sugestão da Assessoria (fl. 23v)
9. Publique-se.
10. Após, à SGBIA para adoção das demais providências.

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

REUBENS MARIZ

Secretário de Infraestrutura e Logística

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Procedimento Administrativo n.º 2015/0335

Origem: **Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania**

Assunto: **Doação de equipamentos - SEJUC**

DECISÃO

11. Acato o parecer de fl. 14/14-v
12. Com fundamento no art. 4º, inciso IV, da Portaria Presidencial n.º 738/2012, autorizo a doação dos equipamentos de informática relacionados à fl. 09.
13. Consequentemente, aprovo a Minuta do Termo de Doação de fl. 12-v.
14. Publique-se.
15. Após, à SGBIA para adoção das demais providências.

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

REUBENS MARIZ

Secretário de Infraestrutura e Logística

Procedimento Administrativo n.º 2015/0357

Origem: **Secretaria de Infraestrutura e Logística**

Assunto: **Verificar a possibilidade de doação de bens ao Centro de Referência Especializa de Assistência Social - CREAS**

DECISÃO

1. Acato o parecer de fl. 26/26-v
2. Com fundamento no art. 4º, inciso IV, da Portaria Presidencial n.º 738/2012, autorizo a doação dos equipamentos de informática relacionados à fl. 22.
3. Consequentemente, aprovo a Minuta do Termo de Doação de fl. 24-v.
4. Publique-se.
5. Após, à SGBIA para adoção das demais providências.

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

REUBENS MARIZ

Secretário de Infraestrutura e Logística

Procedimento Administrativo n.º 2015/0388

Origem: **SETRABES**

Assunto: **Solicita doação de materiais.**

DECISÃO

1. Acato o parecer de fl. 16/16-v
2. Com fundamento no art. 4º, inciso IV, da Portaria Presidencial n.º 738/2012, autorizo a doação dos equipamentos de informática relacionados à fl. 10.
3. Consequentemente, aprovo a Minuta do Termo de Doação de fl. 14v/15.
4. Publique-se.
5. Após, à SGBIA para adoção das demais providências.

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

REUBENS MARIZ

Secretário de Infraestrutura e Logística

Procedimento Administrativo n.º **2015/392**

Origem: **Departamento de Desenvolvimento de Políticas Educacionais do Estado de Roraima.**

Assunto: **Doação de materiais.**

DECISÃO

1. Acato o parecer de fl. 13/13-v
2. Com fundamento no art. 4º, inciso IV, da Portaria Presidencial n.º 738/2012, autorizo a doação dos equipamentos de informática relacionados à fl. 07.
3. Consequentemente, aprovo a Minuta do Termo de Doação de fl. 11v/12 acrescentando-se a finalidade conforme sugerido pela Assessoria (fl.13v)
4. Publique-se.
5. Após, à SGBIA para adoção das demais providências.

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

REUBENS MARIZ

Secretário de Infraestrutura e Logística

Procedimento Administrativo n.º **2014/20050**

Origem: **Secretaria de Infraestrutura e Logística**

Assunto: **Doação de equipamentos de informática à Escola Estadual São José**

DECISÃO

1. Acato o parecer de fl. 11/11-v
2. Com fundamento no art. 4º, inciso IV, da Portaria Presidencial n.º 738/2012, autorizo a doação dos equipamentos de informática relacionados à fl. 07.
3. Consequentemente, aprovo a Minuta do Termo de Doação de fl. 09v/10 acrescentando-se a finalidade conforme sugerido pela Assessoria (fl.11v)
4. Publique-se.
5. Após, à SGBIA para adoção das demais providências.

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

REUBENS MARIZ

Secretário de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - GABINETE**Procedimento Administrativo n.º 1267/2014 – FUNDEJURR****Origem:** Secretaria de Orçamento e Finanças**Assunto:** Abrigar documentos alusivos à INSS/2014**DECISÃO**

1. Adoto, como razão de decidir, o parecer jurídico de fls. 312/312v.
2. Dessa forma, com fulcro no art. 5º, IV, da Portaria n.º 738/2012, **reconheço**, nos termos do art. 37 da Lei nº 4.320/1964 c/c o art. 22, §§ 1º e 2º, alínea “c” do Decreto Federal n.º 93.872/86, a despesa de exercício anterior (2014), no montante de **R\$ 428,86 (quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos)**, concernentes a contribuições patronais e encargos constantes na planilha de fl. 309v.
3. Publique-se.
4. Encaminhe-se o feito à **Divisão de Orçamento** para emissão de Nota de Empenho.
5. Após, à **Divisão de Contabilidade**, para liquidação.
6. Em seguida, à **Divisão de Finanças**, para pagamento.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Finanças**Procedimento Administrativo n.º 702/2015****Origem:** Darwin de Pinho Lima e outros - VJI**Assunto:** Indenização de diárias**DECISÃO**

1. Trata-se de procedimento administrativo originado pelos servidores **Darwin de Pinho Lima e outros**, por meio do qual solicitam o pagamento de diárias.
2. Acostadas às fls. 8/9, tabela com os cálculos das diárias requeridas.
3. Informada a disponibilidade orçamentária às fls. 10.
4. Adoto como razão de decidir o parecer jurídico de fls. 12/12v, e em conformidade com o teor do art. 6º, da Portaria Presidencial nº 134/2014, **autorizo o pagamento das diárias calculadas às fls. 8/9**, conforme detalhamento:

Destino:	Município de Bonfim - RR.	
Motivo:	Atendimento à população do referido município.	
Data:	17 a 20 de maio de 2015.	
NOME	CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
Darwin de Pinho Lima	Coordenador	3,5 (três e meia)
Ana Luiza Rodrigues Martinez	Chefe Gabinete Juiz	3,5 (três e meia)
Argemiro Ferreira da Silva	Oficial de Justiça	3,5 (três e meia)
Almério Monteiro de Souza	Motorista	3,5 (três e meia)
Miguel Feijó Rodrigues	Ass. de Segurança	3,5 (três e meia)
Amiraldo de Brito Sombra	Motorista	3,5 (três e meia)
Fredson George Lira Souza	Colaborador	3,5 (três e meia)
Hassuran Rocha da Costa	Colaboradora	3,5 (três e meia)

5. Publique-se. Certifique-se.
6. Após, às Divisões de Orçamento, Contabilidade e Finanças, para emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento, respectivamente.
7. Por fim, à Chefia de Gabinete desta Secretaria para aguardar comprovação.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Finanças

Procedimento Administrativo n.º 723/2015 - FUNDEJURR**Origem:** Secretaria-Geral**Assunto:** Transferência de valores**DECISÃO**

1. Acolho o parecer de fl. 24.
2. Com fulcro no art. 5º, VII, da Portaria n.º 738/2012, autorizo a devolução do valor pleiteado às fls. 2/22, atentando-se para a retenção, conforme a Portaria GP n.º 2.115/2011¹.
3. Publique-se. Certifique-se.
4. Após, à Divisão de Contabilidade para registro contábil.
5. Em seguida, à Divisão de Finanças para providências quanto à devolução, observando-se a retenção devida.
6. Encerrados os trâmites deste procedimento, autorizo o seu arquivamento, na forma do art. 5º, IX da Portaria n.º 738/2012.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Finanças**Procedimento Administrativo n.º 724/2015 - FUNDEJURR****Origem:** Secretaria-Geral**Assunto:** Transferência de valores**DECISÃO**

1. Acolho o parecer de fl. 10.
2. Com fulcro no art. 5º, VII, da Portaria n.º 738/2012, autorizo a devolução do valor pleiteado às fls. 2/5, atentando-se para a retenção, conforme a Portaria GP n.º 2.115/2011¹.
3. Publique-se. Certifique-se.
4. Após, à Divisão de Contabilidade para registro contábil.
5. Em seguida, à Divisão de Finanças para providências quanto à devolução, observando-se a retenção devida.
6. Encerrados os trâmites deste procedimento, autorizo o seu arquivamento, na forma do art. 5º, IX da Portaria n.º 738/2012.

Boa Vista, 29 de abril de 2015.

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Finanças¹ Disciplina o procedimento para operações de restituições de receitas do FUNDEJURR.¹ Disciplina o procedimento para operações de restituições de receitas do FUNDEJURR.

DIRETORIA DO FÓRUM

Expediente do dia 29/04/2015

PORTARIA Nº. 006/2015

A **Dra. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO, MM.^a Juíza de Direito Diretora do Fórum Advogado Sobral Pinto**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Resolução TP 026/2010;

CONSIDERANDO as publicações das pautas dos processos da 1ª Vara do Júri e da 2ª Varado Júri que serão julgados pelo Egrégio Tribunal do Júri Popular em Maio de 2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Estabelecer a seguinte escala de plantão dos Oficiais de Justiça lotados na Central de Mandados para o mês de **MAIO de 2015**

Dia	Escala		Oficial
01	Plantão		Ademir de Azevedo Braga
			Bruno Holanda de Melo
02	Plantão		Mauro Alisson da Silva
			Aline Corrêa Machado de Azevedo
03	Plantão		Mauro Alisson da Silva
			Aline Corrêa Machado de Azevedo
04	Plantão		Carlitos Kurdt Fuchs
			Paulo Renato Silva de Azevedo
	Júri	FASP	Givanildo Moura
			Eduardo Queiroz Valle
05	Plantão		Rocielbert Arnetto Rodrigues Silva
			Ronaldo Nogueira Marques
	Júri	FASP	Jeferson Antonio da Silva
			Luis Cláudio de Jesus Silva
06	Plantão		Sandra Christiane Araújo Souza
			Jeane Andréia de Souza Ferreira
	Júri	FASP	Jucilene de Lima Ponciano
			Glaud Stone Silva Pereira
07	Plantão		Netanias Silvestre de Amorim
			Cláudio de Oliveira Ferreira
	Júri	FASP	Francisco Alencar Moreira
			Maycon Robert Moraes Tomé
08	Plantão		Wenderson Costa de Souza
			José Félix de Lima Júnior
09	Plantão		Victor Mateus de Oliveira Tobias
			Alessandra Maria Rosa da Silva
10	Plantão		Victor Mateus de Oliveira Tobias
			Alessandra Maria Rosa da Silva

11	Plantão		Dennyson Dahyan Pastana da Penha
			Leonardo Penna Firme Tortarolo
	Júri	FASP	Silvan Lira de Castro
			Edisa Kelly Vieira de Mendonça
12	Plantão		Ademir de Azevedo Braga
			Bruno Holanda de Melo
	Júri	FASP	Mauro Alisson da Silva
			Aline Corrêa Machado de Azevedo
13	Plantão		Paulo Renato Silva de Azevedo
			Givanildo Moura
	Júri	FASP	Eduardo Queiroz Valle
			Rocielbert Arnetto Rodrigues Silva
14	Plantão		Ronaldo Nogueira Marques
			Jeferson Antonio da Silva
	Júri	FASP	Luis Cláudio de Jesus Silva
			Reginaldo Gomes de Azevedo
15	Plantão		Sandra Christiane Araújo Souza
			Jeane Andréia de Souza Ferreira
16	Plantão		Jucilene de Lima Ponciano
			Glaud Stone Silva Pereira
17	Plantão		Jucilene de Lima Ponciano
			Glaud Stone Silva Pereira
18	Plantão		Netanias Silvestre de Amorim
			Francisco Alencar Moreira
	Júri	FASP	Maycon Robert Moraes Tomé
			Wenderson Costa de Souza
19	Plantão		José Félix de Lima Júnior
			Victor Mateus de Oliveira Tobias
	Júri	FASP	Alessandra Maria Rosa da Silva
			Dennyson Dahyan Pastana da Penha
20	Plantão		Leonardo Penna Firme Tortarolo
			Silva Lira de Castro
	Júri	FASP	Edisa Kelly Vieira de Mendonça
			Ademir de Azevedo Braga
21	Plantão		Jeckson Luiz Triches
			Mauro Alisson da Silva
	Júri	FASP	Bruno Holanda de Melo
			Aline Corrêa Machado de Azevedo
22	Plantão		Carlitos Kurdt Fuchs
			Givanildo Moura
23	Plantão		Paulo Renato Silva de Azevedo
			Rocielbert Arnetto Rodrigues Silva
24	Plantão		Paulo Renato Silva de Azevedo
			Rocielbert Arnetto Rodrigues Silva
25	Plantão		Jeferson Antonio da Silva
			Luis Cláudio de Jesus Silva
	Júri	FASP	Ronaldo Nogueira Marques
			Reginaldo Gomes da Silva
26	Plantão		Marcelo Barbosa dos Santos
			Jucilene de Lima Ponciano
	Júri	FASP	Sandra Christiane Araújo Souza
			Jeane Andréia de Souza Ferreira

27	Plantão		Glaud Stone Silva Pereira
			Carlos dos Santos Chaves
	Júri	FASP	Netanias Silvestre de Amorim
			Maycon Robert Moraes Tomé
28	Plantão		Wenderson Costa de Souza
			Victor Mateus de Oliveira Tobias
	Júri	FASP	José Félix de Lima Júnior
			Dennyson Dahyan Pastana da Penha
29	Plantão		Alessandra Maria Rosa da Silva
			Silvan Lira de Castro
30	Plantão		Leonardo Penna Firme Tortarolo
			Edisa Kelly Vieira de Mendonça
31	Plantão		Leonardo Penna Firme Tortarolo
			Edisa Kelly Vieira de Mendonça

Art. 2º- Determinar que os Oficiais de Justiça plantonistas se apresentem;

§ 1º- Nos dias úteis, às 08:00h na Central de Mandados e às 18:00h ao Juízo de plantão;

§ 2º- Nos sábados, domingos e feriados e pontos facultativos, às 08:00h ao Juízo de plantão;

Art. 2º- Remeta-se cópia desta Portaria à CGJ/RR.

Boa Vista/RR, 29 de abril de 2015.

GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO
Juíza de Direito
Diretora do Fórum Advogado Sobral Pinto

Comarca de Boa Vista**Índice por Advogado**

003735-AM-N: 108, 114, 115

005340-AM-N: 217

005939-AM-N: 116

008151-AM-N: 217

009296-AM-N: 115

008652-CE-N: 080

002701-PA-N: 217

011491-PA-N: 075

062590-PR-N: 170

003434-RO-N: 080

000051-RR-B: 226

000052-RR-N: 079

000091-RR-B: 305, 307, 312, 313, 325

000114-RR-B: 204

000118-RR-N: 095

000124-RR-B: 086

000128-RR-B: 026

000131-RR-N: 340

000138-RR-N: 347

000140-RR-N: 125

000144-RR-A: 086

000152-RR-N: 259

000155-RR-B: 117, 130

000172-RR-N: 051, 052, 053, 054, 074

000184-RR-N: 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064,

065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073

000200-RR-A: 319

000201-RR-A: 130

000205-RR-B: 080

000210-RR-N: 117

000215-RR-B: 076, 077, 078

000236-RR-N: 292, 328, 329

000238-RR-N: 175, 226

000243-RR-B: 346

000246-RR-B: 129, 132, 138, 144, 147, 148, 152, 158, 164, 205, 208

000248-RR-B: 075

000253-RR-N: 214

000254-RR-A: 161, 229

000257-RR-N: 131, 143, 343

000264-RR-N: 075, 080

000270-RR-B: 098

000277-RR-A: 117

000277-RR-N: 321

000293-RR-B: 292, 328, 329

000298-RR-E: 097

000299-RR-N: 117, 213

000300-RR-N: 346

000313-RR-A: 239

000317-RR-B: 293, 298, 304, 311, 317, 322, 327, 332, 338

000323-RR-E: 305, 307, 312, 313, 325

000327-RR-B: 323

000333-RR-N: 126, 127, 134, 135, 136, 200, 331

000334-RR-B: 310, 313, 314, 333

000342-RR-N: 302, 310, 311, 341

000349-RR-A: 080

000350-RR-A: 080

000350-RR-B: 109

000351-RR-A: 258

000379-RR-E: 121

000379-RR-N: 075

000385-RR-N: 091

000394-RR-N: 098

000395-RR-A: 321

000399-RR-A: 249, 346

000400-RR-E: 117

000410-RR-N: 335

000413-RR-N: 120

000419-RR-N: 330

000429-RR-N: 331, 341, 342

000441-RR-N: 257

000447-RR-N: 080

000463-RR-N: 258

000468-RR-N: 117

000478-RR-N: 121

000481-RR-N: 092, 098, 113, 252

000482-RR-N: 296, 301, 308, 310, 318, 333, 334

000492-RR-N: 120, 125, 172

000493-RR-N: 117

000497-RR-N: 082

000509-RR-N: 339

000510-RR-N: 337

000514-RR-N: 026, 117

000537-RR-A: 309

000557-RR-N: 016, 097, 098

000565-RR-N: 337

000585-RR-N: 008

000591-RR-N: 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342

000595-RR-N: 097

000618-RR-N: 297, 303, 316

000637-RR-N: 178

000647-RR-N: 299, 300, 306, 315, 319, 326

000658-RR-N: 117

000686-RR-N: 117, 140

000707-RR-N: 117

000709-RR-N: 294

000716-RR-N: 082, 119, 122, 324

000739-RR-N: 182

000771-RR-N: 120

000780-RR-N: 112

000784-RR-N: 097

000804-RR-N: 117

000830-RR-N: 296, 301, 308, 318, 333, 334

000839-RR-N: 215
000946-RR-N: 216
000973-RR-N: 157
001034-RR-N: 346
001048-RR-N: 121, 146
001051-RR-N: 098
001056-RR-N: 128, 171
001107-RR-N: 113, 170
001109-RR-N: 249, 250
001113-RR-N: 346
001151-RR-N: 091
001161-RR-N: 273
001231-RR-N: 230
196403-SP-N: 076

Cartório Distribuidor

1ª Criminal Residual

Juiz(a): Jésus Rodrigues do Nascimento

Auto Prisão em Flagrante

001 - 0006731-44.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006731-1
Réu: Felipe Bastos Rosa
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

002 - 0006801-61.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006801-2
Réu: Cláudio Roberto Moraes Silva
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

003 - 0006811-08.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006811-1
Réu: Mauro Rocha de Andrade
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

004 - 0007169-70.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007169-3
Réu: Paulo Reis da Silva Filho
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

005 - 0007158-41.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007158-6
Indiciado: W.S.R.
Distribuição por Dependência em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

006 - 0007167-03.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007167-7
Indiciado: P.S.M.
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Liberdade Provisória

007 - 0007171-40.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007171-9
Réu: Wellington Silva Reis
Distribuição por Dependência em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Relaxamento de Prisão

008 - 0003890-76.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.003890-8
Réu: Jonh Kelson do Nascimento Gomes
Transferência Realizada em: 28/04/2015.
Advogado(a): Cleber Bezerra Martins

2ª Criminal Residual

Juiz(a): Leonardo Pache de Faria Cupello

Auto Prisão em Flagrante

009 - 0006800-76.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006800-4
Réu: Francivalto Fernandes Oliveira
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

010 - 0006802-46.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006802-0
Réu: Jocelio Americo da Silva Filho
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

011 - 0006805-98.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006805-3
Réu: Clemilton Rodrigues da Silva
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

012 - 0006810-23.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006810-3
Réu: Solano de Oliveira Palma
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

013 - 0007038-95.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007038-0
Autor: Luiz Fernando Barbosa Larreia
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015. Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

014 - 0007134-13.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007134-7
Réu: Adriano Alves dos Santos
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

015 - 0007177-47.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007177-6
Réu: Jardeson Magalhães de Pinho
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

016 - 0007170-55.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007170-1
Réu: Josue Gois Cordeiro
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Advogado(a): Luiz Geraldo Távora Araújo

Inquérito Policial

017 - 0007159-26.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007159-4
Indiciado: W.G.S.
Distribuição por Dependência em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Liberdade Provisória

018 - 0007172-25.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007172-7
Réu: Francisco Alves da Silva
Distribuição por Dependência em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

3ª Criminal Residual

Juiz(a): Marcelo Mazur

Auto Prisão em Flagrante

019 - 0006797-24.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006797-2
Réu: Lauro de Souza Junior
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

020 - 0006806-83.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006806-1
Réu: Antonio dos Santos Braga
Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

021 - 0006807-68.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006807-9

Réu: Luciano Pinheiro Lima

Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

022 - 0006808-53.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006808-7

Réu: Jurandir David Wedunumashi Magalhães

Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

023 - 0006809-38.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006809-5

Réu: Raimundo Linhares Mesquita

Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

024 - 0006813-75.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006813-7

Réu: Francisco Leandro de Queiroz

Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

025 - 0007133-28.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007133-9

Réu: Raimundo Oliveira dos Santos

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

026 - 0006134-46.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.006134-3

Réu: Cesar de Souza

Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Advogados: José Demontiê Soares Leite, Frederico Silva Leite

Inquérito Policial

027 - 0213893-19.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.213893-1

Indiciado: C.A.R.C.

Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

028 - 0007157-56.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007157-8

Indiciado: E.E.B.C. e outros.

Distribuição por Dependência em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

029 - 0007160-11.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007160-2

Indiciado: F.S.R.

Distribuição por Dependência em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

030 - 0007173-10.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007173-5

Indiciado: F.S.S.

Distribuição por Dependência em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

031 - 0007174-92.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007174-3

Indiciado: L.P.S.

Distribuição por Dependência em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

2ª Vara do Júri

Juiz(a): Breno Jorge Portela S. Coutinho

Auto Prisão em Flagrante

032 - 0006814-60.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006814-5

Réu: Edson Almeida Silva

Nova Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

1º JESP.VDF C/mulher

Juiz(a): Maria Aparecida Cury

Auto Prisão em Flagrante

033 - 0003741-80.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003741-3

Réu: Luiz Antonio Ribeiro de Souza Junior

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

034 - 0009124-39.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.009124-6

Réu: Antonio Alcinio da Conceição Souza Filho

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

035 - 0003991-16.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003991-4

Indiciado: L.A.R.S.J.

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

036 - 0009125-24.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.009125-3

Indiciado: M.L.S.L.J.

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetivas Lei 11340

037 - 0006730-59.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006730-3

Réu: Halisson Christian dos Santos Bezerra

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

038 - 0006735-81.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006735-2

Réu: Jorge Caetano Argumedo Mendonça

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

039 - 0006736-66.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006736-0

Réu: Henrique dos Santos

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

040 - 0006799-91.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006799-8

Réu: Francisco Rodrigues de Lima

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

041 - 0006803-31.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006803-8

Réu: Francisco Alves Lima

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

042 - 0006804-16.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006804-6

Réu: Eduardo Oliveira de Jesus

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

043 - 0006812-90.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006812-9

Réu: Agrinaldo Ribeiro Costa

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

044 - 0009122-69.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.009122-0

Réu: Luiz Fernando Barbosa Larreia

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

045 - 0009123-54.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.009123-8

Réu: Jose Domingos da Silva Filho

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Vara de Plantão

Juiz(a): Marcelo Mazur

Auto Prisão em Flagrante

046 - 0007040-65.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007040-6
Réu: Rosiane Cruz da Silva
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

047 - 0007045-87.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007045-5
Réu: Francimar Cadete da Silva
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetivas Lei 11340

048 - 0007037-13.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007037-2
Réu: Marcônio da Silva Campelo
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Juizado Esp.criminal

Juiz(a): Antônio Augusto Martins Neto

Carta Precatória

049 - 0000076-90.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.000076-0

Indiciado: E.D.S.

Transferência Realizada em: 28/04/2015. ** AVERBADO **

Nenhum advogado cadastrado.

050 - 0015575-17.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.015575-4

Réu: Olivelson Macuxi

Transferência Realizada em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Vara Itinerante

Juiz(a): Erick Cavalcanti Linhares Lima

Alimentos - Lei 5478/68

051 - 0002972-72.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.002972-5

Autor: N.R.A. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 27/04/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

052 - 0002987-41.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.002987-3

Autor: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 27/04/2015.

Valor da Causa: R\$ 3.000,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

053 - 0002988-26.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.002988-1

Autor: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 27/04/2015.

Valor da Causa: R\$ 3.000,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

054 - 0002990-93.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.002990-7

Autor: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 27/04/2015.

Valor da Causa: R\$ 1.800,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Ret/sup/rest. Reg. Civil

055 - 0005763-14.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005763-5

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

056 - 0005764-96.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005764-3

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

057 - 0005765-81.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005765-0

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

058 - 0005766-66.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005766-8

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

059 - 0005767-51.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005767-6

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

060 - 0005768-36.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005768-4

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

061 - 0005770-06.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005770-0

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

062 - 0005774-43.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005774-2

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

063 - 0005913-92.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005913-6

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

064 - 0005915-62.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005915-1

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

065 - 0005916-47.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005916-9

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

066 - 0005927-76.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005927-6

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

067 - 0005929-46.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005929-2

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

068 - 0005932-98.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005932-6

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

069 - 0005935-53.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005935-9

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

070 - 0005937-23.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005937-5

Autor: Criança/adolescente
Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.
Valor da Causa: R\$ 788,00.
Advogado(a): Jaime Brasil Filho

071 - 0005940-75.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005940-9

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

072 - 0005941-60.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005941-7

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

073 - 0005943-30.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005943-3

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Jaime Brasil Filho

074 - 0005944-15.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005944-1

Autor: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 24/03/2015.

Valor da Causa: R\$ 788,00.

Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

DESPACHO

- I- Recebo-a em seu duplo efeito;
- II- Intime-se o apelado para, no prazo legal, oferecer contrarrazões;
- III- Após, encaminhem-se ao Eg. Tribunal de Justiça com as nossas homenagens;
- IV- Int.

Boa Vista-RR., 27/04/2015

RODRIGO DELGADO

Juiz Substituto

Advogado(a): Daniella Torres de Melo Bezerra

078 - 0100046-78.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.100046-0

Executado: o Estado de Roraima

Executado: Carlos Marciniak e outros.

DESPACHO

- I- Compulsando os autos verifica-se que a intimação expedida às fl.385, observou o mesmo endereço da citação de fl.10;
- II- Dessa forma, considerando que a referida intimação foi expedida ao mesmo endereço no qual a requerida foi citada, reputo a diligência de fl.385 eficaz, nos termos do art.238, parágrafo único do CPC;
- III- Aguarde-se o transcurso do prazo para apresentar contrarrazões;
- IV- Int.

Publicação de Matérias

1ª Vara da Fazenda

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Elaine Cristina Bianchi

PROMOTOR(A):

Luiz Antonio Araújo de Souza

ESCRIVÃO(Ã):

Victor Brunno Marcelino do Nascimento Fernandes

Wallison Larieu Vieira

Cautelar Inominada

075 - 0182144-18.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.182144-8

Autor: Pablicia Fabiane de Matos Antony

Réu: o Estado de Roraima e outros.

DESPACHO

- I. Intimem-se as partes a fim de que se manifestem acerca do retorno dos autos, no prazo de cinco dias;
- II. Quedando-se inertes, pagas as custas, conforme o caso, arquivem-se com as baixas necessárias.

Boa Vista-RR., 23/04/2015

RODRIGO DELGADO

Juiz Substituto

Advogados: João Paulino Furtado Sobrinho, Francisco José Pinto de Mecêdo, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Mivanildo da Silva Matos

Execução Fiscal

076 - 0087803-39.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.087803-4

Executado: o Estado de Roraima

Executado: Jrv dos Reis e outros.

Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 16/06/2015 às 14:15 horas.

Advogados: Daniella Torres de Melo Bezerra, Alexandre Machado de Oliveira

077 - 0093263-07.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.093263-3

Executado: o Estado de Roraima

Executado: Mn de Souza Estivas e outros.

Boa Vista-RR., 27/04/2015

RODRIGO DELGADO

Juiz Substituto

Advogado(a): Daniella Torres de Melo Bezerra

079 - 0115258-42.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.115258-4

Executado: Município de Boa Vista

Executado: Caroni Contrução Comercio e Serviços Ltda e outros.

DESPACHO

- I. Proceda-se com a transferência para conta judicial;
- II. Intime-se as partes.

Boa Vista-RR., 24/04/2015

RODRIGO DELGADO

Juiz Substituto

Advogado(a): Lúcia Pinto Pereira

Mandado de Segurança

080 - 0003519-06.2001.8.23.0010

Nº antigo: 0010.01.003519-3

Autor: Febraban Federação Brasileira das Associações de Bancos e outros.

Réu: Município de Boa Vista e outros.

DESPACHO

- I. Oficie-se ao setor de arquivo do fórum, a fim de que proceda a localização do processo solicitado, assinalando o prazo de 30 dias para resposta.
- II. Intimem-se.

Boa Vista-RR., 23/04/2015

RODRIGO DELGADO

Juiz Substituto

Advogados: Francisco Claudio A. Ribeiro, Daniel Penha de Oliveira, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Jose Edgard da Cunha B. Filho, Karina de Almeida Batistuci, Daniela da Silva Noal

1ª Vara do Júri

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Lana Leitão Martins
PROMOTOR(A):
Madson Welligton Batista Carvalho
Marco Antônio Bordin de Azeredo
Rafael Matos de Freitas Morais
ESCRIVÃO(Ã):
Djacir Raimundo de Sousa

Ação Penal Competên. Júri

081 - 0009046-16.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.009046-6

Réu: Daniela dos Santos da Silva e outros.

Autos remetidos ao Distribuidor de Feitos para desmembrar. Autos remetidos ao Distribuidor de Feitos para desmembrar.

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

082 - 0002320-26.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.002320-2

Réu: Diego Wanderson Gimaque do Nascimento

Juntem-se os autos mandados pendentes, com urgência.

Em: 28/04/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Advogados: Elias Augusto de Lima Silva, Jose Vanderi Maia

Ação Penal Competên. Júri

083 - 0124291-56.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.124291-4

Réu: Geraldo Lucindo Pereira

"...Submetido o réu GERALDO LUCINDO PEREIRA a julgamento o Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca reconheceu a materialidade, a autoria delitiva. O corpo de jurados não acolheu a tese da defesa de negativa de autoria/ insuficiência de provas. O feito foi JULGADO PROCEDENTE. Desse modo, o veredicto dos jurados foi à condenação do réu GERALDO LUCINDO PEREIRA, por tentativa de homicídio simples, segundo o Art. 121, Caput, c/c art. 14, II, nos termos do Código Penal em face da vítima DIRCEU CARDOSO HENRIQUE...Em face do exposto, fixo a pena-base do acusado GERALDO LUCINDO PEREIRA em 09 (nove) anos de reclusão, acima do mínimo legal tendo em vista a culpabilidade intensa conforme declinado...Não há agravantes/atenuantes. Assim a pena intermediária até esta fase esta concretamente fixada em 09(nove) anos de reclusão...Não há causa de aumento de pena. Há a causa de diminuição prevista no art. 14, II, do Código Penal. Assim DIMINUIO a pena do acusado de 1/3 (mínimo legal), tendo em vista.....o iter criminis percorrido. Aplicando o mínimo de diminuição a pena fica concretamente fixada em 06 (seis) anos de reclusão. Nesta senda, não mais existindo qualquer fato a majorar ou minorar a pena aplicada, torno a pena do acusado GERALDO LUCINDO PEREIRA, definitiva em 06 (seis) anos de reclusão, na tentativa de homicídio da vítima DIRCEU CARDOSO HENRIQUE...Fixo o regime inicial de cumprimento de pena no regime SEMIABERTO, nos termos do art. 33, parágrafo 2º, alínea "B" do Código Penal... Sala de sessões do Tribunal do Júri, Boa Vista (RR), Estado de Roraima, 17 de ABRIL de 2015, as 15:00 horas. JOANA SARMENTO DE MATOS. JUIZA SUBSTITUTA AUXILIAR NA 1ª VCPresidente do Tribunal do Júri SEMANA NACIONAL DO JURI-CNJ."

Nenhum advogado cadastrado.

084 - 0141481-95.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.141481-8

Réu: Nivaldo Alfredo de Magalhães

"...Submetido o réu NIVALDO ALFREDO DE MAGALHÃES a julgamento o Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca reconheceu a materialidade, a autoria delitiva em relação ao primeiro fato em face da vítima BERNALDO DE SOUZA, negando a absolvição. O conselho de não acolheu a tese de desistência voluntária para o primeiro fato. O conselho de sentença NÃO acolheu a qualificadora: motivo torpe. Já com relação ao segundo fato em face da vítima EUGÊNIO PEREIRA DOS SANTOS, o conselho de sentença ao responder negativamente ao terceiro quesito, desclassificou o delito para outro de competência do Juízo Singular. O feito foi julgado PROCEDENTE EM PARTE. Desse modo, o veredicto dos jurados foi à condenação do réu NIVALDO ALFREDO DE MAGALHÃES, por tentativa de homicídio simples, segundo o Art. 121, Caput, c/c art. 14, II, nos termos do Código Penal em face da vítima BERNALDO DE SOUZA. E, com relação a vítima EUGÊNIO PEREIRA DOS SANTOS houve DESCLASSIFICAÇÃO para outro de competência

do Juízo Singular.....Com relação ao segundo fato entendo que o que crime que ocorreu foi o delito de lesão corporal leve, nos termos do art. 129, caput. Assim diante da ausência de representação da vítima não é possível punir o acusado por este delito...VITIMA BERNALDO DE SOUZA...Em face do exposto, fixo a pena-base do acusado NIVALDO ALFREDO DE MAGALHÃES em 09 (nove) anos de reclusão, diante do fato de algumas das circunstâncias serem desfavorável...Não há agravantes/ atenuantes. Assim a pena intermediária até esta fase esta concretamente fixada em 09(nove) anos de reclusão...Não há causa de aumento de pena. Há a causa de diminuição prevista no art. 14, II, do Código Penal. Assim DIMINUIO a pena do acusado de 1/3 (mínimo legal), tendo em vista o iter criminis e o local do golpe de faca. Aplicando o mínimo de diminuição a pena fica concretamente fixada em 06 (seis) anos de reclusão. Nesta senda, não mais existindo qualquer fato a majorar ou minorar a pena aplicada, torno a pena do acusado NIVALDO.....ALFREDO DE MAGALHÃES, definitiva em 06 (seis) anos de reclusão, na tentativa de homicídio da vítima BERNALDO DE SOUZA. Fixo o regime inicial de cumprimento de pena no regime SEMIABERTO, nos termos do art. 33, parágrafo 2º, alínea "B" do Código Penal...VITIMA EUGÊNIO PEREIRA DOS SANTOS...Diante da DESCLASSIFICAÇÃO operada pelo Conselho de sentença ao responder ao 3º quesito negativamente com relação ao segundo fato que tem por vítima EUGENIO PEREIRA DOS SANTOS, tenho como provado o delito de lesão corporal leve. Entretanto, não há representação da vítima EUGENIO PEREIRA DOS SANTOS. Assim não há condição de procedibilidade da ação penal. Não havendo, portanto, como aplicar pena ao acusado com relação à lesão corporal leve...Sala de sessões do Tribunal do Júri, Boa Vista (RR), Estado de Roraima, 13 de ABRIL de 2015, as 13:00 horas. JOANA SARMENTO DE MATOS. JUIZA SUBSTITUTA AUXILIAR NA 1ª VCPresidente do Tribunal do Júri SEMANA NACIONAL DO JURI-CNJ

Nenhum advogado cadastrado.

085 - 0190889-84.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.190889-8

Réu: Dione dos Santos Marques

À DPE para a fase do art. 422 do CPP.

Em: 28/04/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

086 - 0213895-86.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.213895-6

Indiciado: C.A.R.C. e outros.

Expeça-se, com urgência, CP para intimação da Ré.

Em: 28/04/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Advogados: Antônio Cláudio de Almeida, Antônio Agamenon de Almeida

087 - 0013141-55.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.013141-7

Réu: Felix Pereira da Silva e outros.

Junte-se FAC dos Acusados.

Em: 28/04/15

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

088 - 0004002-45.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004002-9

Réu: Geovane Laranjeira de Souza

Conflito de competência suscitado. ** AVERBADO **

Nenhum advogado cadastrado.

Pedido Prisão Preventiva

089 - 0003578-03.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003578-9

Réu: Raquel de Paula Sousa e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

090 - 0003865-63.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003865-0

Autor: Delegada de Polícia Civil

Publicidade restrita.

Nenhum advogado cadastrado.

Relaxamento de Prisão

091 - 0007136-80.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007136-2

Réu: Thalyson de Sousa Moura

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogados: Almir Rocha de Castro Júnior, Fernando Camilo Pimente Fernandez

Ação Penal

092 - 0010961-23.2001.8.23.0010

Nº antigo: 0010.01.010961-8

Réu: Adenilson Marques da Silva

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 22/06/2015 às 10:30 horas.

Advogado(a): Paulo Luis de Moura Holanda

Ação Penal Competên. Júri

093 - 0006362-55.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.006362-2

Réu: Sebastiao Carvalho dos Santos

Ao MP e depois à DPE, para ciência da certidão acima e devida manifestação.

Busque-se informação da CP de fls. 186.

Em: 28/04/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

094 - 0013461-42.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.013461-1

Réu: Janderson Souza Teles

Tente-se a intimação do Réu no endereço de sua genitora.

Em: 28/04/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

Transf. Estabelec. Penal

095 - 0168899-71.2007.8.23.0010

Nº antigo: 0010.07.168899-7

Réu: Gleibison Jairo da Silva

Aguarde-se o envio de novos relatórios.

Em: 28/04/15

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Advogado(a): José Fábio Martins da Silva

Ação Penal Competên. Júri

096 - 0005946-24.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.005946-5

Réu: Antonio Pinheiro de Souza

REcebo a Apelação da Defesa.

Remetam-se os autos ao egrégio TJ/RR.

Em: 28/04/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

1ª Vara Militar

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Lana Leitão Martins

PROMOTOR(A):

Carlos Paixão de Oliveira

Ricardo Fontanella

ESCRIVÃO(Ã):

Djacir Raimundo de Sousa

Ação Penal

097 - 0014354-38.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.014354-3

Réu: B.A.R.S.

Intime-se o Condenado, através do Comando da PM/RR, a comparecer imediatamente no cartório da Vara.

Em: 28/04/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Advogados: Ivone Vieira de Lima Rodrigues, Luiz Geraldo Távora Araújo, Eugênia Louriê dos Santos, Welington Albuquerque Oliveira

098 - 0004488-98.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.004488-5

Indiciado: C.G.C. e outros.

Com a saída do Juiz excepto, o pedido de fls. 245/247 perdeu o objeto. Designe-se data para o interrogatório dos Réus José de Souza e Fábio Coletto.

Requisitem-se os Réus e os membros do Conselho.

Publique-se a data para intimação da Defesa.

Em: 28/04/15

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Advogados: Henrique Edurado Ferreira Figueredo, Luciana Rosa da Silva, Paulo Luis de Moura Holanda, Luiz Geraldo Távora Araújo, Enrico Dias Ko Freitag

Vara Crimes Trafico

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Luiz Alberto de Moraes Junior

PROMOTOR(A):

André Paulo dos Santos Pereira

Carlos Alberto Melotto

José Rocha Neto

ESCRIVÃO(Ã):

Flávio Dias de Souza Cruz Júnior

Ação Penal

099 - 0023092-93.2002.8.23.0010

Nº antigo: 0010.02.023092-5

Réu: Danny Douglas Guedes Consolin

Decisão: Liminar concedida.

Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetiva-est.idoso

100 - 0100541-25.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.100541-0

Indiciado: M.W.D.

DECISÃO

- O acusado MÁRCIO WIKENS DUARTE apresentou resposta à acusação (fl. 224), alegando que não são verdadeiras as imputações constantes da denúncia, requerendo a oitiva das mesmas testemunhas arroladas pela acusação.

- Da análise das argumentações contidas na mencionada peça de defesa, vê-se que não há nenhuma das justificativas para absolvição sumária, previstas nos art. 397 do CPP.

III - Assim, designe-se audiência de instrução e julgamento.

IV - Intimem-se.

V - Expedientes de Estilo.

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

101 - 0197525-66.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.197525-1

Réu: Evandro João

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

Auto Prisão em Flagrante

102 - 0003572-93.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003572-2

Autor: Silas da Silva Souza

É o breve e sucinto relatório. Decido.

Como visto, as providências legais atinentes à homologação da prisão em flagrante e a sua conversão em prisão preventiva foram decididas nestes autos. as quais ratifico neste momento, para determinar a expedição do competente mandado de prisão em desfavor de SILAS DA SILVA SOUZA, atentando-se para o fato de haver sido recebida denúncia contra o ora flagrantado, sendo necessária, também, a sua citação, conforme autos nº 0010 15 003614-2.

Junte-se cópia desta decisão e da decisão/sentença mencionadas. nos autos principais.

Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Publique-se e Cumpra-se.

Após os expedientes necessários, archive-se.

Boa vista/RR, 23 de abril de 2015

Nenhum advogado cadastrado.

103 - 0006733-14.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006733-7

Réu: Fabiulo Freire Franca

Decisão: Liminar concedida.

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

104 - 0002784-84.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.002784-1

Réu: José Roberto Gomes Damasceno

Decisão: Liminar concedida.

Nenhum advogado cadastrado.

105 - 0013169-57.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.013169-0

Réu: Jesse Moraes de Sousa

Decisão: Recebido o recurso com o efeito suspensivo.

Nenhum advogado cadastrado.

106 - 0004571-80.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.004571-6

Réu: Robervania Barreto de Freitas

Decisão: Processo suspenso ou sobrestado por decisão judicial. Prazo de 365 dia(s).

Nenhum advogado cadastrado.

107 - 0013052-32.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.013052-6

Réu: Miqueias Barbosa Pacheco e outros.

Decisão: Liminar concedida.

Nenhum advogado cadastrado.

108 - 0003443-88.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003443-6

Réu: Airton de Oliveira e outros.

Decisão: Liminar concedida.

Advogado(a): Maria Goreth Terças de Oliveira

Inquérito Policial

109 - 0018862-85.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.018862-3

Indiciado: S.S.L.

III -DISPOSITIVO

Ante o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público, para: CONDENAR a acusada SONJILA SOARES DE LIMA, como incurso nas penas do artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06.

Em observância ao princípio constitucional da individualização da pena, inscrito no art. 5º, inciso XLVI da CF/88, passa-se a fazê-lo. O nosso Código Penal adotou no art. 68 o sistema trifásico da dosimetria, onde numa primeira fase são analisadas as chamadas circunstâncias judiciais, após as atenuantes e agravantes genéricas e, por fim, as causas de aumento e de diminuição de pena. Se faz necessário, ainda, o que preceitua o artigo 42, da Lei nº 11.343/06, assim passo a dosar a respectiva pena da ré SONJILA a ser-lhe aplicada.

PRIMEIRA FASE

Diz o artigo 42 da Lei Anti Drogas:

"O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente".

Adaptando o dispositivo legal ao caso concreto, tem-se:

A natureza e a quantidade da droga apreendida:

"8,6g (oito grama e seis decigramas) de COCAÍNA", (Laudo à fl. 66/69); O local e as condições em que se desenvolveu a ação criminosa: a acusada GUARDAVA e MANTINHA EM DEPÓSITO o entorpecente em sua residência, mais precisamente na cômoda em seu quarto -conforme relatado nos autos.

As circunstâncias da prisão: dentro da legalidade e com a apreensão de forma regular.

A conduta e antecedentes do agente: o que fora demonstrado nos autos é capaz de negativa, possuindo a acusada, maus antecedentes, visto o trânsito em julgado em 28/08/2014, nos autos nº. 010 717752-7, pelo crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, admitido em juízo pela própria ré.

Passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal.

Analisando o disposto no artigo 59, do CCódigo Penal, para o crime tipificado no artigo 33, "caput", na modalidade "guardar" e "ter em depósito", da Lei 11.343/06, refiro que este deve ser aplicado de modo a complementar as exigências do legislador Anti Drogas.

Assim, tenho que a CULPABILIDADE da ré normal à espécie;

Os ANTECEDENTES são os fatos da vida pretérita praticados pelo agente, podendo ser bons ou maus, esses últimos os que merecem o reproche do Estado-juiz por se plasmarem em manifestação da incongruência entre os imperativos ético-jurídicos e o modo como o agente atua na comunidade como ser social que é. Tal modulador sinaliza, na oportuna expressão de Cezar Roberto Bittencourt (in Manual de Direito Penal, Parte Geral,

RT. 4a ed., pág. 531), "a maior ou menor afinidade do réu com a prática delituosa". No presente caso, a certidão de antecedentes criminais (anexa), autoriza a negatificação da circunstância;

A CONDUTA SOCIAL, pelos elementos constantes nos autos não pode ser valorada negativamente;

Não há elementos concretos para a aferição da PERSONALIDADE.

O MOTIVO do crime se constitui pelo desejo de lucro fácil, ordinário ao próprio tipo, não podendo ser negatificado.

A prática do crime certamente acarretou CONSEQUÊNCIAS no meio social, em virtude de que a ré confessou (em sede policial) a efetiva venda de drogas nesta cidade.

As CIRCUNSTÂNCIAS, como já frisado são as relatadas nos autos, não merecendo ser negatificadas.

O COMPORTAMENTO DA VÍTIMA, no caso o Estado, em nada contribuiu para a prática da infração penal.

À vista das circunstâncias judiciais já analisadas individualmente, tanto para a reprimenda privativa de liberdade, quanto para a repressão de multa, fixo as penas, observando o sistema trifásico, para o crime tipificado no art. 33, "caput", da Lei 11.343/06, (pena reclusão 5/15 anos e pagamento de 500/1500 dias-multa), em desfavor da acusada, do seguinte modo:

Há, pois, circunstâncias judiciais desfavoráveis à ré, sobretudo as que referem aos maus antecedentes, as consequências do delito e o comportamento da vítima, de modo que a pena base deve se afastar do mínimo legal. Todavia, não se pode simplesmente impor a pena-base por quantificação das circunstâncias judiciais, como se fossem números somados de forma matemática; e não critérios a serem valorados.

Respeito, assim, orientação jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal nos acórdãos que proferiu no HC 90024, Rei. Min. Eros Grau, Segunda Turma, julgado em 13/03/2007 e no HC 84120, Rei. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, julgado em 22/06/2004, este, pela clareza da ementa, merece transcrição:

Individualização da pena: motivação idônea para a fixação de pena-base acima do mínimo. I. A pluralidade de motivos alinhados na sentença, para fixar a pena-base acima do mínimo da cominação legal, subtrai a relevância, pelo menos para o julgamento deste habeas corpus, da posterior absolvição do paciente no processo a que então respondia por fato similar. 2. A ponderação das circunstâncias judiciais do art. 59 do C.Pcn., não é uma operação aritmética: por isso, seria temerário asseverar que da subtração de um dentre os diversos dados negativos, aos quais aludiu a sentença, resultasse necessariamente a fixação de pena menor. (STF, HC 84120, Rei. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, julgado em 22/06/2004, DJ 20-08-2004) (destaquei)

Fixo, diante de tal perspectiva, como necessário e prevenção do crime, a PENA-BASE 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos e cinquenta) dias-multa, esclarecendo que a pena base foi fixada acima da pena mínima em abstrato considerando também as circunstâncias do artigo 42, da Lei Federal nº 11.343/2006, conforme acima suficientemente analisado e ponderado.

SEGUNDA FASE

Não há circunstâncias agravantes. Contudo, verifico que a ré confessou o crime em sede extrajudicial, sendo tais declarações - juntamente com o farto conjunto probatório - balizadores para fundamentar o decreto condenatório. A detalhada confissão extrajudicial da denunciada, a qual foi corroborada em sede judicial pelos depoimentos das testemunhas de acusação levam a esta conclusão, devendo ser considerada como uma atenuante. Nesse sentido:

"(...) A confissão extrajudicial, ainda que retratada em juízo, deve ser reconhecida como circunstância atenuante pelo julgador se serviu de fundamento para sustentar a condenação, nos termos do artigo 65, inciso III, alínea 'd', do Estatuto Repressivo /...;"STJ,HC50975/MS.

Nesse passo, atento à circunstância atenuante da confissão, disposta no art. 65, inc. III, alínea "d", do Código Penal, atenuo a pena em 1 (um) ano e 2 (dois) meses, resultando a pena em 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 580 (quinhentos e oitenta) dias-multa.

TERCEIRA FASE

Neste terceiro momento de aplicação da pena, não existem dúvidas doutrinárias ou jurisprudenciais, quanto à possibilidade da aplicação extrapolar os limites pré-estabelecidos na norma penal incriminadora. seja em seu mínimo ou máximo.

No presente caso, não há causa de aumento de pena. Da mesma forma não constato causa de diminuição, sequer aquela prevista no § 4º, do artigo 33, da Lei 11.343/06, tendo em vista os maus antecedentes já apontados em condenação por delito idêntico, transitado em julgado, conforme Certidão de Antecedentes Criminais (anexo)

Desse modo, das circunstâncias extraídas dos autos, mantenho a pena estipulada na segunda fase de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 580 (quinhentos e oitenta) dias-multa; pena esta que à míngua de outras causas de aumento ou diminuição torno DEFINITIVA. Em observância às condições econômicas da ré, conforme o que determina o artigo 43, da Lei nº 11.343/2006, fixo o valor unitário do dia-multa no equivalente a um trinta avós do salário mínimo vigente à época

do fato, que deverá ser corrigido na forma do §2º, do artigo 49, do Código Penal e recolhido em conformidade com o artigo 50, do mesmo diploma legal (v. Resp 97055/DF, Rei. Min. Edson Vidigal, j. 19.08.1997, DJ 22.09.1997).

Quanto ao regime inicial de cumprimento da pena, o art. 2º, § 1º, da Lei n.º 8.072/90, prevê que a pena por crime hediondo ou equiparado deve ser cumprida inicialmente em regime fechado. Todavia o Plenário do STF julgou essa previsão inconstitucional (HC 111840/ES, rei. Min. Dias Toffoli, 27/6/2012). Assim o regime inicial nas condenações por crimes hediondos ou equiparados (verba gratia, tráfico de drogas) não tem que ser obrigatoriamente o fechado, podendo ser também o regime semiaberto ou aberto, desde que presentes os requisitos do art. 33, § 2º, alíneas 'b' e 'c', do Código Penal.

Todavia, fixo o regime fechado para o início do cumprimento da pena, conforme determinação do art. 2º, §1º da Lei n.º 8.072/90 e porque as circunstâncias pessoais analisadas, sobretudo os maus antecedentes, não recomenda regime menos gravoso.

Impossível a conversão em pena restritiva de direitos (CP, art. 44) ou concessão do benefício que trata o art. 77, do Código Penal, diante da análise negativa de algumas das circunstâncias judiciais antes realizadas, sobretudo em razão dos maus antecedentes, a demonstrar que a substituição não seria suficiente. A própria pena aplicada, superior a quatro anos, afasta o requisito objetivo. Também no ponto, perfilho de hodierno entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "(...) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, para condenado por crime de narcotráficação, não atende ao disposto no art. 44, 111 do CPB, sendo insuficiente e inadequada qualitativamente à prevenção do delito, à reprovação da conduta ou à ressocialização do agente.Ç..)" (STJ, MC. 165.524/SP, Rei. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 17/06/2010, DJe 02/08/2010).

Nego à acusada o direito da apelar em liberdade, tendo em vista que se encontra presa, e nesta condição deve permanecer face aos

maus antecedentes verificados, forte ainda no preceito do art. 59, da Lei n.º 11.343/06.

Condeno a acusada ao pagamento das custas processuais.

Quanto à perda dos bens, esta só deve ser declarada caso seja estabelecido um nexo lógico com a atividade de traficância, nos termos do art. 62, da Lei 11.343/06. Assim, dos bens apreendidos que constam do Auto de Apresentação e Apreensão (fl. 09), não há pedido expresso do Ministério Público para se declarar perdidos, tampouco observo pela análise dos autos prova da relação imperativa com o tráfico, devendo todos ser restituídos (salvo logicamente o entorpecente - item 1) à ré. Em relação à droga apreendida, nos termos do artigo 58, § 1º, da Lei 11.343/06, determino a destruição da substância entorpecente apreendida, na forma do art. 32, § 1º, da mesma Lei, guardando fração da substância para eventual contraprova.

Expeça-se, imediatamente, Guia de Execução Provisória nos moldes em que determina o Conselho Nacional de Justiça.

Após o trânsito em julgado desta sentença, lance-se o nome da ré no rol dos culpados, com as devidas comunicações aos órgãos competentes (Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Instituto de Identificação Civil e Criminal da Secretaria de Segurança Pública de Roraima e Superintendência Regional da Polícia Federal), bem como determino a expedição de guia para execução da pena.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista, 28 de abril de 2015. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR

Advogado(a): Layla Hamid Fontinhas

110 - 0001615-57.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.001615-1

Indiciado: C.L.C. e outros.

Decisão: Liminar concedida.

Nenhum advogado cadastrado.

111 - 0003614-45.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003614-2

Indiciado: S.S.S.

Decisão: Recebido a Denúncia.

Nenhum advogado cadastrado.

Liberdade Provisória

112 - 0003672-48.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003672-0

Réu: Camila Gomes Mendes de Souza

Decisão: Liminar concedida.

Advogado(a): Elildes Cordeiro de Vasconcelos

113 - 0003812-82.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003812-2

Réu: Francisco Brito Chagas

Em face do exposto, adoto na íntegra o parecer do Ministério Público como razão de decidir e INDEFIRO o pedido de fls. 02/06, do acusado

FRANCISCO BRITO CHAGAS, mantendo intacta a decisão que homologou a sua prisão em flagrante

Advogados: Paulo Luis de Moura Holanda, Antonio Neiga Rego Junior

114 - 0003859-56.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003859-3

Réu: Airton de Oliveira

Em face do exposto, adoto na íntegra o parecer do Ministério Público como razão de decidir e INDEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA/Substituição da Prisão, e, consequentemente, de aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP do acusado AÍRTON DE

OLIVEIRA, mantendo intacta a decisão que homologou a sua prisão em flagrante. convertendo-a em prisão preventiva

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após arquivem-se

Boa Vis :a/RR, 28 de abril de 2015

Advogado(a): Maria Goreth Terças de Oliveira

115 - 0003860-41.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003860-1

Réu: Josue Soares Dias

INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA DO ACUSADO JOSUÉ SOARES DIAS.

Advogados: Maria Goreth Terças de Oliveira, Danielle Queiroz Ribeiro

Proced. Esp. Lei Antitox.

116 - 0013971-89.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.013971-1

Réu: Marciel Gomes Pereira

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogado(a): Gardênia de Fátima Figueiredo Pereira

117 - 0000576-93.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.000576-1

Indiciado: C.A.R.C. e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogados: Ednaldo Gomes Vidal, Mauro Silva de Castro, Fernando Marco Rodrigues de Lima, Marco Antônio da Silva Pinheiro, Elisa Jacobina de Castro Catarina, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Dolane Patrícia Santos Silva Santana, Frederico Silva Leite, Temair Carlos de Siqueira, João Alberto Sousa Freitas, Caio Roberto Ferreira de Vasconcelos, Bruno Liandro Praia Martins

118 - 0005828-77.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.005828-1

Réu: Paulo Kleney Carvalho Bezerra

III- DISPOSITIVO

Em face do exposto, e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO ESTATAL, para desclassificar a conduta do acusado para o crime de uso de drogas, capitulado no art. 28 da Lei 11.343/2006.

Analisando as diretrizes traçadas pelo art. 59 do Código Penal, verifico que o acusado agiu com culpabilidade inerente à espécie, nada tendo a se valorar; antecedentes imaculados, conforme súmula 444 do STJ; não foram colhidos elementos para que se pudesse aferir sua personalidade e conduta social, assim como os motivos que o levaram a cometer o delito; as circunstâncias e consequências do crime não ultrapassam a prevista no tipo legal; por fim, a vítima em nenhum momento contribuiu para a prática do crime, pois esta é o Estado.

À vista destas circunstâncias e com base no §3º do art. 28 da Lei 11.343/06, fixo a pena-base em 03 (três) meses de prestação de serviços à comunidade.

Reconhecida a atenuante da confissão espontânea e não havendo agravantes, reduzo a pena para 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias de prestação de serviços à comunidade, tornando-a definitiva, à míngua de causas de aumento ou de diminuição da pena, em instituição a ser designada pelo Juízo da Vara Competente (DIAPEMA).

Assim, fica o réu em tela condenado a definitivamente a pena de 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias de prestação de serviços à comunidade. O réu poderá recorrer em liberdade.

Encaminhe o cartório os documentos necessários à DIAPEMA, para o cumprimento desta decisão.

Custas pelo acusado, mas isentando-o do pagamento, vez que amparado pela Defensoria Pública do Estado.

Órgãos de praxe.

Transitada em julgado, comunique-se aos

Publique-se;

Registre-se;

Intime-se o Ministério Público e a DPE, ambos pessoalmente.

Cumpra-se.

cauteladas de praxe.

Arquive-se após observadas as devidas

Boa Vis a, 23 de Abril de 2015. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR

Nenhum advogado cadastrado.

119 - 0018622-33.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.018622-3

Réu: Carlos Segundo Castillo Semillan e outros.
revelia decretada

Advogado(a): Jose Vanderi Maia

120 - 0000576-59.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.000576-9

Réu: Ismaildo Mariano de Faria e outros.

Diante da falta de interesse da defesa, na oitiva das testemunhas faltantes, declaro encerrada a instrução (lts. 281).

Ouvidas as testemunhas e já realizados os interrogatórios, vista ao Ministério Público e à Defesa técnica, para memoriais.

Boa Vista/RR, 28 de abril de 2015. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR
Advogados: Silas Cabral de Araújo Franco, Ildo de Rocco, Aldiane Vidal Oliveira

121 - 0020034-62.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.020034-5

Réu: Roberto Sipriano da Silva e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogados: Germano Nelson Albuquerque da Silva, Tanner Pinheiro Garcia, Diego Victor Rodrigues Barros

Rest. de Coisa Apreendida

122 - 0020131-96.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.020131-1

Autor: Thinara Rodrigues Sarmento e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogado(a): Jose Vanderi Maia

Inquérito Policial

123 - 0004247-56.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004247-0

Indiciado: M.R.R.S.

improcedente

Nenhum advogado cadastrado.

Proced. Esp. Lei Antitox.

124 - 0002122-18.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.002122-7

Réu: Waldiney de Alencar Sousa e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

Vara Execução Penal

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
PROMOTOR(A):
Anedilson Nunes Moreira
Carlos Paixão de Oliveira
ESCRIVÃO(A):
Glener dos Santos Oliva

Execução da Pena

125 - 0068939-84.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.068939-1

Sentenciado: Erismar Duran da Silva

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 23/06/2015, às 10h45min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 986v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 22/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 10:45 horas.

Advogados: Ronnie Gabriel Garcia, Ildo de Rocco

126 - 0068985-73.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.068985-4

Sentenciado: Celso de Castro Parentes

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 07/07/2015, às 10h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 741.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 10:00 horas.

Advogado(a): Lenir Rodrigues Santos Veras

127 - 0070046-66.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.070046-1

Sentenciado: Océlis França de Oliveira

Vistos em inspeção.

Solicite-se resposta do expediente de fls. 568, no prazo de 48h.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Lenir Rodrigues Santos Veras

128 - 0070140-14.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.070140-2

Sentenciado: Miguel Miranda Martins Neto

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 16/06/2015, às 9h30min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 620v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 16/06/2015 às 09:30 horas.

Advogado(a): Leandro Vieira Pinto

129 - 0081603-16.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.081603-4

Sentenciado: Angelino Ribeiro Gomes Barbosa

Vistos em inspeção.

Designo o dia 14/07/2015, às 09h15min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 853/854.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Boa Vista/RR, aos 17/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 14/07/2015 às 09:15 horas.

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

130 - 0083102-35.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.083102-5

Sentenciado: Cleidson Garcia Ribeiro

Vistos em inspeção.

Vistas ao "Parquet".

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogados: Ednaldo Gomes Vidal, Luiz Eduardo Silva de Castilho

131 - 0106756-17.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.106756-8

Sentenciado: Valcleson da Silva Soares

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos..

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Reeducando com conduta "má". Sem direito a benefícios por enquanto.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Advogado(a): Terezinha Muniz de Souza Cruz

132 - 0108504-84.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.108504-0

Sentenciado: Tony Mackson Gastão de Medeiros

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 16/06/2015, às 9h45min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 463/467.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Revogo a designação de fls. 462.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 27/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 16/06/2015 às 09:45 horas.

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

133 - 0127416-95.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.127416-2

Sentenciado: Ilson Bento da Silva

Vistos em inspeção.

Requisite-se informações a U.P quanto o estado de saúde do reeducando, prazo 24h, posto o pedido de P. domiciliar formulado pela DPE.

Que o cartório junte cópia dos doc. de fls. 985/988 nos autos de Jardeilson Ribeiro Pinto.

Boa Vista/RR, aos 28/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

134 - 0127417-80.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.127417-0

Sentenciado: José Ferreira de Sousa

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Lenir Rodrigues Santos Veras

135 - 0132552-73.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.132552-7

Sentenciado: Anderson Monteiro Alves

Vistos em inspeção.

Acolho a cota ministerial, fls. 570. Designe-se o dia 07/07/2015, às 11h00min, para audiência de justificação.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao (à) reeducando(a).

Deixo de deferir a sanção disciplinar, uma vez que esta já ocorreu há mais de 30 dias.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 11:00 horas.

Advogado(a): Lenir Rodrigues Santos Veras

136 - 0134089-07.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.134089-8

Sentenciado: Roney Carvalho Santana

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Inutilize-se o selo de fls. 04; desentranhe-se as fls. 112 "usque" 128 à vepema, nos termos da portaria 91/2014; Por fim, cnele-se o cadastro dos autos nº 001011010120-0, já que corresponde aos autos nº 001008184020-8.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Lenir Rodrigues Santos Veras

137 - 0152718-92.2007.8.23.0010

Nº antigo: 0010.07.152718-7

Sentenciado: Hamilton Pires Alves

Vistos em inspeção.

Vistas ao "Parquet".

Após a inspeção, venham os autos conclusos.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

138 - 0160825-28.2007.8.23.0010

Nº antigo: 0010.07.160825-0

Sentenciado: Cleuto Braga de Oliveira

Vistos em inspeção.

Designo o dia 07/07/2015, às 10h15min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 254.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 10:15 horas.

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

139 - 0183849-51.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.183849-1

Sentenciado: Milton Lobato da Silva

Vistos em inspeção.

Designo o dia 23/06/2015, às 10h15min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 573.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 10:15 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

140 - 0183952-58.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.183952-3

Sentenciado: Regivan de Freitas Oliveira

Vistos em inspeção.

Acolho o pedido da Defesa, fls. 289. Designe-se o dia 18/06/2015, às 10h30min, para audiência de justificação

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 18/06/2015 às 10:30 horas.

Advogado(a): João Alberto Sousa Freitas

141 - 0191177-32.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.191177-7

Sentenciado: Lourivan Lima Freitas

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 22 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

142 - 0207908-69.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.207908-5

Sentenciado: Cleubevan Alves Ribeiro

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 22 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

143 - 0208525-29.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.208525-6

Sentenciado: Alberto Rodrigues Ferreira Lopes

Vistos em inspeção.

Vistas ao "Parquet".

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Terezinha Muniz de Souza Cruz

144 - 0213256-68.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.213256-1

Sentenciado: Railson Oliveira Pires

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 23/06/2015, às 10h30min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 419.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 17/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 10:30 horas.

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

145 - 0001989-49.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.001989-1

Sentenciado: Cleudiana Alves Ribeiro

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 18/06/2015, às 09h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 381.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 27/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 18/06/2015 às 09:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

146 - 0002005-03.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.002005-5

Sentenciado: Altair Sobral de Araujo

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 23/06/2015, às 10h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 322.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 10:00 horas.
Advogado(a): Diego Victor Rodrigues Barros

147 - 0002021-54.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.002021-2

Sentenciado: Antonio Hildemar Campos

Vistos em inspeção.

Designo o dia 23/06/2015, às 09h30min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 306.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 09:30 horas.

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

148 - 0002034-53.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.002034-5

Sentenciado: Elias Monteiro

Vistos em inspeção.

Designo o dia 18/06/2015, às 10h00min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 241/242.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 18/06/2015 às 10:00 horas.

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

149 - 0010413-80.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.010413-1

Sentenciado: Marquiones Brito

Vistos em inspeção.

Designo o dia 02/06/2015, às 11h00min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 241/245.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 02/06/2015 às 11:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

150 - 0011136-02.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.011136-7

Sentenciado: Luiz Marcos da Silva Soares

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 07/07/2015, às 10h45min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 243.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 10:45 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

151 - 0001029-59.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.001029-4

Sentenciado: Francimar Bezerra Lopes

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 07/07/2015, às 10h30min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 178.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 22/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 10:30 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

152 - 0001037-36.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.001037-7

Sentenciado: Wilson Pereira Aleixos

Vistos em inspeção.

À SEJUC para realização do exame criminológico.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

153 - 0001062-49.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.001062-5

Sentenciado: Felipe Soares de Souza

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 16/06/2015, às 10h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 209.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 16/06/2015 às 10:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

154 - 0008868-38.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.008868-8

Sentenciado: Etevaldo Alves Ribeiro

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 23/06/2015, às 9h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 150.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 17/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 09:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

155 - 0009960-51.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.009960-2

Sentenciado: Raylan Vitor Barbosa

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

156 - 0005015-84.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.005015-7

Sentenciado: Rubelmar Castro de Souza

Vistos em inspeção.

Designo o dia 11/06/2015, às 10h30min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 192/194.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Elabore-se novo cálculo, já que o cálculo de fls. 190 "usque" 191 não condiz com as informações dos autos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 27/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 11/06/2015 às 10:30 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

157 - 0005035-75.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.005035-5

Sentenciado: Paulo James Mercedes Ferreira

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Considerando a notícia veiculada em jornal local, cópia anexa, solicite-se a certidão de óbito aos cartórios de registro civil. Após, conclusos.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Elânia Cristina Fonseca do Nascimento

158 - 0005050-44.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.005050-4

Sentenciado: Carlos Heronildo Pereira Martins

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Ciência ao reeducando, quanto ao documento de fl. 197.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

159 - 0007866-96.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.007866-1

Sentenciado: Geveson Doria Martins

Vistos em inspeção.

Acolho a cota ministerial, fls. 189. Designe-se o dia 07/07/2015, às 09h30min, para audiência de justificação.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Deixo de apreciar a sanção disciplinar, uma vez que esta já ocorreu há mais de 30 dias.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 09:30 horas. Nenhum advogado cadastrado.

160 - 0008806-61.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.008806-6

Sentenciado: Ronilson de Sousa Silva

Vistos em inspeção.

À SEJUC para realização do exame criminológico.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

161 - 0008810-98.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.008810-8

Sentenciado: Thiago Leão da Silva

Vistos em inspeção.

Cumpra-se, na íntegra, o despacho/decisão/sentença de fls. 241.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao (à) reeducando(a).

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal

Advogado(a): Elias Bezerra da Silva

162 - 0013600-28.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.013600-6

Sentenciado: Douglas Pereira Casusa

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 16/06/2015, às

10h15min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 119.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de

JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 16/06/2015 às 10:15 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

163 - 0013615-94.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.013615-4

Sentenciado: Jefferson Kennedy da Silva

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

164 - 0016775-30.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.016775-3

Sentenciado: Diogo Mendes de Andrade

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Reeducando preventivado, sem direito a benefícios. Ciência ao reeducando, quanto ao documento de fl. 143

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

165 - 0016800-43.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.016800-9

Sentenciado: Marcelo de Oliveira Macedo

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 07/07/2015, às

09h45min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 181.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de

JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 09:45 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

166 - 0016830-78.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.016830-6

Sentenciado: Paulo Rocha da Silva

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 16/06/2015, às

10h45min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 99.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 17/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO

designada para o dia 16/06/2015 às 10:45 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

167 - 0016855-91.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.016855-3

Sentenciado: Kleyton Carlos Martins de Almeida

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 16/06/2015, às

11h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 115v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de

JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 16/06/2015 às 11:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

168 - 0008155-92.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008155-6

Sentenciado: Francisco Coelho de Oliveira

Vistos em inspeção.

À SEJUC para realização do exame criminológico.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

169 - 0008168-91.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008168-9

Sentenciado: Mairo Atayalla de Oliveira

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 14/07/2015, às

09h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 112.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 17/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO

designada para o dia 14/07/2015 às 09:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

170 - 0008207-88.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008207-5

Sentenciado: Ricardo Rodrigues Lopes

Vistos em inspeção.

Designo o dia 11/06/2015, às 10h45min, para audiência de justificação,

acerca dos fatos de fls. 128/129.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO

designada para o dia 11/06/2015 às 10:45 horas.

Advogados: Thiago Amorim dos Santos, Antonio Neiga Rego Junior

171 - 0014065-03.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.014065-9

Sentenciado: Rhadryan Collares de Souza Lima

Vistos em inspeção.

Acolho a cota ministerial de fl. 103. Proceda-se como requerido.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao reeducando.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Leandro Vieira Pinto

172 - 0014066-85.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.014066-7

Sentenciado: Anderson Sampaio Andrade

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Ildo de Rocco

173 - 0014082-39.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.014082-4

Sentenciado: Servílio Andrade Magalhaes

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Onde se lê: "... 152 dias ...", "leia-se: "... 50 dias ...", na decisão de fls. 64.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

174 - 0018040-33.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.018040-8

Sentenciado: Eric Viriato da Silva

Designo o dia 18/06/2015, às 11h00min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 123/134.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 22/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 18/06/2015 às 11:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

175 - 0018042-03.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.018042-4

Sentenciado: Maxmiliano Almeida Costa

Vistos em inspeção.

Designo o dia 18/06/2015, às 09h30min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 109/110.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 18/06/2015 às 09:30 horas.

Advogado(a): Maria Gorete Moura de Oliveira

176 - 0002829-20.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002829-0

Sentenciado: Francisco Almeida da Costa Neto

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 07/07/2015, às 09h15min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 81v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 09:15 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

177 - 0002832-72.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002832-4

Sentenciado: Evanilson Rosa Menezes

Vistos em inspeção.

Designo o dia 23/06/2015, às 11h00min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 192.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 11:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

178 - 0002841-34.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002841-5

Sentenciado: Christian Cruz Chung Tiam Fook

Vistos em inspeção.

Vistas ao "Parquet".

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Atende-se o servidor para o cumprimento, na íntegra, da decisão de fl. 132, no que diz respeito à elaboração de novo cálculo.

Boa Vista/RR, 17 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Advogado(a): Ben-hur Souza da Silva

179 - 0002846-56.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002846-4

Sentenciado: Adriano Farias

Vistos em inspeção.

Acolho o pedido da Defesa, fls. 61. Designe-se o dia 18/06/2015, às 10h15min, para audiência de justificação

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de

JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 18/06/2015 às 10:15 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

180 - 0002847-41.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002847-2

Sentenciado: Moisés Batista de Abreu

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 07/07/2015, às 09h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 56v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 07/07/2015 às 09:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

181 - 0002850-93.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002850-6

Sentenciado: Francisco das Chagas Brasil Alves

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Solicite-se frequência do trabalho interno, desde 05/14.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

182 - 0002880-31.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002880-3

Sentenciado: Abraão da Silva Gomes

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Cumram-se as demais formalidades da sentença, fls. 97, após, arquivem-se estes autos, observando as normas da Corregedoria Geral de Justiça - CGJ.

Boa Vista/RR, 24 de abril de 2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Edson Gentil Ribeiro de Andrade

183 - 0011060-36.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.011060-1

Sentenciado: Israel Sampaio Tuiara

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Caso não haja alteração na sua conduta, terá direito a benefícios em 12/05/2015.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

184 - 0011069-95.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.011069-2

Sentenciado: Sílvio Gilberto Hermes Barata

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 18/06/2015, às 09h45min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 39v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 18/06/2015 às 09:45 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

185 - 0011088-04.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.011088-2

Sentenciado: George Jerry Souza da Silva

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

186 - 0011090-71.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.011090-8

Sentenciado: Hemerson da Silva dos Santos

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 16/06/2015, às

10h30min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 43.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 27/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juiza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 16/06/2015 às 10:30 horas. Nenhum advogado cadastrado.

187 - 0012957-02.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.012957-7

Sentenciado: Lourival Araujo Borges Neto

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Que a PAMC proceda a baixa dos autos 2008.42.00.000011-7, a fim de corrigir a certidão carcerária, uma vez que a pena foi declarada extinta por indulto, ver publicação anexa.

Boa Vista/RR, 22 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juiza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

188 - 0012961-39.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.012961-9

Sentenciado: Edson França de Carvalho

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 23/06/2015, às 9h15min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 37.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 27/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juiza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 09:15 horas. Nenhum advogado cadastrado.

189 - 0015685-16.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.015685-1

Sentenciado: Darlyson Sousa dos Santos

Vistos em inspeção.

Elabore-se calculadora, para análise do indulto de fls. 25/26. Por fim, cancele-se a designação de fls. 24v, até que seja apreciado o pedido de indulto, já que deve ter prevalência em sua análise. Dê-se vista ao "Parquet".

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 17 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juiza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

190 - 0015687-83.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.015687-7

Sentenciado: Halbert Ataiek Lima de Araujo

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 18/06/2015, às 09h15min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 41v.

Encaminhe-se à unidade prisional, cópia da guia de execução de fl. 03, a fim de corrigir a certidão carcerária do reeducando.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 22/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juiza da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 18/06/2015 às 09:15 horas. Nenhum advogado cadastrado.

191 - 0018967-62.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.018967-0

Sentenciado: Tiago Alencar de Souza

Vistos em inspeção.

Ouçam-se o Conselho Penitenciário e o Ministério Público, após, venham os autos conclusos.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, 22 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juiza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

192 - 0018971-02.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.018971-2

Sentenciado: Edmar de Lima Batista

Vistos em inspeção.

Acolho a cota ministerial, fls. 44. Designe-se o dia 23/06/2015, às 09h45min, para audiência de justificação.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juiza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 23/06/2015 às 09:45 horas. Nenhum advogado cadastrado.

193 - 0018989-23.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.018989-4

Sentenciado: Vones Ferreira da Silva

Vistos em inspeção.

Vistas ao "Parquet".

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Joana Sarmento de Matos

Juiza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

194 - 0019011-81.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.019011-6

Sentenciado: Pedro Rodolfo Bezerra dos Santos

Vistos em inspeção.

Solicite-se resposta do expediente de fls. 54, em caráter de extrema urgência.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juiza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

195 - 0000220-30.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000220-1

Sentenciado: John Lenny Barbosa do Nascimento

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 09/06/2015, às 11h00min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 47v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juiza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 09/06/2015 às 11:00 horas. Nenhum advogado cadastrado.

196 - 0000225-52.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000225-0

Sentenciado: João Paulo Melo Guedes

Vistos em inspeção.

Vistas ao "Parquet".

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 22 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juiza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

197 - 0000245-43.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000245-8

Sentenciado: Francisco dos Santos da Silva

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juiza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

198 - 0000248-95.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000248-2

Sentenciado: Jonenson Pereira de Oliveira

Vistos em inspeção.

Designo o dia 11/06/2015, às 11h00min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 36/37.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 24/4/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juiza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 11/06/2015 às 11:00 horas. Nenhum advogado cadastrado.

199 - 0000256-72.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000256-5

Sentenciado: Tarcisio Souza Costa

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 22 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juiza de Direito titular da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

200 - 0100199-14.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.100199-7

Sentenciado: Cidinei da Silva Serrão

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Cumpram-se as demais formalidades da sentença, fls. 583, após, arquivem-se estes autos, observando as normas da Corregedoria Geral de Justiça - CGJ.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Advogado(a): Lenir Rodrigues Santos Veras

201 - 0001987-79.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.001987-5

Sentenciado: Valmir Ferreira Nascimento Filho

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Cumpram-se as demais formalidades da sentença, fls. 103, após, arquivem-se estes autos, observando as normas da Corregedoria Geral de Justiça - CGJ.

Boa Vista/RR, 23 de abril de 2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

Vara Execução Penal

Expediente de 29/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
PROMOTOR(A):
Anedilson Nunes Moreira
Carlos Paixão de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Glener dos Santos Oliva

Execução da Pena

202 - 0134039-78.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.134039-3

Sentenciado: Antonio Carlos Cunha Delmira

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 18/06/2015, às 10h45min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 321v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/04/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

203 - 0183961-20.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.183961-4

Sentenciado: Célio da Silva Lima

Vistos em inspeção.

Designo o dia 14/07/2015, às 09h45min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 325.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

204 - 0008878-82.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.008878-7

Sentenciado: Rafael Oliveira Silva

Vistos em inspeção.

Designo o dia 25/06/2015, às 09h00min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 223/226.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Junte-se o documento da contracapa.

Boa Vista/RR, aos 22/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal

Advogado(a): Antônio O.f.cid

205 - 0008895-21.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.008895-1

Sentenciado: Sebastião Frank Santos da Silva

Vistos em inspeção.

Designo o dia 14/07/2015, às 10h30min, para audiência de justificação, acerca dos fatos de fls. 226/229.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, aos 23/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

206 - 0014074-62.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.014074-1

Sentenciado: Gerson Pereira dos Santos

Vistos em inspeção.

Defiro sanção de 30 dias.

Designo o dia 25/06/2015, às 09h15min, para aud. de justificação. Comunique-se a U.P.

Intimem-se.

Boa Vista/RR, aos 24/3/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

207 - 0015737-12.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.015737-0

Sentenciado: Jessimar Santos Rodrigues

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 14/07/2015, às 09h30min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 45v.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos

Boa Vista/RR, aos 23/04/2015.

Joana Sarmento de Matos

Juíza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

208 - 0213259-23.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.213259-5

Sentenciado: José Vitor da Silva Júnior

Vistos em inspeção.

Em razão da inspeção judicial, redesigno o dia 25/06/2015, às 09h30min, para audiência de justificação, ora designada às fls. 350/352.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Boa Vista/RR, aos 22/4/2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

Juíza da Vara de Execução Penal

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

Vara de Plantão

Expediente de 27/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes
Adriano Ávila Pereira
Alessandro Tramuja Assad
Alexandre Moreira Tavares dos Santos
André Paulo dos Santos Pereira
Anedilson Nunes Moreira
Carla Cristiane Pipa
Carlos Alberto Melotto
Carlos Paixão de Oliveira
Cláudia Parente Cavalcanti
Cleonice Maria Andriago Vieira da Silva
Edson Damas da Silveira
Erika Lima Gomes Michetti
Fábio Bastos Stica
Hevandro Cerutti
Ilaine Aparecida Pagliarini
Isaías Montanari Júnior
Janaína Carneiro Costa Menezes
Jeanne Christine Fonseca Sampaio
João Xavier Paixão
José Rocha Neto
Lucimara Campaner
Luiz Antonio Araújo de Souza
Luiz Carlos Leitão Lima
Madson Wellington Batista Carvalho
Márcio Rosa da Silva
Marco Antônio Bordin de Azeredo

Paulo Diego Sales Brito
Rafael Matos de Freitas Morais
Rejane Gomes de Azevedo
Renato Augusto Ercolin
Ricardo Fontanella
Roselis de Sousa
Sales Eurico Melgarejo Freitas
Sílvio Abbade Macias
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
Valmir Costa da Silva Filho
ESCRIVÃO(Ã):
André Ferreira de Lima
Camila Araújo Guerra
Djagir Raimundo de Sousa
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira
Elton Pacheco Rosa
Flávia Abrão Garcia Magalhães
Flávio Dias de Souza Cruz Júnior
Glener dos Santos Oliva
Larissa de Paula Mendes Campello
Liduína Ricarte Beserra Amâncio
Luciana Silva Callegário
Maria das Graças Barroso de Souza
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Guerra Azevedo
Shyrley Ferraz Meira
Terciane de Souza Silva
Tyanne Messias de Aquino
Wallison Larieu Vieira

Auto Prisão em Flagrante

209 - 0006801-61.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006801-2

Réu: Cláudio Roberto Moraes Silva

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto. Nenhum advogado cadastrado.

210 - 0006811-08.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006811-1

Réu: Mauro Rocha de Andrade

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto. Nenhum advogado cadastrado.

1ª Criminal Residual

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Jésus Rodrigues do Nascimento
PROMOTOR(A):
Adriano Ávila Pereira
Carla Cristiane Pipa
ESCRIVÃO(Ã):
Odivan da Silva Pereira

Ação Penal

211 - 0060746-80.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.060746-8

Réu: Onil Messias dos Santos

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 01/07/2015 às 12:40 horas. Nenhum advogado cadastrado.

212 - 0064869-24.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.064869-4

Indiciado: V.F.S. e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 01/07/2015 às 09:30 horas. Nenhum advogado cadastrado.

213 - 0194496-08.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.194496-8

Indiciado: C.A.R.C. e outros.

S E N T E N Ç A

Trata-se de ação penal na qual se encontra denunciado Hennison Thadeu Freitas Amorim, qualificado nos autos, denunciado nas penas do crime citado na epígrafe, acusado de no dia 02 de maio de 2008, na condição de escrivão de polícia, exigir e receber indevidamente a título de fiança, a quantia de R\$ 1.000,00 para liberar Raimundo de Jesus Lima de Oliveira, que alcoolizado, se envolveu num acidente de trânsito.

Narra a denúncia que, apesar de tratar-se de acidente de trânsito, o caso não foi encaminhado para o Distrito Policial competente, sendo lavrado o TCO nº 142/08, constando a assinatura do Delegado Plantonista, Daniel Ferreira Dias e do Escrivão Hennison Thadeu, figurando como autor do fato Raimundo de Jesus Lima de Oliveira e vítima Francisco Oliveira Matos.

Raimundo de Jesus Lima de Oliveira informou que não foi levado à presença do Delegado plantonista, não tendo assinado qualquer documento antes de ser liberado, e que sua esposa entregou R\$ 600,00 ao denunciado na delegacia, tendo ele ainda ido à sua casa para receber os R\$ 400,00 restantes.

Também narra a denúncia que as informações constantes do TCO nº 142/08, são conflitantes em relação a qualificação dos envolvidos, assim como restou provado por meio do laudo de exame pericial documentoscópico, a falsidade da assinatura do autor do fato no TCO. Posteriormente, no dia 03/05/2008, foi lavrado um outro TCO com a mesma numeração, relativo a outra ocorrência policial, com outros envolvidos, este, encaminhado ao judiciário no dia 09/05/2008, sendo este autêntico.

Em análise dos relatórios dos plantões, constatou-se não haver registro do TCO nº 142/08, que foi lavrado pelo acusado na madrugada do dia 02/05/2008 (cf. denúncia de fls. 02/05, com cinco testemunhas).

IP instaurado por portaria às fls. 07/420.

Às fls. 83/84 e 89/90 estão as cópias de dois TCOs com número 142/08, ambos inautênticos e lavrados pelo acusado.

Às fls. 3887/389, consta o segundo TCO com a numeração 142/08 (o verdadeiro), lavrado em 03/05/2008, pela escrivã Adriana Sousa dos Santos e enviado à Justiça em 09/05/2008.

Relatório de registros do plantão do dia 30/04/2008 e dia 03/05 para o dia 04/05/2008 às fls. 171/172.

Termo de depoimento na CORREGEPOL de Raimundo de Jesus Lima de Oliveira às fls. 239 e 294.

Termo de depoimento na CORREGEPOL de Raimunda Moreira de Oliveira às fls. 265/266.

Auto de reconhecimento fotográfico do acusado por Raimunda Moreira de Oliveira às fls. 311.

Termo de depoimento na CORREGEPOL de Hennison Thadeu Freitas Amorim às fls. 276/277.

Laudo de exame pericial documentoscópico e anexos às fls. 352/384.

O réu foi citado às fls. 450/451, tendo a Defesa apresentado resposta à acusação às fls. 453/456, na qual arrolou cinco testemunhas.

FAC às fls. 470.

Na audiência de instrução e julgamento do dia 04/08/2011 foram ouvidas 01 testemunha da denúncia e 04 testemunhas da defesa (cf. fls. 492/496).

No dia 05/12/2011 em continuidade à audiência, foram ouvidas 02 testemunhas da denúncia (cf. fls. 520/521).

Carta Precatória da oitiva da testemunha Daniel Ferreira Dias às fls. 578/579.

O Ministério Público desistiu das testemunhas Sebastião Lima de Oliveira e Raimundo Robson Lima de Oliveira às fls. 622.

No dia 05/06/2014 foi realizado o interrogatório do acusado (fls. 631).

Nas alegações finais o Ministério Público pediu a procedência da ação penal e a defesa a absolvição do acusado com fundamento no art. 386, VII do CPP (cf. fls. 633/638 e 642/656, respectivamente).

Vistos etc.

É o relatório. Passo a decidir.

Julgo que restou plenamente provada a responsabilidade penal do réu Hennison Thadeu Freitas Amorim pelo crime do artigo 317, § 1º, imputado na denúncia. Vejamos.

Hennison Thadeu, na qualidade de escrivão de polícia, no plantão do 1º DP, na madrugada do dia 02/05/2008, sabendo que Raimundo de Jesus Lima de Oliveira, preso em flagrante pela prática do crime do artigo 306 do CTB, por dirigir alcoolizado e ter se envolvido num acidente, seria liberado porque o delegado plantonista determinara apenas a lavratura de um TCO, cobrou a título de "fiança" a quantia de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

A esposa de Raimundo de Jesus, a Sra. Raimunda Moreira de Oliveira pagou, na madrugada do dia 02/05/2008, a importância de R\$ 600,00 e depois, à tarde, o réu foi a residência do casal para receber os R\$ 400,00 restantes.

A trama só foi descoberta devido a vítima da colisão provocada por Raimundo de Jesus, o Sr. Francisco Oliveira Matos revoltado pelo fato do primeiro não querer pagar os prejuízos causados, foi à Polícia Militar e obteve uma cópia do ROP n.º 8224 referente ao acidente e procurou o Delegado Daniel no 1º DP e não encontrou nenhum procedimento relativo ao fato.

Assim, o Sr. Francisco Oliveira Matos foi à Corregedoria de Polícia em 25/06/2008 e registrou o BO n.º 42/08, acostado às fls. 43/44, reclamando da situação, tendo dito que somente um mês após o contato com o Delegado Daniel Ferreira este o repassou ao Delegado Paulo Henrique Tomaz que acolheu a sua representação criminal contra o autor do acidente (uma cópia desta representação sem assinaturas encontra-se às fls. 88).

Paralelamente, a Delegada de Polícia Cândida Alzira de Magalhães, que havia assumido interinamente no 1º DP, prestou, em 07/07/2008, um contundente relato na Corregedoria de Polícia no qual discorreu sobre inúmeras irregularidades ocorridas naquela delegacia, entre as quais, a queima de ROPs mediante pagamento de "fiança", isto é, recebimento de dinheiro dos envolvidos em delitos (cf. depoimento de fls. 31/32).

Com base no BO feito pelo Sr. Francisco Oliveira Matos e no depoimento da Delegada Cândida Alzira, a Delegada Corregedora Débora Alves Monteiro da Cruz, em 11/07/2008, requisitou inúmeras providências ao 1º DP, entre as quais a juntada do TCO n.º 142/08 e do BO n.º 2899, ambos referentes ao ROP n.º 8224, o que conduziu a descoberta do fato delituoso narrado na denúncia (cf. despacho da delegada às fls. 32v/33v).

De fato, em resposta à requisição da Delegada Corregedora, consta nas fls. 82, uma certidão lavrada em 15/07/2008, pelo escrivão de polícia lotado no 1º DP, Fernando Luiz Eiji Lucena Imagawa, com anexos de fls. 83 a 103, que deslindam claramente como se deu o fato delituoso narrado na denúncia.

O escrivão Fernando Luiz Imagawa certificou que havia sido localizada uma cópia do TCO n.º 142/08 nos arquivos do 1º DP, relativo ao ROP n.º 8224, com data de recebimento na Central do Juizado de 05/06/2008.

Fernando Luiz Imagawa certificou ainda que o Sr. Francisco Oliveira Matos apresentou uma cópia do mesmo TCO n.º 142/2008, também referente àquele ROP, constando uma data distinta de recebimento pela Central do Juizado.

De fato, na cópia do TCO n.º 142/08 obtida pelo Sr. Francisco Oliveira Matos consta a data de recebimento pela Central do Juizado o dia de 10/06/2008 (cf. fls. 89) e a cópia do mesmo TCO localizada nos arquivos do 1º DP consta a data de recebimento pela referida central em 05/06/2008 (cf. fls. 83).

Fernando Luiz Imagawa chamou a atenção também para a assinatura do autor do fato Raimundo de Jesus Lima de Oliveira nas referidas cópias dos TCOs.

Outro fato relatado na certidão de fls. 82 foi que a escrivã Marlene já havia procurado o TCO n.º 142/08 relativo ao ROP 8224, não o tendo encontrado e somente em data posterior o mesmo foi localizado.

Nos informes apresentados pelo escrivão Fernando Luiz Imagawa há, às fls. 86, uma cópia do requerimento feito pelo Sr. Francisco Oliveira Matos no mesmo dia do acidente (02.05.2008) no qual ele solicita cópia do procedimento relativo ao BO n.º 2899, referente ao ROP n.º 8224,

que registrou o acidente que fora vítima (cf. fls. 94).

O BO n.º 2899 foi um dos documentos requisitados pela Delegada Corregedora Débora Monteiro no despacho de fls. 32v/33v.

Consta também num dos anexos à certidão de fls. 82, um despacho do Delegado Eduardo Henrique Gomide, no bojo do BO n.º 3462/08, lavrado em 28/05/2008, questionando o motivo do Delegado Plantonista Daniel Ferreira Dias não ter flagrantado o conduzido Raimundo de Jesus ou que indicasse o APF formalizado (fls. 96).

Quanto à questão da assinatura de Raimundo de Jesus Lima de Oliveira observada pelo escrivão Fernando Imagawa, de fato, embora pareçam que foram feitas pela mesma pessoa há pequenas diferenças na grafia nas assinaturas apostas como sendo a de Raimundo de Jesus Lima de Oliveira (cf. assinaturas às fls. 84 e 91), o que comprova que se tratam de dois documentos distintos relatando o mesmo fato.

Tudo desenrolar acima indica que após a ida do Sr. Francisco Oliveira Matos ao 1º DP com a cópia do ROP e visto que nada tinha sido registrado sobre seu acidente e tendo reclamado da situação, foram lavrados dois TCOs ideologicamente falsos pelo acusado no afã de encobrir a sua conduta delituosa.

Foi realizado um exame pericial, cujo laudo se encontra às fls. 352/356 que atesta que a assinatura de Raimundo de Jesus Lima de Oliveira constante no TCO n.º 142/08, recebido no Juizado no dia 10/06/2008 é inautêntica.

A respeito dos motivos que levaram o acusado ter lavrado dois TCOs falsos para encobrir seu crime, não sabemos a razão exata, talvez a pressa para prestar alguma informação requisitada sobre o fato em já apuração ou para confundir a investigação da Corregedoria de Polícia, ou ambas hipóteses. O certo é que foram confeccionados dois TCOs falsos com o número 142/08.

Além disso, constatou-se que foi lavrado outro TCO, este autêntico, com o número 142/2008, datado de 03/05/2008, lavrado pela escrivã Adriana Sousa dos Santos, constando outras partes, sendo enviado para a Central do Juizado 09/05/2008 (cf. fls. 387/389).

De fato, o verdadeiro TCO n.º 142/08, acostado às fls. 387/389, foi lavrado em 03/05/2008 e enviado à Justiça em 09/05/2008, restando claro que, após a reclamação do Sr. Francisco Oliveira Matos houve a contrafação de dois TCOs, preenchidos, a posteriori, com a data de 02/05/2008, para contornar a situação.

Aliás, entendo que a falsificação dos dois TCOs por parte do acusado, não se tratou de crime-meio para a corrupção ou exaurimento deste e sim de conduta delituosa distinta praticada para tentar encobrir o crime do artigo 317, § 1º, do CP, objeto desta ação penal.

Creio que, inclusive chama a atenção que as assinaturas do Delegado Plantonista Daniel Ferreira Dias constantes nos TCOs inautênticos, não por ter determinado a lavratura de TCO em vez de um auto de prisão em flagrante, e, sim, por constar suas assinaturas em dois TCOs ideologicamente falsos e claramente confeccionados em datas posteriores ao fato neles constante, com o fito de encobrir um fato delituoso.

Some-se a isso os relatos de Raimundo de Jesus Lima de Oliveira na CORREGEPOL em 31/07/2008 e 22/05/2009 (cf. fls. 239 e 294), ocasiões em que disse que não assinou nenhum documento na delegacia, não tendo reconhecido sua assinatura no termo de compromisso.

Disse, ainda, que foi não levado à presença de delegado, tendo sido informado por sua esposa que um rapaz cobrou o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) pela fiança, mas que sua mulher tinha apenas R\$ 600,00 (seiscentos reais) na ocasião, e que ao sair da cela a viu entregando esta quantia para o rapaz. No dia seguinte, aquele mesmo rapaz foi à sua casa pegar os R\$ 400,00 (quatrocentos reais restantes). Raimundo forneceu as características físicas do rapaz e disse ser capaz de reconhecê-lo (cf. depoimento acostado às fls. 239).

No segundo depoimento prestado na COREGEPOL, Raimundo de Jesus disse que aquele rapaz que cobrou o dinheiro de sua esposa foi o policial que o colocou e o tirou da cela (cf. fls. 294).

A esposa de Raimundo de Jesus Lima de Oliveira, a Sra. Raimunda Moreira Oliveira, também foi ouvida na Corregedoria de Polícia, em depoimento prestado em 16/04/2009 (cf. fls. 265/266), quando confirmou o relato de seu esposo, afirmando que ele foi preso por ter se envolvido

num acidente de trânsito, sendo informada por um policial civil que a fiança seria de R\$ 1.000,00, ocasião em que disse que por ser madrugada só tinha R\$ 600,00, tendo o policial retrucado que ela levasse aquela quantia e que depois pagasse os R\$ 400,00 restantes.

Raimunda Moreira disse que foi para casa, sendo que, por volta das 04 horas da madrugada, recebeu um telefonema informando que seu marido já estava liberado, ocasião em que foi à delegacia, encontrando seu esposo já do lado de fora, conversando com aquele policial que cobrou os R\$ 1.000,00, tendo entregue os R\$ 600,00 para ele.

Em continuidade no seu relato, Raimunda Moreira disse que naquele mesmo dia, por volta das 16 horas, aquele policial foi a sua casa para receber os R\$ 400,00 restantes, ocasião em que perguntou se receberia algum comprovante, tendo ele respondido que nesse tipo de procedimento não tinha comprovante. Ela também forneceu as características do policial, dizendo ainda que voltou a encontrá-lo quando procurou o 1º DP para registrar uma outra ocorrência sobre fato distinto, sendo que nessa ocasião observou que ele ficou apreensivo com a sua presença (cf. declarações às fls. 264/266).

A Sra. Raimunda Moreira Oliveira também fez o reconhecimento fotográfico e apontou o acusado como o policial para quem pagou os R\$ 600,00 na delegacia e depois foi à sua casa para buscar os R\$ 400,00 restantes (cf. fls. 311).

Em Juízo, porém, Raimundo de Jesus Lima de Oliveira e a Sra. Raimunda Moreira Oliveira prestaram depoimentos claramente inverídicos em conflito com suas declarações policiais.

Raimundo de Jesus disse que não se lembrava de nada porque estava alcoolizado e quando confrontando com suas declarações policiais tergiversou e disse que não reconhecia o acusado como o policial que lhe colocou e depois o tirou da cela e nem como o que exigiu dinheiro para que fosse liberado, tendo restado evidente que ele estava dizendo inverdades, procurando não se envolver mais com os fatos.

No decorrer da oitiva de Raimundo de Jesus, o órgão ministerial observou que as características físicas do réu conferiam com as fornecidas pelo depoente na CORREGPOL, como sendo as do policial que exigiu dinheiro para o soltar.

A Sra. Raimunda Moreira Oliveira, esposa de Raimundo de Jesus, também prestou um depoimento judicial repleto de inverdades e contradições, e quando confrontada com seu relato prestado na COREGEPOL também tergiversou, restando claro que ela estava receosa, e procurava não se envolver mais com os fatos.

Todavia, os relatos do casal Raimundo de Jesus Lima de Oliveira e Raimunda Moreira Oliveira prestados na CORREGPOL são contudentes e coerentes com a situação fática imputada na denúncia, não havendo dúvidas de que houve uma cobrança indevida por parte do acusado Hennison Thadeu, escrivão que estava de serviço no dia do fato, que se aproveitou de um procedimento errôneo do delegado, de não instaurar um auto de prisão em flagrante num crime do art. 306 do CTB e sim, apenas um TCO, para exigir quantia indevida de R\$ 1.000,00 para liberar o Sr. Raimundo de Jesus Lima de Oliveira, quando sabia que ele seria solto.

Entendo que a Sra. Raimunda Moreira Oliveira além do crime de falso testemunho cometeu também o crime de corrupção ativa quanto aos R\$ 400,00 reais pagos em sua casa ao réu, uma vez que em relação ao primeiro pagamento de R\$ 600,00, pode se inferir que ela estivesse sob coação moral irresistível, haja vista que o marido encontrava-se preso. Contudo, quanto ao pagamento efetuado em sua casa, ela poderia ter se recusado a fazê-lo, exigindo comprovantes, guias etc ou ido à delegacia se informar.

Por sua vez, o réu Hennison Thadeu prestou um relato judicial totalmente inconsistente e em completa dissonância com a realidade dos fatos, quando disse que era comum haver duplicidade de números de TCO, já que os mesmos eram anotados numa folha de papel avulsa, não sabendo explicar a razão de Raimundo Jesus Lima ter dito que foi solto mediante pagamento de dinheiro.

No entanto, o que se viu, não foi uma simples duplicidade e sim a confecção de dois TCOs ideologicamente falsos lavrados por ele em datas claramente posteriores ao fato.

Assim, Hennison Thadeu, o escrivão que estava de plantão na data dos fatos, não apresentou uma justificativa plausível para a falsificação da assinatura do autor do fato no TCO lavrado por ele naquela data, bem como para o fato de terem sido lavrados por ele dois TCOs

ideologicamente falsos e tampouco para o autor do fato do referido procedimento policial, o Sr. Raimundo de Jesus, ter afirmado que sua esposa lhe pagou a quantia de R\$ 1.000,00 para ser liberado.

À toda evidência cuidou-se de um caso de corrupção ocorrido no 1º DP, dentre outros que devem ter ocorrido naquela delegacia, segundo o relato da Delegada Cândida Alzira Magalhães, de fls. 31/32, prestado na Corregedoria de Polícia, sendo que o delito só foi descoberto e provado devido a indignação e insistência da vítima do acidente de trânsito, o Sr. Francisco Oliveira Matos e da diligência da Delegada Corregedora Débora Monteiro na apuração dos fatos.

Assim sendo, julgo que restou comprovada a imputação contra o acusado, não encontrando nenhum amparo o pedido absolutório formulado pela defesa.

Isto posto condeno o réu Hennison Thadeu Freitas Amorim nas penas do art. 317, § 1º do CP.

Passo a aplicação da pena, culpabilidade elevada, uma vez que a conduta feriu a dignidade intrínseca de um serviço estatal que é a segurança pública; o réu tem bons antecedentes. Não há elementos para se aferir a personalidade e conduta social do acusado. Quanto aos motivos circunstâncias e consequências do crime, observa-se que o acusado, na condição de escrivão de polícia, aproveitou-se de um procedimento errôneo adotado pela autoridade policial, para auferir vantagem indevida exigindo dinheiro para liberar um preso pelo crime do artigo 306 do CTB, que sabia que seria solto. Porém, a conduta delituosa foi descoberta pela indignação e insistência da vítima do acidente de trânsito, que inconformado de nada ter ficado registrado na delegacia, fez reclamações no 1º DP e na Corregedoria de Polícia, levando ao réu a falsificar TCOs com o fim de encobrir o delito de corrupção que praticara.

Assim sendo, fixo a pena base em 03 anos de reclusão e 30 dias multa, a razão de 1/6 do salário mínimo cada um.

A pena-base foi fixada acima do mínimo legal devido a elevada culpabilidade do réu.

Não há circunstancias legais.

Há, porém, a causa de aumento do § 1º do art. 317 do CP, razão pela qual acresço à pena base o índice de 1/3, resultando numa pena final de 04 anos de reclusão e 40 dias-multa.

Nos termos do art. 44 do CP, procedo a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos a serem especificadas pela VEPEMA. Em caso de descumprimento ou não aceitação, a pena será cumprida em regime aberto, nos termos do art. 33, § 2º, "c" do CP.

Analisando agora o pedido ministerial contido na denúncia de perda da função pública, sendo que entendo pertinente a solicitação do parquet, já que o réu Hennison Thadeu, agiu com grave violação do seu dever funcional de agente estatal da área de segurança pública, razão pela qual determino, após o trânsito em julgado desta sentença, a perda da função pública de escrivão de polícia, nos termos do art. 92, I, a, do CP.

Nos termos do art. 40 do CPP, extraia-se cópia dos autos (inclusive mídia) e remeta ao Ministério Público Estadual para análise de possíveis crimes dos artigos 333 e 342 do CP pela testemunha Raimunda Moreira de Oliveira e o crime do artigo 299 do CP pelo Delegado Daniel Ferreira Dias e pelo réu Hennison Thadeu.

Após o trânsito em julgado, expeça-se a guia pertinente para a VEPEMA para o cumprimento da pena aplicada, façam-se as comunicações devidas (Secretaria de Segurança, TRE/RR, CDJ, BDJ etc), e adotem-se os procedimentos devidos para recolhimento da pena de multa, sendo que em caso de não adimplemento, faça-se a inscrição na dívida ativa.

P.R.I. e cumpra-se.

Boa Vista, 28/04/2015.

JÉSSUS RODRIGUES DO NASCIMENTO
Juiz Titular da 1ª Vara Criminal Residual
Advogado(a): Marco Antônio da Silva Pinheiro

214 - 0001864-81.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.001864-6

Réu: A.M.S. e outros.

Designo o dia 03/09/2015 às 11:50, para a realização da audiência.

Intimações e expedientes devidos.

Boa Vista-RR, 28/04/15.

JÉSUS RODRIGUES DO NASCIMENTO
Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal Residual. Audiência de INSTRUÇÃO
E JULGAMENTO designada para o dia 03/09/2015 às 11:50 horas.
Advogado(a): Joênia Batista de Carvalho

215 - 0013780-44.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.013780-6

Réu: Maique Evelin Longo Pereira

PUBLICAÇÃO: Intimar a defesa para audiência designada para o dia
19/05/2015 as 10:30.

Advogado(a): Guilherme Augusto Machado Evelim Coelho

216 - 0013616-45.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.013616-0

Réu: Cícero de Farias Vieira

PUBLICAÇÃO: Intimar a defesa para audiência designada para o dia
26/05/2015 as 12:50.

Advogado(a): Lairto Estevão de Lima Silva

Proc. esp. Crime Abus. aut.

217 - 0073876-40.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.073876-8

Réu: Walmick Duarte de Melo e outros.

PUBLICAÇÃO: Intimar a defesa para audiência designada para o dia
29/05/2015 as 12:40.

Advogados: Clinger Belém Pereira, José Roberto Caúla, Walmick Melo

Vara de Plantão

Expediente de 27/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes
Adriano Ávila Pereira
Alessandro Tramujas Assad
Alexandre Moreira Tavares dos Santos
André Paulo dos Santos Pereira
Anedilson Nunes Moreira
Carla Cristiane Pipa
Carlos Alberto Melotto
Carlos Paixão de Oliveira
Cláudia Parente Cavalcanti
Cleonice Maria Andriago Vieira da Silva
Edson Damas da Silveira
Erika Lima Gomes Michetti
Fábio Bastos Stica
Hevandro Cerutti
Ilaine Aparecida Pagliarini
Isaías Montanari Júnior
Janaina Carneiro Costa Menezes
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
João Xavier Paixão
José Rocha Neto
Lucimara Campaner
Luiz Antonio Araújo de Souza
Luiz Carlos Leitão Lima
Madson Wellington Batista Carvalho
Márcio Rosa da Silva
Marco Antônio Bordin de Azeredo
Paulo Diego Sales Brito
Rafael Matos de Freitas Morais
Rejane Gomes de Azevedo
Renato Augusto Ercolin
Ricardo Fontanella
Roselis de Sousa
Sales Eurico Melgarejo Freitas
Silvio Abbade Macias
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
Valmir Costa da Silva Filho

ESCRIVÃO(Ã):

André Ferreira de Lima
Camila Araújo Guerra
Djacir Raimundo de Sousa
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira
Elton Pacheco Rosa
Flávia Abrão Garcia Magalhães
Flávio Dias de Souza Cruz Júnior
Glener dos Santos Oliva
Larissa de Paula Mendes Campello
Liduína Ricarte Beserra Amâncio
Luciana Silva Callegário
Maria das Graças Barroso de Souza
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Guerra Azevedo
Shyrley Ferraz Meira
Terciane de Souza Silva
Tyanne Messias de Aquino
Wallison Larieu Vieira

Auto Prisão em Flagrante

218 - 0006800-76.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006800-4

Réu: Francivalto Fernandes Oliveira

Decisão: Homologação de prisão em flagrante.

Nenhum advogado cadastrado.

219 - 0006802-46.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006802-0

Réu: Jocelio Americo da Silva Filho

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e
devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto.
Nenhum advogado cadastrado.

220 - 0006805-98.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006805-3

Réu: Clemilton Rodrigues da Silva

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e
devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto.
Nenhum advogado cadastrado.

221 - 0006810-23.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006810-3

Réu: Solano de Oliveira Palma

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e
devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto.
Nenhum advogado cadastrado.

2ª Criminal Residual

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Leonardo Pache de Faria Cupello
PROMOTOR(A):
Cláudia Parente Cavalcanti
ESCRIVÃO(Ã):
Elton Pacheco Rosa

Auto Prisão em Flagrante

222 - 0010680-13.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.010680-7

Indiciado: S.S.J.

FINAL DE SENTENÇA() Ante o exposto, julgo extinto o processo.
Arquivem-se após as respectivas baixas. Boa Vista, 27 de abril de 2015.
BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara
Criminal Residual.
Nenhum advogado cadastrado.

223 - 0004243-19.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004243-9

Réu: Welyngton Cordeiro Bezerra

FINAL DE DECISÃO() Assim, verificada a legalidade da prisão e o
preenchimento das formalidades legais da lavratura, HOMOLOGO O
AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DE WELYNGTON CORDEIRO
BEZERRA. Com a chegada do Inquérito Policial que os autos sejam
apensados. Intimem-se. Notifique-se o MP e a DPE. Cumpra-se. Boa
Vista (RR), 24 de abril de 2015. Bruna Guimarães Fialho Zagallo
Respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.
Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

224 - 0195608-12.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.195608-7

Indiciado: M.D.M.G.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (Recebimento da Denúncia): Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o (a) denunciado (a), recebo a denúncia. () Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais. Intimem-se todos. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

225 - 0198361-39.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.198361-0

Réu: Raron Atan da Silva

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 03/06/2015 às 09:40 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

226 - 0205761-70.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.205761-0

Réu: Silvio Damasceno Queiroz de Lima

... Defiro prazo de 05 (cinco) dias para que a advogada informe perante o cartório a data em que o acusado conseguirá trazer a testemunha para ser ouvida, momento em que tentarei encaixar na pauta. Aguarde-se o transcurso do prazo. Após, com ou sem manifestação, façam os autos conclusos. Boa Vista/RR, 08 de abril de 2015. Juíza Bruna Zagallo.

Advogados: José Pedro de Araújo, Maria Gorete Moura de Oliveira

227 - 0222262-02.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.222262-8

Réu: Robinson Bahia da Silva

Autos ao TJ

Nenhum advogado cadastrado.

228 - 0011661-81.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.011661-4

Réu: N.S.S. e outros.

FINAL DE DECISÃO() Diante do equívoco na expedição do mandado de prisão para início do cumprimento da pena Natanael, relaxo a sua prisão. Expeça-se alvará de soltura em favor de Natanael, para que seja posto imediatamente em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Deve o oficial de justiça aproveitar a oportunidade para efetivamente questionar o réu acerca do seu interesse em recorrer. O mandado de prisão do réu Antônio não pode ser renovado, tendo em vista que deve ser expedido pelos motivos apontados na sentença e não para início do cumprimento da pena, pois como menciona a DPE não foi intimado da sentença. Dessa forma, expeça-se mandado de prisão em desfavor do réu Antônio (Prisão Preventiva). Após, expedidos o alvará de soltura em favor do réu Natanael e o mandado de prisão contra o réu Antônio (com a baixa no BNMP dos antigos mandados de prisão), vista à DPE para ciência da sentença. Boa Vista, 28 de abril de 2015. Bruna Guimarães Fialho Zagallo Respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

229 - 0013381-49.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.013381-5

Réu: M.F.C.

Intimar o Advogado Dr. Elias Bezerra da Silva para apresentar memoriais finais. Boa Vista/RR, 28/04/2015.

Advogado(a): Elias Bezerra da Silva

230 - 0002406-26.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.002406-4

Réu: Olailson Tavares de Nazaré

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 13/05/2015 às 09:00 horas.

Advogado(a): Thamara Saldanha Jorge

Inquérito Policial

231 - 0020239-62.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.020239-4

Indiciado: V.C.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (Recebimento da Denúncia): Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o (a) denunciado (a), recebo a denúncia. () Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais. Intimem-se todos. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

232 - 0005405-83.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005405-6

Indiciado: S.H.

FINAL DE SENTENÇA() Assim sendo, acolho a manifestação ministerial determinando o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial. P.R.I. Após o trânsito em julgado, archive-se, dando as baixas devidas. Boa Vista, 27 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

233 - 0016163-24.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.016163-8

Indiciado: P.S.L.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (Recebimento da Denúncia): Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o (a) denunciado (a), recebo a denúncia. () Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais. Intimem-se todos. Cumpra-se. Boa Vista, 24 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

234 - 0016198-81.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.016198-4

Indiciado: W.B.F.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (Recebimento da Denúncia): Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o (a) denunciado (a), recebo a denúncia. () Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais. Intimem-se todos. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

235 - 0016318-27.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.016318-8

Indiciado: M.M.S. e outros.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (Recebimento da Denúncia): Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o (a) denunciado (a), recebo a denúncia. () Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais. Intimem-se todos. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

236 - 0001653-69.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.001653-2

Indiciado: J.B.S.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (Recebimento da Denúncia): Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o (a) denunciado (a), recebo a denúncia. () Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais. Intimem-se todos. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

237 - 0001858-98.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.001858-7

Indiciado: L.R.P.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (Recebimento da Denúncia): Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o (a) denunciado (a), recebo a denúncia. () Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais. Intimem-se todos. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

238 - 0003532-14.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003532-6

Indiciado: E.A.S.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (Recebimento da Denúncia): Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o (a) denunciado (a), recebo a denúncia. () Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais. Intimem-se todos. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual.

Nenhum advogado cadastrado.

Petição

239 - 0009252-30.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.009252-0

Autor: Ricardo Nery Oliveira da Costa

FINAL DE SENTENÇA(...) Ante o exposto, julgo extinto o processo.

Arquivem-se após as respectivas baixas. Boa Vista, 27 de abril de 2015.

BRUNA ZAGALLO Juíza de Direito Substituta respondendo pela 2ª Vara

Criminal Residual.

Advogado(a): Ricardo Herculano Bulhões de Mattos Filho

Vara de Plantão

Expediente de 27/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:**Graciete Sotto Mayor Ribeiro****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):****Marcelo Mazur****PROMOTOR(A):****Ademar Loiola Mota****Ademir Teles Menezes****Adriano Ávila Pereira****Alessandro Tramujas Assad****Alexandre Moreira Tavares dos Santos****André Paulo dos Santos Pereira****Anedilson Nunes Moreira****Carla Cristiane Pipa****Carlos Alberto Melotto****Carlos Paixão de Oliveira****Cláudia Parente Cavalcanti****Cleonice Maria Andriago Vieira da Silva****Edson Damas da Silveira****Erika Lima Gomes Michetti****Fábio Bastos Stica****Hevandro Cerutti****Ilaine Aparecida Pagliarini****Isaias Montanari Júnior****Janaína Carneiro Costa Menezes****Jeanne Christine Fonseca Sampaio****João Xavier Paixão****José Rocha Neto****Lucimara Campaner****Luiz Antonio Araújo de Souza****Luiz Carlos Leitão Lima****Madson Wellington Batista Carvalho****Márcio Rosa da Silva****Marco Antônio Bordin de Azeredo****Paulo Diego Sales Brito****Rafael Matos de Freitas Morais****Rejane Gomes de Azevedo****Renato Augusto Ercolin****Ricardo Fontanella****Roselis de Sousa****Sales Eurico Melgarejo Freitas****Silvio Abbade Macias****Ulisses Moroni Junior****Valdir Aparecido de Oliveira****Valmir Costa da Silva Filho****ESCRIVÃO(Ã):****André Ferreira de Lima****Camila Araújo Guerra****Djagir Raimundo de Sousa****Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira****Elton Pacheco Rosa****Flávia Abrão Garcia Magalhães****Flávio Dias de Souza Cruz Júnior****Glener dos Santos Oliva****Larissa de Paula Mendes Campello****Liduina Ricarte Beserra Amâncio****Luciana Silva Callegário****Maria das Graças Barroso de Souza****Maria do Perpétuo Socorro de Lima Guerra Azevedo****Shyrlley Ferraz Meira****Terciane de Souza Silva****Tyenne Messias de Aquino****Wallison Larieu Vieira**

Auto Prisão em Flagrante

240 - 0006797-24.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006797-2

Réu: Lauro de Souza Junior

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e

devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente liberado.

Nenhum advogado cadastrado.

241 - 0006806-83.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006806-1

Réu: Antonio dos Santos Braga

Decisão: Homologação de prisão em flagrante.

Nenhum advogado cadastrado.

242 - 0006807-68.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006807-9

Réu: Luciano Pinheiro Lima

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e

devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto.

Nenhum advogado cadastrado.

243 - 0006808-53.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006808-7

Réu: Jurandir David Wedunumashi Magalhães

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e

devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto.

Nenhum advogado cadastrado.

244 - 0006809-38.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006809-5

Réu: Raimundo Linhares Mesquita

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e

devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto.

Nenhum advogado cadastrado.

245 - 0006813-75.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006813-7

Réu: Francisco Leandro de Queiroz

Flagrante em ordem, fiança estipulada pela Autoridade Policial e

devidamente recolhida pelo infrator, que foi imediatamente solto.

Nenhum advogado cadastrado.

3ª Criminal Residual

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:**Marcelo Mazur****PROMOTOR(A):****Hevandro Cerutti****Ricardo Fontanella****Ulisses Moroni Junior****ESCRIVÃO(Ã):****Flávia Abrão Garcia Magalhães**

Ação Penal

246 - 0008635-70.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008635-7

Réu: Silvana da Silva Assunção

Pelo Juiz foi proferida a seguinte

Sentença: "Relatados em audiência. Não há provas suficientes para a condenação, pelo quê absolvo a Ré SILVANA DA SILVA ASSUNÇÃO da acusação de cometimento do crime em tela, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. As partes renunciam o prazo recursal. Façam-se as comunicações necessárias. Registre-se. Arquivem-se. Boa Vista, RR, 28 de abril de 2015. Juiz MARCELO MAZUR."

Nenhum advogado cadastrado.

247 - 0004721-61.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.004721-7

Réu: Abraão Alves Lima

Pelo Juiz foi proferida a seguinte

Sentença: "Relatados em audiência. É inconteste o fato de que não houve consumação da infração pela ausência de um dos elementos do tipo, concluindo pela atipicidade do fato narrado na inicial. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia para absolver o Réu ABRAÃO ALVES LIMA da acusação de cometimento do crime em tela, com amparo no artigo 386, III, do Código de Processo Penal. O Réu resta intimado através da DPE. As partes renunciam o prazo recursal. Façam-se as comunicações necessárias. Aguarde-se o transcurso do prazo legal para o pedido de restituição dos bens apreendidos em fls. 18. Boa Vista, RR, 28 de abril de 2015. Juiz MARCELO MAZUR."

Nenhum advogado cadastrado.

248 - 0019363-39.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.019363-1

Réu: Elton Bruno Nunes Feitosa e outros.

Audiência Preliminar designada para o dia 31/08/2015 às 11:10 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

249 - 0003787-69.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003787-6

Réu: Romário do Nascimento Guerreiro

I- Cadastrem-se os advogados constantes da procuração de fls. 18 junto ao SISCOS desta Comarca.

II- Aguarde-se o transcurso do prazo para apresentação de resposta à acusação, certificando-se

III- DJE.

28/04/2015

Juiz MARCELO MAZUR

Advogados: Roberio Nunes dos Anjos, Arthur Luiz de Mello Carvalho

Liberdade Provisória

250 - 0006763-49.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006763-4

Réu: Romário do Nascimento Guerreiro

(...) "Diante do exposto, considerando que a liberdade provisória é um direito subjetivo processual do Requerente e à míngua de motivação para a decretação da sua prisão preventiva, CONCEDO a ROMÁRIO DO NASCIMENTO GUERREIRO a liberdade provisória mediante o pagamento de fiança no valor de R\$ 2.364,00 (dois mil trezentos e sessenta e quatro reais), nos termos do artigo 321 e seguintes, do Código de Processo Penal, bem como aplico as seguintes medidas cautelares: I. Comparecimento mensal em Juízo, entre os dias 01 a 05 do respectivo mês, para informar e justificar suas atividades; e II. Proibição de ausentar-se desta Comarca sem prévia autorização. III. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção (artigos 294 a 296, ambos da Lei n.º 9.503/97)..." Boa Vista, RR, 28 de abril de 2015. Juiz MARCELO MAZUR

Advogado(a): Arthur Luiz de Mello Carvalho

Vara de Plantão

Expediente de 27/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes
Adriano Ávila Pereira
Alessandro Tramujas Assad
Alexandre Moreira Tavares dos Santos
André Paulo dos Santos Pereira
Anedilson Nunes Moreira
Carla Cristiane Pipa
Carlos Alberto Melotto
Carlos Paixão de Oliveira
Cláudia Parente Cavalcanti
Cleonice Maria Andriago Vieira da Silva
Edson Damas da Silveira
Erika Lima Gomes Michetti
Fábio Bastos Stica
Hevandro Cerutti
Ilaine Aparecida Pagliarini
Isaias Montanari Júnior
Janaina Carneiro Costa Menezes
Jeanne Christine Fonseca Sampaio
João Xavier Paixão
José Rocha Neto
Lucimara Campaner
Luiz Antonio Araújo de Souza
Luiz Carlos Leitão Lima
Madson Welligton Batista Carvalho
Márcio Rosa da Silva
Marco Antônio Bordin de Azeredo
Paulo Diego Sales Brito
Rafael Matos de Freitas Moraes

Rejane Gomes de Azevedo

Renato Augusto Ercolin

Ricardo Fontanella

Roselis de Sousa

Sales Eurico Melgarejo Freitas

Silvio Abbade Macias

Ulisses Moroni Junior

Valdir Aparecido de Oliveira

Valmir Costa da Silva Filho

ESCRIVÃO(Â):

André Ferreira de Lima

Camila Araújo Guerra

Djacir Raimundo de Sousa

Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira

Elton Pacheco Rosa

Flávia Abrão Garcia Magalhães

Flávio Dias de Souza Cruz Júnior

Glener dos Santos Oliva

Larissa de Paula Mendes Campello

Liduína Ricarte Beserra Amâncio

Luciana Silva Callegário

Maria das Graças Barroso de Souza

Maria do Perpétuo Socorro de Lima Guerra Azevedo

Shyrley Ferraz Meira

Terciane de Souza Silva

Tyanne Messias de Aquino

Wallison Larieu Vieira

Auto Prisão em Flagrante

251 - 0006814-60.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006814-5

Réu: Edson Almeida Silva

Decisão: Homologação de prisão em flagrante.

Nenhum advogado cadastrado.

2ª Vara do Júri

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Breno Jorge Portela S. Coutinho
PROMOTOR(A):
Rafael Matos de Freitas Moraes
ESCRIVÃO(Â):
Maria das Graças Oliveira da Silva

Ação Penal Competên. Júri

252 - 0449609-26.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.449609-7

Réu: Marcelo Willian Correa Campos

Defiro o pedido de fl. 131.

Exclua-se do SISCOS o nome do Advogado Robério de Negreiros e Silva OAB/RR 847N, e inclua-se o nome do Advogado Paulo Luis de Moura Holanda OAB/RR 481.

Após, à defesa sobre sua testemunha não localizada, conforme fls. 125/126 no prazo de 05 (cinco) dias.

Publique-se.

Boa Vista (RR), 27 de abril de 2015.

JAIME PLÁ PUJADES DE ÁVILA

Juiz Substituto

Respondendo pela 2ª Vara do Tribunal do Júri

Advogado(a): Paulo Luis de Moura Holanda

Vara de Plantão

Expediente de 27/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes

Adriano Ávila Pereira
 Alessandro Tramujas Assad
 Alexandre Moreira Tavares dos Santos
 André Paulo dos Santos Pereira
 Anedilson Nunes Moreira
 Carla Cristiane Pipa
 Carlos Alberto Melotto
 Carlos Paixão de Oliveira
 Cláudia Parente Cavalcanti
 Cleonice Maria Andriago Vieira da Silva
 Edson Damas da Silveira
 Erika Lima Gomes Michetti
 Fábio Bastos Stica
 Hevandro Cerutti
 Ilaine Aparecida Pagliarini
 Isaías Montanari Júnior
 Janaina Carneiro Costa Menezes
 Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
 João Xavier Paixão
 José Rocha Neto
 Lucimara Campaner
 Luiz Antonio Araújo de Souza
 Luiz Carlos Leitão Lima
 Madson Wellington Batista Carvalho
 Márcio Rosa da Silva
 Marco Antônio Bordin de Azeredo
 Paulo Diego Sales Brito
 Rafael Matos de Freitas Morais
 Rejane Gomes de Azevedo
 Renato Augusto Ercolin
 Ricardo Fontanella
 Roselis de Sousa
 Sales Eurico Melgarejo Freitas
 Sílvio Abbade Macias
 Ulisses Moroni Junior
 Valdir Aparecido de Oliveira
 Valmir Costa da Silva Filho
ESCRIVÃO(Â):
 André Ferreira de Lima
 Camila Araújo Guerra
 Djacir Raimundo de Sousa
 Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira
 Elton Pacheco Rosa
 Flávia Abrão Garcia Magalhães
 Flávio Dias de Souza Cruz Júnior
 Glenner dos Santos Oliva
 Larissa de Paula Mendes Campello
 Liduina Ricarte Beserra Amâncio
 Luciana Silva Callegário
 Maria das Graças Barroso de Souza
 Maria do Perpétuo Socorro de Lima Guerra Azevedo
 Shyrley Ferraz Meira
 Terciane de Souza Silva
 Tyanne Messias de Aquino
 Wallison Larieu Vieira

Med. Protetivas Lei 11340

253 - 0006803-31.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006803-8

Réu: Francisco Alves Lima

Decisão: Medida protetiva não concedida.

Nenhum advogado cadastrado.

254 - 0006804-16.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006804-6

Réu: Eduardo Oliveira de Jesus

Decisão: Medida protetiva concedida.

Nenhum advogado cadastrado.

255 - 0006812-90.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006812-9

Réu: Agrinaldo Ribeiro Costa

Decisão: Medida protetiva concedida.

Nenhum advogado cadastrado.

1ºjesp.vdf C/mulher

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
 Maria Aparecida Cury
PROMOTOR(A):
 Carla Cristiane Pipa
 Ilaine Aparecida Pagliarini
 Lucimara Campaner
 Valmir Costa da Silva Filho
ESCRIVÃO(Â):
 Camila Araújo Guerra

Ação Penal - Sumário

256 - 0006304-23.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.006304-8

Réu: Gideon Soares de Castro

Não havendo preliminares arguidas em sede de Resposta à acusação a serem apreciadas, designe-se data para audiência de instrução e julgamento. Intrinmem-se a vítima, as testemunhas, o réu, a DPE em assistência à vítima e ao acusado e o MP. Boa Vista, 28/04/15. Patricia Oliveira dos Reis-Juiza Respondendo pelo 1º JEVDFCM
 Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal - Sumaríssimo

257 - 0000304-70.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.000304-2

Réu: Eduardo Loiola Lima

(...) Por esse motivo, com esteio no parecer do Ministério Público e nos arts. 107, inciso IV, 109, inciso VI, e 110, § 1º, do Código Pena, JULGO EXTINTA a punibilidade do réu EDUARDO LOIOLA LIMA, pela prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição, comunicando-se aos órgãos de identificação o decreto de extinção de punibilidade. Sem custas. Após as formalidades legais, archive-se. P.R.I.C.Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015.PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juiza de Direito Substituta- Respondendo pelo 1º JVDVFCM.

Advogado(a): Lizandro Icassatti Mendes

Ação Penal - Sumário

258 - 0009648-12.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.009648-5

Réu: Rosinaldo Santos da Silva

Em vista da certidão de fl. 300, tente-se nova intimação do réu da sentença no endereço de fl. 299 e em horário noturno e fim de semana. Quanta a intimação da vítima, que não foi localizada, conforme certidão de fl. 303, intime-se por Edital. Boa Vista, 28/04/15. Patricia Oliveira dos Reis-Juiza Respondendo pelo 1º JEVDFCM
 Advogados: Agassis Favoni de Queiroz, Marcos Pereira da Silva

259 - 0001694-41.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.001694-3

Réu: Luciano Leandro Silva

Intime-se a vítima por edital. Tendo em vista certidão de fl. 145, abra-se vista a DPE em assistência ao acusado. Boa Vista, 28/04/15. Patricia Oliveira dos Reis-Juiza Respondendo pelo 1º JEVDFCM

Advogado(a): Marcus Vinicius de Oliveira

260 - 0004883-22.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004883-2

Réu: Frankly Freitas Coelho

(...) Sendo assim, RECEBO A DENÚNCIA na forma posta em Juízo em desfavor do acusado, e determino:1.R. A. a competente ação penal, nos termos regimentais.2. Nos autos da ação penal, CITE-SE imediatamente o acusado, no estabelecimento prisional em que se encontra recolhido, para que, no prazo de 10 dias, responda à acusação, por escrito, na forma da nova redação do art. 396 do Código de Processo Penal. NO MOMENTO DA CITAÇÃO O RÉU DEVERÁ INFORMAR SE TEM ADVOGADO OU SE DESEJA A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO.3. Em caso do réu DESEJAR A NOMEAÇÃO, ou não apresentar a sua DEFESA, no prazo acima estabelecido, fica desde já nomeado um dos membros da Defensoria Pública deste Juizado para que apresente a resposta à acusação.4.Apresentada a defesa escrita, certifique-se a tempestividade e, havendo preliminares, abra-se vista ao Ministério Público.5. Junte-se a cota ministerial anexada à denúncia e cumpram-se os itens 03 e 04 daquela.6. Juntem-se FAC's do denunciado, nos termos do Código de Normas da CGJ (Provimento CGJ N.º 002/2014), após, conclusos. Cumpra-se.Boa Vista/RR, 28 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juiza de Direito Substituta Respondendo pelo 1º JVDVFCM
 Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

261 - 0009157-63.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.009157-9

Réu: José Carlos Aquino de Souza

(..) Sendo assim, RECEBO A DENÚNCIA na forma posta em Juízo em desfavor do acusado, e determino: R. A. a competente ação penal, nos termos regimentais. Nos autos da ação penal, CITE-SE imediatamente o acusado, para que, no prazo de 10 dias, responda à acusação, por escrito, na forma da nova redação do art. 396 do Código de Processo Penal. NO MOMENTO DA CITAÇÃO O RÉU DEVERÁ INFORMAR SE TEM ADVOGADO OU SE DESEJA A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO. Em caso do réu DESEJAR A NOMEAÇÃO, ou não apresentar a sua DEFESA, no prazo acima estabelecido, fica desde já nomeado um dos membros da Defensoria Pública deste Juizado para que apresente a resposta à acusação. Apresentada a defesa escrita, certifique-se a tempestividade e, havendo preliminares, abra-se vista ao Ministério Público. Juntem-se FAC's do denunciado, nos termos do Código de Normas da CGJ (Provimento CGJ N.º 002/2014), após, conclusu. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza de Direito Substituta Respondendo pelo 1º JVDFCM Nenhum advogado cadastrado.

262 - 0009261-55.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.009261-9

Réu: Robeivaldo da Cruz Nascimento

(..) Sendo assim, RECEBO A DENÚNCIA na forma posta em Juízo em desfavor do acusado, e determino: R. A. a competente ação penal, nos termos regimentais. Nos autos da ação penal, CITE-SE imediatamente o acusado, para que, no prazo de 10 dias, responda à acusação, por escrito, na forma da nova redação do art. 396 do Código de Processo Penal. NO MOMENTO DA CITAÇÃO O RÉU DEVERÁ INFORMAR SE TEM ADVOGADO OU SE DESEJA A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO. Em caso do réu DESEJAR A NOMEAÇÃO, ou não apresentar a sua DEFESA, no prazo acima estabelecido, fica desde já nomeado um dos membros da Defensoria Pública deste Juizado para que apresente a resposta à acusação. Apresentada a defesa escrita, certifique-se a tempestividade e, havendo preliminares, abra-se vista ao Ministério Público. Juntem-se FAC's do denunciado, nos termos do Código de Normas da CGJ (Provimento CGJ N.º 002/2014), após, conclusu. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza de Direito Substituta Respondendo pelo 1º JVDFCM Nenhum advogado cadastrado.

263 - 0009270-17.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.009270-0

Réu: Luis Nogueira Silva

(..) Sendo assim, RECEBO A DENÚNCIA na forma posta em Juízo em desfavor do acusado, e determino: 1. R. A. a competente ação penal, nos termos regimentais. 2. Nos autos da ação penal, CITE-SE imediatamente o acusado, para que, no prazo de 10 dias, responda à acusação, por escrito, na forma da nova redação do art. 396 do Código de Processo Penal. NO MOMENTO DA CITAÇÃO O RÉU DEVERÁ INFORMAR SE TEM ADVOGADO OU SE DESEJA A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO. 3. Em caso do réu DESEJAR A NOMEAÇÃO, ou não apresentar a sua DEFESA, no prazo acima estabelecido, fica desde já nomeado um dos membros da Defensoria Pública deste Juizado para que apresente a resposta à acusação. 4. Apresentada a defesa escrita, certifique-se a tempestividade e, havendo preliminares, abra-se vista ao Ministério Público. 5. Juntem-se FAC's do denunciado, nos termos do Código de Normas da CGJ (Provimento CGJ N.º 002/2014), após, conclusu. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza de Direito Substituta Respondendo pelo 1º JVDFCM Nenhum advogado cadastrado.

264 - 0012858-32.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.012858-7

Réu: Kemuel Kesler Pereira Dias

(..) Sendo assim, RECEBO A DENÚNCIA na forma posta em Juízo em desfavor do acusado, e determino: R. A. a competente ação penal, nos termos regimentais. Nos autos da ação penal, CITE-SE imediatamente o acusado, para que, no prazo de 10 dias, responda à acusação, por escrito, na forma da nova redação do art. 396 do Código de Processo Penal. NO MOMENTO DA CITAÇÃO O RÉU DEVERÁ INFORMAR SE TEM ADVOGADO OU SE DESEJA A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO. Em caso do réu DESEJAR A NOMEAÇÃO, ou não apresentar a sua DEFESA, no prazo acima estabelecido, fica desde já nomeado um dos membros da Defensoria Pública deste Juizado para que apresente a resposta à acusação. Apresentada a defesa escrita, certifique-se a tempestividade e, havendo preliminares, abra-se vista ao Ministério Público. Juntem-se FAC's do denunciado, nos termos do Código de Normas da CGJ (Provimento CGJ N.º 002/2014), após, conclusu. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza de Direito Substituta Respondendo pelo 1º JVDFCM. Nenhum advogado cadastrado.

265 - 0004884-07.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004884-0

Réu: Marcio Almeida da Conceição

(..) Sendo assim, RECEBO A DENÚNCIA na forma posta em Juízo em desfavor do acusado, e determino: 1. R. A. a competente ação penal, nos termos regimentais. 2. Nos autos da ação penal, CITE-SE imediatamente o acusado, no estabelecimento prisional em que se encontra recolhido, para que, no prazo de 10 dias, responda à acusação, por escrito, na forma da nova redação do art. 396 do Código de Processo Penal. NO MOMENTO DA CITAÇÃO O RÉU DEVERÁ INFORMAR SE TEM ADVOGADO OU SE DESEJA A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO. 3. Em caso do réu DESEJAR A NOMEAÇÃO, ou não apresentar a sua DEFESA, no prazo acima estabelecido, fica desde já nomeado um dos membros da Defensoria Pública deste Juizado para que apresente a resposta à acusação. 4. Apresentada a defesa escrita, certifique-se a tempestividade e, havendo preliminares, abra-se vista ao Ministério Público. 5. Junte-se a cota ministerial anexada à denúncia e cumpram-se os itens 03, 04 e 05 daquela. 6. Juntem-se FAC's do denunciado, nos termos do Código de Normas da CGJ (Provimento CGJ N.º 002/2014), após, conclusu. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 28 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza de Direito Substituta. Nenhum advogado cadastrado.

266 - 0004888-44.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004888-1

Réu: Roldão Mota Cativo

(..) Sendo assim, RECEBO A DENÚNCIA na forma posta em Juízo em desfavor do acusado, e determino: 1. R. A. a competente ação penal, nos termos regimentais. 2. Nos autos da ação penal, CITE-SE imediatamente o acusado, no estabelecimento prisional em que se encontra recolhido, para que, no prazo de 10 dias, responda à acusação, por escrito, na forma da nova redação do art. 396 do Código de Processo Penal. NO MOMENTO DA CITAÇÃO O RÉU DEVERÁ INFORMAR SE TEM ADVOGADO OU SE DESEJA A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO. 3. Em caso do réu DESEJAR A NOMEAÇÃO, ou não apresentar a sua DEFESA, no prazo acima estabelecido, fica desde já nomeado um dos membros da Defensoria Pública deste Juizado para que apresente a resposta à acusação. 4. Apresentada a defesa escrita, certifique-se a tempestividade e, havendo preliminares, abra-se vista ao Ministério Público. 5. Junte-se a cota ministerial anexada à denúncia e cumpram-se os itens 03, 04 e 06 daquela. 6. Juntem-se FAC's do denunciado, nos termos do Código de Normas da CGJ (Provimento CGJ N.º 002/2014), após, conclusu. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 28 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza de Direito Substituta Respondendo pelo 1º JVDFCM Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetivas Lei 11340

267 - 0015751-30.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.015751-3

Réu: N.B.L.

Relativamente ao expediente de intimação do requerido acerca da sentença proferida, considerando que o agressor se encontra preso, conforme Certidão Carcerária anexada à contracapa dos autos, determino: Junte-se a certidão acima referida. Renove-se o expediente de intimação pessoal ao requerido, para cumprimento no estabelecimento prisional em que aquele se encontra recolhido. Cumpridos todos os encargos da sentença proferida, arquivem-se definitivamente os autos, com as baixas devidas. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1º JVDFCM Nenhum advogado cadastrado.

268 - 0005210-98.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005210-0

Autor: Eliane Ramos da Silva

Réu: Alexandre Jorge Damasceno Cruz

(..) Pelo exposto, em face da ocorrência de superveniente ausência de condição da ação, ante a AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, nos termos das informações prestadas pela requerente nos autos, na forma acima escandida, DECLARO A PERDA DE OBJETO do presente procedimento, no que REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS liminarmente deferidas, bem como DECLARO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VI, do CPC. Com efeito, julgo prejudicado o pedido de oitiva da requerente formulado pela Defensoria Pública, nestes autos, máxime se tratar de relato de agressão com requisição de exame de corpo de delito, em que a persecução criminal será impulsionada de plano, independentemente da manifestação de vontade da requerente (consoante entendimento lançado na ADIN n.º 4424; STF; DOU de 17/02/2012). Todavia, considerando que dos expedientes lavrados pela autoridade policial constam relatos de agressões verbais, além de suposta agressão física/lesão corporal, oficie-se à DEAM, solicitando a remessa dos correspondentes autos de inquérito, no estado, e com a brevidade que o caso requer. Com a

chegada do caderno, e nesse, juntem-se cópias desta sentença e da manifestação de fl. 28, e, ainda naquele, abra-se vista ao MP para as aduções quanto ao procedimento criminal, inclusive acerca da necessidade da oitiva acima aventada. Intime-se tão somente a parte requerente e dê-se ciência à Defensoria Pública em sua assistência e ao Ministério Público atuante no juízo. Transitada em julgado a sentença, certifique-se e ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as baixas e comunicações devidas, observada a Portaria n.º 112/2010-CGJ. Publique-se. Registre-se Cumpra-se. Boa Vista, 27 de Abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

269 - 0008474-26.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.008474-9

Réu: R.P.C.

Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as ulteriormente certificadas, determino: Renove-se o expediente de intimação pessoal ao requerido e expeça-se edital quanto à requerente, por prazo de 20 (vinte) dias; Em não se logrando êxito na intimação pessoal do requerido, expeça-se edital também quanto a este, por igual prazo, acima. Cumpridos todos os encargos da sentença proferida, arquivem-se definitivamente os autos, com as baixas devidas. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

270 - 0011147-89.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.011147-6

Réu: F.G.S.

(...) Pelo exposto, em consonância com a manifestação do Ministério Público atuante no juízo, ante a falta de elementos que levem à modificação do entendimento inicial, com base no art. 269, I, e 459, ambos do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, restando CONFIRMADAS AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA liminarmente concedidas, na forma da decisão liminar proferida, e INDEFERIDOS OS DEMAIS PEDIDOS, ante a falta de elementos para análise e concessão em sede de medidas protetivas de urgência. As medidas protetivas ora confirmadas perdurarão até o trânsito em julgado de decisão final no inquérito policial correspondente, ou no procedimento penal que vier a ser instaurado. Ressalte-se que em razão de constar matéria de fundo afeta ao direito de família, uma vez que há filha menor em comum, a requerente deve buscar solucionar as questões alusivas à guarda, visitação e alimentos, no juízo adequado (Vara de Família ou Vara da Justiça Itinerante), com a urgência que o caso requer, haja vista que as medidas vigorarão só enquanto perdurar o procedimento criminal. Até à solução das questões acima, as partes deverão manter as cautelas determinadas na decisão liminar, além de outras que ainda se fizerem necessárias, uma vez que o requerido poderá visitar a filha, mas somente com a intermediação de parentes ou pessoas conhecidas das partes, de modo que a dinâmica das relações envolvendo a menor não ocasionem novos conflitos ou interfiram na efetividade das medidas proibitivas nesta sede aplicadas. Sem custas. Oficie-se à delegacia de origem remetendo cópia desta sentença para juntaada aos correspondentes autos de Inquérito, e conclusão das investigações. Junte-se cópia da presente sentença nos feitos em nome das partes, eventualmente em curso no juízo. Digitalizem-se a decisão, esta sentença e os respectivos expedientes de intimação do requerido, mantendo-os em Secretaria, em arquivo eletrônico, devidamente identificado, até o deslinde final do correspondente procedimento criminal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Antes da expedição dos atos de intimação das partes, proceda a Secretaria as diligências a seu cargo com vistas à confirmação dos endereços, atentando-se quanto a todos já indicados, eventualmente modificados nos autos, devendo realizar contatos telefônicos para tal fim, se o caso. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as anotações e baixas necessárias (observando-se a Portaria n.º 112/2010-CGJ). Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

271 - 0019043-86.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.019043-9

Réu: P.R.L.A.

(...) Pelo exposto, ante a falta de condição da ação, em face da ausência de interesse processual, configurada no comportamento da requerente, que não atendeu, nem justificou sua ausência, ao chamamento processual, para promover os atos e diligências a seu cargo, na forma acima escandida, DECLARO A PERDA DE OBJETO do presente procedimento, no que declaro extinto o FEITO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, incisos III e VI, e §1.º, do Código de Processo Civil. Oficie-se solicitando à delegacia de origem a remessa dos correspondentes autos de inquérito policial, no estado, com a chegada desses, e nesses, abra-se vista ao Ministério Público para manifestação

quanto ao prosseguimento do procedimento criminal. Publique-se. Registre-se. Intime-se a requerente desta sentença, e a Defensoria Pública em sua assistência, somente. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado a sentença, certifique-se, e arquivem-se os presentes autos, com as baixas e comunicações devidas, observando a Portaria n.º 112/2010-CGJ. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo do 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

272 - 0019433-56.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.019433-2

Réu: Arlison Lissandro Lima

Em que pese a gravidade do caso, mas considerando o lapso temporal já decorrido desde o relato dos fatos e da concessão liminar do pedido (mais de cinco meses), sem que as medidas tenham sido efetivadas, pois o requerido não foi localizado/citado para a ação, e, por último, sem a localização da requerente, que não vem promovendo os atos a seu cargo quanto ao presente feito cautelar, e, por fim, não obstante a tudo, mas considerando que o feito criminal será impulsionado regularmente, independentemente da manifestação de vontade da requerente (consoante entendimento lançado na ADIN n.º 4424; STF; DOU de 17/02/2012), por ora determino: Certifique-se a Secretaria acerca de eventual registro de novos fatos/feitos envolvendo as partes destes autos, inclusive acerca de autuação/situação dos autos de inquérito policial correspondente. Abra-se vista dos autos ao Ministério Público, para manifestação quanto à necessidade/utilidade do presente feito, enquanto medida cautelar, ante as questões neste ato aventadas e do entendimento lançado no despacho de fl. 20. Publique-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

273 - 0019461-24.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.019461-3

Réu: Aurison Pinho Balbino

(...) Pelo exposto, ante a ocorrência de superveniente ausência de condição da ação, ante a AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, nos termos das informações prestadas pela requerente nos autos, na forma acima escandida, DECLARO A PERDA DE OBJETO do presente procedimento, no que REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS liminarmente concedidas, bem como DECLARO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Com efeito, julgo prejudicado o pedido de oitiva da requerente formulado pela Defensoria Pública, nestes autos, ressaltando-se, todavia, que a audiência preliminar pedida poderá ser realizada, oportunamente, nos correspondentes autos de Inquérito Policial, a que se presta o ato aventado, nos termos do art. 16 da Lei n.º 11.340/2006. Oficie-se à DEAM, solicitando a remessa dos correspondentes autos de inquérito, no estado, com a brevidade que o caso requer. Com a chegada do caderno, e nesses, juntem-se cópias desta sentença e da manifestação de fl. 27, e, ainda naqueles, designe-se data para audiência preliminar, e se intem a vítima, sua defensora assistente e o MP para o ato. Anote-se a constituição do patrono por parte do requerido, para fins de sua ciência, vái DJE. Intime-se a requerente e sua defensora assistente; dê-se ciência ao Ministério Público. Antes da expedição do ato de intimação da parte, proceda a Secretaria as diligências a seu cargo com vistas à confirmação de seus dados, devendo realizar contatos telefônicos, para tal fim, se o caso. Transitada em julgado a sentença, certifique-se e ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as baixas e comunicações devidas, observada a Portaria n.º 112/2010-CGJ. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Advogado(a): Erisvaldo dos Santos Costa

274 - 0000550-27.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000550-1

Réu: J.A.T.R.

Junte-se o relatório do estudo de caso determinado nos autos, e abra-se vista ao MP, para a regular manifestação. Cumpra-se. Boa Vista, 27/04/15. Patrícia Oliveira dos Reis-Juíza Respondendo pelo 1º JEVDFCM.

Nenhum advogado cadastrado.

275 - 0000680-17.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000680-6

Réu: Reginaldo Rodrigues de Aguiar

(...) Pelo exposto, ante a ocorrência de superveniente manifestação de vontade da requerente, nos termos do art. 158, parágrafo único, do CPC, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, posta em juízo na forma acima escandida, bem como DECLARO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VIII, ainda do CPC. Com efeito, julgo prejudicado o pedido por designação de audiência preliminar nestes autos, ressaltando-se que tal ato poderá ser realizado,

oportunamente, nos correspondentes autos de Inquérito Policial, a que se presta a oitiva aventada, nos termos do art. 16 da lei em aplicação no juízo. Assim, oficie-se à delegacia de origem e solicite-se sejam encaminhados ao juízo, com a brevidade necessária ao caso, os correspondentes autos de inquérito policial, acaso instaurados, e no estado em que se encontram, haja vista a manifestação de vontade da requerente. Com a chegada dos referidos autos, junte-se cópia da manifestação de fl. 10 e abra-se vista ao MP, para manifestação quanto ao feito criminal. Intime-se somente a requerente, a Defensoria Pública em sua assistência, somente. Cientifique-se o Ministério Público. Transitada em julgado a sentença, certifique-se, e arquivem-se os presentes autos, com as baixas e comunicações devidas, observada a Portaria n.º 112/2010-CGJ. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

276 - 0003200-47.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003200-0

Réu: Erondir Parente

(...) Pelo exposto, ante a falta de condição da ação, em face de superveniente AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, aliada à ausência de elementos/dados necessários ao regular prosseguimento da ação, nos termos da manifestação da Defensoria Pública em assistência à requerente, na forma acima escandida, DECLARO A SUERVENIENTE PERDA DE OBJETO do presente procedimento, bem como DECLARO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VI, do CPC. Oficie-se à delegacia de origem, encaminhando cópia da presente decisão, para juntada aos correspondentes autos de inquérito policial; conclusão das investigações, e remessa do correspondente caderno ao juízo, nos termos de lei. Intime-se unicamente a requerente e dê-se ciência à Defensoria Pública que atuou em sua assistência, bem como ao Ministério Público. Transitada em julgado a sentença, certifique-se, e arquivem-se os presentes autos, com as baixas e comunicações devidas, observando a Portaria n.º 112/2010-CGJ. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

277 - 0004731-71.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004731-3

Réu: Julio Cesar Leocadio Zapata

Junte-se o relatório do estudo de caso determinado nos autos, e abra-se vista ao MP, para a regular manifestação. Cumpra-se. Boa Vista, 27/04/15. Patricia Oliveira dos Reis-Juíza Respondendo pelo 1º JEVDPCM.

Nenhum advogado cadastrado.

278 - 0004817-42.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004817-0

Réu: Nelson Souza Costa

(...) ISTO POSTO, com base nos artigos 7.º, caput e incisos e 22, caput e incisos, e mais dispositivos da lei de proteção à mulher, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido e APLICO em desfavor do ofensor, e independentemente de sua ouvida prévia (art. 19, § 1.º, da lei em aplicação), as seguintes medidas protetivas de urgência: PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA, E SUA FILHA YASMIN, OBSERVADO O LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE AS PROTEGIDAS E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS; PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR O LOCAL DE RESIDÊNCIA, DE TRABALHO, OU OUTRO DE USUAL FREQUENTÇÃO DA OFENDIDA; PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA, E SUA FILHA, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO. RESTRIÇÃO DE VISITAS AOS FILHOS MENORES EM COMUM, OU SEJA, AS VISITAS FICAM PERMITIDAS, MAS SOMENTE COM A INTERMEDIÇÃO DE ENTES FAMILIARES, OU PESSOA CONHECIDA DAS PARTES; INDEFIRO o pedido de prestação de alimentos provisionais ou provisórios, ante a falta elementos para análise dessa matéria em sede de medidas protetivas de urgência, devendo a requerente pleiteá-los em juízo apropriado, (ou na Vara de Família ou na Vara da Justiça Itinerante), onde deverá, ainda, regularizar, com a máxima urgência, a guarda e as visitas quanto aos filhos menores, bem como a questão patrimonial, no caso de haver bens adquiridos na constância do relacionamento, buscando, se necessário, auxílio da Defensoria Pública. Até à solução das questões acima, deverão as partes adotar cautelas outras que se fizerem necessárias no caso de eventual visitação do requerido aos filhos, procurando intermediá-las por pessoas conhecidas das partes ou parentes outros que não os do convívio, igualmente ameaçados pelo requerido, de modo que a dinâmica das relações envolvendo os filhos não interfira na efetividade das medidas ora aplicadas. Frise-se que a competência cível dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que é restrita às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, devendo as ações relativas a direito de família ser, mesmo, processadas e julgadas pelas Varas de Família (Enunciado FONAVID

N.º 3). As medidas protetivas concedidas à ofendida perdurarão até final decisão no Inquérito Policial ou na correspondente ação penal que vier a ser instaurada, salvo eventual revogação, neste ou em procedimento conexo, sendo que a aproximação ora proibida poderá ocorrer apenas com a intermediação de equipe multidisciplinar, do Juizado ou dos programas de assistência à mulher. Expeça-se mandado de intimação pessoal para fins de intimação do ofensor, para o cumprimento de Medidas Protetivas (Port. n.º 002/2011 do Juízo - item 5.1.1), notificando-o para o integral cumprimento da presente decisão, mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, se necessário com o auxílio da força policial, que de logo requisito, independentemente de expedição de ofício requisitório específico, para dar efetividade às medidas protetivas referidas (art. 22, § 3º, da Lei 11.340/06). DO MANDADO DEVERÁ CONSTAR A ADVERTÊNCIA AO AGRESSOR, DE QUE, CASO DESCUMPRIR QUALQUER UMA DAS MEDIDAS CONSTANTES DA PRESENTE DECISÃO JUDICIAL PODERÁ SER PRESO EM FLAGRANTE DELITO DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330, DO CP), BEM COMO PODERÁ SER DECRETADA SUA PRISÃO PREVENTIVA (ART. 20, DA LDM C/C ART. 313, III, DO CPP), SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS. Ainda do mandado de intimação do agressor, constará a advertência/citação para, querendo, apresentar defesa nos autos de medida protetiva, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como que, em caso de ausência de manifestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos pela ofendida alegados (arts. 802 e 803, do CPC). Intime-se a ofendida desta decisão, pelo meio mais rápido (art. 21, da Lei 11.340/06 cc Enunciado FONAVID N.º 9), no local em que aquela se encontra abrigada, bem como a notifique de que, caso queira, poderá ser encaminhada à Defensoria Pública do Estado que atua neste Juizado Especializado, para sua assistência (arts. 18, II e 28, mesma lei), advertindo-a de que em caso de eventual desistência-renúncia à representação, esta deverá ocorrer perante o juiz, em audiência a ser realizada independentemente de prévia designação, antes do recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público (art. 16, da Lei n.º 11.340/06). Deve o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, advertir a requerente de que esta deverá, todavia, comunicar ao juízo, imediatamente, a mudança de situação de risco, no caso de não mais necessitar das medidas aplicadas, para que não se perca medida quando não se verificar sua necessidade. Ainda da intimação acima, faça-se advertir a requerente de que, por sua vez, não deverá entrar em contato ou se aproximar do requerido, nem permitir, ou de alguma forma dar causa, a aproximação ou contato com este, enquanto vigorar a presente decisão, salvo com autorização e condições prévias estabelecidas pelo juízo, na forma desta decisão, quando houver extrema necessidade, e somente com a intermediação de pessoal técnico da equipe multidisciplinar do juízo ou dos programas da rede de atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, sob pena de perda imediata da eficácia das medidas aplicadas, e de fazer surgir nova situação de risco à sua própria integridade física, de seus dependentes e demais familiares. Considerando que para a aplicação de medidas protetivas por parte do juízo há que se considerarem os fins sociais a que a Lei se destina (art. 4.º, LVD), e que, no caso, se verifica situação envolvendo filho menor em comum, em que há necessidade de esclarecimento da situação real, qual seja: o contexto social/familiar da violência doméstica; que compete à Equipe de Atendimento Multidisciplinar, entre outras atribuições legais, fornecer subsídios por escrito ao juiz, bem como desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares (art. 30, LVD); considerando, por fim, o entendimento firmado no Enunciado FONAVID N.º 16, determino: Encaminhe-se o caso à Equipe Multidisciplinar do juízo, para a realização de estudo de caso acerca da situação da ofendida e sua filha, do ofensor e filhos menores em comum, procedendo-se os necessários atendimentos, orientações e demais encargos ora referidos, fornecendo-se relatório técnico em juízo, no prazo de até 30 (trinta) dias. Cientifique-se o Ministério Público. Fica o(a) oficial(a) de justiça autorizado(a) a proceder às diligências a seu cargo com as prerrogativas do art. 172, do CPC, na forma dos arts. 13 e 14, parágrafo único, da Lei 11.340/06, cabendo à autoridade policial a que for apresentado prestar assistência requerida, declarando por termo eventual recusa. Cumprido o mandado pelo oficial de justiça, e decorrido o prazo de resposta, sem manifestação, certifique-se, e venham-me conclusos os autos. Havendo manifestação, proceda-se o trâmite regular. Publique-se. Junte-se nos autos o relatório do estudo de caso determinado, tão logo seja este apresentado em Secretaria. Cumpra-se, com urgência, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM.

Nenhum advogado cadastrado.

279 - 0004818-27.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004818-8

Réu: Genival dos Santos Reis Brandão

Trata-se de pedido de medidas protetivas, contudo constando da narrativa fatos pretéritos. Destarte, considerando o rol de medidas

protetivas constantes do requerimento de fl. 05, abra-se vista à Defensoria Pública em assistência à requerente, para a regular manifestação no interesse desta, fornecendo-se elementos que demonstrem os requisitos cautelares e sustentem o pedido, nos termos da lei em aplicação no juízo. Retornem-me conclusos os autos para análise e deliberação. Publique-se. Cumpra-se imediatamente; feito contendo pedido liminar pendente de apreciação. Boa Vista, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVD/FCM

Nenhum advogado cadastrado.

280 - 0004821-79.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004821-2

Réu: Francisco Silva Sousa

(...) ISTO POSTO, com base nos artigos 7.º, caput e incisos e 22, caput e incisos, e mais dispositivos da lei de proteção à mulher, DEFIRO o pedido de medida protetiva e aplico ao ofensor, independentemente de sua ouvida prévia (art. 19, § 1.º, da lei em aplicação), as seguintes medidas protetivas de urgência: AFASTAMENTO DO REQUERIDO DO LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A OFENDIDA, COM RETIRADA DE APENAS PERTENCENÇAS PESSOAIS SEUS; PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA E DE SEU GENITOR, IGUALMENTE OFENDIDO, OBSERVADO O LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE OS PROTEGIDOS E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS; PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR O LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS OFENDIDOS E FAMILIARES OUTROS QUE LÁ HABITAM; PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM OS OFENDIDOS, E SEUS FAMILIARES, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO. As medidas protetivas concedidas à ofendida perdurarão até final decisão no Inquérito Policial ou na correspondente ação penal que vier a ser instaurada, salvo eventual revogação, neste ou em procedimento conexo, sendo que a aproximação ora proibida poderá ocorrer apenas com a intermediação de equipe multidisciplinar, do Juizado ou dos programas de assistência à mulher. Expeça-se Mandado de Intimação (Port. n.º 002/2011 do Juízo - item 5.1.1) ao ofensor, no endereço indicado em certidão de fl. 16, notificando-o para o integral cumprimento da presente decisão, mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, se necessário com o auxílio da força policial, que de logo requisito, independentemente de expedição de ofício requisitório específico, para dar efetividade às medidas protetivas referidas (art. 22, § 3º, da Lei 11.340/06). DO MANDADO DEVERÁ CONSTAR A ADVERTÊNCIA AO AGRESSOR DE QUE, CASO DESCUMPRIR QUALQUER UMA DAS MEDIDAS CONSTANTES DA PRESENTE DECISÃO JUDICIAL PODERÁ SER PRESO EM FLAGRANTE DELITO DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330, DO CP), BEM COMO PODERÁ SER DECRETADA SUA PRISÃO PREVENTIVA (ART. 20, DA LDM C/C ART. 313, III, DO CPP), SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS. Ainda do mandado de intimação do agressor, constará a advertência/citação para, querendo, apresentar defesa nos autos de medida protetiva, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como que, em caso de ausência de manifestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos pela ofendida alegados (arts. 802 e 803, do CPC). À vista da medida de afastamento do infrator do local de comum convívio com a ofendida, intime-o, por fim, para fornecer endereço onde poderá ser localizado para os atos processuais, fazendo-se consignar pelo(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça. Consigne-se o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, ao cumprir/efetivar a medida determinada no item 1, nos termos integrais desta decisão, sendo que NOS CASOS DE DILIGÊNCIA CUMPRIDA SEM ÊXITO deverá devolver o mandado cumprido na Secretaria do juízo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, apresentando certidão circunstanciada nos autos, para as providências adequadas por parte do juízo. Intime-se a ofendida desta decisão, notificando-a de que, caso queira, poderá ser encaminhada à Defensoria Pública do Estado que atua neste Juizado Especializado, para sua assistência (arts. 18, II e 28, mesma lei), advertindo-a de que em caso de eventual desistência-renúncia à representação, esta deverá ocorrer perante o juiz, em audiência a ser realizada independentemente de prévia designação, antes do recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público (art. 16, da Lei n.º 11.340/06). Deve o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, advertir a requerente de que esta deverá, todavia, comunicar ao juízo, imediatamente, a mudança de situação de risco, no caso de não mais necessitar das medidas aplicadas, para que não se perca medida quando não se verificar sua necessidade. Ainda da intimação acima, faça-se advertir a requerente de que, por sua vez, não deverá entrar em contato ou se aproximar do requerido, nem permitir, ou de alguma forma dar causa, a aproximação ou contato com este, enquanto vigorar a presente decisão, salvo com autorização e condições prévias estabelecidas pelo juízo, na forma desta decisão, quando houver extrema necessidade, e somente com a intermediação de pessoal técnico da equipe multidisciplinar do juízo ou dos programas da rede de atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, sob pena de perda imediata da eficácia das medidas aplicadas, e de fazer surgir nova situação de risco à sua própria integridade física, e até as de seus familiares. Considerando que para a

aplicação de medidas protetivas por parte do juízo há que se considerar os fins sociais a que a Lei se destina (art. 4.º, LVD), e que, no caso, se verifica situação envolvendo os filhos menores, em que há necessidade de esclarecimento da situação real, qual seja: o contexto social/familiar da violência doméstica e suposta dependência alcoólica do requerido; que compete à Equipe de Atendimento Multidisciplinar, entre outras atribuições legais, fornecer subsídios por escrito ao juiz, bem como desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares (art. 30, LVD); considerando, por fim, o entendimento firmado nos Enunciados FONAVID N.ºs 16 e 30, determino: Encaminhe-se o caso à Equipe Multidisciplinar do juízo, para a realização de estudo de caso acerca da situação dos ofendidos e do ofensor, procedendo-se os necessários atendimentos, orientações, encaminhamentos e demais encargos ora referidos, fornecendo-se relatório técnico em juízo, no prazo de até 30 (trinta) dias. Cientifique-se o Ministério Público. Fica o(a) oficial(a) de justiça autorizado(a) a proceder às diligências a seu cargo com as prerrogativas do art. 172, do CPC, na forma dos arts. 13 e 14, parágrafo único, da Lei 11.340/06, cabendo à autoridade policial a que for apresentado prestar assistência requerida, declarando por termo eventual recusa. Cumprido o mandado pelo oficial de justiça, e decorrido o prazo de resposta, sem manifestação, certifique-se, e venham-me conclusos os autos. Havendo manifestação, proceda-se o trâmite regular. Tão logo apresentado o relatório do estudo de caso, proceda-se a Secretaria a imediata juntada nos autos. Retifique-se a autuação processual, fazendo-se constar do polo ativo da demanda as vítimas/requerentes (genitores do agressor) neste ato inicialmente identificadas, nos termos indicados às fls. 04/05. Publique-se. Cumpra-se, com urgência, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVD/FCM

Nenhum advogado cadastrado.

281 - 0004822-64.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004822-0

Réu: Braian David da Silva

(...) ISTO POSTO, com base nos artigos 7.º, caput e incisos e 22, caput e incisos, e mais dispositivos da lei de proteção à mulher, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido e APLICO em desfavor do ofensor, e independentemente de sua ouvida prévia (art. 19, § 1.º, da lei em aplicação), as seguintes medidas protetivas de urgência: PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA, OBSERVADO O LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE A PROTEGIDA E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS; PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR A ATUAL RESIDÊNCIA, EVENTUAL LOCAL DE TRABALHO, E OUTRO DE FREQUENTação DA OFENDIDA; PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO; DEIXO de conceder a medida de afastamento do lar em razão da requerente se encontrar residindo nesta Capital, bem como INDEFIRO o pedido de concessão de alimentos provisionais ou provisórios, ante a falta de elementos para análise da matéria em sede de medidas protetivas de urgência, devendo a requerente ingressar com pedido em sede de juízo apropriados (Vara de Família ou Vara da Justiça Itinerante), devendo, ainda, regularizar, com a máxima urgência, a guarda e as visitas quanto aos filhos menores, buscando, se necessário, auxílio da Defensoria Pública. Todavia, determino sejam os alimentos supridos, provisoriamente, por programa/política de proteção aos povos indígenas por intermédio da Coordenadoria Técnica Local da FUNAI, até que estes sejam regulamentados de forma definitiva, na forma acima. Frise-se que a competência cível dos Juízos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que é restrita às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, devendo as ações relativas a direito de família ser, mesmo, processadas e julgadas pelas Varas de Família (Enunciado FONAVID N.º 3). Até à solução das questões envolvendo os filhos, deverão as partes adotar cautelas outras que se fizerem necessárias no caso de eventual visitação do requerido às crianças, procurando intermediá-las por pessoas conhecidas das partes, parentes, ou outros membros da comunidade em que residem, de modo que as questões envolvendo as crianças não interfiram na efetividade das medidas ora aplicadas. As medidas protetivas concedidas à ofendida perdurarão até final decisão no Inquérito Policial ou na correspondente ação penal que vier a ser instaurada, salvo eventual revogação, neste ou em procedimento conexo, sendo que a aproximação ora proibida poderá ocorrer apenas com a intermediação de equipe multidisciplinar ou dos programas de assistência à mulher. Expeça-se Carta Precatória para a Comarca de Pacaraima, para fins de cumprimento da presente decisão, para a intimação pessoal do requerido quanto às medidas protetivas, notificando-o para o integral cumprimento da ordem judicial, cujo mandado deve ser cumprido por Oficial de Justiça, se necessário com o auxílio da força policial, que de logo requisito, independentemente de expedição de ofício requisitório específico, para dar efetividade às medidas protetivas referidas (art. 22, § 3º, da Lei 11.340/06). DO MANDADO DEVERÁ CONSTAR A ADVERTÊNCIA AOS AGRESSORES, DE QUE, CASO DESCUMPRIR

QUALQUER UMA DAS MEDIDAS CONSTANTE DA PRESENTE DECISÃO JUDICIAL PODERÃO SER PRESOS EM FLAGRANTE DELITO DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330, DO CP), BEM COMO PODERÁ SER DECRETADA SUA PRISÃO PREVENTIVA (ART. 20, DA LVD C/C ART. 313, III, DO CPP), SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS. Ainda do mandado de intimação do agressor, constará a advertência/citação para, querendo, apresentar defesa nos autos de medida protetiva, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como que, em caso de ausência de manifestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos pela ofendida alegados (arts. 802 e 803, do CPC). Tratando-se de requerido indígena ao que, em face de regime de sua legislação, no caso de não ser apresentada a contestação no prazo, de logo, nomeio-lhe curador especial, o membro da Defensoria Pública que atua neste Juizado para, com vista dos autos, apresentar defesa no prazo de lei. Intime-se a ofendida desta decisão, pelo meio mais rápido (art. 21, da Lei 11.340/06 cc Enunciado FONAVID N.º 9), bem como a notifique de que, caso queira, poderá ser encaminhada à Defensoria Pública do Estado para sua assistência (arts. 18, II e 28, mesma lei), advertindo-a de que em caso de eventual desistência renúncia à representação, esta deverá ocorrer perante o juiz, em audiência a ser realizada, antes do recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público (art. 16, da Lei n.º 11.340/06). Ainda da intimação acima, faça-se advertir a requerente de que, por sua vez, não deverá entrar em contato ou se aproximar dos requeridos, nem permitir, ou de alguma forma dar causa, a aproximação ou contato com estes, enquanto vigorar a presente decisão, salvo com autorização e condições prévias estabelecidas pelo juízo, na forma desta decisão, quando houver extrema necessidade, e somente com a intermediação de pessoal técnico da equipe multidisciplinar do juízo ou dos programas da rede de atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, sob pena de perda imediata da eficácia das medidas aplicadas, e de fazer surgir nova situação de risco à sua própria integridade física, de seus dependentes e demais familiares. Deve o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, advertir a requerente de que esta deverá, todavia, comunicar ao juízo processante, imediatamente, a mudança de situação de risco, no caso de não mais necessitar das medidas aplicadas, para que não se perca medida quando não se verificar sua necessidade. Considerando que para a aplicação de medidas protetivas por parte do juízo há que se considerar os fins sociais a que a Lei se destina (art. 4.º, LVD), e que, no caso, se verifica situação envolvendo filhos menores em comum, em que há necessidade de esclarecimento da situação real, qual seja: o contexto social/familiar da violência doméstica envolvendo os filhos menores; que compete à Equipe de Atendimento Multidisciplinar, entre outras atribuições legais, fornecer subsídios por escrito ao juiz, bem como desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares (art. 30, LVD); considerando, por fim, o entendimento firmado no Enunciado FONAVID N.º 16, determino: Encaminhe-se o caso à Equipe Multidisciplinar do juízo, para a realização de estudo de caso acerca da situação da ofendida, do ofensor e filhos menores em comum, procedendo-se os necessários atendimentos, orientações e demais encargos ora referidos, fornecendo-se relatório técnico em juízo, com a brevidade que se faz necessária no caso. Cientifique-se o Ministério Público. Fica o(a) oficial(a) de justiça autorizado(a) a proceder às diligências a seu cargo com as prerrogativas do art. 172, do CPC, na forma dos arts. 13 e 14, parágrafo único, da Lei 11.340/06, cabendo à autoridade policial a que for apresentado prestar assistência requerida, declarando por termo eventual recusa. Cumprido o mandado pelo oficial de justiça, e decorrido o prazo de resposta, sem manifestação, certifique-se, e venham-me conclusos os autos. Havendo manifestação, proceda-se o trâmite regular. Publique-se. Cumpra-se, com urgência, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 27 de Abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM Audiência Preliminar designada para o dia 04/05/2015 às 10:30 horas. Nenhum advogado cadastrado.

282 - 0004823-49.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004823-8

Réu: Daniel Lopes de Sa

(..) ISTO POSTO, com base nos artigos 7.º, caput e incisos e 22, caput e incisos, e mais dispositivos da lei de proteção à mulher, DEFIRO O PEDIDO e APLICO AO OFENSOR, independentemente de sua ouvida prévia (art. 19, § 1.º, da lei em aplicação), as seguintes medidas protetivas de urgência: PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA, OBSERVADO O LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE A PROTEGIDA E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS; PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR A RESIDÊNCIA DA OFENDIDA, EVENTUAL LOCAL DE TRABALHO E OUTRO LOCAL DE USUAL FREQUENTÇÃO DESTA; PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO. As medidas protetivas concedidas à ofendida

perdurarão até final decisão no Inquérito Policial ou na correspondente ação penal que vier a ser instaurada, salvo eventual revogação, neste ou em procedimento conexo, podendo ocorrer a aproximação acima proibida apenas com a intermediação de equipe multidisciplinar, do Juizado ou dos programas de assistência à mulher. Expeça-se mandado de intimação (Port. n.º 002/2011 do Juízo - item 5.1.1) ao ofensor, notificando-o para o integral cumprimento da presente decisão, mandado este a ser cumprido por Oficial de Justiça, se necessário com o auxílio da força policial, que de logo requisito, independentemente de expedição de ofício requisitório específico, para dar efetividade às medidas protetivas referidas (art. 22, § 3º, da Lei 11.340/06). Do mandado deverá constar a advertência ao agressor de que, caso descumpra a presente decisão judicial, poderá ser preso em flagrante delito de desobediência (art. 330, do CP), bem como poderá ser decretada sua prisão preventiva (art. 20, da LDM c/c art. 313, III, do CPP), sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis. Ainda do mandado de intimação do agressor, constará a advertência/citação para, querendo, apresentar defesa nos autos de medida protetiva, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como que, em caso de ausência de manifestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos pela ofendida alegados (arts. 802 e 803, do CPC). Intime-se a ofendida desta decisão, pelo meio mais rápido (art. 21, da Lei 11.340/06), bem como a notifique de que, caso queira, poderá ser encaminhada à Defensoria Pública do Estado que atua neste Juizado Especializado, para sua assistência (arts. 18, II e 28, mesma lei), advertindo-a de que em caso de eventual desistência renúncia à representação, esta deverá ocorrer perante o juiz, em audiência a ser realizada independentemente de prévia designação, antes do recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público (art. 16, da Lei n.º 11.340/06). Ainda da intimação acima, faça-se advertir a requerente de que, por sua vez, não deverá entrar em contato ou se aproximar do requerido, nem permitir, ou de alguma forma dar causa, a aproximação ou contato com este, enquanto vigorar a presente decisão, salvo com autorização e condições prévias estabelecidas pelo juízo, na forma desta decisão, quando houver extrema necessidade, e somente com a intermediação de pessoal técnico da equipe multidisciplinar do juízo ou dos programas da rede de atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, sob pena de perda imediata da eficácia das medidas aplicadas, e de fazer surgir nova situação de risco à sua própria integridade física, e até as de seus familiares. Cientifique-se o Ministério Público. Fica o(a) oficial(a) de justiça autorizado(a) a proceder às diligências a seu cargo com as prerrogativas do art. 172, do CPC, na forma dos arts. 13 e 14, parágrafo único, da Lei 11.340/06, cabendo à autoridade policial a que for apresentado prestar assistência requerida, declarando por termo eventual recusa. Cumprido o mandado pelo oficial de justiça, e decorrido o prazo de resposta, sem manifestação, certifique-se, e venham-me conclusos os autos. Havendo manifestação, proceda-se o trâmite regular. Publique-se. Cumpra-se, com urgência, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 27 de Abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM Audiência Preliminar designada para o dia 04/05/2015 às 10:30 horas. Nenhum advogado cadastrado.

283 - 0004824-34.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004824-6

Réu: Eulíangel Gabriel Pereira Poleo

(..) ISTO POSTO, com base nos artigos 7.º, caput e incisos e 22, caput e incisos, e mais dispositivos da lei de proteção à mulher, DEFIRO o pedido de medida protetiva requerida e aplico ao ofensor, independentemente de sua ouvida prévia (art. 19, § 1.º, da lei em aplicação), as seguintes medidas protetivas de urgência: AFASTAMENTO DO REQUERIDO DO LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A OFENDIDA E SEUS FAMILIARES, COM RETIRADA DE APENAS PERTENCES PESSOAIS SEUS; PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA E FAMILIARES, (O IRMÃO DA REQUERENTE; O FILHO JHOANGEL EDUARDO, E OS DEMAIS FILHOS MENORES DESTA) OBSERVADO O LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE OS PROTEGIDOS E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS; PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR A RESIDÊNCIA, LOCAL DE TRABALHO, E OUTRO DE USUAL FREQUENTÇÃO DA OFENDIDA E DE SEUS FAMILIARES; PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA E FAMILIARES, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO. As medidas protetivas concedidas à ofendida perdurarão até final decisão no Inquérito Policial ou na correspondente ação penal que vier a ser instaurada, salvo eventual revogação, neste ou em procedimento conexo, sendo que a aproximação ora proibida poderá ocorrer apenas com a intermediação de equipe multidisciplinar, do Juizado ou dos programas de assistência à mulher. Expeça-se Mandado de Notificação e Cumprimento de Medidas Protetivas (Port. n.º 002/2011 do Juízo - item 5.1.1) ao ofensor, notificando-o para o integral cumprimento da presente decisão, mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, se necessário com o auxílio da força policial, que de logo requisito, independentemente de expedição de ofício requisitório específico, para dar efetividade às medidas protetivas referidas (art. 22,

§ 3º, da Lei 11.340/06).DO MANDADO DEVERÁ CONSTAR A ADVERTÊNCIA AO AGRESSOR DE QUE, CASO DESCUMpra QUALQUER UMA DAS MEDIDAS CONSTANTES DA PRESENTE DECISÃO JUDICIAL PODERÁ SER PRESO EM FLAGRANTE DELITO DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330, DO CP), BEM COMO PODERÁ SER DECRETADA SUA PRISÃO PREVENTIVA (AART. 20, DA LDM C/C ART. 313, III, DO CPP), SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.Ainda do mandado de intimação do agressor, constará a advertência/citação para, querendo, apresentar defesa nos autos de medida protetiva, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como que, em caso de ausência de manifestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos pela ofendida alegados (arts. 802 e 803, do CPC).À vista da medida de afastamento do infrator do local de comum convívio com a ofendida, intime-o, por fim, para fornecer novo endereço residencial, para posterior localização para os atos processuais, fazendo-se consignar pelo(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça.Consigne-se o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, ao cumprir/efetivar a medida determinada no item 1, nos termos integrais desta decisão, sendo que NO CASO DE DILIGÊNCIA CUMPRIDA SEM ÊXITO deverá devolver o mandado cumprido na Secretaria do juízo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, apresentando certidão circunstanciada nos autos, para as providências adequadas por parte do juízo.Intime-se a ofendida desta decisão, pelo meio mais rápido (art. 21, da Lei 11.340/06), bem como a notifique de que, caso queira, poderá ser encaminhada à Defensoria Pública do Estado que atua neste Juizado Especializado, para sua assistência (arts. 18, II e 28, mesma lei), advertindo-a de que em caso de eventual desistência renúncia à representação, esta deverá ocorrer perante o juiz, em audiência a ser realizada independentemente de prévia designação, antes do recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público (art. 16, da Lei n.º 11.340/06). Ressalve-se que deverá a requerente, todavia, comunicar ao juízo, imediatamente, a mudança de situação de risco, no caso de não mais necessitar das medidas aplicadas, para que não se perca medida quando não se verificar sua necessidade.Ainda da intimação acima, faça-se advertir a requerente de que, por sua vez, não deverá entrar em contato ou se aproximar do requerido, nem permitir, ou de alguma forma dar causa, a aproximação ou contato com este, enquanto vigorar a presente decisão, salvo com autorização e condições prévias estabelecidas pelo juízo, na forma desta decisão, quando houver extrema necessidade, e somente com a intermediação de pessoal técnico da equipe multidisciplinar do juízo ou dos programas da rede de atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, sob pena de perda imediata da eficácia das medidas aplicadas, e de fazer surgir nova situação de risco à sua própria integridade física, e até as de seus dependentes e demais familiares.Considerando que para a aplicação de medidas protetivas por parte do juízo há que se considerar os fins sociais a que a Lei se destina (art. 4.º, LVD), e que, no caso, se verifica situação envolvendo filho agressor usuário/dependente químico, em que há necessidade de esclarecimento da situação real, e que compete à Equipe de Atendimento Multidisciplinar, entre outras atribuições legais, fornecer subsídios por escrito ao juiz, bem como desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares (art. 30, LVD); considerando, por fim, o entendimento firmado nos Enunciados FONAVID N.ºS 16 e 30, determino:Encaminhe-se à Equipe Multidisciplinar do juízo, para a realização de estudo de caso acerca da situação da ofendida e do ofensor, com vista a se verificar situação de violência doméstica em contexto de dependência química, procedendo-se os necessários atendimentos, orientações e demais encargos ora referidos, fornecendo-se relatório técnico em juízo, no prazo de até 30 (trinta) dias. Cientifique-se o Ministério Público.Fica o(a) oficial(a) de justiça autorizado(a) a proceder às diligências a seu cargo com as prerrogativas do art. 172, do CPC, na forma dos arts. 13 e 14, parágrafo único, da Lei 11.340/06, cabendo à autoridade policial a que for apresentado prestar assistência requerida, declarando por termo eventual recusa.Cumprido o mandado pelo oficial de justiça, e decorrido o prazo de resposta, sem manifestação, certifique-se, e venham-me conclusos os autos. Havendo manifestação, proceda-se o trâmite regular.Junte-se nos autos o relatório do estudo de caso determinado, tão logo seja este apresentado em Secretaria.Retifique-se a autuação processual, fazendo-se constar do polo ativo da ação a segunda vítima, o menor Jhoangel, nos termos do BO de fl. 09.Publicue-se. Cumpra-se, com urgência, independentemente de prévia publicação.Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015.PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

284 - 0004825-19.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004825-3

Réu: Josemar dos Santos de Oliveira

Trata-se de novo pedido de medidas protetivas, contudo, haja vista as informações certificadas pela Secretaria, dando conta de já haver medidas protetivas em favor da requerente e em desfavor do requerido, mas sinalizando situação em que houve retomada do relacionamento

por parte da requerente, conforme cópias de expedientes anexados à contracapa dos autos, descaracterizando possível descumprimento da medida anteriormente aplicada, deixo de determinar registro e autuação de feito incidental para trato de descumprimento de medida protetiva.Com efeito, considerando que o feito de medida protetiva anteriormente processado já se encontra sentenciado (há mais de ano e meio); o registro de novos fatos; que quanto a estes há necessidade de esclarecimento do contexto fático e real necessidade das medidas protetivas, quicá de revisão das medidas protetivas anteriormente impostas, inclusive de esclarecimento da situação alusiva aos filhos, à vista da narrativa de fl. 04, por ora mantenho a autuação do presente procedimento de Medida Protetiva de Urgência, no que determino: Juntem-se aos autos as cópias dos expedientes anexados à contracapa do feito; Certifique-se acerca da situação do correspondente feito criminal alusivo aos fatos de que tratam os autos de MPU N.º 0010.12.020395-4; Abra-se vista à Defensoria Pública em assistência à requerente, para a regular manifestação no interesse desta, nos termos acima. Retornem-me conclusos os autos para análise e deliberação. Publique-se. Cumpra-se imediatamente; feito contendo pedido liminar pendente de apreciação. Boa Vista, 27 de abril de 2015.PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

285 - 0004831-26.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004831-1

Réu: Emerson de Alcantara Gomes

(...) ISTO POSTO, com base nos artigos 7.º, caput e incisos e 22, caput e incisos, e mais dispositivos da lei de proteção à mulher, DEFIRO o pedido e APLICO em desfavor dos ofensores, e independentemente de suas ouvidas prévias (art. 19, § 1.º, da lei em aplicação), as seguintes medidas protetivas de urgência: AFASTAMENTO DO REQUERIDO DO LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A OFENDIDA, COM RETIRADA DE APENAS PERTENCES PESSOAIS SEUS;RECONDUÇÃO DA OFENDIDA AO LAR (QUER SE ENCONTRA ABRIGADA NA CASA DE UMA AMIGA), APÓS A RETIRADA DO AGRESSOR DO LOCAL, NA FORMA ACIMA;PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA, OBSERVADO O LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE A PROTEGIDA E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS;PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR A RESIDÊNCIA, O LOCAL DE TRABALHO, E OUTRO DE USUAL FREQUENTÇÃO DA OFENDIDA;PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO;RESTRICÇÃO DE VISITAS AO FILHO MENOR, OU SEJA, AS VISITAS FICAM PERMITIDAS, MAS SOMENTE COM A INTERMEDIÇÃO DE ENTES FAMILIARES, OU PESSOA CONHECIDA DAS PARTES.Ressalva-se que em razão de residir questão adstrita ao juízo de família, uma vez que há filho menor envolvido, a requerente deverá buscar a regulamentação definitiva da guarde a visitas quanto ao menor, no juízo apropriado (ou Vara de Família ou Vara da Justiça Itinerante), com a maior brevidade, sendo que, até à solução dessas, deverá adotar cautelas outras que se fizerem necessárias no caso de eventual visitação do requerido ao filho, procurando intermediar as visitas por pessoas conhecidas das partes ou parentes, de modo que a dinâmica das relações envolvendo o filho não interfira na efetividade das medidas ora aplicadas.Frise-se que a competência cível dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que é restrita às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, devendo as ações relativas a direito de família ser, mesmo, processadas e julgadas pelas Varas de Família (Enunciado FONAVID N.º 3).As medidas protetivas concedidas à ofendida perdurarão até final decisão no Inquérito Policial ou na correspondente ação penal que vier a ser instaurada, salvo eventual revogação, neste ou em procedimento conexo, sendo que a aproximação ora proibida poderá ocorrer apenas com a intermediação de equipe multidisciplinar, do Juizado ou dos programas de assistência à mulher.Expeça-se mandado para fins de intimação pessoal do requerido quanto as Medidas Protetivas (Port. n.º 002/2011 do Juízo - item 5.1.1), notificando-o para o integral cumprimento da presente decisão, cujo mandado deve ser cumprido por Oficial de Justiça, se necessário com o auxílio da força policial, que de logo requisito, independentemente de expedição de ofício requisitório específico, para dar efetividade às medidas protetivas referidas (art. 22, § 3º, da Lei 11.340/06).DO MANDADO DEVERÁ CONSTAR A ADVERTÊNCIA AOS AGRESSORES, DE QUE, CASO DESCUMpra QUALQUER UMA DAS MEDIDAS CONSTANTE DA PRESENTE DECISÃO JUDICIAL PODERÃO SER PRESOS EM FLAGRANTE DELITO DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330, DO CP), BEM COMO PODERÁ SER DECRETADA SUAS PRISÕES PREVENTIVA (ART. 20, DA LDM C/C ART. 313, III, DO CPP), SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.Ainda do mandado de intimação do agressor, constará a advertência/citação para, querendo, apresentar defesa nos autos de medida protetiva, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como que, em caso de ausência de manifestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos pela ofendida alegados (arts. 802 e 803, do CPC).À vista da medida de afastamento do infrator do local de comum convívio

com a ofendida, intime-o, por fim, para fornecer endereço onde poderá ser localizado para os atos processuais, fazendo-se consignar pelo(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça. Consigne-se o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, ao cumprir/efetivar a medida determinada no item 2, nos termos integrais desta decisão, sendo que NOS CASOS DE DILIGÊNCIA CUMPRIDA SEM ÊXITO deverá devolver o mandado cumprido na Secretaria do juízo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, apresentando certidão circunstanciada nos autos, para as providências adequadas por parte do juízo. Intime-se a ofendida desta decisão, pelo meio mais rápido (art. 21, da Lei 11.340/06 cc Enunciado FONAVID N.º 9), bem como a notifique de que, caso queira, poderá ser encaminhada à Defensoria Pública do Estado que atua neste Juizado Especializado, para sua assistência (arts. 18, II e 28, mesma lei), advertindo-a de que em caso de eventual desistência-renúncia à representação, esta deverá ocorrer perante o juiz, em audiência a ser realizada independentemente de prévia designação, antes do recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público (art. 16, da Lei n.º 11.340/06). Deve o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, advertir a requerente de que esta deverá, todavia, comunicar ao juízo, imediatamente, a mudança de situação de risco, no caso de não mais necessitar das medidas aplicadas, para que não se perca medida quando não se verificar sua necessidade. Ainda da intimação acima, faça-se advertir a requerente de que, por sua vez, não deverá entrar em contato ou se aproximar dos requeridos, nem permitir, ou de alguma forma dar causa, a aproximação ou contato com estes, enquanto vigorar a presente decisão, salvo com autorização e condições prévias estabelecidas pelo juízo, na forma desta decisão, quando houver extrema necessidade, e somente com a intermediação de pessoal técnico da equipe multidisciplinar do juízo ou dos programas da rede de atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, sob pena de perda imediata da eficácia das medidas aplicadas, e de fazer surgir nova situação de risco à sua própria integridade física, de seus dependentes e demais familiares. Considerando que para a aplicação de medidas protetivas por parte do juízo há que se considerar os fins sociais a que a Lei se destina (art. 4.º, LVD), e que, no caso, se verifica situação envolvendo filhos menores em comum, em que há necessidade de esclarecimento da situação real, qual seja: o contexto social/familiar da violência doméstica; que compete à Equipe de Atendimento Multidisciplinar, entre outras atribuições legais, fornecer subsídios por escrito ao juiz, bem como desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares (art. 30, LVD); considerando, por fim, o entendimento firmado no Enunciado FONAVID N.º 16, determino: Encaminhe-se o caso à Equipe Multidisciplinar do juízo, para a realização de estudo de caso acerca da situação da ofendida, do ofensor e filho menor em comum, procedendo-se os necessários atendimentos, orientações e demais encargos ora referidos, fornecendo-se relatório técnico em juízo, no prazo de até 30 (trinta) dias. Cientifique-se o Ministério Público. Fica o(a) oficial(a) de justiça autorizado(a) a proceder às diligências a seu cargo com as prerrogativas do art. 172, do CPC, na forma dos arts. 13 e 14, parágrafo único, da Lei 11.340/06, cabendo à autoridade policial a que for apresentado prestar assistência requerida, declarando por termo eventual recusa. Cumprido o mandado pelo oficial de justiça, e decorrido o prazo de resposta, sem manifestação, certifique-se, e venham-me conclusos os autos. Havendo manifestação, proceda-se o trâmite regular. Publique-se. Junte-se nos autos o relatório do estudo de caso determinado, tão logo seja este apresentado em Secretaria. Cumpra-se, com urgência, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVD/FCM
Nenhum advogado cadastrado.

286 - 0004891-96.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004891-5

Réu: Francisco Hercules Sousa Silva

Trata-se de procedimento de medida protetiva de urgência, em que se verifica necessidade de elementos nos autos, com vistas à análise e melhor solução ao caso. Destarte, e à vista de não constar dados para contato telefônico com a requerente, por ora determino: Expeça-se mandado de intimação pessoal à requerente, para comparecer ao juízo, para prestar as necessárias informações nos autos, no prazo de até 05 (cinco) dias, notificando-a de que, em não comparecendo ou não se manifestando nos autos, será indeferido o pedido, por ausência de seus requisitos, combinado com a ausência de interesse (art. 267, I, e VI, do CPC). Comparecendo a requerente, encaminhe-se esta à Defensoria Pública em sua assistência, para a regular manifestação, dizendo acerca da atual situação e necessidade da medida de afastamento do requerido do lar, haja vista constar dos autos endereços residências diversos das partes e/ou aduções outras pertinentes. Certifique-se. Decorrido o prazo, sem manifestação, certifique-se e retorne-me conclusos os autos para deliberação. Publique-se. Cumpra-se imediatamente; feito contendo pedido liminar pendente de apreciação. Boa Vista, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVD/FCM

Nenhum advogado cadastrado.

287 - 0006620-60.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006620-6

Réu: Luiz Costa Lima

À vista das informações certificadas à fl. 09, mas considerando que a requerente relatou que se encontra separada do requerido, inclusive informou endereço diverso, desde o relato inicial (fls. 03; 05), não tendo demonstrado a convivência em lar em comum, determino: Junte-se aos autos a certidão anexada à contracapa do feito. Abra-se vista à Defensoria Pública em assistência à requerente, para dizer, no interesse desta, acerca da atual situação e real necessidade da medida de afastamento do requerido do lar, fornecendo-se os elementos/requisitos necessários, nos termos da lei em aplicação no juízo. Retorne-me os autos à apreciação. Cumpra-se imediatamente. Boa Vista/RR, 27 de abril de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVD/FCM
Nenhum advogado cadastrado.

Petição

288 - 0003744-35.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003744-7

Réu: F.S.S.

Vista ao MP para manifestação do pedido de fls. 35/37. Em 28/04/2015. Patrícia Oliveira dos Reis - Juíza de Direito.
Nenhum advogado cadastrado.

289 - 0004828-71.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004828-7

Réu: Pablo Peixoto Lima Siqueira

Vista ao MP para manifestação. Boa Vista, 28/04/15. Patrícia Oliveira dos Reis-Juíza Respondendo pelo 1º JEVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

290 - 0004829-56.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004829-5

Réu: Dymes de Oliveira Cavalcante

Em vista dos fatos narrados abra-se vista ao MP. Boa Vista, 28/04/15. Patrícia Oliveira dos Reis-Juíza Respondendo pelo 1º JEVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

291 - 0004830-41.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004830-3

Réu: Naldiney dos Santos Silva

Abra-se vista ao MP, para manifestação. Em, 28/04/15. Patrícia Oliveira dos Reis-Juíza Respondendo pelo 1º JEVDFCM.
Nenhum advogado cadastrado.

Turma Recursal

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):

Cristovão José Suter Correia da Silva

JUIZ(A) MEMBRO:

Ângelo Augusto Graça Mendes

Bruno Fernando Alves Costa

Elvo Pigari Junior

Erick Cavalcanti Linhares Lima

PROMOTOR(A):

João Xavier Paixão

Luiz Antonio Araújo de Souza

ESCRIVÃO(A):

Olene Inácio de Matos

Recurso Inominado

292 - 0005548-72.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005548-3

Recorrido: Município de Boa Vista

Recorrido: Carla Mara Magalhães Marques

DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Josué dos Santos Filho, Saile Carvalho da Silva, Marcus Vinícius Moura Marques

293 - 0005552-12.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005552-5

Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Gercilândia Anfrísio Lopes
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques
294 - 0005557-34.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005557-4
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Sonia Maria Borges
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Tássyo Moreira Silva
295 - 0005562-56.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005562-4
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Iana Kelli das Neves Ferreira
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogado(a): Marcus Vinícius Moura Marques
296 - 0005567-78.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005567-3
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Francisco Chagas do Nascimento
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Winston Regis Valois Junior, Marcus Vinícius Moura Marques, Renata Borici Nardi
297 - 0005587-69.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005587-1
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Ivanilde Soares de Araújo
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Valdenor Alves Gomes
298 - 0005588-54.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005588-9
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Rosa Araujo Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques
299 - 0005595-46.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005595-4
Recorrido: Município de Boa Vista

Recorrido: Francisco de Araujo Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Clovis Melo de Araújo
300 - 0005597-16.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005597-0
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Juscelândia Lira de Sousa
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Clovis Melo de Araújo
301 - 0005598-98.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005598-8
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Maria Salete Braz da Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Winston Regis Valois Junior, Marcus Vinícius Moura Marques, Renata Borici Nardi
302 - 0005610-15.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005610-1
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Jesus de Melo Carvalho
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogado(a): Renata Cristine de Melo Delgado Ribeiro Fonseca
303 - 0005611-97.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005611-9
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Luzineire Alves Gomes
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Valdenor Alves Gomes
304 - 0005613-67.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005613-5
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Adão Pedrino da Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques
305 - 0005618-89.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005618-4
Recorrido: Marco Antonio Rodrigues de Barros
Recorrido: Município de Boa Vista

DESPACHO

Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Luzanir da Silva Oliveira
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: João Felix de Santana Neto, Jerbison Trajano Sales,
Marcus Vinícius Moura Marques

306 - 0005623-14.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005623-4

Recorrido: Município de Boa Vista

Recorrido: Graciela Andre da Silveira Guedes

DESPACHO

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Renata Cristine de Melo Delgado
Ribeiro Fonseca

312 - 0005681-17.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005681-2

Recorrido: Raimundo Santos de Souza e outros.

Recorrido: Raimundo Santos de Sousa e outros.

DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Clovis Melo de Araújo

307 - 0005632-73.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005632-5

Recorrido: Ivone Aquino Gomes

Recorrido: Município de Boa Vista

DESPACHO

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: João Felix de Santana Neto, Jerbison Trajano Sales,
Marcus Vinícius Moura Marques

313 - 0005683-84.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005683-8

Recorrido: Município de Boa Vista e outros.

Recorrido: Município de Boa Vista e outros.

DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: João Felix de Santana Neto, Jerbison Trajano Sales,
Marcus Vinícius Moura Marques

308 - 0005633-58.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005633-3

Recorrido: Município de Boa Vista

Recorrido: Raimundo Nonato Sutério da Silva

DESPACHO

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: João Felix de Santana Neto, Jerbison Trajano Sales,
Rodrigo de Freitas Correia, Marcus Vinícius Moura Marques

314 - 0005689-91.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005689-5

Recorrido: Município de Boa Vista

Recorrido: Agilson Costa dos Santos

DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Winston Regis Valois Junior, Marcus Vinícius Moura
Marques, Renata Borici Nardi

309 - 0005638-80.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005638-2

Recorrido: o Município de Boa Vista

Recorrido: Elini Barros

DESPACHO

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Rodrigo de Freitas Correia, Marcus Vinícius Moura Marques

315 - 0005696-83.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005696-0

Recorrido: o Município de Boa Vista

Recorrido: Jusandra de Lira

DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Patrícia Raquel, Marcus Vinícius Moura Marques

310 - 0005658-71.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005658-0

Recorrido: Município de Boa Vista

Recorrido: Hilcines Rodrigues Fragoso

DESPACHO

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Clovis Melo de Araújo

316 - 0005712-37.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005712-5

Recorrido: Município de Boa Vista

Recorrido: Maria Alaide Cavalcante Conceição

DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Rodrigo de Freitas Correia, Renata Cristine de Melo
Delgado Ribeiro Fonseca, Winston Regis Valois Junior

311 - 0005677-77.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005677-0

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Valdenor Alves Gomes

317 - 0005725-36.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005725-7
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Maria Lucilene de Oliveira Lima
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques
318 - 0005751-34.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005751-3
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Heloisa Helena Fernandes Corrêa
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Winston Regis Valois Junior, Marcus Vinícius Moura Marques, Renata Borici Nardi
319 - 0005784-24.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005784-4
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Aurelio Fernandes da Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Carlos Ney Oliveira Amaral, Marcus Vinícius Moura Marques, Clovis Melo de Araújo
320 - 0005785-09.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005785-1
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Iracema Maria de Oliveira
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogado(a): Marcus Vinícius Moura Marques
321 - 0005786-91.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005786-9
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Clenilde dos Reis Aguiar
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Natanael Alves do Nascimento, Nathalia Adriane dos Santos Nascimento, Marcus Vinícius Moura Marques
322 - 0005787-76.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005787-7
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Sonia Maria Viana Bezerra de Oliveira
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques

323 - 0005789-46.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005789-3
Recorrido: o Município de Boa Vista e outros.
Recorrido: Ana Maria Nascimento de Castro
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Flavio Grangeiro de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques
324 - 0005791-16.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005791-9
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Maria Edileuza da Conceição
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Jose Vanderi Maia
325 - 0005793-83.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005793-5
Recorrido: Maria de Fátima dos Santos Chaves da Silva
Recorrido: Município de Boa Vista
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: João Felix de Santana Neto, Jerbison Trajano Sales, Marcus Vinícius Moura Marques
326 - 0005795-53.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005795-0
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Edivaldo Batista Barbosa
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Marcus Vinícius Moura Marques, Clovis Melo de Araújo
327 - 0005802-45.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005802-4
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Deuzanira de Souza Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques
328 - 0015918-13.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.015918-6
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Girley Barbosa Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Josué dos Santos Filho, Saile Carvalho da Silva, Marcus Vinícius Moura Marques

329 - 0015919-95.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.015919-4
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Ana Paula de Souza Bezerra
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Josué dos Santos Filho, Saile Carvalho da Silva, Marcus Vinícius Moura Marques

Agravo de Instrumento

330 - 0014205-03.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.014205-9
Agravado: Município de Boa Vista
Agravado: Francisco Lima da Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Izaías Rodrigues de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques

Recurso Inominado

331 - 0002755-63.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.002755-7
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Roberto Migliorini
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Lenir Rodrigues Santos Veras, Teresinha Lopes da Silva Azevedo, Marcus Vinícius Moura Marques

332 - 0005564-26.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005564-0
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Maria do Socorro Araújo Feitosa
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques

333 - 0005616-22.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005616-8
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Luzia Gomes Araújo Pereira
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Rodrigo de Freitas Correia, Winston Regis Valois Junior, Marcus Vinícius Moura Marques, Renata Borici Nardi

334 - 0005763-48.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005763-8
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Sandra Lima da Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Winston Regis Valois Junior, Marcus Vinícius Moura Marques, Renata Borici Nardi

335 - 0012170-70.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.012170-7
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Walter Jonas Ferreira da Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Gil Vianna Simões Batista, Marcus Vinícius Moura Marques

336 - 0005649-12.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005649-9
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Andreia Munhoz dos Reis
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogado(a): Marcus Vinícius Moura Marques

337 - 0005708-97.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005708-3
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Joao Ricardo de Melo
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Rogério Ferreira de Carvalho, Laudi Mendes de Almeida Júnior, Marcus Vinícius Moura Marques

338 - 0005737-50.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.005737-2
Recorrido: o Município de Boa Vista
Recorrido: Antonia Souza Paiva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Paulo Sérgio de Souza, Marcus Vinícius Moura Marques

339 - 0012129-06.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.012129-3
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Zenaide Rodrigues da Gama
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter
Advogados: Vilmar Lana, Marcus Vinícius Moura Marques

340 - 0012131-73.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.012131-9
Recorrido: Município de Boa Vista
Recorrido: Maria de Fatima da Silva e Silva
DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Ronaldo Mauro Costa Paiva, Marcus Vinícius Moura Marques

341 - 0000355-76.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.000355-8

Recorrido: o Município de Boa Vista

Recorrido: Eluan Guimarães Chaves

DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Renata Cristine de Melo Delgado Ribeiro Fonseca, Teresinha Lopes da Silva Azevedo, Marcus Vinícius Moura Marques

342 - 0005735-80.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005735-6

Recorrido: Município de Boa Vista

Recorrido: Sarlete dos Santos

DESPACHO

Encaminhem-se ao Supremo Tribunal Federal.

Boa Vista, 17 de abril de 2015

Juiz Cristóvão Suter

Advogados: Teresinha Lopes da Silva Azevedo, Marcus Vinícius Moura Marques

1ª Vara da Infância

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Parima Dias Veras

PROMOTOR(A):

Ademir Teles Menezes

Erika Lima Gomes Michetti

Janaina Carneiro Costa Menezes

Jeanne Christhine Fonseca Sampaio

Luiz Carlos Leitão Lima

Márcio Rosa da Silva

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(A):

Terciane de Souza Silva

Adoção C/c Dest. Pátrio

343 - 0012540-83.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.012540-3

Autor: M.N.S. e outros.

Réu: J.A.V.N. e outros.

Sentença: (...) Pelo exposto, com fundamento no artigo 39 e seguintes da Lei N. 8.069/90 (ECA) e em consonância com a r. manifestação ministerial, defiro o pedido de adoção da jovem ... e da criança ... a ... e ..., passando a criança a chamar-se ... e ..., filhos dos requerentes, constando de seu novo registro os nomes dos avós, cf. fls. 08, 10 e 11. Por via de consequência, destituo a requerida do Poder Familiar e julgo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Determino, ainda, a retificação da certidão de nascimento do filho da adotanda ..., somente em relação aos dados dos avós maternos. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de inscrição para o Registro Civil, cancelando-se o registro anterior e observando-se que não poderá constar em certidões nenhuma menção quanto à origem deste ato. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C., observando-se as exigências do segredo de justiça. Boa Vista (RR), 28 de abril de 2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito

Advogado(a): Terezinha Muniz de Souza Cruz

Autorização Judicial

344 - 0005195-95.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005195-0

Autor: W.G.P.N.-M. e outros.

Sentença: (...) Portanto, em consonância com o parecer ministerial, DEFIRO o pedido para o fim de autorizar a participação de adolescentes, com idade a partir de 16 (dezesesseis) anos, desde que devidamente acompanhados dos pais ou responsável legal, no evento "...", apenas nas áreas "pista", a ser realizado no dia 30/04/2015, no ..., todavia no horário compreendido entre 22h00min e 02h00min. Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Registre-se ser terminantemente proibida a venda de bebidas alcoólicas para menores, bem como a venda de produtos que possam causar dependência física ou psíquica, nos termos do art. 81, II e III, da Lei n. 8.069/90, sob pena de responsabilidade (artigo 258 do ECA). Sem custas. Expeça-se alvará judicial. Oficie-se ao Conselho Tutelar e à DDJ para fiscalização do decurso. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista RR, 28 de abril de 2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito

Ação Civil Pública

345 - 0005201-05.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005201-6

Autor: M.P.E.R.

Réu: E.R.

Decisão: (...) Pelo exposto, presentes os requisitos do art. 273 do CPC, defiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela e determino que o requerido: a) implante, no prazo de 01 (um) ano a unidade de semiliberdade exclusiva para o cumprimento da referida medida, a qual deve garantir o atendimento às normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei nº 12.594/2012; b) providencie, no prazo de 01 (um) mês, imóvel provisório para o cumprimento da semiliberdade, separado do atual CSE, até o cumprimento da obrigação principal deste processo, atendendo-se as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei nº 12.594/12. Fixo multa diária por dia de descumprimento, no importe de R\$ 3.000,00 (três mil) reais, limitadas a 60 (sessenta) dias, podendo o valor ser revisto, conforme o caso, sem prejuízo de outras determinações que se julgarem necessárias para o cumprimento desta decisão. Cite-se e intime-se o requerido, para cumprimento da decisão. Intime-se o Ministério Público. Demais expedientes necessários. P.R.I.C. Boa Vista/RR, 28.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito

Proc. Apur. Ato Infracion

346 - 0017366-21.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.017366-6

Infrator: Criança/adolescente e outros.

Despacho: Autos disponíveis em cartório para apresentação das alegações finais. Erasmo Hallysson S. de Campos Juiz de Direito Boa Vista-RR, 28 de abril de 2015.

Advogados: José Nestor Marcelino, Maria do Rosário Alves Coelho, Roberio Nunes dos Anjos, Iane Rodrigues Cardoso, Iasmin Pereira Formoso

347 - 0005024-41.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005024-2

Infrator: Criança/adolescente

Despacho: Abra-se vistas ao MP para suas alegações finais em memoriais escritos, no prazo de 03 dias, em seguida e em igual prazo, para os mesmos fins, à Defesa. (...) Boa Vista/RR, 28 de abril de 2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz Substituto.

Advogado(a): James Pinheiro Machado

Comarca de Caracarái

Índice por Advogado

000030-RR-N: 001

000157-RR-B: 005

000254-RR-A: 006

001048-RR-N: 006

002308-SE-N: 001

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Claudio Roberto Barbosa de Araujo
PROMOTOR(A):
André Luiz Nova Silva
Rafael Matos de Freitas
Silvio Abbade Macias
ESCRIVÃO(Ã):
Sandro Araújo de Magalhães

Cumprimento de Sentença

001 - 0000608-54.2002.8.23.0020

Nº antigo: 0020.02.000608-4

Autor: União

Réu: Marinete Brito da Fonseca e outros.

Autos remetidos à Fazenda Pública autos a pfn. AUTOS REMETIDOS A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL.

Advogados: João Pujucan P. Souto Maior, Adaauto Cruz Schetine - Procurador Fazenda Nacional

Execução Fiscal

002 - 0000084-08.2012.8.23.0020

Nº antigo: 0020.12.000084-7

Executado: União Fazenda Nacional

Executado: Francisco Levindo Carneiro Cavalcante

Autos remetidos à Fazenda Pública autos a pfn. AUTOS REMETIDOS A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL.

Nenhum advogado cadastrado.

Embarg. Exec. Fiscal

003 - 0000079-78.2015.8.23.0020

Nº antigo: 0020.15.000079-0

Autor: Raimundo Guimarães Costa

Réu: Fazenda Nacional

Autos remetidos à Fazenda Pública autos a pfn. AUTOS REMETIDOS A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL.

Nenhum advogado cadastrado.

Vara Criminal

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Claudio Roberto Barbosa de Araujo
PROMOTOR(A):
André Luiz Nova Silva
Rafael Matos de Freitas
Silvio Abbade Macias
ESCRIVÃO(Ã):
Sandro Araújo de Magalhães

Ação Penal

004 - 0013610-47.2009.8.23.0020

Nº antigo: 0020.09.013610-0

Réu: Sebastião Evangelista da Silva

Sentença: Absolvição sumária do art. 397 CPP.

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal Competên. Júri

005 - 0009684-63.2006.8.23.0020

Nº antigo: 0020.06.009684-7

Réu: Pedro Curico da Silva e outros.

Sentença: Absolvição sumária - Crime doloso.

Advogado(a): Francisco de Assis Guimarães Almeida

Ação Penal

006 - 0000012-16.2015.8.23.0020

Nº antigo: 0020.15.000012-1

Réu: Deuzanira da Conceição Rodrigues e outros.

Por se tratar de réu preso, antecipo a audiência para a data de 14/05/2015 às 15:00hs.

Expedientes essenciais com urgência.

Caracarai, 28 de abril de 2015

Cláudio Roberto Barbosa de Araújo

Juiz Titular da Comarca Audiência ANTECIPADA para o dia 14/05/2015 às 15:00 horas.

Advogados: Elias Bezerra da Silva, Diego Victor Rodrigues Barros

Vara Criminal

Expediente de 29/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Claudio Roberto Barbosa de Araujo
PROMOTOR(A):
André Luiz Nova Silva
Rafael Matos de Freitas
Silvio Abbade Macias
ESCRIVÃO(Ã):
Sandro Araújo de Magalhães

Execução da Pena

007 - 0000272-30.2014.8.23.0020

Nº antigo: 0020.14.000272-4

Sentenciado: Gilmar de Amorim

Vistos, etc.

Trata-se de procedimento de execução penal, a qual teve seu cumprimento integral conforme certidão acostado nos autos (fl.29v). O Ministério Público manifestou-se pelo arquivamento à fl. 29v.

É o relatório.

Decido.

O beneficiário cumpriu a sanção imposta, sendo a extinção do feito a medida que se impõe.

Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PRESENTE FEITO, em face do cumprimento da transação penal para o beneficiário Gilmar de Amorim.

P. R. Intimem-se. Cumpra-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Caracarai/RR, 28 de abril de 2015.

Cláudio Roberto Barbosa de Araújo

Juiz Titular da Comarca

Nenhum advogado cadastrado.

Infância e Juventude

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Claudio Roberto Barbosa de Araujo
PROMOTOR(A):
André Luiz Nova Silva
Rafael Matos de Freitas
Silvio Abbade Macias
ESCRIVÃO(Ã):
Sandro Araújo de Magalhães

Apreensão em Flagrante

008 - 0000079-49.2013.8.23.0020

Nº antigo: 0020.13.000079-5

Infrator: Criança/adolescente

Audiência REDESIGNADA para o dia 07/07/2015 às 17:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

Infância e Juventude

Expediente de 29/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Claudio Roberto Barbosa de Araujo
PROMOTOR(A):
André Luiz Nova Silva
Rafael Matos de Freitas
Silvio Abbade Macias
ESCRIVÃO(Ã):
Sandro Araújo de Magalhães

Boletim Ocorrê. Circunst.

009 - 0000106-95.2014.8.23.0020

Nº antigo: 0020.14.000106-4

Indiciado: Criança/adolescente e outros.

Vistos, etc.

Trata-se de procedimento de execução de medida sócio educativa, a qual teve seu cumprimento integral.

O Ministério Público manifestou-se pelo arquivamento à fl. 43v.

É o relatório.

Decido.

O beneficiário cumpriu a sanção imposta, sendo a extinção do feito a medida que se impõe.

Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PRESENTE FEITO, em face do

cumprimento da medida sócio educativa para o adolescente J S L

P. R. Intimem-se. Cumpra-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Caracarai/RR, 28 de abril de 2015.

Cláudio Roberto Barbosa de Araújo

Juiz Titular da Comarca

Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Mucajai

Índice por Advogado

000362-RR-A: 001

000369-RR-A: 002

000538-RR-N: 001

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Bruno Fernando Alves Costa

PROMOTOR(A):

Kleber Valadares Coelho Junior

Masato Kojima

Pollyanna Agueda Procópio de Oliveira

Rogério Mauricio Nascimento Toledo

ESCRIVÃO(A):

Rafaelly da Silva Lampert

Procedimento Ordinário

001 - 0000131-49.2012.8.23.0030

Nº antigo: 0030.12.000131-5

Autor: Irene da Silva Vasco

Réu: o Estado de Roraima

Autos remetidos ao Tribunal de Justiça.

Advogados: João Ricardo Marçon Milani, Rondinelli Santos de Matos Pereira

002 - 0000288-56.2011.8.23.0030

Nº antigo: 0030.11.000288-5

Autor: Maria de Jesus da Silva Macedo

Réu: Instituto Nacional de Seguridade Social - Inss

DESPACHO; Despacho de mero expediente. Defiro pedido (fls. 105).

Cumpra-se.

Advogado(a): Fernando Favaro Alves

Vara Criminal

Expediente de 29/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Bruno Fernando Alves Costa

PROMOTOR(A):

Kleber Valadares Coelho Junior

Masato Kojima

Pollyanna Agueda Procópio de Oliveira

Rogério Mauricio Nascimento Toledo

ESCRIVÃO(A):

Rafaelly da Silva Lampert

Med. Protetivas Lei 11340

003 - 0000210-57.2014.8.23.0030

Nº antigo: 0030.14.000210-3

Réu: Deuzivaldo Silva Melo

Designa-se audiência para fins do art. 16 da Lei 11.340/06.

Intimem-se a vítima e o acusado.

Ciência ao MP e DPE.

Cumpra-se.

Nenhum advogado cadastrado.

004 - 0000432-25.2014.8.23.0030

Nº antigo: 0030.14.000432-3

Indiciado: I.M.S.

(...)Eis porque, apreciando o feito no mérito, julgo procedente a ação cautelar de medidas protetivas interposta, mantendo as medidas protetivas liminarmente concedidas, e o faço com fulcro no art. 269, I, do CPC c/c arts. 13 e 19, caput e parágrafos, da Lei nº 11.340/06.(...)

Nenhum advogado cadastrado.

005 - 0000543-09.2014.8.23.0030

Nº antigo: 0030.14.000543-7

Indiciado: T.S.S.

Ao Ministério Público para manifestação.

Cumpra-se.

Nenhum advogado cadastrado.

006 - 0000194-69.2015.8.23.0030

Nº antigo: 0030.15.000194-6

Indiciado: C.D.S.M.

Defiro pedido ministerial (fls. 18-v).

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

007 - 0000053-55.2012.8.23.0030

Nº antigo: 0030.12.000053-1

Réu: Manoel Alves Feitosa Filho e outros.

DESPACHO

Certifique-se o trânsito em julgado da sentença, caso tenha ocorrido.

Após, cumpra-se integralmente o dispositivo da sentença de fls. 376/379-v.

Realizado o cumprimento das determinações acima, arquite-se com as baixas necessárias.

Cumpra-se com urgência.

Mucajai/RR, 28 de abril de 2015.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz substituto

Nenhum advogado cadastrado.

Pedido Prisão Preventiva

008 - 0000180-85.2015.8.23.0030

Nº antigo: 0030.15.000180-5

Indiciado: M.S.

DESPACHO

Requisite-se os resustados dos exames solicitados às fls. 08/09 e 29.

Com o resultado, junte-se nos autos da ação penal nº 030.15.000222-5.

Junte-se cópia da decisão que decretou a prisão preventiva (19/19-v) e das solicitações de requisição de exame pericial e de corpo de delito (fls. 08/09 e 29), respectivamente.

Arquive-se esta representação.

Cumpra-se.

Mucajai/RR, 28 de abril de 2015.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito em substituição

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

009 - 0000138-07.2013.8.23.0030

Nº antigo: 0030.13.000138-8

Réu: Ozivaldo Penha Viana

(...)Advirto as partes sobre a disposição contida no art. 461 do Código de Processo Penal. Relatório em separado. Inclua-se o feito em pauta de reunião do Egrégio Tribunal do Júri, observada a ordem legal. Tomem-se as demais providências de estilo.(...)

Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

010 - 0000222-37.2015.8.23.0030

Nº antigo: 0030.15.000222-5

Indiciado: M.S.

Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre os denunciados, recebo a denúncia. (...)

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

011 - 0000465-15.2014.8.23.0030

Nº antigo: 0030.14.000465-3

Réu: Adalto Oliveira Feitosa e outros.

DESPACHO

Vistos. etc.

Considerando a devolução da precatória, com a ciência dos réus da sentença (fls. 58 a 61), tendo Nelson Gomes da Silva informado que não quer apelar e Adalto Oliveira Feitosa manifestando interesse, é caso de acolhimento das razões da DPE (fls. 143 a 148), eis que até o momento somente houve recurso do MP.

Sigam os autos com nova vista à DPE, quanto dos réus, por conta das vontades exaradas.

Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Rorainópolis

Índice por Advogado

000855-AM-A: 008

004250-PA-N: 015

012756-PA-N: 015

015694-PA-N: 015

000155-RR-B: 015

000157-RR-B: 009

000317-RR-B: 015, 016

000360-RR-A: 008

000369-RR-A: 008

000379-RR-N: 009

000741-RR-N: 009

Cartório Distribuidor

Vara Criminal

Juiz(a): Cicero Renato Pereira Albuquerque

Auto Prisão em Flagrante

001 - 0000263-50.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000263-3

Réu: Ailton Rodrigues da Silva

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

002 - 0000267-87.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000267-4

Réu: Alexandre Carlos Melo de Lima

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Representação Criminal

003 - 0000268-72.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000268-2

Réu: A.A.

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Juiz(a): Evaldo Jorge Leite

Carta Precatória

004 - 0000265-20.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000265-8

Réu: Elenilson Araújo da Silva

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Procedim. Investig. do Mp

005 - 0000262-65.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000262-5

Indiciado: T.P. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Juiz(a): Luiz Alberto de Moraes Junior

Carta Precatória

006 - 0000264-35.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000264-1

Réu: Osvaldo Ferreira

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Infância e Juventude

Juiz(a): Cicero Renato Pereira Albuquerque

Carta Precatória

007 - 0000266-05.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000266-6

Infrator: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Cicero Renato Pereira Albuquerque

PROMOTOR(A):

Kleber Valadares Coelho Junior

Lucimara Campaner

Muriel Vasconcelos Damasceno

ESCRIVÃO(A):

Wemerson de Oliveira Medeiros

Procedimento Ordinário

008 - 0001990-20.2010.8.23.0047

Nº antigo: 0047.10.001990-1

Autor: Raimundo Macedo Costa

Réu: Inss

Vista a parte requerente no prazo de 15 dias. ** AVERBADO **

Advogados: Diego de Oliveira Garcia, Anderson Manfrenato, Fernando Favaro Alves

009 - 0003576-05.2004.8.23.0047

Nº antigo: 0047.04.003576-9

Autor: Geraldo Maria da Costa

Réu: Estado de Roraima

Intime-se o sucumbente para o recolhimento dos valores apurados a título de custas finais, bem como para pagamento dos honorários advocatícios no valor indicado a fl. 406, assinalando prazo de 15 (quinze) dias para tal desiderato.

Advogados: Francisco de Assis Guimarães Almeida, Mivanildo da Silva Matos, Tiago Cicero Silva da Costa

Vara Criminal

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Cicero Renato Pereira Albuquerque

PROMOTOR(A):

Kleber Valadares Coelho Junior
Lucimara Campaner
Muriel Vasconcelos Damasceno
ESCRIVÃO(Ã):
Wemerson de Oliveira Medeiros

Cicero Renato Pereira Albuquerque
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior
Lucimara Campaner
Muriel Vasconcelos Damasceno
ESCRIVÃO(Ã):
Wemerson de Oliveira Medeiros

Ação Penal

010 - 0000728-93.2014.8.23.0047
Nº antigo: 0047.14.000728-8
Réu: Antonio Marcelo de Souza Silva e outros.
Audiência REALIZADA.Sentença: Julgada procedente em parte a ação.
Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

011 - 0000249-66.2015.8.23.0047
Nº antigo: 0047.15.000249-2
Réu: Francisco Nascimento Araujo
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 01/06/2015 às 10:00 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

012 - 0000251-36.2015.8.23.0047
Nº antigo: 0047.15.000251-8
Réu: Shisley Bruno Silva Santos
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 01/06/2015 às 09:00 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

013 - 0000258-28.2015.8.23.0047
Nº antigo: 0047.15.000258-3
Réu: Aurinei de Souza
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 01/06/2015 às 09:20 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

014 - 0000259-13.2015.8.23.0047
Nº antigo: 0047.15.000259-1
Réu: Roseane Correa
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 01/06/2015 às 09:40 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

015 - 0001348-47.2010.8.23.0047
Nº antigo: 0047.10.001348-2
Réu: M.M.C. e outros.
Cumpra-se despacho de fl. 1300, exceto quanto a intimação de Edson Alves Pinto. Apos, ao MP. Em 27/04/2015. Evaldo Jorge Leite. Juiz Advogados: Janio Rocha de Siqueira, Thiago Machado, Murilo Sousa Araujo, Ednaldo Gomes Vidal, Paulo Sérgio de Souza

Vara Criminal

Expediente de 29/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Cicero Renato Pereira Albuquerque
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior
Lucimara Campaner
Muriel Vasconcelos Damasceno
ESCRIVÃO(Ã):
Wemerson de Oliveira Medeiros

Ação Penal

016 - 0000159-63.2012.8.23.0047
Nº antigo: 0047.12.000159-0
Réu: Ivanildo de Sales
Sentença
Cumprida a sentença de fl. 104, conforme certidão supra, impoe-se a extinção de punibilidade. Nesses termos, extingo a punibilidade de Ivanildo de Sales, para qu eproduza os ddevidos efeitos juridicos. Decorrido o transito em julgado, cominação e expedientes de estilo. P.R.I. Rorainópolis, 28 de abril de 2015. Evaldo Jorge Leite. Juiz Advogado(a): Paulo Sérgio de Souza

Infância e Juventude

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Autorização Judicial

017 - 0000555-69.2014.8.23.0047
Nº antigo: 0047.14.000555-5
Autor: J.G.L.
DECISÃO

Trata-se o feito de pedido de custeio de combustível de veículo da Cadeia Pública de São Luiz, que realiza a condução de presos recolhidos naquela unidade prisional às audiências realizadas nesta Comarca de Rorainópolis.

O pedido de custeio refere-se a condução dos presos para as audiências a serem realizada no dia 28 de abril de 2015, cuja necessidade de combustível foi de R\$ 83,00 (oitenta e três reais), conforme petição de fls. 151.

Ante o exposto, diante da necessidade de comparecimento pessoal dos Réus às suas respectivas audiência, não podendo terem seus direitos tolhidos diante ineficiência do poder público, defiro o pedido de custeio de combustível no valor de R\$ 83,00 (oitenta e três reais).

Expeça-se o competente alvará de levantamento.

O Requerente apresentou comprovante de aquisição do combustível no qual se baseia o pedido. (fl. 152)

Rorainópolis (RR), 28 de abril de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite

Respondendo pela Comarca de Rorainópolis

Nenhum advogado cadastrado.

Boletim Ocorrê. Circunst.

018 - 0000095-82.2014.8.23.0047
Nº antigo: 0047.14.000095-2
Infrator: Criança/adolescente
Audiência REALIZADA.Sentença: Homologada a remissão.
Nenhum advogado cadastrado.

019 - 0000693-36.2014.8.23.0047
Nº antigo: 0047.14.000693-4
Indiciado: Criança/adolescente
Audiência REALIZADA.Sentença: Homologada a remissão.
Nenhum advogado cadastrado.

020 - 0000741-92.2014.8.23.0047
Nº antigo: 0047.14.000741-1
Indiciado: Criança/adolescente
Audiência REALIZADA.Sentença: Homologada a remissão.
Nenhum advogado cadastrado.

Med. Prot. Criança Adoles

021 - 0000830-52.2013.8.23.0047
Nº antigo: 0047.13.000830-4
Autor: Criança/adolescente
Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 12/05/2015 às 09:20 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de São Luiz do Anauá

Índice por Advogado

000101-RR-B: 003

000260-RR-E: 003

Cartório Distribuidor

Vara Criminal

Juiz(a): Bruno Fernando Alves Costa

Inquérito Policial

001 - 0000222-44.2015.8.23.0060
Nº antigo: 0060.15.000222-2
Indiciado: G.S.A.
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Juiz(a): Sissi Marlene Dietrichi Schwantes

002 - 0000220-74.2015.8.23.0060
Nº antigo: 0060.15.000220-6
Indiciado: J.A.R.S.
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Sissi Marlene Dietrichi Schwantes
PROMOTOR(A):
Renato Augusto Ercolin
Silvio Abbade Macias
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
Valmir Costa da Silva Filho
ESCRIVÃO(Ã):
Anderson Sousa Lorena de Lima

Embargos à Execução

003 - 0000636-13.2013.8.23.0060
Nº antigo: 0060.13.000636-8
Autor: Vaneilson Costa Lira
Réu: Banco da Amazônia S/a

Sentença: (...)Em face ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido e rejeito os Embargos à Execução, extinguindo o presente feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Conste o teor desta sentença nos autos da Execução (autos no 0060.12.000580-0) em apenso. P.R.I. e Cumpra-se. Após, o trânsito em julgado, arquivem-se com as devidas baixas na distribuição. São Luiz/RR, 25 de julho de 2014.

Claudio Roberto Barbosa de Araujo
Juiz Titular da Comarca de São Luiz
Advogados: Sivorino Pauli, Jair Mota de Mesquita

Comarca de Alto Alegre

Índice por Advogado

000369-RR-A: 001
000506-RR-N: 002

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Delcio Dias Feu
PROMOTOR(A):
André Paulo dos Santos Pereira
Hevandro Cerutti
Igor Naves Belchior da Costa
José Rocha Neto
Madson Welligton Batista Carvalho
Márcio Rosa da Silva
Marco Antonio Bordin de Azeredo

Rogério Mauricio Nascimento Toledo
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Erico Raimundo de Almeida Soares

Procedimento Ordinário

001 - 0000118-62.2011.8.23.0005
Nº antigo: 0005.11.000118-6
Autor: Creuza Martins dos Reis
Réu: Inss
Despacho: Ciência as partes do retorno dos autos. Cumpra-se as determinações da Sentença e do acórdão de fls.140. Sem requerimentos, arquivem-se os autos. A.A, 17/03/2015.
Advogado(a): Fernando Favaro Alves

Vara Criminal

Expediente de 28/04/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Delcio Dias Feu
JUIZ(A) COOPERADOR:
Euclydes Calil Filho
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
PROMOTOR(A):
André Paulo dos Santos Pereira
Hevandro Cerutti
Igor Naves Belchior da Costa
José Rocha Neto
Madson Welligton Batista Carvalho
Márcio Rosa da Silva
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Rogério Mauricio Nascimento Toledo
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Erico Raimundo de Almeida Soares

Ação Penal

002 - 0007692-10.2009.8.23.0005
Nº antigo: 0005.09.007692-7
Réu: Francisco Lealda Nobre
Audiência ADMONITÓRIA prevista para o dia 20/05/2015 às 10:00 horas.
Advogado(a): John Pablo Souto Silva

Comarca de Pacaraima

Cartório Distribuidor

Vara Criminal

Juiz(a): Aluizio Ferreira Vieira

Inquérito Policial

001 - 0000158-79.2015.8.23.0045
Nº antigo: 0045.15.000158-9
Indiciado: G.A.B.
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetivas Lei 11340

002 - 0000159-64.2015.8.23.0045
Nº antigo: 0045.15.000159-7
Réu: Alessandro Amorim Paurá
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Bonfim

Índice por Advogado

000564-RR-N: 020

Cartório Distribuidor

Vara Criminal

Juiz(a): Aluizio Ferreira Vieira

Inquérito Policial

001 - 0000098-68.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000098-3
Indiciado: L.M.D.
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

002 - 0000099-53.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000099-1
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Processo só possui vítima(s).
Nenhum advogado cadastrado.

003 - 0000100-38.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000100-7
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Processo só possui vítima(s).
Nenhum advogado cadastrado.

Juiz(a): Daniela Schirato Collesi Minholi

Ação Penal

004 - 0000038-95.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000038-9
Réu: José Afonso
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

005 - 0000101-23.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000101-5
Réu: Caubi Lima Carneiro
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

006 - 0000102-08.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000102-3
Réu: Nerivaldo da Silva Pereira
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

007 - 0000103-90.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000103-1
Réu: Francinaldo Soares Salvador
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

008 - 0000104-75.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000104-9
Réu: Gleison da Silva Lima
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

009 - 0000105-60.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000105-6
Réu: Cinglei Pereira
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

010 - 0000106-45.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000106-4
Réu: José Ribeiro da Silva
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

011 - 0000107-30.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000107-2
Réu: Davi Lima Pereira da Cruz
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Juiz(a): Evaldo Jorge Leite

Ação Penal

012 - 0000036-28.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000036-3
Réu: Geovani de Souza
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Juiz(a): Parima Dias Veras

Inquérito Policial

013 - 0000096-98.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000096-7
Indiciado: C.P.
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

014 - 0000097-83.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000097-5
Indiciado: J.R.D.
Distribuição por Sorteio em: 28/04/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Publicação de Matérias

Ação Penal

015 - 0000066-34.2013.8.23.0090
Nº antigo: 0090.13.000066-5
Réu: Antonio Pires Teixeira
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 26/05/2015 às 08:20 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

016 - 0000220-52.2013.8.23.0090
Nº antigo: 0090.13.000220-8
Réu: Onias de Almeida Trajano
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 26/05/2015 às 08:40 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

017 - 0000342-31.2014.8.23.0090
Nº antigo: 0090.14.000342-8
Réu: Devidson Joseph
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 26/05/2015 às 08:30 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetivas Lei 11340

018 - 0000094-31.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000094-2
Réu: Epifanio Machado Pereira
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 19/05/2015 às 09:45 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

019 - 0000095-16.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000095-9
Réu: Ailton da Silva Lima
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 19/05/2015 às 09:30 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Relaxamento de Prisão

020 - 0000111-67.2015.8.23.0090

Nº antigo: 0090.15.000111-4

Réu: Lucielson Simplicio Fidelis

DECISÃO

Trata-se de pedido de relaxamento de prisão preventiva. O MP se manifestou pelo indeferimento. Decido.

Faço a seguinte distinção:

A liberdade provisória incide sobre uma prisão legal, mas cabível referida prisão porque o juiz verifica que ela (liberdade provisória) não é necessária, já o relaxamento da prisão, por sua vez, incide na prisão ilegal. E a revogação da prisão ocorre quando uma prisão legal deixa de ser necessária.

Trata-se de pedido de relaxamento de prisão preventiva. Ocorre que não consta nos autos qualquer ilegalidade na referida prisão.

Não há. que se falar em constrangimento ilegal na custódia preventiva, pois não basta a simples soma aritmética para caracterizar o excesso de prazo. Trata-se de situação complexa que demanda maiores esforços elucidativos. Vislumbro no caso em teia, o fundamento da garantia da ordem pública, isto porque a droga tem se tornado hodiernamente o maior mal que a sociedade enfrenta, sento responsável pela prática de vários outros delitos.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, indefiro o pedido de relaxamento de prisão.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

de 2015

Advogado(a): Francisco Salismar Oliveira de Souza

Ação Penal

021 - 0000476-58.2014.8.23.0090

Nº antigo: 0090.14.000476-4

Réu: Edimar Souza Silva e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia

26/05/2015 às 08:50 horas.

Nenhum advogado cadastrado.



1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Expediente 29/04/2015

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

O Dr. Erasmo Hallysson de Souza Campos, MM. Juiz respondendo pela 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista/RR.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

GUARDA N.º 0010.15.001691-2

Autor: C.M.dos S.

Requerido: Gorete

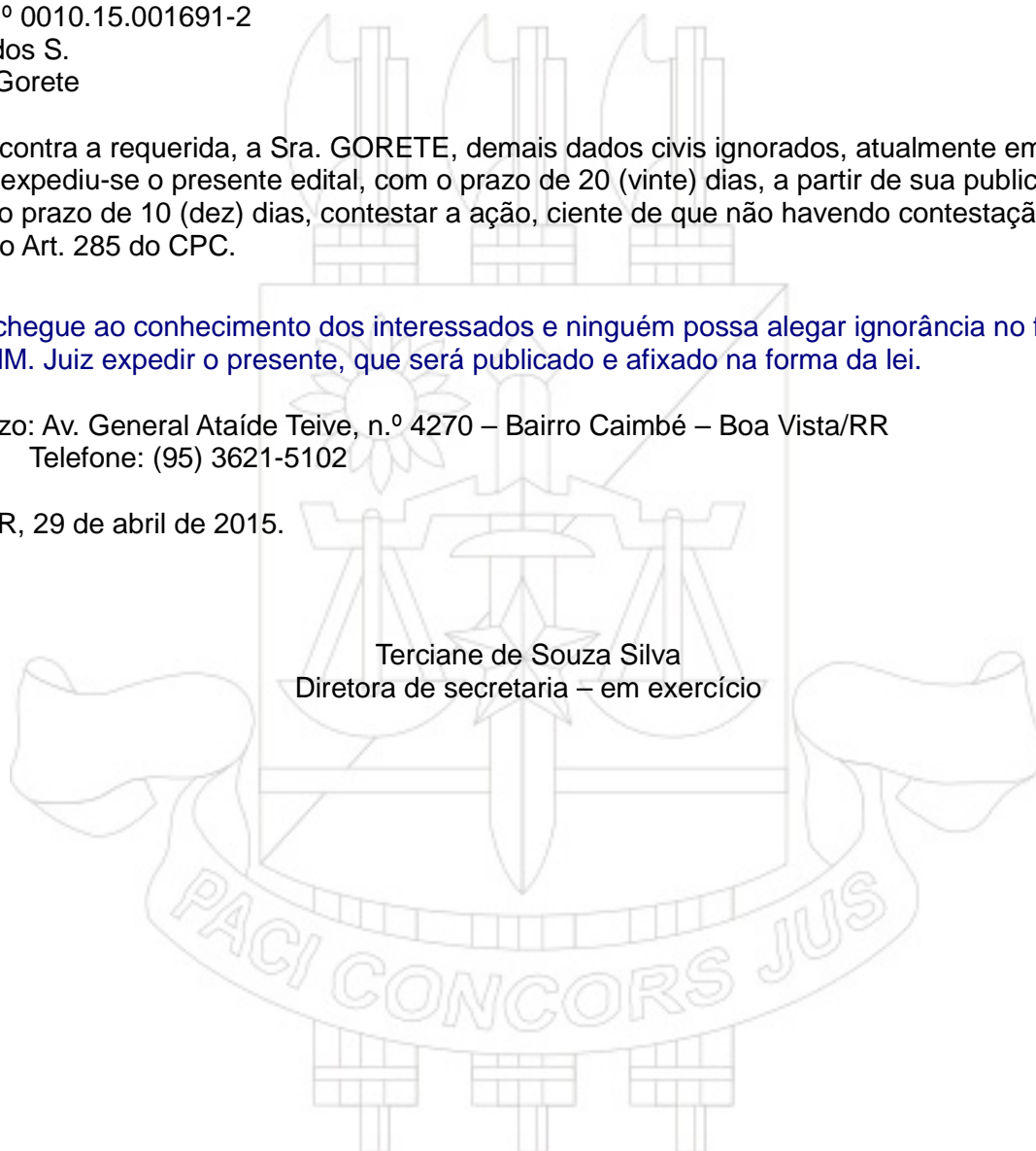
Como se encontra a requerida, a Sra. GORETE, demais dados civis ignorados, atualmente em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, para a requerida, no prazo de 10 (dez) dias, contestar a ação, ciente de que não havendo contestação aplicar-se-á o disposto no Art. 285 do CPC.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Av. General Ataíde Teive, n.º 4270 – Bairro Caimbé – Boa Vista/RR
Telefone: (95) 3621-5102

Boa Vista-RR, 29 de abril de 2015.

Terciane de Souza Silva
Diretora de secretaria – em exercício



3ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL**EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)**

O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista, faz saber que neste Juízo tramita o seguinte processo:

Processo: 0712317-26.2012.823.0010

Autor: COOPERATIVA AGROPECUARIA DE RORAIMA - COOPERCARNE.

Reu: CHOPERIA E GASTRONOMIA PANELA DE FERRO LTDA.

Estando a parte ré em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital com a seguinte finalidade: **CITAÇÃO de CHOPERIA E GASTRONOMIA PANELA DE FERRO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, devidamente inscrito no CNPJ: 04.753.907/0001-82, na pessoa do seu representante legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da importância de R\$ 1.056,84 (um mil, cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), ou a entrega da coisa, se for o caso, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. Fica a parte advertida de que não sendo embargada a ação ou rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o Título Executivo Judicial, convertendo-se este Mandado em Mandado Executivo, prosseguindo-se na forma prevista no Livro I, Título VIII, Capítulo X do Código Processo Civil. Caso sejam opostos embargos, os honorários advocatícios ficam provisoriamente arbitrados em 10% do valor de débito.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, 666, Centro, Boa Vista-RR, Tel. (095) 3198-4727.

Para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, no Fórum local, e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, **21 de novembro de 2014**. Eu, Klemenson Marcolino (Técnico Judiciário), digitei e, Tyanne M. de Aquino Gomes (Escrivã Judicial em exercício), o assina de ordem.

Tyanne M. de Aquino Gomes
Escrivã Judicial em exercício

4ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL**EDITAL DE CITAÇÃO
(30 DIAS)**

O Dr. Jarbas Lacerda de Miranda, MM. Juiz de Direito Titular da 4.ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da lei etc...

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Processo nº 0806217-92.2014.8.23.0010

Autor: BANCO BRADESCO S.A

Réu(s): D P BRAZ ME e ROSILENE BRAZ DIAS

Como se encontram as partes requeridas, D P BRAZ ME CNPJ:10.366.519/0001-41 e ROSILENE BRAZ DIAS CPF: 006.917.712-00, atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação, para a parte Requerida, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contestar a ação, ciente de que não havendo contestação, se presumirão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos alegados pelo autor em sua petição inicial.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Boa Vista/RR, 29 de abril de 2015.

Maria P.S.L Guerra Azevedo
Diretora de Secretaria

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

Expediente de 29 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 02, de 29 de abril de 2015

A Dra. **Graciete Sotto Mayor Ribeiro**, MM. Juíza de Direito titular da Vara de Execução Penal desta Comarca, no uso de suas atribuições legais etc...

CONSIDERANDO a necessidade de prolongar os trabalhos da inspeção judicial;

CONSIDERANDO o volume de trabalho a ser desenvolvido nos autos;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a Inspeção Judicial na Vara de Execução Penal, no período de 25 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015.

Art. 2º. Durante o período da inspeção judicial, os prazos processuais estarão suspensos bem como as audiências e será interrompido o atendimento ao público externo, ressalvados os casos urgentes.

Art. 3º. Após a conclusão dos trabalhos, o Senhor Diretor de Secretaria emitirá relatório acerca dos trabalhos da inspeção.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser enviada à Presidência e Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Corregedoria do Ministério Público do Estado de Roraima, Corregedoria da Defensoria Pública do Estado de Roraima, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima, Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, Departamento do Sistema Penitenciário do Estado de Roraima, Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, Cadeia Pública de Boa Vista, Casa de Albergado de Boa Vista, Centro de Progressão Penitenciária, comunicando o presente ato.

Art. 5º. Os casos omissos serão resolvidos por esta Magistrada.

Art. 6º. Dê-se ciência aos servidores.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 29 de abril de 2015.

Graciete Sotto Mayor Ribeiro
Juíza de Direito

TURMA RECURSAL

Expediente de 29/04/2015

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 10/04/2015

Presidência do Senhor Juiz CRISTÓVÃO SUTER, presentes os senhores Juízes ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA, ELVO PIGARI, BRUNO FERNANDO ALVES COSTA E O PROMOTOR DE JUSTIÇA LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO DE SOUZA.

RECURSOS ADIADOS – PROJUDI – 27.03.2015

01-Recurso Inominado 0812291-65.2014.8.23.0010

Recorrente: Webber Refs Kalefesky

Advogado: DPE

Recorrido: Natalie Rodrigues Mota

Advogado: DPE

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

02-Recurso Inominado 0716608-35.2013.8.23.0010

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari

Recorrido: Terezinha de Jesus Conceição da Costa

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da

segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

03-Recurso Inominado 0713361-42.2013.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI BV Financeira

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Cleonice Souza da Silva

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

04-Recurso Inominado 0713084-76.2013.8.23.0010

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Luiza Amelia Brandão da Cunha

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA.

DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

05-Recurso Inominado 0718531-96.2013.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI BV Financeira

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Angelita Nobrega da Silva

Advogado: Juberli Gentil Peixoto

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

06-Recurso Inominado 0714981-93.2013.8.23.0010

Recorrente: Damiana de Fatima Quadros de Abreu

Advogado: Nanniba Oliveira Cabral

Recorrido: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Advogado: Karina de Almeida Batistuci

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

07-Recurso Inominado 0713741-69.2013.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI BV Financeira

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Ednelson Simião de Macedo

Advogado: Roberio de Negreiros e Silva

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regimento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

08-Recurso Inominado 0713692-28.2013.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI BV Financeira

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Rosimar Santana de Olanda

Advogado: Claybson Cesar Baia Alcantara

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

09-Recurso Inominado 0714353-07.2013.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI BV Financeira

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Valter da Silva

Advogado: Luis Gustavo Marcal da Costa

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da

adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

10-Recurso Inominado 0811937-40.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco Bradesco Cartões S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Stefany Lidiane Santana Tavares

Advogado: Agnaldo Alves dos Santos

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

11-Recurso Inominado 0807756-93.2014.8.23.0010

Recorrente: Luan Carlos Morales

Advogado: Paula Cristiane Araldi

Recorrido: Faculdade Estacio Atual

Advogado: Vivian Santos Witt e Outras

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

12-Recurso Inominado 0715071-04.2013.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI BV Financeira

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Antonio Malva Neto

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

13-Recurso Inominado 0716558-09.2013.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI BV Financeira

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Jotaherlly Barroso Santos

Advogado: Patrizia Aparecida Alves da Rocha

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

14-Recurso Inominado 0813196-70.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Bartolomeu Barbosa Maia

Advogado: DPE

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

15-Recurso Inominado 0812559-22.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco Itaú S/A

Advogado: Jose Almir da Rocha Mendes Junior

Recorrido: Jorge Fernando Paiva Figueiredo

Advogado: Liz Tavares Mesquita

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR - RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

16-Recurso Inominado 0801535-94.2014.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI BV Financeira

Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei

Recorrido: José Willames Falcão Costa
Advogado: Francisco Alexandre Das Chagas Silva e Outro
Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

17-Recurso Inominado 0811921-86.2014.8.23.0010

Recorrente: Koryo Automoveis LTDA

Advogado: Elias Augusto de Lima Silva

Recorrido: Valdir José do Nascimento

Advogado: Rhonie Hulek Linario Leal

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

18-Recurso Inominado 0805114-50.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Elba Katia Correa de Oliveira

Recorrido: Adams Pantoja Dos Santos

Advogado: Welington Sena de Oliveira

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

19-Recurso Inominado 0800452-77.2013.8.23.0010

Recorrente: Kleven Batista Monteiro

Advogado: Fidelcastro Dias de Araujo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

20-Recurso Inominado 0813170-72.2014.8.23.0010

Recorrente: Oi Telemar Noste Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Renan de Souza da Silva

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – NECESSIDADE DE PERÍCIA – EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DE MÉRITO

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, reconheceu a necessidade de trabalho técnico, extinguindo o processo sem análise de mérito.

21-Recurso Inominado 0810305-76.2014.8.23.0010

Recorrente: Boa Vista Energia S/A

Advogado: Alexandre Cesar Dantas Socorro

Recorrido: Raimundo de Souza Lima

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

22-Recurso Inominado 0823269-04.2014.8.23.0010

Recorrente: Cristiano Ribeiro Barbosa

Advogado: Natalia Leitão Costa e Outro

Recorrido: Banco Bradesco S.A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

23-Recurso Inominado 0819496-48.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Iwelines Nascimento Santos

Advogado: Bruno da Silva Mota

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – NECESSIDADE DE PERÍCIA – EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DE MÉRITO

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, reconheceu a necessidade de trabalho técnico, extinguindo o processo sem análise de mérito.

24-Recurso Inominado

Recorrente: Boa Vista Energia S.A / Eletrobras Distribuição Roraima

Advogado: Paula Raysa Cardoso Bezerra e Outro

Recorrido: Antonieta Mota Santos

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

25-Recurso Inominado 0819639-37.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Andre da Silva Ferreira

Advogado: Bruno da Silva Mota⁸

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

26-Recurso Inominado 0815342-84.2014.8.23.0010

Recorrente: Oi Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Recorrido: Ruy Rodrigues da Silva

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

27-Recurso Inominado 0806789-48.2014.8.23.0010

Recorrente: Paulo Almir Bezerra de Lima

Advogado: DPE

Recorrido: Helio Angelo Baldi
Advogado: Angela Di Manso
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA
Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

28-Recurso Inominado 0804013-12.2013.8.23.0010

Recorrente: Jairo Souza Castro
Advogado: Valdenor Alves Gomes
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outras
Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA
Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

29-Recurso Inominado 0811176-09.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco BMG S/A
Advogado: Debora Mara de Almeida
Recorrido: Valdemar Andrade de Melo
Advogado: Gioberto de Matos Junior
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari

Ementa: RECURSO INOMINADO – TÍTULO EXECUTIVO – PROPOSITURA DE NOVA DEMANDA DESTINADA AO CUMPRIMENTO DO JULGADO – IMPOSSIBILIDADE – EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DE MÉRITO

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para julgar extinta a tutela perseguida pois se trata de mera execução de processo já julgado.

30-Recurso Inominado 0727829-15.2013.8.23.0010

Recorrente: Olimpia Guilherme Dos Santos
Advogado: Svirino Pauli
Recorrido: Sociedade Caxiense de Mutuo Socorro
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques
Sentença: Rodrigo Bezerra Delgado
Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA
Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

31-Recurso Inominado 0805643-69.2014.8.23.0010

Recorrente: Sabemi Segurado S/A
Advogado: Pablo Berger
Recorrido: Jerônimo Mota Maranhão
Advogado: Paulo Luis Moura Holanda e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Ementa: RECURSO INOMINADO – COBRANÇA INDEVIDA – NECESSIDADE DE PERÍCIA – EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DE MÉRITO

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, reconheceu a necessidade de trabalho técnico, extinguindo o processo sem análise de mérito.

32-Recurso Inominado 0800516-87.2013.8.23.0010

Recorrente: Marina Pereira da Silva

Advogado: Diego Lima Pauli e Outro

Recorrido: Família Bandeirantes Previdência

Advogado: Eduardo Paoliello Nicolau

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

33-Recurso Inominado 0819847-21.2014.8.23.0010

Recorrente: Rui Machado Junior

Advogado: Isminda Araujo machado

Recorrido: Tim Celular S/A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

34-Recurso Inominado 0814487-08.2014.8.23.0010

Recorrente: Gol Linhas Aereas

Advogados: Angela Di Manso e Outra

Recorrido: Fariel Galan Barrios

Advogados: Rosa Leomir Benedeti Goncalves e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

35-Recurso Inominado 0806108-78.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Daniela da Silva Noal

Recorrido: Samuel Weber Braz

Advogado: Em Causa Própria

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR - RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

36-Recurso Inominado 0821946-61.2014.8.23.0010

Recorrente: Domingos de Souza Santos

Advogado: José Carlos Barbosa Cavalcante

Recorrido: Banco Santander Banespa S/A

Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

37-Recurso Inominado 0801682-23.2014.8.23.0010

Recorrente: HSBC Bank Brasil S.A

Advogado: Daniela da Silva Noal

Recorrido: Suely Fernandes dos Santos

Advogado: Valdenor Alves Gomes

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R/\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

38-Recurso Inominado 0814253-26.2014.8.23.0010

Recorrente: Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos

Advogado: Daniela da Silva Noal

Recorrido: Rodrigo Laranjeira dos Santos

Advogado: Fernando dos Santos Batista

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

39-Recurso Inominado 0803121-69.2014.8.23.0010

Recorrente: Gol Cargas Boa Vista

Advogado: Angela Di Manso

Recorrido: Videira Igreja em Celulas

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, EXTINGUIU O PROCESSO SEM ANÁLISE DE MÉRITO, frente a impossibilidade da recorrida em demandar em Juizados Especiais.

40-Recurso Inominado 0830571-84.2014.8.23.0010

Recorrente: Rui Machado Junior

Advogado: Isminda Araujo Machado

Recorrido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Air Marin Junior

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

41-Recurso Inominado 0724762-42.2013.8.23.0010

Recorrente: BV Financeira S/A

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Naronete Pinheiro Noqueira

Advogado: Jose Ivan Fonseca Filho

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regimento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

42-Recurso Inominado 0727690-63.2013.8.23.0010

Recorrente: Abdias dos Santos Barbalho

Advogado: Bruno Cesar Andrade Costa

Recorrido: Sociedade Caixiense de Mutuo Socorro

Advogado: Tassyo Moreira Silva

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

43-Recurso Inominado 0817291-46.2014.8.23.0010

Recorrente: Unimed de Boa Vista – Cooperativa de Trabalho Medico

Advogado: Marcelo Bruno Gentil Campos e Haylla Wanessa Barros de Oliveira

Recorrido: Georgida Fabiana Moreira de Alencar Costa

Advogado: Elton da Silva Oliveira

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

44-Recurso Inominado 0802802-04.2014.8.23.0010

Recorrente: Liberty Representações e Serviços LTDA/ Mastercard Seguros

Advogado: Svirino Pauli/Dayara W. de Souza C.N. Dantas

Recorrido: Celso Garla Filho / Liberty Representações e Serviços LTDA/Mastercard Seguros

Advogado: Rafael de Almeida Pimenta Pereira/Svirino Pauli/Dayara W. de Souza C.N. Dantas

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

45-Recurso Inominado 0802810-78.2014.8.23.0010

Recorrente: Celson Roberto Bomfim Dos Santos

Advogado: Fabiana Gomes da Cunha

Recorrido: Tam Linhas Aéreas S/A

Advogado: Fabio Rivelli

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

46-Recurso Inominado 0827397-67.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Lireth de Lima Pereira

Advogado: Marcio Rodrigo Mesquita da Silva

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

47-Recurso Inominado 0824235-64.2014.8.23.0010

Recorrente: Meiry Alda Sherlock Costade Araújo

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

48-Recurso Inominado 0804804-44.2014.8.23.0010

Recorrente: Cia CFI Renault do Brasil S/A

Advogado: Aurelio Cancio Peluso

Recorrido: Ana Valma Patrício Braga Ferreira

Advogado: Wendel Monteles Rodrigues

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

49-Recurso Inominado 0807798-45.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Francisco Gomes dos Santos

Advogado: Dolane Patricia Santos Silva Santana

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: RECURSO INOMINADO – FILA DE BANCO – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FATO E DO NEXO DE CAUSALIDADE – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

50-Recurso Inominado 0819505-10.2014.8.23.0010

Recorrente: Maria de Jesus Melo de Carvalho Colins

Advogado: DPE

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Marcia Silva Monte

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

51-Recurso Inominado 0821403-58.2014.8.23.0010

Recorrente: Sandro José Tavares Dantas

Advogado: Timóteo Martins Nunes

Recorrido: Banco Itaucard S.A

Advogado: Victor José Petraroli Neto

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

52-Recurso Inominado 0803936-66.2014.8.23.0010

Recorrente: BB Consórcios

Advogado: Eduardo Jose de Matos Filho

Recorrido: Alexandre Martins Ferreira

Advogados: Silvana Borgi Gandur Pigari e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos e nos termos do entendimento do STJ (RESP 1119.300/RS), DEU PROVIMENTO ao recurso, desconstituindo a sentença, inclusive por trata-se por recurso repetitivo. Sem custas e honorários.

53-Recurso Inominado 0825845-67.2014.8.23.0010

Recorrente: Kayo Marcello Olanda de Melo

Advogado: Fidelcastro Dias de Araujo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

54-Recurso Inominado 0824979-59.2014.8.23.0010

Recorrente: Lino Cruz Nogueira

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

55-Recurso Inominado 0828980-87.2014.8.23.0010

Recorrente: Aglahilson Mota Castro

Advogado: Igor Rafael de Araujo Silva

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

56-Recurso Inominado 0700178-75.2013.8.23.0020

Recorrente: Roberto dos Santos Lucena

Advogado: Alexandre Cesar Dantas Socorro

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores:

Decisão: Recurso retirado de pauta pelo Relator.

57-Recurso Inominado 0800983-18.2014.8.23.0047

Recorrente: Theyffeson Amancio Cassemiro

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

58-Recurso Inominado 0800962-42.2014.8.23.0047

Recorrente: Josias Moura Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

59-Recurso Inominado 0800963-27.2014.8.23.0047

Recorrente: Romário Pereira Lima

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

60-Recurso Inominado 0800964-12.2014.8.23.0047

Recorrente: Willis de Sousa

Advogado: James Marcos

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

61-Recurso Inominado 0800965-94.2014.8.23.0047

Recorrente: Adriano Alves de Souza

Advogado: James Marcon Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

62-Recurso Inominado 0800968-49.2014.8.23.0047

Recorrente: Marcos Falcade de Oliveira

Advogado: James Marcon Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

63-Recurso Inominado 0800952-95.2014.8.23.0047

Recorrente: Thiago Lopes de Souza

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

64-Recurso Inominado 0800954-65.2014.8.23.0047

Recorrente: Victor Wislley Tavares Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

65-Recurso Inominado 0800955-50.2014.8.23.0047

Recorrente: Wescley Demontie Nascimento Aguiar

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

66-Recurso Inominado 0800956-35.2014.8.23.0047

Recorrente: Vanderlei Andrade Lima

Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

67-Recurso Inominado 0800957-20.2014.8.23.0047

Recorrente: Tiago da Silva e Silva
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

68-Recurso Inominado 0800960-72.2014.8.23.0047

Recorrente: Raimundo Nonato Fernandes
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

69-Recurso Inominado 0800951-13.2014.8.23.0047

Recorrente: Sandro Lúcio Nunes
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

70-Recurso Inominado 0800949-43.2014.8.23.0047

Recorrente: Luiz Marcos Queiroz Torres
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

71-Recurso Inominado 0800927-82.2014.8.23.0047

Recorrente: Evandro Almeida da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

72-Recurso Inominado 0800928-67.2014.8.23.0047

Recorrente: Francinaldo Matos Freitas da Luz

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

73-Recurso Inominado 0800930-37.2014.8.23.0047

Recorrente: Gelson Monteiro da Cunha

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

74-Recurso Inominado 0800931-22.2014.8.23.0047

Recorrente: Genesio Mendes Gomes Filho

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

75-Recurso Inominado 0800932-07.2014.8.23.0047

Recorrente: Gilvan da Conceição

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

76-Recurso Inominado 0800933-89.2014.8.23.0047

Recorrente: Henrique Eduardo dos S Oliveira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

77-Recurso Inominado 0801030-89.2014.8.23.0047

Recorrente: Rudiney de Freitas Bezerra

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

78-Recurso Inominado 0801036-96.2014.8.23.0047

Recorrente: Antonio Torres da Costa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

79-Recurso Inominado 0801038-66.2014.8.23.0047

Recorrente: Glamer Nascimento Ramos

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

80-Recurso Inominado 0801046-43.2014.8.23.0047

Recorrente: Gerleude Oliveira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

81-Recurso Inominado 0801048-13.2014.8.23.0047

Recorrente: Sebastião Gomes do Nascimento

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

82-Recurso Inominado 0800998-84.2014.8.23.0047

Recorrente: Ronaldo Adriano da Cruz Portella

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

83-Recurso Inominado 0801000-54.2014.8.23.0047

Recorrente: Edvan Gonzaga de Lima

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

84-Recurso Inominado 0801002-24.2014.8.23.0047

Recorrente: Jonas Dos Santos Fernandes

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

85-Recurso Inominado 0800986-70.2014.8.23.0047

Recorrente: Vicente da Silva Gomes Neto

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

86-Recurso Inominado 0800985-85.2014.8.23.0047

Recorrente: Paulo Henrique da Silva Nascimento

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

87-Recurso Inominado 0800987-55.2014.8.23.0047

Recorrente: Joel Pereira de Oliveira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

88-Recurso Inominado 0800989-25.2014.8.23.0047

Recorrente: Jorge Feitosa Dos Santos
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

89-Recurso Inominado 0800991-92.2014.8.23.0047

Recorrente: Elândio Henrique Dos Santos
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

90-Recurso Inominado 0800992-77.2014.8.23.0047

Recorrente: Francinaldo Souza Nascimento
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

91-Recurso Inominado 0800996-17.2014.8.23.0047

Recorrente: Denis S. Cunha
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Márcia Silva Monte e Outro
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

92-Recurso Inominado 0800997-02.2014.8.23.0047

Recorrente: Elielson de Souza Correa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

93-Recurso Inominado 0800975-41.2014.8.23.0047

Recorrente: Sebastião Prazeres de Oliveira Junior

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

94-Recurso Inominado 0800978-93.2014.8.23.0047

Recorrente: Ayrton Araujo de Sousa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

95-Recurso Inominado 0800979-78.2014.8.23.0047

Recorrente: Odaías da Costa Bastos

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

96-Recurso Inominado 0800981-48.2014.8.23.0047

Recorrente: Leonardo da Conceição da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

97-Recurso Inominado 0727955-65.2013.8.23.0010

Recorrente: Boa Vista Serviços S/A

Advogado: Ricardo Chagas de Freitas

Recorrido: Ana Paula Sena Militão

Advogado: Denise Abreu Cavalcanti

Sentença: Rodrigo Cardoso furlan

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL – CADASTRO POSITIVO – LEGALIDADE – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO DE PERSONALIDADE – PRECEDENTE DO STJ RESP. 1419697-RRS-STJ – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do precedente do STJ. Sem custas e honorários.

98-Recurso Inominado 0708066-28.2013.8.23.0010

Recorrente: Amatur – Amazonia Turismo LTDA

Advogado: Alysson Batalha Franco

Recorrido: Emília Maria Freitas Alexandrino

Advogado: Cicero Alexandrino Feitoso Chaves e Outra

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

99-Recurso Inominado 0719042-94.2013.8.23.0010

Recorrente: Giseli Depra

Advogado: Felipe Augusto Mendonca Krepper Leiros

Recorrido: Editora Três Comércio de Publicações LTDA

Advogado: Sergio Cordeiro Santiago

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Observação: julgamento adiado por ausência de quórum.

100-Recurso Inominado 0727957-35.2013.8.23.0010

Recorrente: Lucas Elias Franca

Advogado: Denise Abreu Cavalcanti

Recorrido: Boa Vista Serviços S/A

Advogado: Ricardo Chagas de Freitas

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

101-Recurso Inominado 0802996-04.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Flora Almeida Lima

Advogado: Michael Ruiz Quara

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

102-Recurso Inominado 0803466-69.2013.8.23.0010

Recorrente: Boa Vista Serviços S/A

Advogado: Ricardo Chagas de Freitas

Recorrido: Dalila de Lima Silva

Advogado: Denise Abreu Cavalcanti

Sentença: Evaldo Jorge Leite

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL – CADASTRO POSITIVO – LEGALIDADE – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO DE PERSONALIDADE – PRECEDENTE DO STJ RESP. 1419697-RRS-STJ – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do precedente do STJ. Sem custas e honorários.

103-Recurso Inominado 0727969-49.2013.8.23.0010

Recorrente: Serasa Experian

Advogado: Marlene Moreira Elias

Recorrido: Zora Fernandes dos Passos

Advogado: Denise Abreu Cavalcanti

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL – CADASTRO POSITIVO – LEGALIDADE – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO DE PERSONALIDADE – PRECEDENTE DO STJ RESP. 1419697-RRS-STJ – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do precedente do STJ. Sem custas e honorários.

104-Recurso Inominado 0728474-40.2013.8.23.0010

Recorrente: Serasa Experian

Advogado: Marlene Moreira Elais

Recorrido: Ilton dos Santos Teixeira
Advogado: Denise Abreu Cavalcanti
Sentença: Erasmo Hallysson Souza de Campos
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER DE CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL – CADASTRO POSITIVO – LEGALIDADE – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO DE PERSONALIDADE – PRECEDENTE DO STJ RESP. 1419697-RRS-STJ – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do precedente do STJ. Sem custas e honorários.

105-Recurso Inominado 0806721-98.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco Bradesco S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Kaio da Silva Tabosa

Advogado: Elania Cristina Fonseca do Nascimento

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ELVO PIGARI JUNIOR

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

106-Recurso Inominado 0708577-26.2013.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Sandra Pereira de Oliveira

Advogado: Gioberto de Matos Junior

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que

constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

107-Recurso Inominado 0714856-28.2013.8.23.0010

Recorrente: Banco Itau S/A

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Wivia Teixeira de Araujo

Advogado: Gioberto de Matos Júnior

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

RECURSOS ADIADOS – SISCOM – 27/03/2015

108-Recurso Inominado 0010.15.001640-9

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Sidinéia de Freitas Reginaldo

Advogado: Paulo Sérgio de Souza

Sentença: Erasmo Hallysson Souza

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

109-Recurso Inominado 0010.15.001641-7

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Maria Zeneide Pinho Pinto

Advogado: Leandro Martins do Prado

Sentença: Jefferson Fernandes

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

110-Recurso Inominado 0010.15.0003487-3

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Wesley Cristyan Silva de Paula

Advogado: Thiago Soares Teixeira

Sentença: Jefferson Fernandes

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

111-Recurso Inominado 0010.15.001638-3

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Maria Alves Reis

Advogados: Winston Regis Valois Junior e Renata Borici Nardi

Sentença: Jefferson Fernandes

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

112-Recurso Inominado 0010.15.001639-1

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Edneuria Maria Dos Santos

Advogados: Liliane Raquel de Melo Cerveira e Aline Moraes Monteiro

Sentença: Jefferson Fernandes

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

113-Recurso Inominado 0010.15.003490-7

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Joelson Marques Trindade

Advogado: Valdenor Alves Gomes

Sentença: Jefferson Fernandes

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

114-Recurso Inominado 0010.15.003486-5

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Venicius Antony Linhares

Advogado: Saile Carvalho da Silva

Sentença: Jefferson Fernandes

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

115-Recurso Inominado 0010.15.003485-7

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Antonio Roberth Almeida Souza da Silva

Advogado: Valdenor Alves Gomes
Sentença: Jefferson Fernandes
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

116-Recurso Inominado 0010.15.003484-0

Recorrente: Município de Boa Vista
Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Waldiclei Melo da Silva
Advogado: Thiago Soares Teixeira
Sentença: Eduardo Messaggi Dias
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

118-Recurso Inominado 0010.15.003482-4

Recorrente: Município de Boa Vista
Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques
Recorrido: Lucivânia Pereira da Silva
Advogado: Natanael de Lima Ferreira
Sentença: Eduardo Messaggi Dias
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

119-Recurso Inominado 0010.15.001519-5

Recorrente: Município de Boa Vista
Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques
Recorrido: Aldeci Lins Batista
Advogado: Tássyo Moreira Silva
Sentença: Eduardo Messaggi Dias
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

120-Recurso Inominado 0010.15.001518-7

Recorrente: Município de Boa Vista
Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques
Recorrido: Jaqueline Pereira Santana
Advogado: Gioberto de Matos Júnior
Sentença: Jefferson Fernandes
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

RECURSOS INCLUÍDOS EM PAUTA- PROJUDI – 10.04.2015

121 -Recurso Inominado 0801147-80.2014.8.23.0047

Recorrente: José Brito da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

122-Recurso Inominado 0801159-94.2014.8.23.0047

Recorrente: Ataides Barbosa da Silveira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

123-Recurso Inominado 0801161-64.2014.8.23.0047

Recorrente: Antonio de Sousa Rosa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

124-Recurso Inominado 0801123-52.2014.8.23.0047

Recorrente: Elison Pereira Kitzinges

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

125-Recurso Inominado 0801126-07.2014.8.23.0047

Recorrente: Jarlisson da Silva Parente

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

126-Recurso Inominado 0801143-43.2014.8.23.0047

Recorrente: Helenice Sousa Araújo

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

127-Recurso Inominado 0801146-95.2014.8.23.0047

Recorrente: Antonio Darks Nascimento Araújo

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

128-Recurso Inominado 0800984-03.2014.8.23.0047

Recorrente: Manoel Sousa Oliveira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

129-Recurso Inominado 0800934-74.2014.8.23.0047

Recorrente: Jeferson Costa Oliveira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

130-Recurso Inominado 0800936-44.2014.8.23.0047

Recorrente: João Ney Veras

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

131-Recurso Inominado 0800922-60.2014.8.23.0047

Recorrente: Antonio Hermenegildo Dos Santos Rosa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

132-Recurso Inominado 0800923-45.2014.8.23.0047

Recorrente: Braga Brandão Bezerra Neto

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

133-Recurso Inominado 0800924-30.2014.8.23.0047

Recorrente: Daniel da Paz Ferreira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outra
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

134-Recurso Inominado 0801213-60.2014.8.23.0047

Recorrente: Murillo Farias Zani
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

135-Recurso Inominado 0801214-45.2014.8.23.0047

Recorrente: Eucino Nascimento dos Santos
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

136-Recurso Inominado 0801215-30.2014.8.23.0047

Recorrente: Roberval Soares Pontes
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA
Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

137-Recurso Inominado 0801216-15.2014.8.23.0047

Recorrente: Claronilson Silva Souza
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

138-Recurso Inominado 0801217-97.2014.8.23.0047

Recorrente: Yago Timoteo Zenatti

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

139-Recurso Inominado 0801218-82.2014.8.23.0047

Recorrente: Deocleciano Toares Monteiro Galvão Filho

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

140-Recurso Inominado 0801219-67.2014.8.23.0047

Recorrente: Fernando Hiluy Costa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

141-Recurso Inominado 0801220-52.2014.8.23.0047

Recorrente: Jeiel Silva Dos Santos

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

142-Recurso Inominado 0801221-37.2014.8.23.0047

Recorrente: Almir Bento da Cunha

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

143-Recurso Inominado 0801222-22.2014.8.23.0047

Recorrente: Sidnei Pereira Vieira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

144-Recurso Inominado 0801223-07.2014.8.23.0047

Recorrente: Caleby Rodrigues Moreira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

145-Recurso Inominado 0801199-76.2014.8.23.0047

Recorrente: Antonio Gonçalves da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

146-Recurso Inominado 0801202-31.2014.823.0047

Recorrente: Antonio Marcos Pereira de Lima

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

147-Recurso Inominado 0801173-78.2014.823.0047

Recorrente: Antonio José Rodrigues da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

148-Recurso Inominado 0801171-11.2014.823.0047

Recorrente: Armando Parede

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cicero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

149-Recurso Inominado 080217160-2014.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Tathiane Maria Rodrigues de Carvalho

Advogado: Thiago Soares Teixeira

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

150-Recurso Inominado 0805641-36.2013.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Elba Katia Correia de Oliveira

Recorrido: Alessandro Andrade de Lima

Advogado: Em causa própria

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

151-Recurso Inominado 0821778-59.2014.823.0010

Recorrente: Banco BMG S/A

Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques

Recorrido: Pedro Genonir do Nascimento

Advogado: Jefferson Ribeiro Machado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Ementa: RECURSO INOMINADO – COBRANÇA – DISCUSSÃO ACERCA DE SUA REGULARIDADE – NECESSIDADE DE PERÍCIA – EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DE MÉRITO

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, reconheceu a necessidade de trabalho técnico, extinguindo o processo sem análise de mérito.

152-Recurso Inominado 0821526-56.2014.823.0010

Recorrente: Banco BMG S/A

Advogado: Felipe Gazola Vieira

Recorrido: Grigorio Alfredo da Silva

Advogado: Jefferson Ribeiro Machado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Ementa: RECURSO INOMINADO – COBRANÇA – DISCUSSÃO ACERCA DE SUA REGULARIDADE – NECESSIDADE DE PERÍCIA – EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DE MÉRITO

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, reconheceu a necessidade de trabalho técnico, extinguindo o processo sem análise de mérito.

153-Recurso Inominado 0808918-26.2014.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Maria Marlene Monteiro de Carvalho

Advogado: Jefferson Ribeiro Machado

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

154-Recurso Inominado 0819692-18.2014.823.0010

Recorrente: Geraldo Nunes da Silva

Advogado: Timóteo Martins Nunes

Recorrido: Grupo TECHNOS

Advogados: Luis Carlos Monteiro Laureço e Outro

Sentença: Elvo Pigari Júnior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

155-Recurso Inominado 0822036-69.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Regina Monteiro Marques

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Sissi Marlene Dietrich

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

157-Recurso Inominado 0817837-04.2014.823.0010

Recorrentes: Aymore Créditos Financiamentos e Investimentos S/A/Banco do Brasil S/A

Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet/Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Alan Robson Alexandrino Ramos

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO aos recursos, determinando que a multa reveste-se ao Recorrido até o valor da obrigação R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinando-se o remanescente ao FUNDEJUR. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

158-Recurso Inominado 0816082-42.2014.823.0010

Recorrente: Marisa Lojas S/A

Advogado: Rogiany Nascimento

Recorrido: Joana Cilia Roberto Feitosa

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz julgador Bruno Fernando Alves Costa, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

159-Recurso Inominado 0818287-44.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Reginaldo Antonio Csiszer

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Elvo Pigari Júnior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz julgador Bruno Fernando Alves Costa, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados

Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

160-Recurso Inominado 0811014-14.2014.823.0010

Recorrente: Banco BMG S/A

Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques

Recorrido: Maria Domingas de Souza Amorim

Advogado: João Junho Lucena Amorim

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

Relator: ELVO PIGARI JUNIOR

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz julgador Bruno Fernando Alves Costa que não reconhece o dano moral, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

161-Recurso Inominado 0816700-84.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Giovana Dias Prado

Advogado: Valdenor Alves Gomes

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz julgador Bruno Fernando Alves Costa que não reconhece o dano moral, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

162-Recurso Inominado 0809875-27.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Eladio Miranda Lima e Outro

Recorrido: Valdemir Eduardo Alves

Advogados: Bruno da Silva Mota e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz julgador Bruno Fernando Alves Costa que não reconhece o dano moral, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

163-Recurso Inominado 0811896-73.2014.823.0010

Recorrente: SERVS/BV FINANCEIRA

Advogado: Bruno Henrique de Oliveira

Recorrido: Harllen Dantas da Silva

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

EMENTA: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA.

DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

164-Recurso Inominado 0807711-89.2014.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Claro de Carvalho

Advogado: Walla Adairalba Bisneto

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

165-Recurso Inominado 0803398-22.2013.823.0010

Recorrente: Marivalda da Silva Nogueira

Advogado: Patrizia Aparecida Alves da Rocha

Recorrido: Comunidade Evangélica Luterana

Advogado: Paula Yandara Benedetti

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

RELATOR: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

166-Recurso Inominado 0805008-25.2013.823.0010

Recorrente: Banco Real/Santander

Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet

Recorrido: Otavio Augusto Soares de Arruda

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

167-Recurso Inominado 0819248-82.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Recorrido: Rita de Cássia Araújo Batista

Advogado: Paulo Cabral de Araújo Franco

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

168-Recurso Inominado 0830436-72.2014.8.23.0010

Recorrente: Marcos Allan Lima de Araújo

Advogado: Francisco Alberto dos Reis Salustiano

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Air Marin Junior

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

169-Recurso Inominado 0808612-57.2014.8.23.0010

Recorrente: Francicleide Connoly Pereira da Silva

Advogado: Patrizia Aparecida Alves da Rocha

Recorrido: Comunidade Evangelica Luterana

Advogado: Paula Yandara Benedetti Torreyas

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

170-Recurso Inominado 0802392-43.2014.8.23.0010

Recorrente: Boa Vista Energia S/A

Advogado: Alexandre Cesar Dantas Socorro

Recorrido: Marques e Ferreira LTDA

Advogado: Jorci Mendes de Almeida Junior

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

171-Recurso Inominado 0800905-38.2014.8.23.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira-CFI

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Josilene de Oliveira Lima

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da

adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

172-Recurso Inominado 0818696-20.2014.8.23.0010

Recorrente: Crefisa S/A – Crédito

Advogado: Matias Fernandes Nogueira Junior e Outros

Recorrido: Betelgeuse Lima Dos Santos

Advogado: Lizandro Icassatti Mendes

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso por ausência de demonstração de ilegalidade. Sem custas e honorários.

173-Recurso Inominado 0800108-48.2014.8.23.0047

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Juarez Belo Bezerra

Advogado: Jaime Guzzo Junior

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Ementa: RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

174-Recurso Inominado 0724032-31.2013.8.23.0010

Recorrente: Marco Aurelio Monteiro Martins

Advogado: Marco Antonio Bartholomew

Recorrido: Netshoes Comercio LTDA

Advogado: Cintia Shulze e Outro

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

175-Recurso Inominado 0826643-28.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Hyago Lopes Costa

Advogado: Bruno da Silva Mota

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

176-Recurso Inominado 0827103-15.2014.8.23.0010

Recorrente: Nata Lina Bezerra Vieira

Advogado: Gioberto de Matos Junior e Outra

Recorrido: Faculdade Estacio Atual

Advogado: Anna Carla Araujo da Silva

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

177-Recurso Inominado 0818142-85.2014.8.23.0010

Recorrente: Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A

Advogado: Angela Di Manso

Recorrido: Camila Moraes Manazes

Advogado: Gioberto de Matos

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para deconstituir a sentença por ausência de ilegalidade. Sem custas e honorários.

179-Recurso Inominado 0826660-64.2014.8.23.0010

Recorrente: Deusilene Ramos Fonseca

Advogado: Timóteo Martins Nunes

Recorrido: Companhia de Águas e Esgoto de Roraima

Advogado: Ricardo Herculano Bulhões

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

180-Recurso Inominado 0821744-84.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Manuella Sampaio Ferraz

Advogado: Edival Braga

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

181-Recurso Inominado 0824623-64.2014.8.23.0010

Recorrente: Alexandra Bamberg Dourado

Advogado: Fidelcastro Dias de Araujo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

182-Recurso Inominado 0831607-64.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Maveryck Gabriel Bergmann Silva

Advogado: Laudi Mendes de Almeida Junior

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

183-Recurso Inominado 0831109-65.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Iara Andion da Silva

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

184-Recurso Inominado 0826181-71.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Erico Raimundo de Almeida Soares

Advogado: Allan Kardec Lopes Mendonça Filho

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

185-Recurso Inominado 0830570-02.2014.8.23.0010

Recorrente: Pedro Henrique Pereira Lucena

Advogado: Isminda Araujo Machado

Recorrido: Banco Santander Brasil S/A

Advogado: Sem Advogado cadastrado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

186-Recurso Inominado 0700242-96.2012.8.23.0060

Recorrente: Companhia Energética de Roraima

Advogado: Thiago Pires de Melo

Recorrido: Luzia Aparecida da Silva Castoldi

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Daniela Schirda

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

EMENTA: RECURSO INOMINADO – QUANTUM CONDENATÓRIO – ASPECTOS PEDAGÓGICO/COMPENSATÓRIO DA SENTENÇA – SITUAÇÃO DE FORTUNA DAS PARTES – DIMINUIÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO**Decisão:** A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para reduzir a verba indenizatória ao valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) Sem custas e honorários.

187-Recurso Inominado 0818448-54.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Gustavo Luis da Silveira e Eliseu

Advogado: Carlos Henrique de Carvalho

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz julgador Bruno Fernando Alves Costa, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

188-Recurso Inominado 0826769-78.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Ana Maria Gomes Cardoso

Advogados: Ronaldo Mauro Costa Paiva e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz julgador Bruno Fernando Alves Costa, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

189-Recurso Inominado 0809402-41.2014.8.23.0010

Recorrente: Luiz Carlos de Moraes

Advogado: Matias Fernandes Nogueira Júnior

Recorrido: Mônica Maria Rodrigues Santos

Advogados: Laudi Mendes de Almeida Júnior e Outra

Sentença: Bruna Guimarães

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Elvo Pigari Júnior e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: RECURSO INOMINADO – QUANTUM CONDENATÓRIO – ASPECTOS PEDAGÓGICO/COMPENSATÓRIO DA SENTENÇA – SITUAÇÃO DE FORTUNA DAS PARTES – DIMINUIÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para reduzir o valor da condenação para o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), mantendo nos demais os termos da sentença. Sem custas e honorários.

190-Recurso Inominado 0800246-80.2014.8.23.0090

Recorrente: Fernando da Silva Gomes

Advogado: Cristiane Monte Santana

Recorrido: Tim Celular S.A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Sentença: Daniela Schirato

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

191-Recurso Inominado 0809438-83.2014.8.23.0010

Recorrente: Unimed de Boa Vista – Cooperativa

Advogado: Gutemberg Dantas Licario e Outros

Recorrido: Daniella Delmina Nascimento Tavares

Advogado: Antonio Diego Parente Aragao

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

192-Recurso Inominado 0800999-69.2014.8.23.0047

Recorrente: Victor Endril Batista Menezes

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

193-Recurso Inominado 0801014-38.2014.8.23.0047

Recorrente: Ismael Alves da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

194-Recurso Inominado 0801029-07.2014.8.23.0047

Recorrente: Antonio Luiz da Silva Filho

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

195-Recurso Inominado 0801110-53.2014.8.23.0047

Recorrente: Fabiano Lima Macêdo

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

196-Recurso Inominado 0801130-44.2014.823.0047

Recorrente: Jairisson Macêdo de Carvalho

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

197-Recurso Inominado 0801139-06.2014.823.0047

Recorrente: Raimundo Alfaia Dias

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

198-Recurso Inominado 0801144-28.2014.823.0047

Recorrente: Pedro Ferreira de Sousa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

199-Recurso Inominado 0801149-50.2014.823.0047

Recorrente: Vicente de Souza

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo s/a)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cicero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

200-Recurso Inominado 0812583-50.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Elba Katia Correa de Oliveira

Recorrido: José Romildo Alves Feitosa

Advogado: Gisele de Souza Marques Ayong

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO JOSÉ SUTER CORREIA DA SILVA

Julgadores: Erick Linhares e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz julgador Bruno Fernando Alves Costa, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

201-Recurso Inominado 0810661-71.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Michel Wesley Lopes

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

202- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0815654-60.2014.823.0010

Embargante: Leanderson de Almeida Santil

Advogado: Vanderlei Oliveira

Recorrido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Sentença: Air Marin Júnior

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

203-Recurso Inominado 0700459-15.2013.823.0090

Recorrente: Maria Sandra Soares Gomes

Advogado: Cristiane Monte Santana

Recorrido: TIM Celular S/A

Advogado: Sem advogado cadastrado

Sentença: Daniela Schirato

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

204-Recurso Inominado 0714435-72.2012.823.0010

Recorrente: BV/ Financeira

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Iverton Barbosa Barros

Advogado: Cristiane Monte Santana

Sentença: Erasmo Hallysson Souza

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

205- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0807108-16.2014.823.0010

Embargante: Andreia Assunção Oliveira

Advogado: Wenston Paulino Berto Raposo

Embargado: Breno Silva

Advogado: Andre Paraguassu de Oliveira

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos por ausência de omissão ou obscuridade no julgado.

206-Recurso Inominado 0818730-92.2014.823.0010

Recorrente: Banco Itáu Unibanco S/A

Advogado: Luis Carlos Monteiro Laurenço

Recorrido: Evaldo Bonfim da Conceição

Advogado: Elisângela Evangelista Beserra

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ELVO PIGARI

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

207-Recurso Inominado 0724729-86.2012.823.0010

Recorrente: Posto Jumbo LTDA.

Advogados: Welington Albuquerque Oliveira e Outros

Recorrido: Ivo Hofman

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Bezerra Delgado

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

208-Recurso Inominado 0724760-72.2013.823.0010

Recorrente: BV FINANCEIRA S/A

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Naronete Pinheiro Noqueira

Advogado: José Ivan Fonseca Filho

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a

cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

209-Recurso Inominado 0800932-07.2014.823.0047

Recorrente: Gilvan da Conceição

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

210-Recurso Inominado 0713075-68.2013.823.0010

Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Advogado: Elba Katia Correa De Oliveira

Recorrido: Zamir José Assad Filho

Advogados: Sarah Almeida Mubarak

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator que negava provimento ao recurso, NÃO CONHECEU do reclame por ausência previsão legal no sistema do Juizado Especial.

211-Recurso Inominado 0707524-10.2013.823.0010

Recorrente: Erico Veríssimo Assunção de Carvalho

Advogado: Valter Mariano De Moura

Recorrido: Stelio Dener de Souza Cruz

Advogados: Jorci Mendes De Almeida Junior

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator por falta de quorum para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

212-Recurso Inominado 0828407-49.2014.823.0010

Recorrente: Ricardo Herculano Bulhões de Mattos Filho

Advogado: Em causa própria
Recorrido: SERASA - SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
Advogados: Marlene Moreira Elias
Sentença: Cristóvão Suter
IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER
Relator: ELVO PIGARI JUNIOR
Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 08.05.2015 às 09:00 horas.

213-Recurso Inominado 0800443-81.2014.823.0010

Recorrente: Boa Vista Energia S/A
Advogado: Alexandre Cesar Dantas
Recorrido: Vanderlúcia da Silva Gomes
Advogados: DPE
Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ELVO PIGARI JUNIOR

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Decisão: Recurso redistribuído ao Juiz Julgador Erick Linhares tendo em vista o impedimento do Juiz Relator originário Elvo Pigari Júnior. A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

214-Recurso Inominado 0829936-06.2014.823.0010

Recorrente: Luana Pereira Luz
Advogado: Marcos Vinicius Martins De Oliveira
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Air Marin Junior

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

215-Recurso Inominado 0800849-05.2014.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco
Advogado: Rubens Gaspar Serra
Recorrido: Laurenice da Silva
Advogados: Parte sem advogado
Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

216-Recurso Inominado 0714791-33.2013.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Banco Finasa BMC S/A
Advogado: Daniela da Silva Noal
Recorrido: Lawrency Andre de Castro Silva
Advogados: Wendel Monteles Rodrigues
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista a falta de quorum para julgamento e férias a serem usufruídas.

217-Recurso Inominado 0720746-79.2012.823.0010

Recorrente: Ynara Regina Silva Cabral

Advogado: Gil Vianna Simões Batista e Outro

Recorrido: Wirismar Soares Ramos

Advogados: Ronaldo Correia da Silva e Outro

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas.

218-Apeação Criminal 0915615-13.2010.8.23.0010

Apelante: Mario César Balduino

Advogados: Daniele de Assis Santiago e Outros

Apelado: Editora Boa Vista LTDA

Advogados: Frederico Silva Leite e Outro

Sentença: Antônio Augusto Martins Neto

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Relator designado: Erick Linhares

Julgadores: Erick Linhares e Cristóvão Suter

Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME CONTRA A HONRA – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DO DECRETO CONDENATÓRIO – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários

219-Recurso Inominado 0837842-47.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco IBI S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior

Recorrido: Vania Silva Dos Santos

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

220-Recurso Inominado 0837833-85.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo Jose de Matos Filho

Recorrido: Kenderson Chrstian Ribeiro Almeida

Advogado: Higor Barros Pessoa

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

JJulgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

221-Recurso Inominado 0833396-98.2014.8.23.0010

Recorrente: Almerinda Ana Rocha Miranda

Advogado: DPE

Recorrido: Banco do Brasil

Advogado: Eduardo Jose de Matos Filho

Sentença: Jaime Pla Pujades de Avila

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

222-Recurso Inominado 0833313-82.2014.8.23.0010

Recorrente: Aldeir Raimundo Ferreira Lima

Advogado: Francisco Roberto de Freitas

Recorrido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

223-Recurso Inominado 0831867-44.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo Jose de Matos Filho

Recorrido: Marcelo de Moraes Porciuncula

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

224-Recurso Inominado 0830985-82.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Maria de Fátima Cunha Dantas

Advogado: Carlos Augusto Melo Oliveira Junior

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

225-Recurso Inominado 0830829-94.2014.8.23.0010

Recorrente: Maria Lindalva Carvalho da Silva

Advogado: DPE

Recorrido: Tim Celular S.A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

226-Recurso Inominado 0830634-12.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Sergio Luiz Ioris

Advogado: Emilio Alberto Araujo Junges

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

227-Recurso Inominado 0830470-47.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco Bradesco Cartões S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Taiara de Oliveira

Advogado: Cristiane Monte Santana

Sentença: Jaime Pla Pujades de Avila

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

228-Recurso Inominado 0829930-96.2014.8.23.0010

Recorrente: Gilson Carlos Veiga da Rocha

Advogado: DPE

Recorrido: Braspress Transportes Urgentes LTDA

Advogado: Gisele de Souza Marques Ayong Teixeira

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

229-Recurso Inominado 0829794-02.2014.8.23.0010

Recorrente: Adailton Souza de Oliveira

Advogado: Waldecir Souza Caldas Junior

Recorrido: Banco Bradesco S.A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

230-Recurso Inominado 0828991-19.2014.8.23.0010

Recorrentes: Banco do Brasil S/A/Dustin Escobar Rodrigues

Advogados: Eduardo José de Matos Filho Francisco Alberto dos Reis Salustiano e Outro

Recorridos: Banco do Brasil S/A/Dustin Escobar Rodrigues

Advogado: Eduardo José de Matos Filho Francisco Alberto dos Reis Salustiano e Outro

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator, NEGOU PROVIMENTO a ambos os recursos para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelas partes, compensando-se.

231-Recurso Inominado 0828615-33.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho
Recorrido: Marcio Patrick Martins Alencar
Advogado: Em Causa Própria
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

232-Recurso Inominado 0828420-48.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A
Advogado: Eladio Miranda Lima
Recorrido: Ricardo Pintom da Silva
Advogados: Wendel Monteles Rodrigues e outro
Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

233-Recurso Inominado 0828334-77.2014.8.23.0010

Recorrente: Carla Vivianny Lima Coelho
Advogado: Bruno Liandro Praia Martins
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Elvo Pigari Junior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JUNIOR

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

234-Recurso Inominado 0827763-09.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini
Recorrido: Elheomar Luz Feitosa
Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

235-Recurso Inominado 0825868-13.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A
Advogado: Gustavo Amato Pissini
Recorrido: Ivone Alves Feitosa

Advogado: Edson Silva Santiago e Outro

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

236-Recurso Inominado 0825578-95.2014.8.23.0010

Recorrente: Smilles S/A

Advogado: Angela Di Manso

Recorrido: Dilzete Mendonça Borges e Outros

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

237-Recurso Inominado 0825346-83.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco Itau S/A

Advogado: Sandra Marisa Coelho

Recorrido: José Araújo dos Santos

Advogado: Paulo Genner de Oliveira Sarmento

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

238-Recurso Inominado 0824357-77.2014.8.23.0010

Recorrentes: Banco do Brasil/Victor Rodrigues da Silva Fraxe

Advogados: Daniela da Silva Noal e Outros/Ataliba de Albuquerque Moreira

Recorrido: Banco do Brasil/Victor Rodrigues da Silva Fraxe

Advogado: Daniela da Silva Noal e Outros/Ataliba de Albuquerque Moreira

Sentença: Elvo Pigari Junior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JUNIOR

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator em relação ao recurso do Banco do Brasil, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

239-Recurso Inominado 0824064-10.2014.8.23.0010

Recorrente: Maristela da Silva Machado

Advogado: Jorci Mendes de Almeida Junior

Recorrido: Boa Vista Energia S/A

Advogado: Rogiany Nascimento Martins e Outros

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

240-Recurso Inominado 0823692-61.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Nildete Silva de Melo

Advogado: Wanderlan Wanwan Santos de Aguiar

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

241-Recurso Inominado 0822897-55.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Daniela da Silva Noal e Larissa de Melo Lima

Recorrido: Margarida Nogueira de Sousa Rebouças

Advogado: Elcianne Viana de Souza

Sentença: Elvo Pigari Junior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JUNIOR

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

242-Recurso Inominado 0821935-32.2014.8.23.0010

Recorrente: Alexssana Lira Rufino dos Santos

Advogado: Celso Garla Filho

Recorrido: Lira e Cia LTDA

Advogado: Clayton Silva Albuquerque

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

243-Recurso Inominado 0820705-52.2014.8.23.0010

Recorrente: SKY Brasil S/A

Advogado: Gisele de Souza Marques Ayong Teixeira

Recorrido: Felipe Leitão

Advogado: Celso Garla Filho e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

244-Recurso Inominado 0819879-26.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Daniela da Silva Noal e Outro

Recorrido: Alcino Brito Santos

Advogado: Gioberto de Matos Junior
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

245-Recurso Inominado 0819043-53.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Divaneide Lima Meneses

Advogado: Allan Kardec Lopes Mendonça Filho

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

246-Recurso Inominado 0818890-20.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Ricardo Rodrigues

Advogados: Diego Marcelo da Silva e Outra

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

247-Recurso Inominado 0818775-96.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Flora Almeida Lima

Advogado: Michael Ruiz Quara

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

248-Recurso Inominado 0818583-66.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Daniela da Silva Noal

Recorrido: João Sant' ana Mallmann

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI JUNIOR

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

249-Recurso Inominado 0817976-53.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Raquel Diogo da Silva

Advogado: Pablo Ramon da Silva Maciel

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

250-Recurso Inominado 0817928-94.2014.8.23.0010

Recorrente: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A

Advogados: Angela Di Manso e Outro

Recorrido: Glaubeany da Silva Gomes

Advogado: Liliane Raquel de Melo Cerveira

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

251-Recurso Inominado 0817884-75.2014.8.23.0010

Recorrentes: Banco Bradesco - Banco Finasa BMC S/A/Maria de Lourdes Ferreira Matos

Advogados: Luciana Ribeiro de Moraes e Outro

Recorrido: Banco Bradesco Financiamentos/ Banco Finasa BMC S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: Recursos Inominados – Juizados Especiais Cíveis CONSUMIDOR. DANO MORAL. Manutenção no cadastro negativo. Recurso da instituição financeira. Alegação de negativação por diverso contrato. PROVA. DOCUMENTOS. Divergência entre informações. Provimento. Recurso da consumidora. Prejudicado. A prova da anotação negativa nos órgãos de restrição ao crédito, sem qualquer discussão quanto a sua regularidade, deve ser realizada por documento extrato do órgão correlato ou documento que informe de forma indubitosa a existência da notação e não a possibilidade de tal circunstância. A notificação de cobrança com titulação de “comunicado” ou documento similar não comprova a existência da anotação e, por corolário, o ato ilícito configurador da responsabilidade civil. No caso, os documentos iniciais não revelam a real negativação, somente sendo juntada, em impugnação, possível página de consulta eletrônica, sem se saber a fonte e notificação enviada pelo órgão restritivo. Nesta, constam duas anotações, ambas realizadas pelo recorrente, referentes aos seguintes números de contratos 400573483-7 e 400572038-0, nos valores de R\$ 11.182,61 e R\$ 10.773,31. Já em proposta de quitação, constante na inicial, o número de contrato é 42.1.650017-2, o mesmo que trouxe a instituição recorrente em resposta quando alega divergência nas informações, este valor da dívida de R\$ 3.468,39 que, com o desconto inerente a tal medida, chegou ao valor de R\$ 1.222,71. Assim, seja em razão da não comprovação da efetiva anotação por meio de extratos ou mesmo de documentos que pudessem trazer de forma clara tal circunstância, seja porque há, de fato, discrepância nas informações sobre números de contratos e valores, impossível o reconhecimento de ato ilícito e, por corolário, da responsabilidade civil. Sentença reformada para julgar improcedente o pedido inicial. Recurso da instituição financeira provido. Sem verbas de

sucumbência. Recurso da consumidora prejudicado. Vencido o recorrente, arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.550,00, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC, suspensa a exigência se beneficiária da assistência judiciária gratuita. Acórdão elaborado de conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/1995.

252-Recurso Inominado 0817278-47.2014.8.23.0010

Recorrentes: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda.

Advogado: Sandra Marisa Coelho

Recorrido: Moyses França Costa

Advogado: Waldir do Nascimento Silva

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

253-Recurso Inominado 0814395-30.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Elba Katia Correa de Oliveira

Recorrido: Deygiane Osoria Rodrigues

Advogado: Bruno da Silva Mota

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

254-Recurso Inominado 0814110-37.2014.8.23.0010

Recorrente: Sergio Oliveira de Araújo

Advogado: Valdenor Alves Gomes

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (vivo S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

255-Recurso Inominado 0813886-02.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Larissa de Melo Lima e Outro

Recorrido: Leonise Francisco Teixeira

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Elvo Pigari Júnior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

256-Recurso Inominado 0813806-38.2014.8.23.0010

Recorrente: J.T. da Silva Carrillo – Eirele-ME

Advogados: Natalia Leitão Costa e Julio Wesley leitão Bezerra

Recorrido: P.C. Pinheiro – ME (representado por Pedro Cavalcante Pinheiro)

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

257-Recurso Inominado 0813202-77.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Doralice Vieira Ramires Correa

Advogado: Luis Gustavo Marcal da Costa

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o Relator, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

258-Recurso Inominado 0813026-98.2014.8.23.0010

Recorrente: Boa Vista Energia S/A

Advogados: Sandra Marisa Coelho e Outros

Recorrido: Marilla da Silva Barbosa Arruda

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

259-Recurso Inominado 0812697-86.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Manoel Lazaro de Matos

Advogado: Jardel Souza Silva

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CONTRATO BANCÁRIO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. DÉBITOS ORIUNDOS DE POSSÍVEIS SEGUROS. PARTICIPANTE DE CADEIA DE CONSUMO. acolhimento. DÉBITOS EM CONTA CORRENTE SUPOSTAMENTE NÃO AUTORIZADO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE COMPROVA A ORIGEM (SEGURO) E REGULARIDADE DOS DÉBITOS. SENTENÇA REFORMADA para o fim de reconhecer a ilegitimidade de parte. RECURSO PROVIDO. Descontos em conta corrente sem a prévia contratação permitem o direito a restituição, seja

simples ou em dobro, a depender da natureza do engano, havendo nesta última hipótese função pedagógica e inibidora. No caso, todavia, ainda que a instituição financeira tenha participado da relação de consumo, mister se aferir que a instituição financeira relata que os descontos são provenientes de convênios sendo o autor segurado de outras empresas, tendo o recorrido, em contrarrazões, apresentado negativa. Ademais, os débitos que se originaram no ano de 2012 e inicial que data de 2014. Assim, entendo que a demanda deve se voltar contra as seguradoras que efetivaram o débito, não contra a instituição.

260-Recurso Inominado 0812510-78.2014.8.23.0010

Recorrente: CIA CFI Renault do Brasil S/A

Advogado: Jabson da Silva CEO

Recorrido: Alberio Marques Alves

Advogado: Paula Cristiane Araldi

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença por ausência de ilegalidade praticada pela Recorrente. Sem custas e honorários.

261-Recurso Inominado 0811777-15.2014.8.23.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Eladio Miranda Lima e Outro

Recorrido: Adson Rene Santos das Neves

Advogado: Marcelo Bruno Gentil

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – PROVA PERICIAL – NECESSIDADE – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

262-Recurso Inominado 0810961-33.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco Panamericano S/A

Advogados: Cintia Shulze e Outros

Recorrido: Roseneide Gomes

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Sentença: Sissi Marlene Dietrich

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante

financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regramento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

263-Recurso Inominado 0809396-34.2014.823.0010

Recorrente: Banco BMC - Empréstimos

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Valdemar Andrade de Melo

Advogado: Gioberto de Matos Júnior

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: RECURSO INOMINADO. UNANIMIDADE. CONSUMIDOR. INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. DÉBITOS DAS PARCELAS EM FOLHA. Ausência de contratação. ERRO QUE NÃO PODE SER ATRIBUÍDO AO CONSUMIDOR. Descontos realizados desde 2011. Inicial datada de abril de 2014. DEVER DE RESTITUIR OS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS. DANO MORAL. DIREITO DA PERSONALIDADE. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL OU MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CASOS EXCEPCIONAIS. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. Descontos irregulares oriundos dos contratos de financiamentos não ajustados pela parte permitem o direito a restituição, seja simples ou em dobro, a depender da natureza do engano, havendo nesta última hipótese função pedagógica e inibidora (CDC, art. 42, parágrafo único). A reparação por danos extrapatrimoniais decorrentes de relação contratual somente é configurada em casos excepcionais, onde o inadimplemento contratual ou a má prestação de serviços é capaz de atingir direito de personalidade. Inexiste afronta ao direito da personalidade na situação dos autos, sobretudo porque os descontos datam de longa data a evidenciar que o consumidor não sofreu grande ingerência em sua vida financeira a ponto de ocasionar afronta ao direito da personalidade. Sem verbas de sucumbência.

264-Recurso Inominado 0808626-41.2014.823.0010

Recorrente: GIFT Galeria

Advogado: Carlos Henrique Macedo Alves

Recorrido: Hillary Hellen dos Santos Silva

Advogado: Gioberto de Matos Júnior

Sentença: Air Marin Júnior

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

265-Recurso Inominado 0808273-98.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Elba Katia Correa de Oliveira e Outro

Recorrido: Marcos Roberto Vieira

Advogado: Lizandro Icassatti Mendes

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. DECISÃO QUE REJEITA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER MERITÓRIO OU TERMINATIVO. RECURSO INOMINADO MANIFESTAMENTE DESCABIDO. RECURSO NÃO CONHECIDO. O sistema dos Juizados Especiais, de nítido caráter célere, permite o recurso nominado em hipóteses de sentenças com carga meritória ou terminativas, conforme art.41 da Lei nº 9.099/95. Recurso

que, ademais, ataca a própria sentença de mérito que enseja o cumprimento. Recurso não conhecido. Vencido o recorrente, arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.550,00, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC. Acórdão elaborado de conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/1995.

266-Recurso Inominado 0807512-67.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Naira Maria Pereira

Advogado: Nadia Leandra Pereira

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – PRELIMINAR DE INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. QUESTÃO MERITÓRIA. REJEIÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. DÉBITOS NÃO AUTORIZADOS EM CONTA CORRENTE. RECLAMAÇÃO ANTERIOR. PRESTAÇÕES CONTINUADAS. SENTENÇA ANTERIOR TRANSITADA EM JULGADO QUE ABORDOU O TEMA. COISA JULGADA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO NESTA TURMA. SENTENÇA ANULADA. A coisa julgada, qualidade da sentença, constitui verdadeiro instrumento processual de segurança e estabilidade, a revestir determinadas questões de indiscutibilidade, pilar de todo um ordenamento jurídico. O caso revela que o contrato e as prestações foram levados ao conhecimento do Judiciário Especial por meio da reclamação n. 0720602-08.2012.8.23.0010, na qual foi deliberado a cessação dos descontos, indenização por danos materiais e morais. A manifestação jurisdicional anterior envolveu os mesmos litigantes e tartou dos mesmos fatos, além de ponderar a interrupção dos descontos, todos eles. Desse modo, mister o reconhecimento da coisa julgada devendo a parte, em cumprimento de sentença, transportar sua irresignação a demanda anterior. Sentença anulada de ofício.

267-Recurso Inominado 0807137-66.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Aymee Rodrigues da Silva

Advogados: Marlidia Ferreira Lopes e Outros

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – PRELIMINAR DE INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. QUESTÃO MERITÓRIA. REJEIÇÃO. ANOTAÇÃO NEGATIVA EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – PROVA – DOCUMENTOS – INEXISTÊNCIA. A prova da anotação negativa nos órgãos de restrição ao crédito, sem qualquer discussão quanto a sua regularidade, deve ser realizada por documento extrato do órgão correlato ou documento que informe de forma indubitosa a existência da notação e não a possibilidade de tal circunstância. A notificação de cobrança com titulação de “comunicado” ou documento similar não comprova a existência da anotação e, por corolário, o ato ilícito configurador da responsabilidade civil. Decote de tal condenação da sentença. Sentença reformada em parte. Recurso provido.

268-Recurso Inominado 0806652-66.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco BV Financeira S/A

Advogados: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei e Outro

Recorrido: Eliane Raimunda Amorim de Lima

Advogado: Gioberto de Matos Júnior

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

269-Recurso Inominado 0805890-50.2014.8.23.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Leonardo Henrique Medeiros Rodrigues

Advogado: Celso Garla Filho

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

270-Recurso Inominado 0805161-58.2013.8.23.0010

Recorrente: José Wilson Resende

Advogados: Gioberto de Matos Júnior e Outro

Recorrido: Diamond Multimarcas

Advogados: Maria Rosiane de Brito e Outro

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

271-Recurso Inominado 0804574-36.2013.8.23.0010

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A – Banco Finasa BMC

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Edilene Costa Cadete

Advogado: Patrícia Aparecida Alves da Rocha

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. UNANIMIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ANOTAÇÃO NEGATIVA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. SENTENÇA MANTINDA. RECURSO IMPROVIDO. As circunstâncias que evidenciam o ato ilícito. Recurso genérico que não aponta a regularidade da anotação. A inscrição indevida em cadastros de inadimplentes configura dano moral in re ipsa, devendo a parte lesada ser indenizada, caso não possua registro anterior. Valor da indenização de R\$ 3.000,00 (três mil reais) que é condizente com as circunstâncias do caso e precedentes desta turma. Vencido o recorrente, arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC. Acórdão elaborado de conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/1995.

272-Recurso Inominado 0802614-45.2013.8.23.0010

Recorrente: Boa Vista Serviços S/A

Advogado: Luiz Antonio Filippelli

Recorrido: Arif Dias Coutinho

Advogado: Denise Abreu Cavalcanti

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL – CADASTRO POSITIVO – LEGALIDADE – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO DE PERSONALIDADE – PRECEDENTE DO STJ RESP. 1419697-RRS-STJ – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do precedente do STJ. Sem custas e honorários.

273-Recurso Inominado 0801275-17.2014.8.23.0010

Recorrente: Enilson de Oliveira Rodrigues

Advogado: DPE

Recorrido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Sentença: Eduardo Messagi Dias

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

274-Recurso Inominado 0800708-20.2013.823.0010

Recorrente: Associação Atlética do Banco do Brasil

Advogado: Mamede Abrão Netto

Recorrido: Renata Maria Pinheiro Thomé

Advogado: Ana Karinne Costa Pinheiro

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

275-Recurso Inominado 0800680-81.2015.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Wanderson César da Silva Bezerra

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: CRISTÓVÃO SUTER

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista férias a serem usufruídas.

276-Recurso Inominado 0800519-08.2014.8.23.0010

Recorrente: Panamericana de Seguros S/A

Advogado: Feliciano Lyra Moura

Recorrido: Inahyara de Souza Mori

Advogado: Dolane Patricia Santos

Sentença: Alexandre Magno Magalhães

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: RECURSO INOMINADO. UNANIMIDADE. CONSUMIDOR. CONTRATO DE SEGURO. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. CLÁUSULA DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. DESEMPREGO DA CONSUMIDORA. NÃO PAGAMENTO DE TAL VERBA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO PELO PERÍODO CONSTANTE NO CONTRATO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. O seguro de proteção financeira ou cláusula de proteção tem por escopo proteger o segurado detentor de mútuo de demissão involuntária ou outras circunstâncias previstas em contrato. Garante o pagamento do saldo devedor do financiamento ou mesmo parte dele como ocorre no caso (três parcelas). Cláusula de reconhecida legalidade. A discussão que traz o efeito devolutivo do recurso se dá quanto o preenchimento dos requisitos, sustentando o a instituição recorrente que "(...) de acordo com a Cláusula 5, da Apólice, prevê que nos casos de perda de renda por desemprego involuntário, o benefício apenas será concedido se o beneficiário tiver um período mínimo de 12 (doze) meses de trabalho ininterrupto para um mesmo empregador, o que não se aplica ao Recorrido. Pela análise realizada, foi verificado que a admissão ocorreu em 13/06/2013 e a demissão esta datada de 04/11/2013, totalizando 05 meses de vínculo(...). "Neste aspecto fático, e não contratual, razão lhe assiste. Todavia, observo que o contrato juntado aos autos traz a possível contratação do seguro em cláusula quinze e nada diz respeito quanto ao lapso de um ano de emprego para o recebimento do benefício. Ressalto, por oportuno, que o contrato de financiamento foi juntado pela autora e requerida, mas não a apólice. Tudo leva a concluir que a consumidora não recebeu informação necessária sobre a restrição securitária, em manifesta afronta ao disposto no art. 422 do Código Civil e dos arts. 6º, inciso III e 54, § 3º, do CDC. Interpretação mais favorável ao consumidor, nos termos do art. 47 do Código mencionado. Tese de restrição ao pagamento do seguro somente levantada em sede de recurso. A sentença merece, por tais fundamentos, manutenção. Recurso improvido. Vencido o recorrente, arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.550,00, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC. Acórdão elaborado de conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/1995.

277-Recurso Inominado 0800362-50.2014.8.23.0005

Recorrente: Maria Dilurdes Oliveira Filha

Advogado: Osmar Ferreira de Souza e Silva

Recorrido: Companhia de Águas e Esgoto de Roraima - CAER

Advogado: Nilter da Silva Pinho

Sentença: Aluizio Ferreira Vieira

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Ementa: RECURSO INOMINADO – FORNECIMENTO DE ÁGUA – SUSPENSÃO INDEVIDA DURANTE VÁRIOS DIAS – DANOS MORAIS – PRESUNÇÃO – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, fixando por maioria de votos o *quantum* ao valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sem custas e honorários.

278-Recurso Inominado 0727764-20.2013.8.23.0010

Recorrente: Marilene Alves da Silva Ferreira

Advogados: Bruno César Andrade Costa e Outros

Recorrido: Família Bandeirantes Previdência

Advogado: Eduardo Paoliello Nicolau

Sentença: Rodrigo Bezerra Delgado

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

279-Recurso Inominado 0726319-98.2012.8.23.0010

Recorrente: Rogerio Benjamim Francisco Alves

Advogado: José Ruyderlan Ferreira Lessa

Recorrido: Banco Santander

Advogados: Marcelo Bruno Gentil Campos e Outros

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Decisão: Juizados Especiais Cíveis. Recurso Inominado. ENCERRAMENTO UNILATERAL DE CONTA CORRENTE. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. RESOLUÇÃO DO BACEN. ABUSIVIDADE. RESTABELECIMENTO DEVIDO. Recurso. Objeção quanto ao valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) fixado. Valor que atende a proporcionalidade e circunstâncias do caso concreto. SENTENÇA MANTIDA. Vencida a recorrente arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais), nos termos do art. 20, § 3º, do CPC. Suspensa a exigência se concedido o benefício da assistência judiciária gratuita.

280-Recurso Inominado 0708447-36.2013.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Elba Katia Correa de Oliveira

Recorrido: Luiz Jeronimo Briglia

Advogado: Leone Vitto Sousa dos Santos

Sentença: Air Marin Júnior

IMPEDIMENTO: ELVO PIGARI

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Decisão: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. DECISÃO QUE REJEITA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER MERITÓRIO OU TERMINATIVO. RECURSO INOMINADO MANIFESTAMENTE DESCABIDO. RECURSO NÃO CONHECIDO. O sistema dos Juizados Especiais, de nítido caráter célere, permite o recurso inominado em hipóteses de sentenças com carga meritória ou terminativas, conforme art.41 da Lei nº 9.099/95. Recurso que, ademais, ataca a própria sentença de mérito que enseja o cumprimento. Recurso não conhecido. Vencido o recorrente, arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.550,00, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC. Acórdão elaborado de conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/1995. ACÓRDÃO ELABORADO DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 46 DA LEI 9.099/1995.

281- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010 14 014215-8

Embargante: Estado de Roraima

Advogado: Aurélio T. M. de Cantuária Júnior

Embargado: Lucienny Pereira Santos

Advogado: Paulo Luis de Moura Holanda

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Elvo Pigari Júnior

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INGRESSO DE CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO – CONCESSÃO INICIAL DO PLEITO EM MEDIDA CAUTELAR – CANDIDATO PRESTES À CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR – DEFERIMENTO DA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO – PRECEDENTE DA TURMA RECURSAL – RECURSO INOMINADO PROVIDO – INTEGRAÇÃO DO ACORDÃO PELOS DECLARATÓRIOS. 1. Conforme precedente desta Turma Recursal no RI 0010.14.014257-0, inteiramente aplicável ao caso *sub examine*, tratando-se de candidato que participando do curso de formação, encontra-se prestes a auferir diploma universitário, sua exclusão do certame acarretaria afronta ao princípio da proporcionalidade. 2. Provimento do recurso para determinar à fazenda pública que promova a matrícula regular no curso de formação com a exigência de apresentação do diploma após o seu término, e tendo obtido aprovação, continue na carreira de oficial bombeiro, desde que observados os demais requisitos legais.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, Acordam os membros da egrégia Turma Recursal, à unanimidade de votos, em integrar o julgado, nos termos da ementa do relator.

282- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010 14 014257-0

Embargante: Estado de Roraima

Advogado: Aurélio T. M. de Cantuária Júnior

Embargado: Natan Mesquita Barbosa

Advogados: Alysson Batalha Franco e Outro

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Elvo Pigari Júnior

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

283- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010 14 015887-3

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Katia Shirlene Camelo de Melo

Advogados: Winston Regis Valois Júnior e Outro

Sentença: Erasmo Hallysson Souza de Campos

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

284- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010 14 015904-6

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: David Galvão da Costa

Advogado: Wagner Fernandes Pires Pereira

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

285- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015888-1

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Maria Ribeiro Pereira

Advogado: Winston Regis Valois Júnior e Outro

Sentença: Erasmo Hallysson Souza de Campos

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

286- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015883-2

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Paula Patrícia Cunha Freitas Barbosa

Advogado: Clóvis Melo de Araújo

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

287- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010 14 014230-7

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Lenisse Costa da Silva

Advogado: Izaías Rodrigues de Souza

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

288- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010 14 015890-7

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Julie Keges de Melo Padilha

Advogado: Paulo Sérgio de Souza

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

289- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015880-8

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Elíbia Oliveira do Vale

Advogado: Cleber Bezerra Martins

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

290- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012193-9

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Jane Kelly Gomes Alves

Advogado: Paulo Sérgio de Souza

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

291- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012175-6

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Gisele de Souza Torreyas

Advogado: Clóvis Melo de Araújo

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

292- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012191-3

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Hertha Geovanna Pereira de Melo

Advogado: Marlene Moreira Elias

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

293- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012199-6

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Alexandre Félix Aragão da Paz

Advogado: Paulo Sérgio de Souza

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

294- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012198

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Luiz Freitas da Silva

Advogado: Adolfo Maxwell Moreira Bezerra

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

295- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012195-4

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Raimunda Ferreira de França

Advogado: Paulo Sérgio de Souza

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

296- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.014235-6

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Jaira Rodrigues Ferreira

Advogado: Teresinha Lopes da Silva Azevedo

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

297- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012187-1

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Alzilete da Silva Moraes

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

298- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012190-5

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Francisco Nailton de Arruda

Advogado: Cleber Bezerra Martins

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

299- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012196-2

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Valmira Silva Magalhães

Advogado: Ronaldo Mauro Costa Paiva

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

300- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015889-9

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Ingryd Nathalye Mota Corrêa de Melo

Advogados: Danielle Benedetti Torreyas e Outra

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

301- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012197-0

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Valcinara de Souza Bentes

Advogado: Eliides Cordeiro de Vasconcelos

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

302- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012178-0

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Maria Elza Prates Tamiarana

Advogado: Gil Viana Simões Batista

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

303- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012177-2

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Ubiratan da Costa Lima

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

304- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015881-6

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Edinaura Jordão Nascimento

Advogado: Clovis Melo de Araújo

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

305- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015895-6

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Francinilde Santos Andrade

Advogado: Valdenor Alves Gomes

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

306- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015900-4

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Odiney Araújo da Silva

Advogado: Hélio Furtado Ladeira

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

307- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.014234-9

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Soraya de Araújo Feitosa

Advogado: Paulo Sérgio de Souza

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

308- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015893-1

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Maria Conceição Soares da Silva

Advogados: Winston Regis Valois e Outro

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

309- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015903-8

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Solange Rodrigues

Advogados: Winston Regis Valois e Outro

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

310- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015885-7

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Frankmar dos Santos Chaves

Advogado: Clovis Melo de Araújo

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

311- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.015905-3

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Maria Neiva Souza do Espírito Santo

Advogado: Wagner Fernandes Pires Pereira

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

312- Embargos de Declaração no Recurso Inominado 0010.14.012192-1

Embargante: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Embargado: Maria José Silva de Paiva

Advogado: Paulo Sérgio de Souza

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Bruno Fernando Alves Costa

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

313- Recurso Inominado 0010.15.001517-9

Recorrente: Estado de Roraima

Advogado: Rondinelli Santos de Matos Pereira

Embargado: Harry Costa de Oliveira

Advogado: Nathalia Santos Veras

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 12.06.2015 às 09:00 horas, tendo em vista a falta de quorum para julgamento e férias a serem usufruídas.

314 – Recurso Inominado 0010.15.001526-0

Recorrente: Lussandra Martins de Lima

Advogado: Bruno Liandro Praia Martins

Recorrido: Estado de Roraima

Advogado: Fernando Marco Rodrigues de Lima

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas, tendo em vista a falta de quorum.

315 – Recurso Inominado 0010.15.001642-5

Recorrente: Lussandra Martins de Lima

Advogado: Bruno Liandro Praia Martins

Recorrido: Estado de Roraima

Advogado: Fernando Marco Rodrigues de Lima

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores:

Observação: Julgamento adiado pelo Relator para a sessão do dia 24.04.2015 às 09:00 horas, tendo em vista a falta de quorum.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: Não havendo assuntos administrativos, o Presidente agradeceu a presença de todos, convocou os membros da Turma Recursal para a próxima sessão ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2015, às 09:00 horas. Eu, Velma da Silva Barros, Assessora Jurídica da Turma Recursal, lavrei a presente ata.

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 24/04/2015

Presidência do Senhor Juiz CRISTÓVÃO SUTER, presentes os senhores Juízes ERICK LINHARES, ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES E LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR.

RECURSOS – PROJUDI – 24.04.2015

1- Mandado de Segurança – 9000012-20.2015.823.0000

Impetrante: Iduillia Sousa Bezerra

Advogado: Bruno da Silva Mota

Impetrado: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NÃO CONHECEU da impetração, na forma do precedente do STF (STF, ARE 703840 AgR/SC, Primeira Turma, Rel.: Ministro Roberto Barroso - p.: 22/04/14)

2- Mandado de Segurança – 9000010-50.2015.823.0000

Impetrante: Francisca Gomes Vieira

Advogado: Bruno da Silva Mota

Impetrado: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NÃO CONHECEU da impetração na forma do precedente do STF (STF, ARE 703840 AgR/SC, Primeira Turma, Rel.: Ministro Roberto Barroso - p.: 22/04/14).

3 - Mandado de Segurança – 9000002-73.2015.823.0000

Impetrante: Milenium Motors - Roraima

Advogado: Elias Augusto de Lima Silva

Impetrado: Robervaldo Teixeira

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Julgadores: Cristóvão Suter e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NÃO CONHECEU da impetração na forma do precedente do STF (STF, ARE 703840 AgR/SC, Primeira Turma, Rel.: Ministro Roberto Barroso - p.: 22/04/14)

4- Recurso Inominado – 0906482-10.2011.823.0010

Recorrente: Banco Santander (Brasil) S.A.

Advogados: Celson Marcon e Outros

Recorrido: Evaldo Silva Santos

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Bezerra Delgado

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

5- Recurso Inominado - 0838891-26.2014.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A – Banco Finasa BMC S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Francisco Rodrigues Amorim

Advogado: Adriano da Silva Rodrigues

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

6- Recurso Inominado - 0838467-81.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Fernando Antonio Uchoa Amorim

Advogado: Sarah Almeida Mubarak

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

7- Recurso Inominado - 0837532-41.2014.823.0010

Recorrente: Servs/BV Financeira – CFI BV Financeira

Advogado: Cintia Shulze

Recorrido: Walter dos Santos Araújo

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

8- Recurso Inominado - 0836191-77.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Ieda Freitas Costas

Advogado: Lizandro Icassatti Mendes

Sentença: CRISTÓVÃO SUTER

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

9 - Recurso Inominado - 0835452-07.2014.823.0010

Recorrente: Lojas Perin LTDA

Advogados: Thales Garrido Pinho Forte e Outros

Recorrido: José de Freitas

Advogado: Gioberto de Matos Júnior

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

10- Recurso Inominado - 0835176-73.2014.823.0010

Recorrente: Unimed de Boa Vista – Cooperativa de Trabalho Médico

Advogado: Haylla Wanessa Barros de Oliveira

Recorrido: Edu Lopes da Silva

Advogado: Ivonei Darci Stulp

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

11 - Recurso Inominado - 0834508-05.2014.823.0010

Recorrente: José Livone Araújo dos Santos

Advogado: Thais Ferreira de Andrade Pereira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

12 - Recurso Inominado - 0833136-21.2014.823.0010

Recorrente: Banco Santander Banespa S/A

Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet

Recorrido: Nívea Gracielle Moreira Lima

Advogado: Lúcia Carneiro da Silva

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

13 - Recurso Inominado - 0832463-28.2014.823.0010

Recorrente: SERVS/BV Financeira -CFI BV Financeira

Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Wanderlei

Recorrido: Jenilson Silva Sousa

Advogado: Gioberto de Matos Junior

Sentença: Jaime Pla Pujades de Avila

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

14 - Recurso Inominado - 0831787-80.2014.823.0010

Recorrente: Edelson da Silva Branco

Advogado: DPE

Recorrido: Banco Amro Real/Santander

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Erick Linhares, DEU PROVIMENTO ao recurso, para fixar a verba indenizatória ao valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Sem custas e honorários.

15 - Recurso Inominado - 0831607-64.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eládio Miranda Lima

Recorrido: Maveryck Gabriel Bergmann Silva

Advogado: Laudi Mendes de Almeida Junior

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

16 - Recurso Inominado - 0831470-82.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Solange de Souza Campos

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

17 - Recurso Inominado - 0831106-13.2014.823.0010

Recorrente: Nilson Serrão da Silva Vieira

Advogado: Bruno da Silva Mota

Recorrido: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Eládio Miranda Lima e Outros

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

18 - Recurso Inominado - 0830951-10.2014.823.0010

Recorrente: Rosa de Saron Lemos

Advogado: Marcio Patrick Martins Alencar

Recorrido: SERVS/BV Financeira – CFI BV Financeira

Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇAS DE TARIFAS "TAC" E "TEC", "GRAVAME ELETRÔNICO", "TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS", "RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PROMOTORA DE VENDA" E "SERVIÇOS DE TERCEIRO". ACÓRDÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.251.331/RS. COBRANÇA LÍCITA. DATAS DE CONTRATOS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DA TURMA. RESPEITO A SEGURANÇA

JURÍDICA. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP nº 1.251.331/RS, sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou que nos contratos de mútuos bancários somente é vedada a cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) a partir de 30.04.2008, ressalvado o reconhecimento de eventual abuso a ser aferido no caso concreto. Fixou o Superior Tribunal de Justiça em interpretação a lei federal que "(...) Se assinado a partir de 30.4.2008, o contrato rege-se pela Resolução CMN 3.518/2007 e, posteriormente, tem-se a Resolução CMN 3.919/2010. Somente passaram a ser passíveis de cobrança os serviços prioritários definidos pelas autoridades monetárias. A TAC e a TEC não integram a lista de tarifas permitidas. A Tarifa de Cadastro é expressamente autorizada, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o cliente. As restrições à cobrança por serviços de terceiros passaram a ser ditadas pela Resolução n. 3.954-CMN, de 24.2.2011." (Rcl 14.696/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 09/04/2014). Permitida, ademais, a cobrança de Imposto sobre as Operações Financeiras e de Crédito (IOF) mediante financiamento acessório ao mútuo principal. Assim, seguindo orientação superior, forte no princípio da segurança jurídica, as cobranças por "gravame eletrônico", "tarifa de avaliação de bens", "ressarcimento de despesas de promotora de venda" e "serviços de terceiro" também são legítimas se autorizadas pelo regimento administrativo do Conselho Monetário Nacional, tendo como paradigma, também, a data da adesão. Seguindo essa linha de inteligência, no caso, lícita a cobrança pelos encargos impugnados que constam em contrato. Improcedente o pedido inicial. Alteração do entendimento deste relator, para o fim de seguir orientação superior e a segurança jurídica. Sentença reformada. Recurso provido.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença. Sem custas e honorários.

19 - Recurso Inominado - 0830809-06.2014.823.0010

Recorrente: Sidinei Lima de Moraes

Advogado: Igor Rafael de Araújo Silva

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

20 - Recurso Inominado - 0830724-20.2014.823.0010

Recorrente: Nilson de Oliveira Santos

Advogado: Igor Rafael de Araújo Silva

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Elvo Pigari

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

21 - Recurso Inominado - 0830570-02.2014.823.0010

Recorrente: Pedro Henrique Pereira Lucena

Advogado: Isminda Araújo Machado

Recorrido: Banco Santander Brasil S/A

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Ângelo Augusto Graça Mendes, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

22 - Recurso Inominado - 0830565-77.2014.823.0010

Recorrente: Pedro Henrique Pereira Lucena

Advogado: Isminda Araújo Machado

Recorrido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

23 - Recurso Inominado - 0830532-87.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Aurea Moreira da Silva

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

24 - Recurso Inominado - 0830371-77.2014.823.0010

Recorrente: Anderson Soares Martins

Advogado: Francisco Alberto dos Reis Salustiano

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Air Marin Junior

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

25 - Recurso Inominado - 0830290-31.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Sandro Guivara Lopes

Advogados: William Souza da Silva e Outros

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

26 -Recurso Inominado - 0830091-09.2014.823.0010

Recorrente: Vanildo Viana da Silva

Advogado: Francisco Alberto dos Reis Salustiano

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

27 - Recurso Inominado - 0829936-06.2014.823.0010

Recorrente: Luana Pereira Luz

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Air Marin Junior

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

28 - Recurso Inominado - 0829733-44.2014.823.0010

Recorrente: Celline Maria Holanda Alves

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Elvo Pigari

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

29 - Recurso Inominado - 0829717-90.2014.823.0010

Recorrente: Gustavo Bruno Carvalho Moreira

Advogado: Timoteo Martins Nunes

Recorrido: Tim Celular S/A

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

30 - Recurso Inominado - 0829199-03.2014.823.0010

Recorrente: Banco Itaú S/A

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Junior

Recorrido: Raimundo Amazonas de Lima

Advogado: José Vanderi Maia

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

31- Recurso Inominado - 0829068-28.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Francisco das Chagas Sales Ramos

Advogado: Warner Velasque Ribeiro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

32- Recurso Inominado - 0829019-84.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Claudionor Lopes de Sousa

Advogado: parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

33 - Recurso Inominado - 0829005-03.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Ernani Cruz Duarte

Advogado: Edson Pereira Carramillo Junior

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Ângelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

34 - Recurso Inominado - 0828907-18.2014.823.0010

Recorrente: Izabete Pinto Cardoso

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

35 - Recurso Inominado – 0828902-93.2014.823.0010

Recorrente: Domingas Martins Pereira

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

36 - Recurso Inominado - 0828818-92.2014.823.0010

Recorrente: José Carlos Braga do Nascimento

Advogados: Carlos Henrique Macedo Alves e Outro

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outros

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

37 - Recurso Inominado - 0828788-57.2014.823.0010

Recorrente: Boa Vista Energia S/A

Advogado: Alexandre Cesar Dantas Socorro

Recorrido: Eneide Pereira de Matos

Advogado: parte sem advogado

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

38 - Recurso Inominado - 0828642-16.2014.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco S.A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Joseane Silva de Souza

Advogado: Michael Ruiz Quara

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

39 - Recurso Inominado - 0828519-18.2014.823.0010

Recorrente: Cezar Augusto Salustiano do Nascimento

Advogado: Francisco Alberto dos Reis Salustiano

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outros

Sentença: Elvo Pigari

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

40 - Recurso Inominado - 0828455-08.2014.823.0010

Recorrente: Evandro Antonio da Silva

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

41 - Recurso Inominado – 0828446-46.2014.823.0010

Recorrente: Antonia Souza Arruda

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Helaine Maise de Moraes França e Outros

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

42 - Recurso Inominado - 0828349-46.2014.823.0010

Recorrente: Francisca Reis dos Santos

Advogado: Francisco Alberto dos Reis Salustiano

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outros

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

43 - Recurso Inominado - 0828221-26.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Geneses Tavares dos Santos

Advogados: Francisco Alberto dos Reis Salustiano e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

44 - Recurso Inominado - 0828114-79.2014.823.0010

Recorrente: Michelle da Silva Pereira

Advogado: Francisco Alberto dos Reis Salustiano

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

45 - Recurso Inominado - 0828066-23.2014.823.0010

Recorrente: Kabum (L C Ramos Informatica EPP)

Advogado: Sandra Marisa Coelho

Recorrido: Larissa Rosane Quintela Horta

Advogado: Marcel Miranda de Albuquerque

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

46 - Recurso Inominado - 0827657-47.2014.823.0010

Recorrente: Banco Panamericano S/A

Advogados: Feliciano Lyra Moura e Outro

Recorrido: Maria Anunciação da Silva Nascimento

Advogados: Fabiana da Silva Nunes e Outro

Sentença: Jaime Pla Pujades de Avila

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

47 - Recurso Inominado - 0827435-79.2014.823.0010

Recorrente: Petrucio Junior Salvador Lopes

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

48 - Recurso Inominado - 0827421-95.2014.823.0010

Recorrente: Missirlane dos Santos Raposo

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

49 - Recurso Inominado - 0827418-43.2014.823.0010

Recorrente: Agatha Cristell Pereira Aguiar

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outros

Sentença: CRISTÓVÃO SUTER

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

50 - Recurso Inominado - 0827373-39.2014.823.0010

Recorrente: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Recorrido: Edna Pereira de Jesus

Advogado: José Maria de Aguiar Silva Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – NECESSIDADE DE TRABALHO TÉCNICO – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM ANÁLISE DE MÉRITO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença por necessidade de trabalho técnico.

51 - Recurso Inominado - 0827313-66.2014.823.0010

Recorrente: Geisa de Almeida Izidorio Salustiano

Advogado: Francisco Alberto dos Reis Salustiano

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

52 - Recurso Inominado - 0827312-81.2014.823.0010

Recorrente: Tim Celular S.A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Recorrido: Carlos Henrique Manzo Laor

Advogado: Cristiane Monte Santana

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – PROVA PERICIAL – NECESSIDADE – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença, nos termos da ementa do Relator. Sem custas e honorários.

53 - Recurso Inominado - 0827172-47.2014.823.0010

Recorrente: Layanny Thamirys Pantoja Ferreira

Advogado: Cristiane Monte Santana

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

54 - Recurso Inominado - 0827105-82.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Maria Terezinha Moreira da Silva

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

55 - Recurso Inominado - 0827103-15.2014.823.0010

Recorrente: Nata Lina Bezerra Vieira

Advogado: Gioberto de Matos Junior

Recorrido: Faculdade Estácio Atual

Advogado: Anna Carla Araújo da Silva Vieira

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

56 - Recurso Inominado - 0827091-98.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Eduardo Jose de Matos Filho

Recorrido: José Ivanildo Ferreira Pereira

Advogado: Valdenor Alves Gomes

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

57 - Recurso Inominado - 0827047-79.2014.823.0010

Recorrente: Banco Itaucard S.A

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Junior

Recorrido: Marta Uchoa Fernandes

Advogados: Diego Victor Rodrigues Barros e Outros

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

58 - Recurso Inominado - 0826660-64.2014.823.0010

Recorrente: Deusilene Ramos Fonseca

Advogado: Timóteo Martins Nunes

Recorrido: Companhia de Águas e Esgoto de Roraima - CAER

Advogado: Ricardo Herculano Bulhões de Matos Filho

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

59 - Recurso Inominado - 0826643-28.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Hyago Lopes Costa

Advogado: Bruno da Silva Mota

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

60 - Recurso Inominado - 0826548-95.2014.823.0010

Recorrente: Tim Celular S.A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Recorrido: Maria Daniele Gomes Oliveira

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

EMENTA: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – PROVA PERICIAL – NECESSIDADE – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

61 - Recurso Inominado - 0826535-96.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Recorrido: Hilton de Souza Rodrigo

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

62 - Recurso Inominado - 0826181-71.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Erico Raimundo de Almeida Soares

Advogado: Allan Kardec Lopes Mendonça Filho

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

63 - Recurso Inominado - 0826015-39.2014.823.0010

Recorrente: Banco Itaú S/A

Advogado: Luis Carlos Monteiro Laureção

Recorrido: Jakson Lopes Kozlowski

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

64 - Recurso Inominado - 0825789-34.2014.823.0010

Recorrente: Tim Celular S.A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Recorrido: Alcirene Paulain Gonçalves Figueiredo

Advogado: James Marcos Garcia

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – PROVA PERICIAL – NECESSIDADE – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

65 - Recurso Inominado - 0825664-66.2014.823.0010

Recorrente: Tim Celular S.A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Recorrido: Jesyca Renata de Moraes Andrade

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

66 - Recurso Inominado - 0825623-02.2014.823.0010

Recorrente: Andressa Ferreira Evangelista

Advogado: Cristiane Monte Santana

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

67 - Recurso Inominado - 0825343-31.2014.823.0010

Recorrente: Marta Clementina de Melo Alves

Advogado: Timóteo Martins Nunes

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Elvo Pigari

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

68 - Recurso Inominado - 0825296-57.2014.823.0010

Recorrente: Narla Nery Lima Barroso

Advogado: Newman da Silva Ferreira Junior

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

69 - Recurso Inominado - 0825286-13.2014.823.0010

Recorrente: Karolina Gomes da Silva

Advogado: Newman da Silva Ferreira Junior

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

70 - Recurso Inominado - 0825236-84.2014.823.0010

Recorrente: Debora Oliveira Vieira

Advogado: Newman da Silva Ferreira Junior

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

71 - Recurso Inominado - 0825091-28.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Eva Ronize Malinowisk

Advogado: Diego Marcelo da Silva

Sentença: Elvo Pigari

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

72 - Recurso Inominado - 0824994-28.2014.823.0010

Recorrente: Nelissa Shella Yamhara de Oliveira Parangaba

Advogado: Newman da Silva Ferreira Junior

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

73 - Recurso Inominado - 0824662-61.2014.823.0010

Recorrente: Rosilene Ribeiro de Medeiros

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

74 - Recurso Inominado - 0824648-77.2014.823.0010

Recorrente: Maria Sousa da Silva

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

75 - Recurso Inominado - 0824623-64.2014.823.0010

Recorrente: Alexandra Bamberg Dourado

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

76 - Recurso Inominado - 0824366-39.2014.823.0010

Recorrente: Rogério Dantas

Advogado: Gioberto de Matos Junior

Recorrido: Servs/BV Financeira – CFI BV Financeira

Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

77 - Recurso Inominado - 0824149-93.2014.823.0010

Recorrente: Fernanda Lucas Gomes

Advogado: Albert Bantel

Recorrido: Banco do Brasil S.A

Advogados: Eduardo José de Matos Filho e Outro

Sentença: Elvo Pigari

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

78 - Recurso Inominado - 0824116-06.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Luciana Olbertz Alves

Advogado: Marco Antonio Salviato Fernandes Neves

Sentença: Jaime Pla Pujades de Avila

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

79 - Recurso Inominado - 0823680-47.2014.823.0010

Recorrente: Irene Maria Martins

Advogado: Igor Rafael de Araújo Silva

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

80 - Recurso Inominado - 0823107-09.2014.823.0010

Recorrente: Rosana Silva Souza

Advogado: José Carlos Barbosa Cavalcante

Recorrido: Banco Bradesco S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

81 - Recurso Inominado - 0823007-54.2014.823.0010

Recorrente: Kayla Rodrigues de Oliveira

Advogado: Timóteo Martins Nunes

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Elvo Pigari

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

82 - Recurso Inominado - 0822758-06.2014.823.0010

Recorrente: Eugenia Nogueira de Almeida

Advogado: Marcos Vinicius Martins de Oliveira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

83 - Recurso Inominado - 0822703-55.2014.823.0010

Recorrente: Tim Celular S.A
Advogado: Larissa de Melo Lima
Recorrido: Benedito Pereira Silva
Advogado: James Marcos Garcia
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

84 - Recurso Inominado - 0821536-03.2014.823.0010

Recorrente: Banco Votorantim
Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei
Recorrido: Benedito da Silva
Advogado: Jefferson Ribeiro Machado Maciel
Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

85 - Recurso Inominado - 0821099-59.2014.823.0010

Recorrente: Danielle Silva Borges
Advogado: Polyana Silva Ferreira
Recorrido: Editora Globo S/A
Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto de Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

86 - Recurso Inominado - 0820935-94.2014.823.0010

Recorrente: Tim Celular S.A
Advogado: Larissa de Melo Lima
Recorrido: Jhonata Lica de Oliveira
Advogados: James Marcos Garcia
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto de Graça Mendes

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

87 - Recurso Inominado - 0820713-29.2014.823.0010

Recorrente: Tim Celular S.A
Advogado: Larissa de Melo Lima
Recorrido: Vitor Eduardo Pereira de Araújo

Advogado: James Marcos Garcia
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

88 - Recurso Inominado - 0820156-42.2014.823.0010

Recorrente: Banco Panamericano S/A

Advogados: Cintia Shulze e Outro

Recorrido: Maria Helena Nogueira da Silva

Advogado: Anna Carolina Carvalho de Souza

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

89 - Recurso Inominado - 0820102-76.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: José Hermes Rocha de Oliveira

Advogados: Eumaria dos Santos Aguiar e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para reformar a sentença e julgar improcedente o pedido.

90 - Recurso Inominado - 0819757-13.2014.823.0010

Recorrente: Oi Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Elba Katia Correa de Oliveira e Outros

Recorrido: Julieta Souza Silva

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Elvo Pigari

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

91 - Recurso Inominado - 0819082-50.2014.823.0010

Recorrente: Francisca Pereira da Silva

Advogado: Thiago Soares Teixeira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

92 - Recurso Inominado - 0819045-23.2014.823.0010

Recorrente: Tabela Placas LTDA-ME

Advogado: Welington Albuquerque Oliveira

Recorrido: Bruno Barbosa de Oliveira

Advogado: Dolane Patricia Santos Silva Santana

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

93 - Recurso Inominado - 0818806-19.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil

Advogado: Daniela da Silva Noal

Recorrido: Odaia Pires da Silva

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

94 - Recurso Inominado - 0818564-60.2014.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Wagner Cesar Lira da Silva

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

95 - Recurso Inominado - 0817335-65.2014.823.0010

Recorrente: Eric Gomes da Silveira

Advogado: Bruno da Silva Mota

Recorrido: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

96 - Recurso Inominado - 0817318-29.2014.823.0010

Recorrente: Almir dos Santos Prestes

Advogado: Elildes Cordeiro de Vasconcelos

Recorrido: Banco Panamericano S/A

Advogados: Feliciao Lyra Moura e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

97 - Recurso Inominado - 0816491-18.2014.823.0010

Recorrente: Serasa – Serviço de Proteção ao Crédito

Advogado: Marlene Moreira Elias

Recorrido: Eduardo Evangelista Nobre

Advogado: Jefferson Ribeiro Machado Maciel

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

98 - Recurso Inominado - 0816416-76.2014.823.0010

Recorrente: Teonia Cristina Barros de Assis

Advogado: Bruno da Silva Mota

Recorrido: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Elba Katia Correa de Oliveira e Outros

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

99 – Embargos de Declaração no Recurso Inominado - 0815654-60.2014.823.0010

Embargante: Leanderson de Almeida Santil

Advogado: DPE

Embargado: Banco do Brasil

Advogado: Eduardo José de Matos Filho

Sentença: Air Marin Junior

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

100 - Recurso Inominado - 0814521-80.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Eladio Miranda Lima e Outro

Recorrido: Alessandra do Socorro Pinheiro Rodrigues

Advogado: Vitor Cabral Alves Jatobá Garcia

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

101 - Recurso Inominado - 0814487-08.2014.823.0010

Recorrente: Gol linhas áreas

Advogados: Angela Di Manso e Outro

Recorrido: Fariel Galan Barrios

Advogados: Rosa Leomir Benedeti Gonçalves e Outro

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Retirado de pauta pelo Relator.

102 - Recurso Inominado - 0813998-68.2014.823.0010

Recorrente: Banco Panamericano S/A

Advogado: Feliciao Lyra Moura

Recorrido: Lizandro Icassatti Mendes

Advogado: Lizandro Icassatti Mendes

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

103 - Recurso Inominado - 0813865-26.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima

Recorrido: Auxiliadora dos Santos Fernandes

Advogado: Bruno da Silva Mota

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

EMENTA: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – NECESSIDADE DE PERÍCIA – EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DE MÉRITO

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, reconheceu a necessidade de trabalho técnico, extinguindo o processo sem análise de mérito.

104 - Recurso Inominado - 0813581-18.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A
Advogado: Eladio Miranda Lima
Recorrido: Susy Mara Baccharim Garcia
Advogado: Wellington Sena de Oliveira
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

105 - Recurso Inominado - 0813360-35.2014.823.0010

Recorrente: Valdinor Melo Marques
Advogados: Cristiane Monte Santana e Outro
Recorrido: Companhia de Águas e Esgoto de Roraima - CAER
Advogado: Ricardo Herculano Bulhões de Mattos Filho
Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

106 - Recurso Inominado - 0813263-35.2014.823.0010

Recorrente: Gol linhas áreas
Advogados: Antonietta Di Manso e Outro
Recorrido: José Jairo Martins
Advogado: Diego Victor Rodrigues Barros
Sentença: Air Marin Junior

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

107 - Recurso Inominado - 0812998-33.2014.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A
Advogado: Eduardo José de Matos Filho
Recorrido: Elias Dutra de Freitas
Advogado: Denise Silva Gomes
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

108 - Recurso Inominado - 0811929-63.2014.823.0010

Recorrente: Clarinda de Fátima Alves de Oliveira

Advogado: Layla Hamid Fontinhas
Recorridas: Michele Dias Vera e Outra
Advogado: Rafael de Almeida Pimenta Pereira
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

109 - Recurso Inominado - 0811188-23.2014.823.0010

Recorrente: Maria Divina Ferreira
Advogado: Thais Ferreira de Andrade Pereira
Recorrida: Banco Bradesco S.A
Advogados: Rubens Gaspar Serra e Outro
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

110 - Recurso Inominado - 0810793-31.2014.823.0010

Recorrente: Harisson Nascimento dos Santos
Advogado: Deusdedita Ferreira Araújo
Recorrido: Raimundo Nonato da Silva
Advogado: Parte sem advogado
Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

111 - Recurso Inominado - 0810416-60.2014.823.0010

Recorrentes: Eliezer Alves Sarmento Filho/Edvaldo Coelho de Andrade
Advogados: DPE/Maria Emilia Brito Silva Leite
Recorridos: Eliezer Alves Sarmento Filho /Edvaldo Coelho de Andrade
Advogados: DPE /Maria Emilia Brito Silva Leite
Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO a ambos os recursos para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelas partes, compensando-se.

112 - Recurso Inominado - 0809876-12.2014.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A
Advogado: Elba Katia Correa de Oliveira
Recorrido: Ronnie Pereira Lima

Advogado: Paula Cristiane Araldi
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

113 - Recurso Inominado - 0809772-20.2014.823.0010

Recorrente: Nicéia Gonçalves

Advogado: Eduardo Ferreira Barbosa
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)
Advogados: Márcia Silva Monte e Outros
Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

114 - Recurso Inominado - 0809379-95.2014.823.0010

Recorrente: Banco Itaú S/A

Advogado: Luis Carlos Monteiro Laureção
Recorrido: Rosenildo Diniz da Silva
Advogado: Juberli Gentil Peixoto
Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan
Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

115 - Recurso Inominado - 0808636-85.2014.823.0010

Recorrente: Cleber Gouvea Ribeiro
Advogado: Luciana Ribeiro de Moraes
Recorrido: Telemar Norte Leste S/A
Advogado: Elba Katia Correa de Oliveira
Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

116 - Recurso Inominado - 0808588-29.2014.823.0010

Recorrente: Andrea Neves da Silva
Advogados: Waldecir Souza Caldas Junior e Outro
Recorrido: Hevellyn Wannucy dos Santos
Advogado: DPE

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

117 - Recurso Inominado - 0808119-80.2014.823.0010

Recorrente: Evangelista Silva Pinto

Advogado: Thiago Soares Teixeira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

118 - Recurso Inominado - 0807765-55.2014.823.0010

Recorrente: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO

Advogados: Nelson Bruno do Rego Valença e Outro

Recorrido: Dennyson da Costa Nascimento

Advogado: Fidelcastro Dias de Araújo

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

119 - Recurso Inominado - 0806538-30.2014.823.0010

Recorrente: JK Controle Ambiental LTDA-ME

Advogado: Parte sem advogado

Recorrido: Sônia Marília Paiva de Araújo

Advogados: Igor Rafael de Araújo Silva e Outro

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

120 - Recurso Inominado - 0806120-92.2014.823.0010

Recorrente: Banco Itaú Unibanco S/A

Advogados: José Almir da Rocha Mendes Junior e Outro

Recorrido: Irineu da Silva Lira

Advogados: DPE

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

121 - Recurso Inominado - 0805641-36.2013.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Elba Katia Correa de Oliveira

Recorrido: Alessandro Andrade Lima

Advogado: Em causa própria

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, para que a multa apontada em execução seja endereçada ao autor. Sem custas e honorários.

122 - Recurso Inominado - 0805484-29.2014.823.0010

Recorrente: Suzy Mary Sanches Cardoso

Advogados: Assunção Viana Matos e Outro

Recorrido: E. Sabino de Oliveira

Advogado: Maria Dizanete de Souza Matias

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Ementa: RECURSO INOMINADO – CONTRATO – DESCONSTITUIÇÃO – DEVER DE RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO ANTECIPADAMENTE – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso nos termos da ementa do Relator. Sem custas e honorários.

123 - Recurso Inominado - 0803775-90.2013.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Hildegardo Bantim Junior

Advogado: Mamede Abrão Netto

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Em razão da necessidade especial do Recorrido. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

124 - Recurso Inominado - 0803699-32.2014.823.0010

Recorrente: Yamaha Administradora de Consórcio LTDA

Advogados: Márcio Alexandre Malfatti e Outro

Recorrido: Cristina Neta Pereira

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Em razão da necessidade especial do Recorrido. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

125- Recurso Inominado - 0803225-95.2013.823.0010

Recorrentes: Eduardo Borges Guerra Pilon e Outros

Advogados: Gleyce Amarante Araújo

Recorridos: Eduardo Borges Guerra Pilon e Outros

Advogados: Gleyce Amarante Araújo e Outros

Sentença: Jaime Pla Pujades de Avila

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Em razão da necessidade especial do Recorrido. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

126 - Recurso Inominado - 0803086-46.2013.823.0010

Recorrente: Banco do Brasil S.A

Advogado: Gustavo Amato Pissini

Recorrido: Elionete de Castro Garzoni

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas pelo recorrente e sem condenação em honorários por não ser a parte assistida por advogado.

127 - Recurso Inominado - 0802983-05.2014.823.0010

Recorrente: Lirauto Lira Auto Móveis LTDA

Advogado: Rarison Tataíra da Silva

Recorrido: Sara Cardoso de Aguiar

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por maioria de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença por ausência de lesão à honra e comprovação do dano material.

128 - Recurso Inominado - 0802505-94.2014.823.0010

Recorrente: Sabemi Previdência Privada

Advogado: Pablo Berger

Recorrido: Laurismar Ribeiro Sampaio

Advogado: Eduardo Ferreira Barbosa

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Em razão da necessidade especial do Recorrido. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

129 - Recurso Inominado - 0802375-07.2014.823.0010

Recorrente: Maria Lenize Souza Torreyas

Advogado: Waldir do Nascimento Silva

Recorrido: Taíra Corretora

Advogado: Liliâne Cesar Approbato

Sentença: Sissi Marlene Dietrich Schwantes

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

130 - Recurso Inominado - 0802171-60.2014.823.0010

Recorrente: Banco Bradesco S/A

Advogado: Rubens Gaspar Serra

Recorrido: Tathiane Maria Rodrigues de Carvalho

Advogado: Thiago Soares Teixeira

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

EMENTA: – RECURSO INOMINADO - FILA EM BANCO - DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, vencido o juiz Angelo Augusto Graça Mendes, DEU PROVIMENTO ao recurso para excluir a indenização por danos morais em razão da ausência de violação a direitos de personalidade. Sem custas e honorários.

131 - Recurso Inominado - 0802084-41.2013.823.0010

Recorrente: Boa Vista Energia S-A

Advogado: Alexandre Cesar Dantas Socorro

Recorrido: José Maria Sastre Lobato

Advogado: Jefferson Ribeiro Machado Maciel

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO FIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

132 - Recurso Inominado - 0801667-40.2014.823.0047

Recorrente: Fabricia Tavares Fernandes

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

133 - Recurso Inominado - 0801641-42.2014.823.0047

Recorrente: Irismar Carvalho Dutra

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

134 - Recurso Inominado - 0801618-96.2014.823.0047

Recorrente: Aline Batista Cabral

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

135 - Recurso Inominado - 0801615-44.2014.823.0047

Recorrente: Elana Clementino Lucio

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

136 - Recurso Inominado - 0801614-59.2014.823.0047

Recorrente: Rosa Clementino Lucio

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

137 - Recurso Inominado - 0801601-60.2014.823.0047

Recorrente: Maria Susana Vieira Moraes

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

138 - Recurso Inominado - 0801598-08.2014.823.0047

Recorrente: Adriana Silva Rodrigues Mendes

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

139 - Recurso Inominado - 0801596-38.2014.823.0047

Recorrente: Maria de Lurdes Braga

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

140 - Recurso Inominado - 0801594-68.2014.823.0047

Recorrente: Daiana da Silva Sousa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

141 - Recurso Inominado - 0801576-47.2014.823.0047

Recorrente: Antonia Cristiane de Araújo da Silva

Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque
Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

142 - Recurso Inominado - 0801573-92.2014.823.0047

Recorrente: Maria Rita Santos Carneiro
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO SUTER
Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

143 - Recurso Inominado - 0801572-10.2014.823.0047

Recorrente: Doralice Jardim Maria
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO SUTER
Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

144 - Recurso Inominado - 0801570-40.2014.823.0047

Recorrente: Ana Maria Alves
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)
Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque
Relator: CRISTÓVÃO SUTER
Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

145 - Recurso Inominado - 0801556-56.2014.823.0047

Recorrente: Lucenir Vieira da Silva
Advogado: James Marcos Garcia
Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)
Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

146 - Recurso Inominado - 0801550-49.2014.823.0047

Recorrente: Talita Juliana dos Santos Araújo

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

147 - Recurso Inominado - 0801546-12.2014.823.0047

Recorrente: Eunice da Silva Amorim

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

148 - Recurso Inominado - 0801542-72.2014.823.0047

Recorrente: Angela Maria Mota da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

149 - Recurso Inominado - 0801535-80.2014.823.0047

Recorrente: Maria Domingas da Costa Lima

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

150 - Recurso Inominado - 0801530-58.2014.823.0047

Recorrente: Maria Luciene Leira Luma

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

151 - Recurso Inominado - 0801492-46.2014.823.0047

Recorrente: Rosa Cazarin da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

152 - Recurso Inominado - 0801477-77.2014.823.0047

Recorrente: Marcela Macedo Figueiredo

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

153 - Recurso Inominado - 0801470-85.2014.823.0047

Recorrente: Nazaré Barreto Pinto

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

154 - Recurso Inominado - 0801447-42.2014.823.0047

Recorrente: Deslane da Silva

Advogado: James Marcos Garci

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

155 - Recurso Inominado - 0801444-87.2014.823.0047

Recorrente: Eliane da Silva Melo

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

156 - Recurso Inominado -0801436-13.2014.823.0047

Recorrente: Vilaci da Silva Sousa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

157 - Recurso Inominado - 0801434-43.2014.823.0047

Recorrente: Amilton Lelo de Andrade Veloso

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

158 - Recurso Inominado – 0801434-43.2014.823.0047

Recorrente: Amilton Lelo de Andrade Veloso

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores:

Observação: julgado anteriormente.

159 - Recurso Inominado - 0801424-96.2014.823.0047

Recorrente: Luismar Fuzari Junior

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

160 -Recurso Inominado - 0801423-14.2014.823.0047

Recorrente: Fabricio de Oliveira Lima

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

161 - Recurso Inominado - 0801420-59.2014.823.0047

Recorrente: Luiz Carlos da Silva Sousa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

162 - Recurso Inominado - 0801418-89.2014.823.0047

Recorrente: João Castro da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

163 - Recurso Inominado - 0801334-88.2014.823.0047

Recorrente: Fabio Jonatas Xavier de Amorim

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

164 - Recurso Inominado - 0801209-23.2014.823.0047

Recorrente: Júlio César Evangelista Pereira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

165 - Recurso Inominado - 0801192-84.2014.823.0047

Recorrente: Pedro Roberto

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

166 - Recurso Inominado - 0801187-62.2014.823.0047

Recorrente: Eliomar Evangelista dos Santos

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

167 - Recurso Inominado - 0801151-20.2014.823.0047

Recorrente: Pedro Luiz de Oliveira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Márcia Silva Monte e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

168 - Recurso Inominado - 0801133-96.2014.823.0047

Recorrente: Danielson Alves da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

169 - Recurso Inominado - 0801097-38.2014.823.0020

Recorrente: Rosângela Maranhão Ribeiro

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

170 - Recurso Inominado - 0801095-68.2014.823.0020

Recorrente: Carla Daniele Andrade de Sousa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

171 - Recurso Inominado - 0801091-31.2014.823.0020

Recorrente: Juliana Bahia de Souza

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

172 - Recurso Inominado - 0801081-84.2014.823.0020

Recorrente: Wanderleia de Oliveira Monteiro

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

173 - Recurso Inominado - 0801074-92.2014.823.0020

Recorrente: Aurinete da Conceição

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

174 - Recurso Inominado - 0801067-03.2014.823.0020

Recorrente: Maria Edinalda da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

175 - Recurso Inominado - 0801066-18.2014.823.0020

Recorrente: Juliana Fabricia de Lima Reis

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto
Sentença: Bruno Fernando Alves Costa
Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES
Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

176 - Recurso Inominado - 0801057-56.2014.823.0020

Recorrente: Iraldes Santos dos Reis

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

177 - Recurso Inominado - 0801056-71.2014.823.0020

Recorrente: Maria Antonieta Monteiro do Nascimento

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

178 - Recurso Inominado - 0801052-34.2014.823.0020

Recorrente: Adão Wilson Hortenço Monteiro

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

179 - Recurso Inominado - 0801044-57.2014.823.0020

Recorrente: Israel Rocha de Vasconcelos

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

180 - Recurso Inominado - 0801043-72.2014.823.0020

Recorrente: Framkimar Cunha da Costa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

181 - Recurso Inominado - 0801039-35.2014.823.0020

Recorrente: Nilton Campos Fontes

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

182 - Recurso Inominado - 0801037-81.2014.823.0047

Recorrente: Elizeu Oliveira Meneses

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outro

Sentença: Cícero Renato Pereira Albuquerque

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

183 - Recurso Inominado - 0801034-13.2014.823.0020

Recorrente: Luiz Wilson de Lima Frazao

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

184 - Recurso Inominado - 0801031-58.2014.823.0020

Recorrente: Elivelto da Silva Santos

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

185 - Recurso Inominado - 0801025-51.2014.823.0020

Recorrente: Sineti Oliveira Sousa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

186 - Recurso Inominado - 0800994-31.2014.823.0020

Recorrente: Roosevelt Aldeir Guedelha de Freitas Filho

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

187 - Recurso Inominado - 0800987-39.2014.823.0020

Recorrente: Adão Leitão Pinto

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

188 - Recurso Inominado - 0800986-54.2014.823.0020

Recorrente: Anibal Inácio da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

189 - Recurso Inominado - 0800900-83.2014.823.0020

Recorrente: Francisco Paulo de Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados

190 - Recurso Inominado - 0800896-46.2014.823.0020

Recorrente: Cleudo Ramos de Souza

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

191 - Recurso Inominado - 0800895-61.2014.823.0020

Recorrente: Paulo Renato da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

192 - Recurso Inominado - 0800894-76.2014.823.0020

Recorrente: Jaime Ferrari

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

193 - Recurso Inominado - 0800889-54.2014.823.0020

Recorrente: Francisco Rinaldo da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

194 - Recurso Inominado - 0800886-02.2014.823.0020

Recorrente: Ari Bastos da Costa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

Decisão:

195 - Recurso Inominado - 0800874-85.2014.823.0020

Recorrente: Renata de Oliveira Costa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

196 - Recurso Inominado - 0800862-71.2014.823.0020

Recorrente: Luciany Lima Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

197 - Recurso Inominado - 0800856-64.2014.823.0020

Recorrente: Ingridy Darly Rodrigues Lima

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

198 - Recurso Inominado - 0800843-65.2014.823.0020

Recorrente: Gineton da Silva Costa

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

199 - Recurso Inominado - 0800841-95.2014.823.0020

Recorrente: José Ronaldo Gemaque de Oliveira

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

200 - Recurso Inominado - 0800836-73.2014.823.0020

Recorrente: Romário da Conceição Santana

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

201 - Recurso Inominado - 0800811-60.2014.823.0020

Recorrente: Maria Auxiliadora

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

202 - Recurso Inominado - 0800806-38.2014.823.0020

Recorrente: Elen dos Santos Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

203 - Recurso Inominado - 0800796-91.2014.823.0020

Recorrente: Jaqueline Silva de Carvalho

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

204 - Recurso Inominado - 0800795-09.2014.823.0020

Recorrente: Adriana Dias Lima

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente,

estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

205 - Recurso Inominado - 0800787-32.2014.823.0020

Recorrente: Maria Lucia da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

206 - Recurso Inominado - 0800726-74.2014.823.0020

Recorrente: Raquel Moraes da Silva

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Bruno Fernando Alves Costa

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

207 - Recurso Inominado - 0800514-83.2014.823.0010

Recorrente: Maviniê Lopes Costa

Advogados: Naiada Rodrigues Silva e Outros

Recorrido: Tim Celular S/A

Advogado: Larissa de Melo Lima

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

208 - Recurso Inominado - 0800154-17.2015.823.0010

Recorrente: Juliane Cristian de Mello Padilha

Advogado: Marcos Vinicius Martins Oliveira

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

Sentença: Rodrigo Bezerra Delgado

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

209 - Recurso Inominado - 0800139-63.2013.823.0010

Recorrente: Stanley Valeriano da Silva

Advogado: José Milton Freitas

Recorrido: Gol Linhas Áreas Inteligentes S.A

Advogado: Angela Di Manso

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

210 - Recurso Inominado - 0727834-37.2013.823.0010

Recorrente: Eliane Guivara da Silva

Advogados: Sivorino Pauli e Outro

Recorrido: Equatorial Previdência Complementar

Advogado: Liliane César Aprobato

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

211 - Recurso Inominado - 0727703-62.2013.823.0010

Recorrente: Aldecineide Wapichano Teixeira

Advogados: Diego Lima Pauli e Outros

Recorrido: Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro

Advogado: Tassyo Moreira Silva

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

212 - Recurso Inominado - 0727422-09.2013.823.0010

Recorrente: Grupo Sabemi

Advogado: Marcos Vinicius Martins Oliveira

Recorrido: Ernandina Silva de Carvalho

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Erasmo Hallysson Souza de Campos

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AUSÊNCIA DE COBRANÇA ILEGAL – DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO – SENTENÇA REFORMADA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

213 - Recurso Inominado - 0726336-97.2013.823.0010

Recorrente: Luzia Nogueira Lima

Advogado: Gil Vianna Simões Batista

Recorrido: Banco BMG S/A

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

214 - Recurso Inominado - 0724729-86.2012.823.0010

Recorrente: Posto Jumbo LTDA

Advogados: Welington Albuquerque Oliveira e Outros

Recorrido: Ivo Hoffman

Advogado: DPE

Sentença: Rodrigo Bezerra Delgado

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Retirado de pauta pelo Relator.

215 - Recurso Inominado - 0723407-94.2013.823.0010

Recorrente: Mariangela Nasário Andrade

Advogado: Túlio Magalhães da Silva

Recorrido: Fábrica de Eventos e Produções

Advogado: John Pablo Souto

Sentença: Rodrigo Cardoso Furlan

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

EMENTA: RECURSO INOMINADO – MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – DANO MORAL CONFIGURADO – DEVER DE INDENIZAR – QUANTUM – ASPECTOS PEDAGÓGICO/COMPENSATÓRIO DA SENTENÇA – RECURSO PROVIDO

Decisão: A Turma, por maioria de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para fixar a verba indenizatória por danos morais no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Sem custas e honorários.

216 - Recurso Inominado - 0720746-79.2012.823.0010

Recorrente: Ynara Regina Silva Cabral

Advogados: Gil Vianna Simões Batista e Outro

Recorrido: Wirismar Soares Ramos

Advogados: Ronaldo Correia da Silva e Outro

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores:

Observação: Recurso retirado de pauta pelo Relator.

217 - Recurso Inominado - 0719274-09.2013.823.0010

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Elba Kátia Correa de Oliveira

Recorrido: Misoneves José Pereira Paiva

Advogado: Wanderlan Wanwan Santos de Aguiar

Sentença: Erasmo Hallysson Souza de Campos

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

218 - Recurso Inominado - 0719042-94.2013.823.0010

Recorrente: Gisele Depra

Advogado: Felipe Augusto Mendonça Krepper Leiros

Recorrido: Editora Três Comércio de Publicações LTDA

Advogado: Sérgio Cordeiro Santiago

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

219 - Recurso Inominado - 0717537-68.2013.823.0010

Recorrente: Risandra Pereira Goveia Souza

Advogado: DPE

Recorridos: De La Lastra Instituto de Aperfeiçoamento e Outro

Advogados: Tassyo Moreira Silva e Outros

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

220 – Embargos de Declaração no Recurso Inominado - 0714435-72.2012.823.0010

Embargante: BV Financeira

Advogado: Celson Marcon

Embargado: Iverson Barbosa Barros

Advogado: Cristiane Monte Santana

Sentença: Rodrigo Bezerra Delgado

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO.

Decisão: A Turma, por unanimidade, CONHECEU E REJEITOU os Embargos, por ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

221 - Recurso Inominado - 0711666-55.2013.823.0010

Recorrente: Antônio Queiroz da Silva Filho

Advogado: Márcio Patrick Martins Alencar

Recorrido: Banco Itaucard S.A

Advogado: Jabson da Silva Ceo

Sentença: Iarly José Holanda de Souza

IMPEDIMENTO: DR. CRISTÓVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores:

Observação: Adiado para o dia 08.05.2015 por falta de quorum.

222 - Recurso Inominado - 0707524-10.2013.823.0010

Recorrente: Erico Verissimo Assunção de Carvalho

Advogado: Valter Mariano de Moura

Recorrido: Stelio Dener de Souza Cruz

Advogado: Jorci Mendes de Almeida Junior

Sentença: Alexandre Magno Magalhães Vieira

IMPEDIMENTO: DR. ELVO PIGARI

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Angelo Augusto Graça Mendes e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

223 - Recurso Inominado - 0704180-21.2013.823.0010

Recorrente: BV Financeira S/A

Advogado: Celso Marcon

Recorrido: Almir Marcelo da Silva

Advogado: Gioberto de Matos Junior

Sentença: Cristóvão Suter

IMPEDIMENTO: DR. CRISTOVÃO SUTER

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Morais Júnior

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

224 – Recurso Inominado – 0700879-52.2013.823.0047

Recorrente: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogados: Vicente Ricarte Bezerra Neto e Outros

Recorrido: Iranir Barbosa Alves Carvalho

Advogado: Paulo Sérgio de Souza

Sentença: Cláudio Roberto Barbosa de Araújo

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Ementa: RECURSO INOMINADO – TELEFONIA – DANOS MORAIS – NÃO CARACTERIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA – RECURSO PROVIDO – DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso para desconstituir a sentença nos termos da ementa acima do Relator. Sem custas e honorários.

225 - Recurso Inominado - 0700396-87.2013.823.0090

Recorrente: Francisca Alves dos Santos

Advogado: Cristiane Monte Santana

Recorrido: Tim Celular S.A

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Daniela Schirato Collesi Minholi

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

PROCESSOS ADIADOS – SISCOM – 17.04.2015

226 -Recurso Inominado 0010.15.003488-1

Recorrente: Nivaldo Lima Guimarães

Advogados: Ronaldo Mauro Costa Paiva e Outro

Recorrido: Município do Cantá

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Eduardo Messaggi Dias

Relator: Elvo Pigari Junior

Julgadores:

Observação: Recurso retirado de pauta pela ausência justificada do Relator.

227 -Recurso Inominado 0010.15.001633-4

Recorrente: Município de Boa Vista Fabriciana Jesus Lima

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Fabriciana Jesus Lima

Advogados: Josué dos Santos Filho e Outro

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

228 -Recurso Inominado 0010.15.001528-6

Recorrentes: Município de Boa Vista/Wolney Rodrigues da Silva

Advogados: João Felix de Santana Neto e Outro/Marcus Vinícius Moura Marques

Recorridos: Município de Boa Vista/Wolney Rodrigues da Silva

Advogado: João Felix de Santana Neto e Outro/Marcus Vinícius Moura Marques

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO a ambos os recursos para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelas partes, compensando-se.

229 -Recurso Inominado 0010.15.001527-8

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Silvine Mariane dos Santos Franco

Advogado: Dolane Patrícia Santos Silva Santana

Sentença: Rodrigo Delgado

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

230 -Recurso Inominado 0010.15.001525-2

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Ricardo Coimbra da Silva

Advogado: Diego Freire de Araújo
Sentença: Jefferson Fernandes da Silva
Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

231- Recurso Inominado 0010.15.001520-3

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Francilene de Souza

Advogados: Winston Regis Valois Junior e Outra

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

232 -Recurso Inominado 0010.15.001521-1

Recorrente: Município do Cantá

Advogado: Márcio Patrick Martins Alencar

Recorrido: Carlos Alberico Machado

Advogados: Igor Queiroz Albuquerque e Outro

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

233 - Recurso Inominado 0010.15.001627-6

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Maria Angelita de Melo

Advogado: Clovis Melo de Araújo

Sentença: Erasmo Hallysson Souza

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

234 -Recurso Inominado 0010.15.001644-1

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Ivoneth da Silva Souza

Advogado: Dolane Patrícia Santos Silva Santana

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único,

do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

235 -Recurso Inominado 0010.15.001523-7

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Ezequias Machado de Souza

Advogado: Rodrigo Ricarte Linhares de Sá

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

236 -Recurso Inominado 0010.15.001629-2

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Umberto Benedetti Gonçalves

Advogados: Danielle Benedetti Torreyas e Outra

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

237 -Recurso Inominado 0010.15.001630-0

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Rita Dorrick

Advogados: Rodrigo Ricarte Linhares de Sá

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

238 -Recurso Inominado 0010.15.001622-7

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Michelle Ivone Fernando

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

239 -Recurso Inominado 0010.15.001635-9

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Pedro Costa Sobrinho

Advogado: Renata Borici Nardi
Sentença: Jefferson Fernandes da Silva
Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

240 -Recurso Inominado 0010.15.001628-4

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Stélio Baré de Souza Cruz

Recorrido: Marilene Frazão Farias

Advogado: Rodrigo Ricarte Linhares de Sa

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

241 -Recurso Inominado 0010.15.001650-8

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Saulo Leite da Silva

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores:

Observação: O Relator converteu em diligência os presentes autos para remessa ao Ministério Público.

242 -Recurso Inominado 0010.15.001624-3

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Rita Maria Silva do Nascimento

Advogado: Sem Advogado

Sentença: Erasmo Hallysson Souza

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

243 -Recurso Inominado 0010.15.001626-8

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Irani Siqueira Monteiro

Advogado: Rodrigo Ricarte Monteiro

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

244 -Recurso Inominado 0010.15.001524-5

Recorrente: Município de Boa Vista
Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques
Recorrido: Laerth Macellaro Thome
Advogado: Clovis Melo de Araújo
Sentença: Eduardo Messaggi Dias
Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

245 -Recurso Inominado 0010.15.001634-2

Recorrente: Município de Boa Vista
Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques
Recorrido: Handréa Magalhães Gomes
Advogados: Saile Carvalho da Silva
Sentença: Jefferson Fernandes da Silva
Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

246 -Recurso Inominado 0010.15.001651-6

Recorrente: Município de Boa Vista
Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques
Recorrido: Vera Regina Barcelos
Advogado: Warner Velasque Ribeiro
Sentença: Jefferson Fernandes da Silva
Relator: Cristóvão Suter

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

247 – Recurso Inominado 0010.15.001526-0

Recorrente: Lussandra Martins de Lima
Advogado: Bruno Liandro Praia Martins
Recorrido: Estado de Roraima
Advogado: Fernando Marco Rodrigues de Lima
Sentença: Jefferson Fernandes da Silva
Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Luiz Alberto de Moraes Júnior

Ementa: RECURSO INOMINADO – CONCURSO PÚBLICO NA ÁREA DA SAÚDE – EXIGÊNCIA FIXADA NO EDITAL DE ESPECIALIDADE – NEONATOLOGISTA – RESIDÊNCIA MÉDICA EM PEDIATRIA COMPROVADA PELA REQUERENTE – SATISFAÇÃO DO REQUISITO LEGAL – RECURSO PROVIDO.

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, DEU PROVIMENTO ao recurso, determinando a nomeação e posse da recorrente desde que satisfeitos os demais requisitos legais, determinando a expedição de ofício ao respectivo órgão para cumprimento. Sem custas e honorários.

248 – Recurso Inominado 0010.15.001642-5

Recorrente: Lussandra Martins de Lima
Advogado: Bruno Liandro Praia Martins
Recorrido: Estado de Roraima
Advogado: Fernando Marco Rodrigues de Lima
Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores:

Observação: Constatada a duplicidade de atuação, o Relator determinou a baixa e arquivamento dos autos.

249 – Recurso Inominado 0010.14.015945-9

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Waléria Monteiro Silva

Advogado: Clovis Melo de Araújo

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

250 – Recurso Inominado 0010.14.015947-5

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Adriana Diniz dos Santos Gibim

Advogados: Renata Oliveira de Carvalho e Outro

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

251 – Recurso Inominado 0010.14.015970-7

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Maxsander Menezes Marques

Advogados: Renata Oliveira de Carvalho e Outro

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

252 – Recurso Inominado 0010.15.001646-6

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Maria Irene Silva e Silva

Advogado: Helio Furtado Ladeira

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

Julgadores: Cristóvão Suter e Erick Linhares

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

253 – Recurso Inominado 0010.14.015899-8

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Darlisson Lopes Brandão

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: ERICK LINHARES

Julgadores: Cristóvão Suter e Angelo Augusto Graça

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

254– Recurso Inominado 0010.15.001631-8

Recorrente: Estado de Roraima

Advogado: Christiane Mafra Moratelli

Recorrido: Valdevino Costa

Advogado: Leonardo Oliveira Costa

Sentença: Erasmo Hallysson Souza de Campos

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

255 – Recurso Inominado 0010.15.001625-0

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinícius Moura Marques

Recorrido: Edenilza Ventura de Oliveira

Advogado: Clovis Melo de Araújo

Sentença: Erasmo Hallysson Souza de Campos

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

256– Recurso Inominado 0010.15.001636-7

Recorrente: Estado de Roraima

Advogado: Rondinelli Santos de Matos Pereira

Recorrido: Marilene Almeida Fernandes

Advogado: Elton Pantoja Amaral

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

257 – Recurso Inominado 0010.15.001648-2

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinicius Moura Marques

Recorrido: Altair Ribeiro de Lima

Advogado: Clovis Melo de Araújo

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

258 – Recurso Inominado 0010.15.001643-3

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinicius Moura Marques

Recorrido: Naudineia dos Santos Magalhães

Advogado: Rodrigo Ricarte Linhares de Sá

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

259 – Recurso Inominado 0010.15.001529-4

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinicius Moura Marques

Recorrido: Raquel Pereira Gomes

Advogado: Saile Carvalho da Silva

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

260 – Recurso Inominado 0010.15.001530-2

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinicius Moura Marques

Recorrido: Edenilza Ventura de Oliveira

Advogado: Clovis Melo de Araújo

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

261 – Recurso Inominado 0010.15.001649-0

Recorrente: Estado de Roraima

Advogado: Bergson Girão Marques

Recorrido: Lucicleia Alves de Sousa

Advogado: João Gutemberg Weil Pessoa

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

262 – Recurso Inominado 0010.15.001623-5

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinicius Moura Marques

Recorrido: Jeike de Almeida Campos

Advogado: Alexandre Dantas

Sentença: Rodrigo Bezerra Delgado

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

263 – Recurso Inominado 0010.15.001647-4

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinicius Moura Marques

Recorrido: Alaor Salazar Rocha

Advogado: João Felix de Santana Neto

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

264 – Recurso Inominado 0010.15.001522-9

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinicius Moura Marques

Recorrido: Joel Lima da Silva

Advogados: Winston Regis Valois Júnior e Outro

Sentença: Jefferson Fernandes da Silva

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

265 – Recurso Inominado 0010.15.001531-0

Recorrente: Município de Boa Vista

Advogado: Marcus Vinicius Moura Marques

Recorrido: Ismavete Santos de Sousa Oliveira

Advogado: Parte sem advogado

Sentença: Erasmo Hallysson Souza de Campo

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Sem condenação em custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

266 – Recurso Inominado 0834522-86.2014.8.23.0010

Recorrente: Wanessa Raianny Sousa Raposo

Advogado: Bruno da Silva Mota

Recorrido: Telemar Norte Leste S/A

Advogados: Larissa de Melo Lima e Outros

Sentença: Eduardo Messagi Dias

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

267– Recurso Inominado 0801200-61.2014.8.23.0047

Recorrente: Ciro Dias Prado

Advogado: James Marcos Garcia

Recorrido: Telefônica Brasil S/A (VIVO S/A)

Advogado: Vicente Ricarte Bezerra Neto

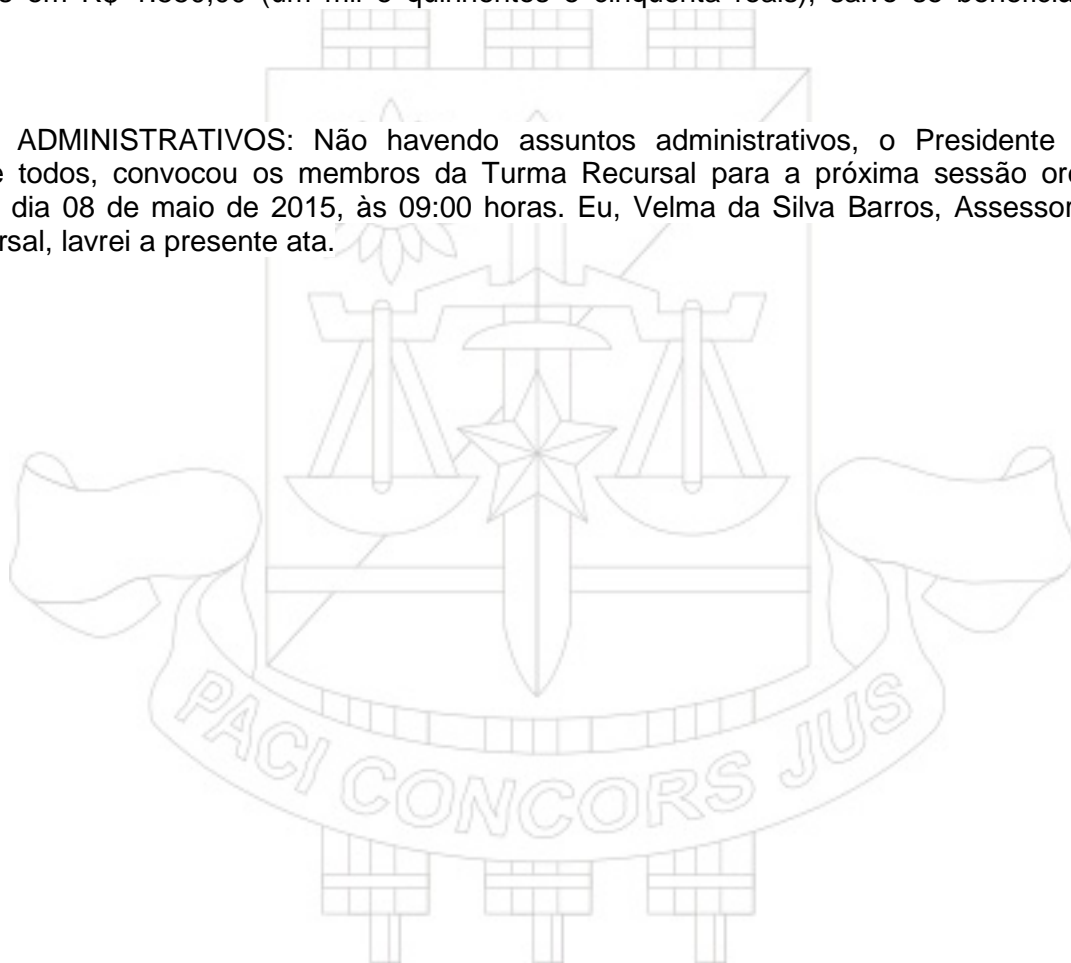
Sentença: Eduardo Messagi Dias

Relator: CRISTÓVÃO SUTER

Julgadores: Erick Linhares e Angelo Augusto Graça Mendes

Decisão: A Turma, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos. Aplicação do art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 19, parágrafo único, do Regimento Interno da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Custas e honorários pelo recorrente, estes fixados em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais), salvo se beneficiário da justiça gratuita.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: Não havendo assuntos administrativos, o Presidente agradeceu a presença de todos, convocou os membros da Turma Recursal para a próxima sessão ordinária, a ser realizada no dia 08 de maio de 2015, às 09:00 horas. Eu, Velma da Silva Barros, Assessora Jurídica da Turma Recursal, lavrei a presente ata.



COMARCA DE RORAINÓPOLIS

Expediente de 28/04/201

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos do Acordo de reconhecimento e dissolução de união estável c/c partilha de bens, guarda, direito de visita e dispensa de pensão alimentícia sob o nº 0700194-79.2012.823.0047, que tem como requerentes A.S.Q. e FRANCISCO MILTON QUINCÓ, ficando **INTIMADO FRANCISCO MILTON QUINCÓ**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 197131-81 SSP/CE e CPF nº 339.032.201-91, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência da sentença expedida por esse Juízo, cuja parte final segue: "Posto isso, em consonância com o parecer ministerial, HOMOLOGO o acordo celebrado entre os Requerentes (EP. 01), que passa a integrar a presente sentença de mérito, para que produza os efeitos legais e jurídicos.

Julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Defiro a justiça gratuita. Sem custas. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Expeça-se termo de guarda, formal de partilha e o que mais se fizer necessário, intimando-se os requerentes para recebimento. Intimem-se as partes via edital, caso estejam em local incerto e não sabido. Ciência ao MP. P.R.I. Rorainópolis-RR, 27 de maio de 2013. Cláudio Roberto Barbosa de Araújo, Juiz de Direito Titular da Comarca". E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação Divórcio Litigioso sob o nº 0800292-67.2015.823.0047, que tem como requerente M.R.N. e como requerida ÚRSULA BARBOSA DA SILVA, ficando **CITADA ÚRSULA BARBOSA DA SILVA**, brasileira, casada, do lar, com documentação ignorada, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência dos termos da ação supramencionada. **CIENTIFICANDO-A** que poderá apresentar contestação, desde que o faça através de advogado (a), no prazo de legal, a ser contado a partir da citação. **ADVERTINDO-A** que não sendo contestada a presente ação, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 285 do CPC). E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE.

Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação Divórcio Litigioso sob o nº 0800293-52.2015.823.0047, que tem como requerente F.S.S. e como requerido FRANCISCO PLÍNIO BARBOSA, ficando **CITADO FRANCISCO PLÍNIO BARBOSA**, brasileiro, casado, com documentação ignorada, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência dos termos da ação supramencionada. **CIENTIFICANDO-O** que poderá apresentar contestação, desde que o faça através de advogado (a), no prazo de legal, a ser contado a partir da citação. **ADVERTINDO-O** que não sendo contestada a presente ação, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 285 do CPC). E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação Divórcio Litigioso sob o nº 0800378-38.2015.823.0047, que tem como requerente J.R.C.S. e como requerida MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA SILVA, ficando **CITADA MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA SILVA**, brasileira, casada, do lar, com documentação ignorada, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência dos termos da ação supramencionada. **CIENTIFICANDO-A** que poderá apresentar contestação, desde que o faça através de advogado (a), no prazo de legal, a ser contado a partir da citação. **ADVERTINDO-A** que não sendo contestada a presente ação, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 285 do CPC). E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e

oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação Divórcio Litigioso sob o nº 0800379-23.2015.823.0047, que tem como requerente J.M.L. e como requerido CARLOS ALBERTO DE MENDONÇA, ficando **CITADO CARLOS ALBERTO DE MENDONÇA**, brasileiro, casado, com documentação ignorada, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência dos termos da ação supramencionada. **CIENTIFICANDO-O** que poderá apresentar contestação, desde que o faça através de advogado (a), no prazo de legal, a ser contado a partir da citação. **ADVERTINDO-O** que não sendo contestada a presente ação, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 285 do CPC). E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação Divórcio Litigioso sob o nº 0800390-52.2015.823.0047, que tem como requerente E.B.S. e como requerida RAIMUNDA CALDAS SILVA, ficando **CITADA RAIMUNDA CALDAS SILVA**, brasileira, casada, com documentação ignorada, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência dos termos da ação supramencionada. **CIENTIFICANDO-A** que poderá apresentar contestação, desde que o faça através de advogado (a), no prazo de legal, a ser contado a partir da citação. **ADVERTINDO-A** que não sendo contestada a presente ação, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 285 do CPC). E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês

de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação Divórcio Litigioso sob o nº 0800391-37.2015.823.0047, que tem como requerente E.O.P. e como requerida MARIA SILVA DOS SANTOS PAIXÃO, ficando **CITADA MARIA SILVA DOS SANTOS PAIXÃO**, brasileira, casada, com documentação ignorada, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência dos termos da ação supramencionada. **CIENTIFICANDO-A** que poderá apresentar contestação, desde que o faça através de advogado (a), no prazo de legal, a ser contado a partir da citação. **ADVERTINDO-A** que não sendo contestada a presente ação, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 285 do CPC). E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. **CUMPRASE.** Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação Divórcio Litigioso sob o nº 0800396-59.2015.823.0047, que tem como requerente N.N.S.S. e como requerido FRANCISCO VIEIRA SILVA, ficando **CITADO FRANCISCO VIEIRA SILVA**, brasileiro, casado, com documentação ignorada, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência dos termos da ação supramencionada. **CIENTIFICANDO-O** que poderá apresentar contestação, desde que o faça através de advogado (a), no prazo de legal, a ser contado a partir da citação. **ADVERTINDO-O** que não sendo contestada a presente ação, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 285 do CPC). E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. **CUMPRASE.** Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês

de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação de Execução de Título Extrajudicial sob o nº 0800740-74.2014.823.0047, que tem como exequente CAVALCANTE E BARBALHO LTDA e como executado N.DIAS FILHO – ME, ficando **CITADO N.DIAS FILHO – ME**, na pessoa do representante legal, com CNPJ nº 10.550.973/0001-58, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito no valor de R\$ 14.805,32 (quatorze mil, oitocentos e cinco reais e trinta e dois centavos), acrescido de juros, correção monetária, custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, podendo ser reduzidos à metade em caso de pagamento integral (art. 652-A, parágrafo único, CPC), sob pena de avaliação e penhora de tantos bens quanto bastem à satisfação do débito. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação de Interdição/Curatela nº 0801249-05.2014.823.0047, que tem como Curadora Iralde dos Santos Alves de Oliveira, e como Interditado Jonas Alves de Oliveira, brasileiro, solteiro, com identificação de cédula de identidade 333371-0/SSP/RR e CPF 962.191.142-72, para ciência de que foi **DECRETADA** a interdição de **Jonas Alves de Oliveira**, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1.775, § 1º, do mesmo diploma legal, nomeando-lhe, definitivamente, curadora a **Sra. Iralde dos Santos Alves de Oliveira**. A curadora não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, bem-estar do interdito. Aplica-se, ao caso, o disposto no art. 919 do CPC e as

respectivas sanções. (...) Em obediência ao disposto no art. 1.184, do CPC e no art.9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 03 (três) vezes, com intervalo de 10(dez) dias. Comunique-se, ao e. Tribunal Regional Eleitoral, enviando cópia deste *decisum*. Destarte, foi julgado extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Deferida a justiça gratuita. Sem Custas. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Rorainópolis/RR, 11 de março de 2015. Evaldo Jorge Leite, Juiz de Direito, resp. pela Comarca de Rorainópolis". E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 60 (SESENTA) DIAS

O Dr. Evaldo Jorge Leite, MM. Juiz de Direito resp. pela Comarca de Rorainópolis/RR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação de Interdição/Curatela nº 0801464-78.2014.823.0047, que tem como Curadora Vanuza da Silva, e como Interditada Luzinete da Silva, brasileira, com identificação de cédula de identidade 77829/SSP/RR e CPF 672.880.652-00, para ciência de que foi **DECRETADA** a interdição de **Luzinete da Silva**, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1.775, § 1º, do mesmo diploma legal, nomeando-lhe, definitivamente, curadora a **Sra. Vanuza da Silva**. A curadora não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, bem-estar do interdito. Aplica-se, ao caso, o disposto no art. 919 do CPC e as respectivas sanções. (...) Em obediência ao disposto no art. 1.184, do CPC e no art.9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 03 (três) vezes, com intervalo de 10(dez) dias. Comunique-se, ao e. Tribunal Regional Eleitoral, enviando cópia deste *decisum*. Destarte, foi julgado extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Deferida a justiça gratuita. Sem Custas. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Rorainópolis/RR, 22 de abril de 2015. Evaldo Jorge Leite, Juiz de Direito, resp. pela Comarca de Rorainópolis". E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson de Oliveira Medeiros, Diretor de Secretaria, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Wemerson de Oliveira Medeiros
Diretor de Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Expediente de 29ABR15

PROCURADORIA GERAL**PORTARIA Nº 350, DE 29 DE ABRIL DE 2015**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito as Portarias nº 348 e 349/15, publicadas no Diário da Justiça Eletrônico nº 5496, de 29ABR15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 351, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Tornar pública a escala de plantão dos Promotores de Justiça das Comarcas do interior, abrangidas pela **Região Norte** (Alto Alegre, Bonfim e Pacaraima), para o mês de **MAIO/2015**, em virtude da publicação da Resolução PGJ Nº 005, de 25 de setembro de 2012;

DIAS	PROMOTOR(A)	TELEFONES
01 a 03	DR ANDRÉ LUIZ NOVA SILVA	(95) 99123-9453
09 e 10	DR. IGOR NAVES BELCHIOR DA COSTA	(95) 98409-7123
16 e 17	DR. DIEGO BARROSO OQUENDO	(95) 99124-3838
23 e 24	DR. ROGÉRIO MAURÍCIO NASCIMENTO TOLEDO	(95) 99134-5934
30 e 31	DR. IGOR NAVES BELCHIOR DA COSTA	(95) 98409-7123

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 352, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Tornar pública a escala de plantão dos Promotores de Justiça das Comarcas do interior, abrangidas pela **Região Sul** (Caracarái, Mucajaí, Rorainópolis e São Luiz do Anauá), para o mês de **MAIO/2015**, em virtude da publicação da Resolução PGJ Nº 005, de 25 de setembro de 2012;

DIAS	PROMOTOR(A)	TELEFONES
01 a 03	DR KLEBER VALADARES COELHO JUNIOR	(95) 99134-2896

09 e 10	DR ANDRÉ LUIZ NOVA SILVA	(95) 99123-9453
16 e 17	DRª SORAIA ANDRÉIA DE AZEVEDO CATTANEO	(95) 99134-5967
23 e 24	DR ANDRÉ LUIZ NOVA SILVA	(95) 99123-9453
30 e 31	DR MASATO KOJIMA	(95) 99123-1307

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 353, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça Substituto, Dr. **DIEGO BARROSO OQUENDO**, do município de Pacaraima/RR para o município de Uiramutã/RR, no período de 21 a 23ABR15, com pernoite.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 354, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça, Dr. **RICARDO FONTANELLA**, para participar, sem ônus para esta instituição, de “**Curso de Combate ao Crime Organizado**”, na Universidade de Roma “*Tor Vergata*”, em Roma, no período de 02 a 16MAI15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 355, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **ULISSES MORONI JÚNIOR**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pela 1ª Titularidade da Promotoria de Justiça de Trânsito e de Execução de Penas e Medidas Alternativas à Pena Privativa de Liberdade, no período de 02 a 16MAI15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 356, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça, Dr. **CARLOS PAIXÃO DE OLIVEIRA**, para participar, sem ônus para esta instituição, de “**Curso de Combate ao Crime Organizado**”, na Universidade de Roma “*Tor Vergata*”, em Roma, no período de 02 a 16MAI15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 357, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **ANEDILSON NUNES MOREIRA**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pela 1ª Titularidade da Promotoria de Justiça de Execução Penal, de Controle Externo da Atividade Policial e de Crimes Militares, nos períodos de 02 a 03MAI15 e de 09 a 16MAI15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 358, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Substituto, Dr. **KLEBER VALADARES COELHO JÚNIOR**, 03 (três) dias de férias, a serem usufruídas no período de 15 a 17ABR15, conforme o Processo nº 299/15 – D.R.H., de 24ABR15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 359, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Substituto, Dr. **ROGÉRIO MAURÍCIO NASCIMENTO TOLEDO**, 01 (um) dia de férias, a ser usufruído no dia 16ABR15, conforme o Processo nº 304/15 – D.R.H., de 27ABR15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 360, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Substituto, Dr. **ROGÉRIO MAURÍCIO NASCIMENTO TOLEDO**, 09 (nove) dias de férias, a serem usufruídas a partir de 22ABR15, conforme o Processo nº 300/15 – D.R.H., de 24ABR15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 361, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto, Dr. **ANDRÉ LUIZ NOVA SILVA**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pelas Promotorias de Justiça das Comarcas de Mucajaí e de Caracarái/RR, no dia 16ABR15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 362, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto, Dr. **IGOR NAVES BELCHIOR DA COSTA**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pelas Promotorias de Justiça das Comarcas de Mucajaí e de Caracarái/RR, no período de 22 a 30ABR15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 363, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça, Dr. **ISAÍAS MONTANARI JÚNIOR**, 03 (três) dias de férias, a serem usufruídos a partir de 22ABR15, conforme o Processo nº 301/15 – D.R.H., de 24ABR15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 364, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **JOÃO XAVIER PAIXÃO**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pela 3ª Titularidade da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, no período de 22 a 24ABR15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 365, DE 29 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o Promotor de Justiça, Dr. **SÍLVIO ABBADE MACIAS**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pela 1ª Titularidade da Promotoria de Justiça de Execução Penal, de Controle Externo da Atividade Policial e de Crimes Militares, no período de 04 a 08MAI15.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

DIRETORIA GERAL**PORTARIA Nº 419 - DG, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

RESOLVE:

Complementar as diárias, referente à Portaria nº 414 – DG, publicada no DJE nº 5496, de 29 de abril de 2015, para os servidores **ROBERTO ALMEIDA DO NASCIMENTO**, Chefe de Seção, **CLEIBER REBOUÇAS HERCULANO**, Técnico em Informática, **ANTONIO CLAUDIO DA SILVA FAVELA FILHO**, Auxiliar de Limpeza e Copa e **ADLER DE MORAIS TENORIO**, Motorista, em face da permanência no município de Pacaraima-RR, no dia 29ABR15, sem pernoite, Processo nº 285/15 – DA, de 27 de abril de 2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 420 - DG, DE 28 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-GERAL, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E :

I - Autorizar o afastamento do servidor **ORTIZ MARCOS MARTINS PEDROSO**, Técnico em Informática, em face do deslocamento para o município de Caracaraí-RR, no dia 29ABR15, sem pernoite, para realizar a instalação e configuração do equipamento na Promotoria do referido município.

II - Autorizar o afastamento do servidor **JERONIMO MORAIS DA COSTA**, Motorista, em face do deslocamento para o município de Caracaraí-RR, no dia 29ABR15, sem pernoite, para conduzir servidor acima designado, Processo nº 286/15 – DA, de 28 de abril de 2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 421 - DG, DE 29 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições e conforme exposto na Ata da Segunda Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima ocorrida em 06/05/13 e na Comunicação Interna nº 002/2015/2ªPROMCRIMRESIDUAL/MP-RR, de 14/04/15,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **TOMPSON RIBEIRO DAMASCENO**, 02 (dois) dias de dispensa nos dias 28 e 29ABR2015, por ter participado na aplicação das provas do X Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas do Estágio Extracurricular de Estagiários de Direito do Ministério Público do Estado de Roraima, ocorrido em 12/04/15, nas dependências da Faculdade Cathedral.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTONIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 422 - DG, DE 29 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no art. 1º, da Resolução CPJ nº 004, de 14/11/2014, publicada no DJE nº 5396, de 19/11/2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **ANTONIO VALDECI NOBLES**, 03 (três) dias de Recesso Forense, no período de 11 a 13MAIO2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTONIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**PORTARIA Nº 123 - DRH, DE 29 DE ABRIL DE 2015**

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008 e de acordo com a Comunicação do Resultado do Exame Médico Pericial e Ofício DPMST/CGRH/SEGAD/OFÍCIO nº 0517/14, de 22/05/14, expedidos pela Junta Médica do Estado de Roraima,

RESOLVE:

Conceder à servidora **SIMONE ALVES MACIEL**, licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 30MAR15, conforme Processo nº 258/2015 – DRH, de 07ABR2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARIA IVONEIDE DA SILVA COSTA

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 124 - DRH, DE 29 ABRIL DE 2015

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008 e conforme acatamento do atestado médico pelo Diretor-Geral,

RESOLVE:

Conceder à servidora **FRANCISCA ELIANA DA SILVA DIAS**, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 17ABR2015, conforme Processo nº 310/2015 – DRH, de 27ABR2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARIA IVONEIDE DA SILVA COSTA

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

Expediente de 29/04/2015.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL**PORTARIA/DPG Nº 287, DE 17 DE ABRIL DE 2015.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

I - Designar o Defensor Público Dr. JOSÉ JOÃO PEREIRA DOS SANTOS, lotado na Defensoria Pública do Bonfim/RR, para, no período de 22 a 24 de abril do corrente ano, viajar ao Município do Uiramutã, com o objetivo de atuar no Primeiro Júri Indígena, a ser realizado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Comunidade Maturuca, com ônus.

II - Designar a Servidora Pública MARUZA ANAYANA VIEIRA DO NASCIMENTO, lotada na Defensoria Pública de Mucajaí/RR, para auxiliar o Defensor Público acima designado, no Primeiro Júri Indígena no período de 22 a 24 de abril do corrente ano, a ser realizado na Comunidade indígena Maturuca, Município do Uiramutã/RR, com ônus.

III - Designar o Servido Público Federal DOMINGOS PEREIRA DE AQUINO, motorista lotado nesta DPE/RR, para viajar ao município de Uiramutã/RR, no período de 22 a 24 de abril do corrente ano, com a finalidade de transportar o Defensor Público e a Servidora Públicos acima designados, com ônus.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ

Defensor Público-Geral

PORTARIA/DPG Nº 288, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o Defensor Público Dr. JOSÉ JOÃO PEREIRA DOS SANTOS, para excepcionalmente, atuar nos interesses dos assistidos W. M. F. e E. C., residentes na Comunidade Indígena Sorocaima II, Município de Pacaraima, conforme solicitação contida no Ofício nº 15/2015 – DPE – Núcleo Pacaraima.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ

Defensor Público-Geral

PORTARIA/DPG Nº 290, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar a Defensora Pública Dra. MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA SOARES, para no dia 23 de abril do corrente ano viajar ao município de Mucajaí/RR, com o objetivo de atuar em audiência, nos autos do

Processo n.º 0030.14.000014-9, junto ao juízo da referida Comarca, conforme solicitação contida no Ofício nº 088/2015/JIJ/Mji/TJRR, com ônus.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ

Defensor Público-Geral

PORTARIA/DPG Nº 291, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, em exercício, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o Defensor Público, Dr. NATANAEL DE LIMA FERREIRA, para excepcionalmente, atuar em favor de L. C. M., nos autos do Processo nº. 0708506-24.2013.8.23.0010, que tramita junto a Comarca de Boa Vista – RR.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CARLOS FABRÍCIO ORTMEIER RATACHESKI

Defensor Público-Geral – em exercício

PORTARIA/DPG Nº 292, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, em exercício, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar a Defensora Pública Dra. ELCIANNE VIANA DE SOUZA, lotada na Defensoria Pública da Capital, para no período de 04 a 08 de maio do corrente ano. Atuar junto à Vara da Justiça Itinerante prestando atendimento a população do município de Normandia-RR, (Comunidade Raposa, Coqueirinho, Cuieira, Canavial e Sede), consoante solicitação contida no OFÍCIO GAB/VJI Nº 62/15, com ônus.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CARLOS FABRÍCIO ORTMEIER RATACHESKI

Defensor Público-Geral – em exercício

PORTARIA/DPG Nº 295, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o Defensor Público Dr. JOÃO GUTEMBERG WEIL PESSOA, lotado na Defensoria Pública da Capital, para nos dias 28 a 29 de abril do corrente ano, viajar ao município de São Luiz do Anauá-RR, com o objetivo de realizar atendimentos, atuar em audiências e peticionar junto ao juízo da referida comarca, com ônus.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ

Defensor Público-Geral

PORTARIA/DPG Nº 297, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

I - Designar a Defensora Pública Dra. ALDEIDE LIMA BARBOSA SANTANA, lotada na Defensoria Pública da Capital, para no dia 29 de Abril do corrente ano viajar ao Município de Caracaraí-RR, com o objetivo de atuar em audiências de Contraditório junto ao juízo da referida Comarca, com ônus.

II – Designar o Servidor Público JEFERSON LIMA FERREIRA, motorista lotado nesta DPE/RR, para viajar ao Município de Caracaraí-RR no dia 29 de Abril do corrente ano, transportando a Defensora Pública acima designada, com ônus.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ

Defensor Público-Geral

PORTARIA/DPG Nº. 300, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o Defensor Público Dr. ERNESTO HALT, lotado na Defensoria Pública da Capital, para, no dia 29 de abril do corrente ano, viajar a Comarca de Alto Alegre/RR, com o objetivo de atuar em audiências em contraditório, junto ao juízo da referida Comarca, com ônus.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ

Defensor Público-Geral

PORTARIA/DPG Nº. 301, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o Defensor Público Dr. ERNESTO HALT, lotado na Defensoria Pública da Capital, para substituir a 1º Titular atuante junto aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no período de 04 a 08 de maio do corrente ano, durante o afastamento da titular, sem prejuízo de suas funções.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ

Defensor Público-Geral

TABELIONATO DO 1º OFÍCIO

Expediente de 29/04/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, o TABELIONATO DEUSDETE COELHO - 1º OFÍCIO, localizado à Av. Ville Roy, 456-E em Boa Vista-Roraima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Prot: 485771 - Título: DVM/3967 - Valor: 2.400,00
Devedor: 003172 CONSORCIO PRO INFANCIA BRASIL PIB
Credor: PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA

Prot: 485772 - Título: DVM/3967 - Valor: 2.400,00
Devedor: 003172 CONSORCIO PRO INFANCIA BRASIL PIB
Credor: PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA

Prot: 486478 - Título: DMI/009252 04 - Valor: 36,20
Devedor: 018762 JOSE ANTONIO PEREIRA
Credor: BRASFERRO COM IND IMP E EXP LTDA

Prot: 486479 - Título: DMI/009251 04 - Valor: 88,36
Devedor: 018762 JOSE ANTONIO PEREIRA
Credor: BRASFERRO COM IND IMP E EXP LTDA

Prot: 485543 - Título: DMI/0002153402 - Valor: 907,50
Devedor: A C M SILVA - ME
Credor: COPOBRAS AMAZONIA INDL EMBAL L

Prot: 486341 - Título: CD/4.606 - Valor: 1.600,74
Devedor: A DE ARAUJO PADILHA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486342 - Título: CD/4.607 - Valor: 1.245,02
Devedor: A DE ARAUJO PADILHA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485847 - Título: DMI/65333-2 - Valor: 3.679,15
Devedor: A K R FRANCA E CIA LTDA ME
Credor: AVENORTE AVICOLA CIANORTE LTDA

Prot: 485848 - Título: DMI/65332-2 - Valor: 32.050,28
Devedor: A K R FRANCA E CIA LTDA ME
Credor: AVENORTE AVICOLA CIANORTE LTDA

Prot: 486375 - Título: DMI/064813-C - Valor: 4.721,00
Devedor: A MORAIS ARAUJO ME
Credor: PALUDETTO & CIA LTDA

Prot: 486351 - Título: CD/9.754 - Valor: 1.012,02
Devedor: A R R DE LIMA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486352 - Título: CD/10.195 - Valor: 4.779,67
Devedor: A R R DE LIMA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486353 - Título: CD/10.210 - Valor: 1.474,96

Devedor: A R R DE LIMA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486354 - Título: CD/10.211 - Valor: 439,68
Devedor: A R R DE LIMA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486335 - Título: CD/12.697 - Valor: 2.169,24
Devedor: A SILVA DE MORAES ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486336 - Título: CD/13.511 - Valor: 6.300,58
Devedor: A SILVA DE MORAES ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486337 - Título: CD/12.698 - Valor: 19.007,19
Devedor: A SILVA DE MORAES ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486344 - Título: CD/10.237 - Valor: 8.416,86
Devedor: A V DOS SANTOS GOMES
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486345 - Título: CD/8.042 - Valor: 9.274,81
Devedor: A V DOS SANTOS GOMES
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486028 - Título: DMI/106879401 - Valor: 1.731,83
Devedor: A. J. P. MELO - ME
Credor: CICLO CAIRU LTDA

Prot: 486029 - Título: DMI/204507488 - Valor: 4.639,78
Devedor: A. J. P. MELO - ME
Credor: CICLO CAIRU LTDA

Prot: 486090 - Título: DVM/18191-651 - Valor: 1.263,00
Devedor: A. MARINHO MASCARENHAS - ME
Credor: D'LEONI COM. DE ARTEFS. DE MADEIRA

Prot: 486362 - Título: CD/11.041 - Valor: 153,18
Devedor: A. PINTO DE SOUZA ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486363 - Título: CD/11.024 - Valor: 306,34
Devedor: A. PINTO DE SOUZA ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486360 - Título: CD/12.694 - Valor: 3.543,40
Devedor: A.B. DA CONCEIÇÃO - ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486361 - Título: CD/10.241 - Valor: 8.955,03
Devedor: A.B. DA CONCEIÇÃO - ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486356 - Título: CD/14.015 - Valor: 1.844,98
Devedor: ABEL DA SILVA AMORIM
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485691 - Título: NP/A144370 - Valor: 243,80
Devedor: ADEMAR ANDELUCCI
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486338 - Título: CD/8.374 - Valor: 7.505,41
Devedor: ADINALDO DA SILVA GAMA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485672 - Título: NP/A144259 - Valor: 72,14
Devedor: ADNA RODRIGUES COELHO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485673 - Título: NP/A143396 - Valor: 131,71
Devedor: ADNA RODRIGUES COELHO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485674 - Título: NP/A143927 - Valor: 169,03
Devedor: ADNA RODRIGUES COELHO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486204 - Título: DM/1796A004 - Valor: 1.830,80
Devedor: ADRIANA MARIA MENDES DE SOUSA ME
Credor: BEBELLA JEANS E CONFECES. LTDA ME

Prot: 486205 - Título: DM/1888A003 - Valor: 877,98
Devedor: ADRIANA MARIA MENDES DE SOUSA ME
Credor: BEBELLA JEANS E CONFECES. LTDA ME

Prot: 485942 - Título: NP/A147806 - Valor: 126,90
Devedor: ADRIELLY LIMA RODRIGUES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485943 - Título: NP/A148151 - Valor: 98,48
Devedor: ADRIELLY LIMA RODRIGUES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485909 - Título: NP/A145749 - Valor: 100,49
Devedor: AGUINALDO GUSTAVO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486498 - Título: DMI/14323996 - Valor: 453,54
Devedor: ALBINO MIRANDA DE MESQUITA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485903 - Título: NP/A143685 - Valor: 150,77
Devedor: ALCIMARES FIDELIS PAULINO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486355 - Título: CD/12.713 - Valor: 2.687,53
Devedor: ALDECI MARTINS DA SILVA ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486376 - Título: DMI/2402/1408 - Valor: 762,82
Devedor: ALDENIR SILVA FERREIRA
Credor: FERNANDA BARBOSA DA PAIXAO EIRELI - ME

Prot: 485816 - Título: NP/A142352 - Valor: 41,54
Devedor: ALDENIRIO DE OLIVEIRA VIANA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486010 - Título: DMI/NEGA7H2R4C - Valor: 390,98
Devedor: ALDO FRANCISCO REIS DOS SANTOS
Credor: ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA

Prot: 485670 - Título: NP/A145352 - Valor: 47,14
Devedor: ALINE CRISTINE ARAUJO DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485671 - Título: NP/A144924 - Valor: 59,96
Devedor: ALINE CRISTINE ARAUJO DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486562 - Título: sj/010.2010.90 - Valor: 713,58
Devedor: ALINE DIAS DE SANTANA
Credor: SONIA MARIA CONSTANTINO

Prot: 486372 - Título: DMI/799 - Valor: 1.090,20
Devedor: ALMEIDA & NOGUEIRA LTDA ME
Credor: COM DE PESCADOS ROLIM LTDA ME

Prot: 485677 - Título: NP/A143897 - Valor: 189,16
Devedor: ALVARO PEREIRA VIANA JUNIOR
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486536 - Título: DMI/17601/B - Valor: 960,80
Devedor: ANA LUCIA PORTELLA ME
Credor: IND. GRAFICA CENTENARIO LTDA

Prot: 485892 - Título: NP/A144931 - Valor: 44,96
Devedor: ANA LUCIA SOUSA DOS SANTOS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485893 - Título: NP/A144387 - Valor: 349,90
Devedor: ANA LUCIA SOUSA DOS SANTOS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485894 - Título: NP/A144392 - Valor: 60,67
Devedor: ANA LUCIA SOUSA DOS SANTOS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485826 - Título: NP/A148033 - Valor: 304,20
Devedor: ANA MARIA DA SILVA NASCIMENTO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486357 - Título: CD/4.203 - Valor: 20.873,19
Devedor: ANDRADE E NEVES LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486358 - Título: CD/4.204 - Valor: 3.674,37
Devedor: ANDRADE E NEVES LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486359 - Título: CD/4.205 - Valor: 54.247,16
Devedor: ANDRADE E NEVES LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485895 - Título: NP/A148693 - Valor: 66,26
Devedor: ANDRE LUIZ DA SILVA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485896 - Título: NP/A151033 - Valor: 57,26

Devedor: ANDRE LUIZ DA SILVA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485900 - Título: NP/A148022 - Valor: 200,85

Devedor: ANDREIA COSTA SANTOS

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485931 - Título: NP/A149208 - Valor: 89,45

Devedor: ANGEL CRYSTHYNA BRASIL DE ABREU

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486334 - Título: CD/11.670 - Valor: 485,95

Devedor: ANNA DA SILVA DOS SANTOS

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485811 - Título: NP/A149196 - Valor: 130,88

Devedor: ANNA REGO CHAVES

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485812 - Título: NP/A148512 - Valor: 103,26

Devedor: ANNA REGO CHAVES

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486663 - Título: DMI/229456D - Valor: 680,23

Devedor: ANTONIO CARLOS BRITO LOPES

Credor: BRASFERRO COM IND IMP E EXP LTDA

Prot: 486340 - Título: CD/3380/97 - Valor: 21.475,71

Devedor: ANTONIO GOMES FEITOSA FILHO

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486339 - Título: CD/13.598 - Valor: 876,94

Devedor: ANTONIO SILVIO PEREIRA DE LIMA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485748 - Título: DVM/0002496702 - Valor: 4.333,10

Devedor: ARCO COM E SERVICOS LTDA ME

Credor: SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODS. IND E PA

Prot: 486306 - Título: DVM/0083131 04 - Valor: 2.220,55

Devedor: ARCO COM E SERVICOS LTDA ME

Credor: PLASTILIT PRODS. PLASTICOS DO PARANA L

Prot: 485818 - Título: NP/A146517 - Valor: 112,26

Devedor: AURIETE RODRIGUES DA SILVA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486350 - Título: CD/3399/97 - Valor: 1.769,88

Devedor: AUTO PECAS REMINTONE LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486603 - Título: CD/10.270 - Valor: 3.531,19

Devedor: B A DOS SANTOS

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486604 - Título: CD/10.271 - Valor: 275,39

Devedor: B A DOS SANTOS
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486605 - Título: CD/10.272 - Valor: 4.969,49
Devedor: B A DOS SANTOS
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486599 - Título: CD/6.941 - Valor: 3.856,26
Devedor: BABORA COMERCIO LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486206 - Título: DM/00000000098 - Valor: 506,00
Devedor: BOAVENTURA V. DOS SANTOS ME
Credor: JOSE VALTON BEZERRA ME

Prot: 486600 - Título: CD/9.417 - Valor: 1.797,42
Devedor: BONFIM & BONFIM LTDA EPP
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486601 - Título: CD/10.941 - Valor: 15.812,12
Devedor: BONFIM & BONFIM LTDA EPP
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486602 - Título: CD/10.942 - Valor: 5.244,54
Devedor: BONFIM & BONFIM LTDA EPP
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485952 - Título: NP/A146039 - Valor: 193,38
Devedor: BRAULE KLINGER RAMOS DE SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485953 - Título: NP/A145533 - Valor: 30,06
Devedor: BRAULE KLINGER RAMOS DE SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485954 - Título: NP/A145540 - Valor: 83,22
Devedor: BRAULE KLINGER RAMOS DE SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485863 - Título: DMI/0018351001 - Valor: 636,70
Devedor: C B E A INFORMATICA COMERCIO E REPR
Credor: IND. GRAFICA FORONI LTDA

Prot: 486607 - Título: CD/7.273 - Valor: 1.151,79
Devedor: C BORBA SOBRINHO
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486637 - Título: CD/11.575 - Valor: 63.875,82
Devedor: C E SOBREIRA SOUSA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486611 - Título: CD/11.477 - Valor: 2.378,48
Devedor: C SOKOLOWICZ
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486638 - Título: CD/12.268 - Valor: 2.074,95
Devedor: CARLITO V SALES
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486639 - Título: CD/11.006 - Valor: 2.474,61
Devedor: CARLITO V SALES
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486640 - Título: CD/11.828 - Valor: 1.626,60
Devedor: CARLITO V SALES
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485698 - Título: NP/A143957 - Valor: 205,14
Devedor: CAROLINA SILVA SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486170 - Título: DVM/61965/4 - Valor: 1.250,00
Devedor: CARTUCHOS CURITIBA E INFORMATI
Credor: M D J SUPRIMENTOS DE INFORMATICA L EPP

Prot: 486500 - Título: DMI/98754296 - Valor: 384,91
Devedor: CATIA ALEXANDRA RIBEIRO MENESES
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486501 - Título: DMI/9875B4296 - Valor: 384,91
Devedor: CATIA ALEXANDRA RIBEIRO MENESES
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486641 - Título: CD/12.908 - Valor: 186.724,89
Devedor: CECOL COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485704 - Título: NP/001 - Valor: 242,96
Devedor: CELIA NASCIMENTO DA CUNHA
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 485705 - Título: NP/002 - Valor: 242,96
Devedor: CELIA NASCIMENTO DA CUNHA
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 485706 - Título: NP/003 - Valor: 242,96
Devedor: CELIA NASCIMENTO DA CUNHA
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486633 - Título: CD/12.365 - Valor: 5.635,03
Devedor: CELSO MIRANDA DA SILVA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486608 - Título: CD/10.155 - Valor: 576,33
Devedor: CERAMICA DEEKE LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486609 - Título: CD/10.156 - Valor: 4.622,12
Devedor: CERAMICA DEEKE LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486630 - Título: CD/10.156 - Valor: 5.838,84
Devedor: CERAMICA DEEKE LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486631 - Título: CD/11.043 - Valor: 849,20
Devedor: CERAMICA DEEKE LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486632 - Título: CD/11.262 - Valor: 1.026,31
Devedor: CERAMICA DEEKE LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486646 - Título: CD/12.501 - Valor: 1.168,30
Devedor: CERAMICA DEEKE LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486647 - Título: CD/11.262 - Valor: 945,02
Devedor: CERAMICA DEEKE LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486606 - Título: CD/13.531 - Valor: 5.860,14
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486610 - Título: CD/10.017 - Valor: 1.713,18
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486612 - Título: CD/14.387 - Valor: 6.839,55
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486613 - Título: CD/11.753 - Valor: 5.715,60
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486614 - Título: CD/13.289 - Valor: 2.676,23
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486615 - Título: CD/11.095 - Valor: 5.603,56
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486616 - Título: CD/11.447 - Valor: 1.317,00
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486617 - Título: CD/11.463 - Valor: 5.663,64
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486618 - Título: CD/11.918 - Valor: 6.129,99
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486619 - Título: CD/11.943 - Valor: 2.292,03
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486620 - Título: CD/12.005 - Valor: 1.084,01
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486621 - Título: CD/12.209 - Valor: 873,16
Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486622 - Título: CD/12.128 - Valor: 3.199,81

Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486623 - Título: CD/14.332 - Valor: 5.169,34

Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486624 - Título: CD/10.153 - Valor: 25.492,27

Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486625 - Título: CD/10.301 - Valor: 3.600,98

Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486626 - Título: CD/10.743 - Valor: 11.722,20

Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486627 - Título: CD/10.750 - Valor: 1.869,53

Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486628 - Título: CD/10.835 - Valor: 1.601,26

Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486629 - Título: CD/10.636 - Valor: 881,90

Devedor: CERAMICA LOGUS LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486642 - Título: CD/10.492 - Valor: 52.660,18

Devedor: CEREALISTA RIO BRILHANTE LTDA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486635 - Título: CD/12.511 - Valor: 63.639,34

Devedor: CICERO CONCEICAO DA SILVA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486636 - Título: CD/12.510 - Valor: 3.494,02

Devedor: CICERO CONCEICAO DA SILVA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485970 - Título: DMI/1321 - Valor: 720,00

Devedor: CINEMARK BRASIL S/A

Credor: E S COM DE MATERIAIS ELET LTDA

Prot: 486049 - Título: DMI/L23,24/215/2 - Valor: 902,66

Devedor: CLASSE A PRESENTES

Credor: ASSOC. DAS EMPRESAS DO BOA VISTA SHOPPING

Prot: 486634 - Título: CD/14.074 - Valor: 1.654,70

Devedor: CLAUDIA ARAUJO SANTOS SOUZA

Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485725 - Título: DMI/16427440 - Valor: 1.076,85

Devedor: CLAUDIA REJANE DE SOUSA
Credor: ADRIANA MARIA M SOUZA ME

Prot: 486262 - Título: NP/001 - Valor: 2.400,00
Devedor: CLAUDIONESIO DIAS DE OLIVEIRA
Credor: DYEGO D. SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486263 - Título: NP/001 - Valor: 8.000,00
Devedor: CLAUDIONESIO DIAS DE OLIVEIRA
Credor: DYEGO D. SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486264 - Título: NP/001 - Valor: 1.200,00
Devedor: CLAUDIONESIO DIAS DE OLIVEIRA
Credor: DYEGO D. SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486392 - Título: DMI/4453803896 - Valor: 453,91
Devedor: CLENIO ALMEIDA DA SILVA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486393 - Título: DMI/113813896 - Valor: 453,91
Devedor: CLENIO ALMEIDA DA SILVA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486589 - Título: DMI/459049-3 - Valor: 12.577,80
Devedor: CMT ENGENHARIA LTDA
Credor: NOVA ROCHA IND DE TINTAS LTDA

Prot: 486648 - Título: CD/11.887 - Valor: 29.236,95
Devedor: COMERCIAL RSM ALIMENTOS LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486643 - Título: CD/14.144 - Valor: 1.325,08
Devedor: COMERCIAL V. S. DE OLIVEIRA LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486644 - Título: CD/14.145 - Valor: 937,45
Devedor: COMERCIAL V. S. DE OLIVEIRA LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486645 - Título: CD/13.661 - Valor: 4.028,36
Devedor: COMERCIAL V. S. DE OLIVEIRA LTDA
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 486271 - Título: DMI/7344 - Valor: 823,43
Devedor: CORUJA COMERCIO E SERVICO LTDA
Credor: APOLO OBJETOS DE ARTES LTDA

Prot: 486660 - Título: DMI/NEGA7F9Y8F - Valor: 283,33
Devedor: DAIANE DA SILVA BIZARRIA
Credor: ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA

Prot: 485930 - Título: NP/A149219 - Valor: 149,88
Devedor: DAMILIS LUANA GALVAO SALES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486394 - Título: DMI/3984463796 - Valor: 458,77
Devedor: DARLAN REGIO L. DA CRUZ
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485676 - Título: NP/A141931 - Valor: 42,24
Devedor: DEBORA DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485775 - Título: DVM/00014610 - Valor: 150,00
Devedor: DEBORA VELOSO FERREIRA
Credor: R BENEVIDES SANTOS ME

Prot: 486209 - Título: DM/1055/001 - Valor: 470,00
Devedor: DEBORAH DE FARIAS RODRIGUES
Credor: VIEIRA PRADO SERVICOS ODONTOLOGICOS

Prot: 485901 - Título: NP/A147909 - Valor: 118,42
Devedor: DENIS LIMA PEREIRA DA CRUZ
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485897 - Título: NP/A149311 - Valor: 228,52
Devedor: DIANA JORGE DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486036 - Título: DMI/4971553696 - Valor: 381,56
Devedor: DILZANEIDE DE OLIVEIRA COSTA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486579 - Título: NP/002 - Valor: 400,00
Devedor: DINAMARA SILVA DE SOUSA
Credor: DYEGO DJANGO SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486580 - Título: NP/003 - Valor: 400,00
Devedor: DINAMARA SILVA DE SOUSA
Credor: DYEGO DJANGO SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486581 - Título: NP/005 - Valor: 400,00
Devedor: DINAMARA SILVA DE SOUSA
Credor: DYEGO DJANGO SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486582 - Título: NP/004 - Valor: 400,00
Devedor: DINAMARA SILVA DE SOUSA
Credor: DYEGO DJANGO SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486128 - Título: DMI/000051428- - Valor: 273,33
Devedor: DL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS
Credor: JAPURA PNEUS LTDA

Prot: 486035 - Título: DMI/1426032696 - Valor: 460,15
Devedor: DOMINGAS CREUZA DOS SANTOS
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485777 - Título: DVM/149032-04M - Valor: 809,99
Devedor: E FERNANDES SOARES ME
Credor: VISUAL TINTAS LTDA

Prot: 486547 - Título: DME/4261 - Valor: 13.843,31
Devedor: E. F. D. SILVA E CIA LTDA ME
Credor: AUTO POSTO ABEL GALINHA LTDA

Prot: 486548 - Título: DME/4300 - Valor: 6.040,00
Devedor: E. F. D. SILVA E CIA LTDA ME
Credor: AUTO POSTO ABEL GALINHA LTDA

Prot: 486131 - Título: DMI/03132503 - Valor: 835,07
Devedor: E. N. B. MESQUITA ME
Credor: BIGNARDI IND. E COM. DE PAPEIS E ARTEFA

Prot: 486584 - Título: DMI/507003 - Valor: 300,00
Devedor: EDER CARVALHO DIAS
Credor: ANTONIO E MARTINS SANTANA EPP

Prot: 485809 - Título: NP/A148592 - Valor: 226,25
Devedor: EDIFRANCE MENEZES SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485992 - Título: DMI/33635-17-CA - Valor: 256,20
Devedor: EDIVAN DE CARVALHO SAMPAIO
Credor: NEKI CONFECÇOES LTDA

Prot: 486661 - Título: DMI/199-33-012 - Valor: 182,30
Devedor: EDMAR REGIS DE AZEVEDO
Credor: J. C. S. DA SILVA - ME

Prot: 486132 - Título: DMI/000051474- - Valor: 1.690,00
Devedor: EDMILSON JOSE DA SILVA
Credor: JAPURA PNEUS LTDA

Prot: 486510 - Título: DMI/405453396 - Valor: 420,64
Devedor: EDNA DA SILVA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486395 - Título: DMI/834853796 - Valor: 460,16
Devedor: EDSANDRO PANTOJA SANTANA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485974 - Título: DMI/001 - Valor: 2.766,70
Devedor: EDUARDO NASCIMENTO BELO JUNIOR
Credor: MORAES IND E COM DE COMP ALIM

Prot: 485904 - Título: NP/A144696 - Valor: 120,96
Devedor: EDUARDO WAGNER SOUZA DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486134 - Título: DMI/0162852904 - Valor: 1.369,83
Devedor: ELIABE DA COSTA LIMA ME
Credor: BCR COM. E IND. S.A.

Prot: 486135 - Título: DMI/0162852902 - Valor: 1.369,82
Devedor: ELIABE DA COSTA LIMA ME
Credor: BCR COM. E IND. S.A.

Prot: 485936 - Título: NP/A148203 - Valor: 113,94
Devedor: ELIANE ALVES DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485907 - Título: NP/A148377 - Valor: 33,30
Devedor: ELIENE AQUINO FIGUEIRINHA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485778 - Título: DVM/002615/12- - Valor: 27.500,00
Devedor: ELIO SIMON

Credor: RURAL FERTIL AGROPECUARIA COMERCIO, REPR

Prot: 485902 - Título: NP/A141542 - Valor: 45,64

Devedor: ELIZANGRA SOARES ALVES

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485906 - Título: NP/A147968 - Valor: 197,43

Devedor: ELIZEU OLIVEIRA SILVA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485680 - Título: NP/A144432 - Valor: 151,23

Devedor: ELLEM MAYRA PRATES LEITE

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486012 - Título: DMI/SN28114/4 - Valor: 297,09

Devedor: EMERSON ROBERTO PINTO ME

Credor: PROA & CIA LTDA EPP

Prot: 486211 - Título: DM/00000000028 - Valor: 205,70

Devedor: ERICA TERCO PEREIRA

Credor: MARCIA CANDIDA DE FREITAS

Prot: 485927 - Título: NP/A145931 - Valor: 109,76

Devedor: ERISVALDA BARBOSA CORTES

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486040 - Título: DMI/462471161 - Valor: 520,00

Devedor: ESTER SANTOS FERREIRA

Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486516 - Título: DMI/351SN3996 - Valor: 389,66

Devedor: FABRICIA FREITAS DA SILVA

Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486649 - Título: CBC/282825681 - Valor: 3.723,62

Devedor: FABRICIO SILVA CASTRO

Credor: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Prot: 485914 - Título: NP/A143816 - Valor: 112,32

Devedor: FLAVIO BARBOSA PAIVA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486214 - Título: DM/000000000208 - Valor: 1.675,00

Devedor: FRANCILDA NASCIMENTO SOUZA

Credor: IREO - INSTITUTO RORAIMENSE DE ESPE

Prot: 485688 - Título: NP/A145040 - Valor: 155,96

Devedor: FRANCILENE MOTA MESQUITA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485689 - Título: NP/A144385 - Valor: 69,94

Devedor: FRANCILENE MOTA MESQUITA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485806 - Título: NP/A146071 - Valor: 94,95

Devedor: FRANCISCA DA SILVA QUEIROZ

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485807 - Título: NP/A146072 - Valor: 94,95

Devedor: FRANCISCA DA SILVA QUEIROZ
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485808 - Título: NP/A146073 - Valor: 94,95
Devedor: FRANCISCA DA SILVA QUEIROZ
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486398 - Título: DMI/3174043896 - Valor: 415,17
Devedor: FRANCISCA TATIANE DE ARAUJO SANTOS
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486514 - Título: DMI/553604 - Valor: 340,21
Devedor: FRANCISCO CARLOS PAULA GOMES
Credor: REFRIGERACAO J. R. LTDA

Prot: 485694 - Título: NP/A144236 - Valor: 62,60
Devedor: FRANCISCO DE SOUZA ACINETO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485810 - Título: NP/A151050 - Valor: 125,24
Devedor: FRANCISCO LEANDRO SOUSA LIMA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485695 - Título: NP/A144053 - Valor: 74,54
Devedor: FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485675 - Título: NP/A141971 - Valor: 38,54
Devedor: FRANCIZELE DA SILVA FRANCISCO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485921 - Título: NP/A142595 - Valor: 125,05
Devedor: GEISON DE SOUSA CONCEICAO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485667 - Título: NP/A147794 - Valor: 89,96
Devedor: GEIZA MEURY PEREIRA BELARMINO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485922 - Título: NP/A145551 - Valor: 90,87
Devedor: GENALDA DE JESUS SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485910 - Título: NP/A145066 - Valor: 95,95
Devedor: GEOVANIA ARAUJO CRUZ
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486517 - Título: DMI/1436028896 - Valor: 468,11
Devedor: GILBERTO OLIVEIRA MARINHO
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485916 - Título: NP/A147951 - Valor: 168,03
Devedor: GIOVANNI DA SILVA MENEZES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486346 - Título: CD/13.529 - Valor: 3.354,61
Devedor: H R DOS R COSTA COMERCIO E REPRESENTACOES ME
Credor: ESTADO DE RORAIMA

Prot: 485660 - Título: DMI/012356 - Valor: 479,79
Devedor: H. G. DE OLIVEIRA & R. M. DA CRUZ LTDA -
Credor: DIPRONGO DISTRIBUIDORA LTDA

Prot: 485703 - Título: sj/010.14.0099 - Valor: 1.401,90
Devedor: HELECINE DOS SANTOS BARRETO
Credor: JUBERLITA MOTA DE SOUZA

Prot: 486401 - Título: DMI/02 08 - Valor: 1.500,00
Devedor: HELEN SANDRA COSTA BICO
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485697 - Título: NP/A148749 - Valor: 103,08
Devedor: HELIO ANTONIO DE SOUZA MARQUES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485911 - Título: NP/A147988 - Valor: 154,45
Devedor: HOSGILA GOMES SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485926 - Título: NP/A143131 - Valor: 101,26
Devedor: IDELMARIO GAMA DE ALMEIDA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485445 - Título: DMI/685 - Valor: 3.667,00
Devedor: INST FED DE EDUC CIENC E TEC DE RORAIMA
Credor: MARLIN AUTOS LTDA

Prot: 486564 - Título: NP/001/4 - Valor: 426,56
Devedor: IOLANDA GONCALVES DA SILVA BATISTA
Credor: SM CONSTANTINO ME

Prot: 486565 - Título: NP/002/4 - Valor: 420,00
Devedor: IOLANDA GONCALVES DA SILVA BATISTA
Credor: SM CONSTANTINO ME

Prot: 486566 - Título: NP/003/4 - Valor: 420,00
Devedor: IOLANDA GONCALVES DA SILVA BATISTA
Credor: SM CONSTANTINO ME

Prot: 486567 - Título: NP/004/4 - Valor: 420,00
Devedor: IOLANDA GONCALVES DA SILVA BATISTA
Credor: SM CONSTANTINO ME

Prot: 486474 - Título: DMI/001406101 - Valor: 1.069,65
Devedor: IRMANIO SARMENTO DE MAGALHAES - ME
Credor: THINNETWORKS PRODUTOS DE INFORMATICA LTD

Prot: 485696 - Título: NP/A144030 - Valor: 98,60
Devedor: IVANA LENIZE SOUSA DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486662 - Título: DMI/0117484 - Valor: 151,00
Devedor: IVANI GUILERME ZEFERINO
Credor: MICHEL GASPAR DA SILVA ME

Prot: 486402 - Título: DMI/1RL359Q713/02 - Valor: 2.341,45
Devedor: IVO JOSE WANDERLEY GALLINDO FILHO
Credor: RIBEIRO CAMPOS EMPREEN. IMOBILIARIOS LTDA

Prot: 486403 - Título: DMI/1RL344Q713/02 - Valor: 2.341,45
Devedor: IVO JOSE WANDERLEY GALLINDO FILHO
Credor: RIBEIRO CAMPOS EMPREEN. IMOBILIARIOS LTDA

Prot: 486215 - Título: DM/00000000650 - Valor: 214,80
Devedor: IZAIAS RODRIGUES DA SILVA FILHO
Credor: E. CHAVES PEREIRA ME

Prot: 486406 - Título: DMI/577/04 - Valor: 3.583,00
Devedor: J FONSECA ME
Credor: MUNDY GALAXY CONFECES. LTDA EPP

Prot: 486411 - Título: DMI/200005091 - Valor: 213,90
Devedor: J. G. PEREIRA AZEVEDO ME
Credor: CICLO CAIRU COM. ATAC. DE MOTOPECAS LTDA

Prot: 486523 - Título: DMI/493844096 - Valor: 403,31
Devedor: JACQUES PEREIRA FILHO
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486520 - Título: DMI/1295083596 - Valor: 387,68
Devedor: JAIR DE OLIVEIRA PASSOS
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485928 - Título: NP/A144194 - Valor: 62,24
Devedor: JALMIR LOPES SACRAMENTO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486047 - Título: DMI/995643096 - Valor: 366,89
Devedor: JARBAS DOUGLLAS MATOS COSTA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486409 - Título: DMI/6361603896 - Valor: 390,26
Devedor: JEDIEL PINHO MOREIRA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486407 - Título: DMI/1221903896 - Valor: 453,30
Devedor: JEFERSON DA SILVA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486408 - Título: DMI/1231913896 - Valor: 453,30
Devedor: JEFERSON DA SILVA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485687 - Título: NP/A144398 - Valor: 179,90
Devedor: JELSON TEIXEIRA MAGALHAES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486522 - Título: DMI/3053914096 - Valor: 403,31
Devedor: JERILEE NONATA DA CONCEICAO GOMES
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485658 - Título: DMI/NEGA7GF6MC - Valor: 196,72
Devedor: JESSE SANTIAGO DO ESPIRITO SAN
Credor: ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA

Prot: 486216 - Título: DM/00000000682 - Valor: 179,75
Devedor: JOCIELE MARIA DE SOUZA CRUZ

Credor: E. CHAVES PEREIRA ME

Prot: 486686 - Título: DVM/000031616 - Valor: 292,75

Devedor: JOEL DOS SANTOS ROCHA

Credor: KRISTAL PARIS GO COM. DE OCULOS LTDA

Prot: 485657 - Título: DMI/NEGA7GJY1C - Valor: 213,13

Devedor: JOHN LEE DE SOUZA NAVECA

Credor: ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA

Prot: 485791 - Título: NP/A143661 - Valor: 161,16

Devedor: JORGE ALFREDO FERREIRA OSORIO

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485782 - Título: DVM/11022014.1 - Valor: 1.199,96

Devedor: JOSE DE SOUZA ARAUJO

Credor: ALUMINIO BOA VISTA LTDA

Prot: 486410 - Título: DMI/2692263996 - Valor: 418,42

Devedor: JOSE DE SOUZA ARAUJO

Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485686 - Título: NP/A144474 - Valor: 142,44

Devedor: JOSE DOS REIS ALMEIDA DE SOUZA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486521 - Título: DMI/617254196 - Valor: 381,35

Devedor: JOSE OLIVEIRA DE SOUZA

Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486157 - Título: DVM/038/003 - Valor: 524,38

Devedor: JOSELA SILVA SANTOS

Credor: PERFIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Prot: 486158 - Título: DVM/037/003 - Valor: 380,73

Devedor: JOSELA SILVA SANTOS

Credor: PERFIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Prot: 485993 - Título: DMI/090102/002 - Valor: 1.859,47

Devedor: JOSENILDA CARVALHO AMARAL 4467

Credor: OPPNUS INDUSTRIA VESTUARIO LTDA

Prot: 485994 - Título: DMI/090100/002 - Valor: 1.862,55

Devedor: JOSENILDA CARVALHO AMARAL 4467

Credor: OPPNUS INDUSTRIA VESTUARIO LTDA

Prot: 485886 - Título: NP/A145321 - Valor: 50,96

Devedor: JUCIJENE ARAUJO SARAIVA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485887 - Título: NP/A147011 - Valor: 110,10

Devedor: JUCIJENE ARAUJO SARAIVA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486217 - Título: DM/00000000012 - Valor: 122,17

Devedor: JULIANA TAVARES BRITO

Credor: MARCIA CANDIDA DE FREITAS

Prot: 486220 - Título: DM/4323 - Valor: 754,00

Devedor: K & K EMPREENDIMENTOS LTDA
Credor: KABALLA IND. E COM. DE PLASTICO LTDA

Prot: 485800 - Título: NP/A148604 - Valor: 192,90
Devedor: KELLYANE DA SILVA FIARES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485919 - Título: NP/A141947 - Valor: 112,74
Devedor: KILMA DA SILVA E SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486322 - Título: DVM/1000026131 - Valor: 312,95
Devedor: L. J. RESENDE MONTE - ME
Credor: DISPROFAR COMERCIO LTDA

Prot: 485690 - Título: NP/A144382 - Valor: 69,94
Devedor: LAYANE PRATES MELO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486568 - Título: NP/03 - Valor: 265,17
Devedor: LAYLLA CAROLINE AMORIM FREITAS
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486569 - Título: NP/04 - Valor: 300,00
Devedor: LAYLLA CAROLINE AMORIM FREITAS
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 485668 - Título: NP/A145869 - Valor: 109,45
Devedor: LEIDIANE RAPOSO DO NASCIMENTO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485813 - Título: NP/A148078 - Valor: 81,55
Devedor: LEILA MELO DO VALE
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485913 - Título: NP/A142731 - Valor: 224,81
Devedor: LIDIANE PEREIRA DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485799 - Título: NP/A151102 - Valor: 114,60
Devedor: LIVIA ANDREZA DE FIGUEIREDO MARCIAO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486085 - Título: DM/2874 - Valor: 250,00
Devedor: LM CARGAS E SERVICOS LTDA ME
Credor: MOURAO E LIRA LTDA ME

Prot: 486221 - Título: DM/2982 - Valor: 250,00
Devedor: LM CARGAS E SERVICOS LTDA ME
Credor: MOURAO E LIRA LTDA ME

Prot: 485664 - Título: DMI/016915BC - Valor: 2.371,00
Devedor: LORENZI E LORENZI ALIMENTOS LTDA - ME
Credor: MOTOVENT EQUIPAMENTOS DE VENTILACAO LTDA

Prot: 486415 - Título: DMI/668256256 - Valor: 520,00
Devedor: LUCIANE CABRAL SILVA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486416 - Título: DSI/2722517 - Valor: 295,00
Devedor: LUCIKELLY BEZERRA DE LIMA
Credor: AUTO ESCOLA E DESPACHANTE FORTALEZA

Prot: 486583 - Título: CD/3772487 - Valor: 3.927,09
Devedor: LUIZ CARLOS MACEDO DA SILVA
Credor: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS R

Prot: 486159 - Título: DVM/000650/003 - Valor: 281,90
Devedor: LURDETE COSTA DE OLIVEIRA
Credor: ARREBOL CONFEC. E COM. DE ROU

Prot: 486160 - Título: DVM/000650-03 - Valor: 281,90
Devedor: LURDETE COSTA DE OLIVEIRA
Credor: ARREBOL CONFEC. E COM. DE ROU

Prot: 485912 - Título: NP/A146386 - Valor: 101,96
Devedor: MAGNO CLEYTON DA SILVA COSTA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486006 - Título: DMI/336 - Valor: 512,00
Devedor: MAK PARK EMPREEND. TUR LTDA-ME
Credor: H J S LUZ

Prot: 486011 - Título: DMI/337 - Valor: 330,00
Devedor: MAK PARK EMPREEND. TUR LTDA-ME
Credor: H J S LUZ

Prot: 485825 - Título: NP/A145248 - Valor: 46,96
Devedor: MARCEL WALACE DE OLIVEIRA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485801 - Título: NP/A151082 - Valor: 188,58
Devedor: MARCIA R.R. DE ANDRADE
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485947 - Título: NP/A148628 - Valor: 192,40
Devedor: MARCOS SERGIO TAVARES DOS SANTOS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485948 - Título: NP/A148630 - Valor: 76,45
Devedor: MARCOS SERGIO TAVARES DOS SANTOS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486577 - Título: NP/003 - Valor: 540,00
Devedor: MARIA ALEXANDRINA RODRIGUES DE SA
Credor: DYEGO DYANGO SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486578 - Título: NP/002 - Valor: 540,00
Devedor: MARIA ALEXANDRINA RODRIGUES DE SA
Credor: DYEGO DJANGO SOUZA DE OLIVEIRA

Prot: 486528 - Título: DMI/233114696 - Valor: 470,00
Devedor: MARIA DAS DORES DE SOUZA SOARES
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485923 - Título: NP/A148574 - Valor: 39,92
Devedor: MARIA DE FATIMA DE PAULA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485935 - Título: NP/A148964 - Valor: 111,00
Devedor: MARIA DO ROSARIO SANTOS FERREIRA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485908 - Título: NP/A149442 - Valor: 83,16
Devedor: MARIA DO SOCORRO MARIANO DA SILVA PORTO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485918 - Título: NP/A147541 - Valor: 171,32
Devedor: MARIA DORALICE LEAL FRANCO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486162 - Título: DVM/00000000523 - Valor: 150,00
Devedor: MARIA EDILEUZA CHAGAS NOGUEIRA
Credor: E. CHAVES PEREIRA ME

Prot: 486161 - Título: DVM/039/003 - Valor: 214,40
Devedor: MARIA EDITE DE FARIAS CAMELO
Credor: PERFIL COM. E REPRESENTACAO LT

Prot: 486223 - Título: DM/439/001 - Valor: 320,00
Devedor: MARIA FRANCISCA SOUSA REIS
Credor: A NUNES DA SILVA ME

Prot: 486224 - Título: DM/437/001 - Valor: 304,00
Devedor: MARIA FRANCISCA SOUSA REIS
Credor: A NUNES DA SILVA ME

Prot: 486292 - Título: DM/438/001 - Valor: 320,00
Devedor: MARIA FRANCISCA SOUSA REIS
Credor: A NUNES DA SILVA ME

Prot: 485699 - Título: NP/A144501 - Valor: 112,74
Devedor: MARIA FRANCISLEY FIGUEIRA ANDRADE
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486296 - Título: DM/386/001 - Valor: 200,00
Devedor: MARILEIA PACHECO VIEIRA
Credor: A NUNES DA SILVA ME

Prot: 486529 - Título: DMI/5721983996 - Valor: 405,90
Devedor: MARILENE SOARES DE MEDEIROS
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486418 - Título: DMI/7487/01 - Valor: 1.498,20
Devedor: MARIZETE P. DA SILVA ME
Credor: U G IND. DE COLCHOES DA AMAZONIA LTDA

Prot: 485899 - Título: NP/A148017 - Valor: 95,47
Devedor: MAYRA CELINA DA SILVA PEREIRA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486260 - Título: CH/851993 - Valor: 11.602,92
Devedor: MICHELLE MEDEIROS LIMA SALIONE
Credor: SEMENTES OESTE PAULISTA IMPORTADORA E EXPORTA

Prot: 486052 - Título: DMI/591414196 - Valor: 447,70
Devedor: NATALIA CAROLINA BARRETO BRASIL

Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486053 - Título: DMI/581634196 - Valor: 447,70

Devedor: NATALIA CAROLINA BARRETO BRASIL

Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485793 - Título: NP/A147316 - Valor: 103,90

Devedor: NATALICE MAGAVE DANTAS

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485794 - Título: NP/A147662 - Valor: 71,92

Devedor: NATALICE MAGAVE DANTAS

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485795 - Título: NP/A148563 - Valor: 123,32

Devedor: NATALICE MAGAVE DANTAS

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486533 - Título: DMI/0255093596 - Valor: 385,11

Devedor: NATALY BERNARDES DA SILVA

Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485938 - Título: NP/A147924 - Valor: 151,90

Devedor: NATHALIA CRISTINA OLIVEIRA SOUZA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485682 - Título: NP/A146075 - Valor: 339,70

Devedor: NIRLANDIA LEONISIO DE SOUSA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485683 - Título: NP/A146078 - Valor: 222,80

Devedor: NIRLANDIA LEONISIO DE SOUSA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485684 - Título: NP/A145329 - Valor: 57,27

Devedor: NIRLANDIA LEONISIO DE SOUSA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485685 - Título: NP/A145326 - Valor: 333,30

Devedor: NIRLANDIA LEONISIO DE SOUSA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485819 - Título: NP/A140022 - Valor: 161,30

Devedor: ORLANILZA SANTIAGO DA SILVA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485792 - Título: NP/A143543 - Valor: 60,58

Devedor: OSEAS ROBSON DOS SANTOS

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486059 - Título: DMI/2482/8 - Valor: 2.015,00

Devedor: P.J TRANSPORTES -ME

Credor: KOTINSKI & CIA LTDA

Prot: 485932 - Título: NP/A149184 - Valor: 49,96

Devedor: PATRICIA SOARES DE SOUSA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485933 - Título: NP/A149046 - Valor: 47,98

Devedor: PATRICIA SOARES DE SOUSA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485934 - Título: NP/A149248 - Valor: 46,64
Devedor: PATRICIA SOARES DE SOUSA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485898 - Título: NP/A147700 - Valor: 877,91
Devedor: PATRICIA VIEIRA DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485316 - Título: DSI/PWALF365002 - Valor: 490,00
Devedor: PAULA WALDISSE ABUCATER LEITAO FERREIRA
Credor: PRÉ ESCOLAR REIZINHO LTDA

Prot: 486327 - Título: DS/2015053 - Valor: 587,40
Devedor: PAULO JORGE DA CUNHA SILVA
Credor: CURUMIM

Prot: 485722 - Título: DMI/0064881 - Valor: 1.978,72
Devedor: POWERRCOMP COMERCIO E SERVICOS
Credor: LACERDA SISTEMAS ENERGIA LTDA

Prot: 486590 - Título: DMI/106819/1/3 - Valor: 8.633,50
Devedor: POWERRCOMP COMERCIO E SERVICOS
Credor: PANDIN MOVEIS DE ACO LTDA

Prot: 485820 - Título: NP/A146262 - Valor: 79,95
Devedor: PRISCILA CARLOS TEIXEIRA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485891 - Título: NP/A148415 - Valor: 63,84
Devedor: PRISCILA DOS SANTOS DE ALMEIDA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485944 - Título: NP/A148433 - Valor: 129,94
Devedor: PRISCILA SILVA DE AZEVEDO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485945 - Título: NP/A147778 - Valor: 49,96
Devedor: PRISCILA SILVA DE AZEVEDO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486269 - Título: DMI/06 - Valor: 1.037,50
Devedor: RAIMUNDA GOMES DE MORAIS
Credor: ADRIANA MARIA M SOUZA ME

Prot: 486650 - Título: CBC/276393503 - Valor: 2.742,24
Devedor: RAIMUNDO CESAR SENA BARBOSA
Credor: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Prot: 485814 - Título: NP/A145097 - Valor: 97,71
Devedor: RAIMUNDO DE SOUSA DA CONCEIÇÃO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485888 - Título: NP/A147765 - Valor: 127,20
Devedor: RAIMUNDO JOSE RIBEIRO MARQUES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485796 - Título: NP/A147617 - Valor: 128,03
Devedor: RAIMUNDO SILVA ALVES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485949 - Título: NP/A148444 - Valor: 109,64
Devedor: RAIRAN GOMES MARTINS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485950 - Título: NP/A147598 - Valor: 117,88
Devedor: RAIRAN GOMES MARTINS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485815 - Título: NP/A142781 - Valor: 44,27
Devedor: RAQUEL DA SILVA RODRIGUES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486068 - Título: DMI/815904096 - Valor: 435,48
Devedor: RAQUEL DE PAULA SOUZA
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485972 - Título: DMI/NEGA7GWV5C - Valor: 296,69
Devedor: RAYLLANE SILVERIA SILVA SOUZA
Credor: ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA

Prot: 486069 - Título: DMI/69564796 - Valor: 500,00
Devedor: RAYRISON DA SILVA FERNANDES
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485937 - Título: NP/148925 - Valor: 163,08
Devedor: RENATO RODRIGUES LEANDRO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485681 - Título: NP/A149216 - Valor: 166,28
Devedor: RENATTO ORBINSON DA SILVA FALCAO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485941 - Título: NP/A149201 - Valor: 149,92
Devedor: RHAIANE PEREIRA DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485535 - Título: DMI/000127732B - Valor: 3.669,94
Devedor: RIBEIRO E GOMES LTDA ME
Credor: MARIOTTA CALÇADOS LTDA

Prot: 486164 - Título: DM/8036029/D - Valor: 814,76
Devedor: RIBEIRO E GOMES LTDA ME
Credor: DANDARA IND DE CALCADOS LTDA

Prot: 486237 - Título: DM/8036029/E - Valor: 814,76
Devedor: RIBEIRO E GOMES LTDA ME
Credor: DANDARA IND. DE CALCADOS LTDA

Prot: 485707 - Título: NP/001 - Valor: 836,34
Devedor: RITA DE CASSIA DOS SANTOS SUTERIO
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 485708 - Título: NP/002 - Valor: 836,34
Devedor: RITA DE CASSIA DOS SANTOS SUTERIO
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 485709 - Título: NP/003 - Valor: 836,34
Devedor: RITA DE CASSIA DOS SANTOS SUTERIO
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 485710 - Título: NP/004 - Valor: 836,34
Devedor: RITA DE CASSIA DOS SANTOS SUTERIO
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486545 - Título: DMI/3592714196 - Valor: 404,30
Devedor: RITA MARIA LIMA DE MELLO
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486188 - Título: DVM/5941-A - Valor: 1.783,20
Devedor: ROBSON PIERRE MATSDORF
Credor: TORQUEMIX COML. E DISTRIB. LTDA

Prot: 485616 - Título: DVM/141105 2 - Valor: 194,57
Devedor: RODSON DA SILVA SANTOS
Credor: MIX COMPS. AUTOMOTIVOS LTDA

Prot: 486466 - Título: DMI/NEGA7HL0EC - Valor: 351,10
Devedor: ROMELIA DOS SANTOS MANGABEIRA
Credor: ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA

Prot: 486064 - Título: DMI/236/06 - Valor: 347,36
Devedor: ROMULO DE SOUZA E SILVA
Credor: AFONSO VASQUEZ & CORDON IMP. E COM. LT

Prot: 485693 - Título: NP/A144250 - Valor: 109,94
Devedor: RÔMULO TERMINELIS DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486070 - Título: DMI/4744223696 - Valor: 378,56
Devedor: RONALDO DE SOUZA DAMASCENO
Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 485802 - Título: NP/A151095 - Valor: 118,96
Devedor: RONALDO SOUSA PEREIRA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485797 - Título: NP/A146736 - Valor: 74,06
Devedor: RONILSON DA CONCEICAO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485798 - Título: NP/A146717 - Valor: 104,62
Devedor: RONILSON DA CONCEICAO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486570 - Título: NP/001/1 - Valor: 1.697,94
Devedor: ROSA APARECIDA AMORIM DE FREITAS
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486571 - Título: NP/05/5 - Valor: 300,00
Devedor: ROSA APARECIDA AMORIM DE FREITAS
Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486572 - Título: NP/01/5 - Valor: 800,00
Devedor: ROSA APARECIDA AMORIM DE FREITAS

Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486573 - Título: NP/02/5 - Valor: 800,00

Devedor: ROSA APARECIDA AMORIM DE FREITAS

Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486574 - Título: NP/03/5 - Valor: 800,00

Devedor: ROSA APARECIDA AMORIM DE FREITAS

Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486575 - Título: NP/04/5 - Valor: 800,00

Devedor: ROSA APARECIDA AMORIM DE FREITAS

Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 486576 - Título: NP/05/5 - Valor: 800,00

Devedor: ROSA APARECIDA AMORIM DE FREITAS

Credor: ANA LUISA MODAS ME

Prot: 485925 - Título: NP/A147580 - Valor: 66,64

Devedor: ROSA CRISTINA TEIXEIRA VALENTE

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485679 - Título: NP/A141621 - Valor: 38,36

Devedor: ROSA SAPARA BENTO

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485924 - Título: NP/A147561 - Valor: 110,79

Devedor: ROSIANE ALMERIO TEIXEIRA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486544 - Título: DMI/3183884196 - Valor: 381,35

Devedor: ROSILANE REIS ROCHA

Credor: IMOBILIARIA CASSELI LTDA EPP

Prot: 486099 - Título: DVM/1561 - Valor: 372,50

Devedor: ROSSI DA SILVA MACEDO ME

Credor: S L BETCEL ME

Prot: 485804 - Título: NP/A145355 - Valor: 100,63

Devedor: RUBENILDE ALMEIDA CHAVES

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485803 - Título: NP/A143023 - Valor: 13,96

Devedor: SALMO GUIMARAES ALCANTARA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486079 - Título: DMI/B13/215/2 - Valor: 225,67

Devedor: SHIRLEY MACARIO PACHECO

Credor: ASSOC. DAS EMPRESAS DO BOA VISTA SHOPPING

Prot: 485702 - Título: sj/0714105-89. - Valor: 1.462,62

Devedor: SIDNEY MAYCON DA SILVA

Credor: JUBERLITA MOTA DE SOUZA - ME

Prot: 485889 - Título: NP/A141195 - Valor: 172,68

Devedor: SILAS DA SILVA FERREIRA

Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485890 - Título: NP/A142509 - Valor: 78,72

Devedor: SILAS DA SILVA FERREIRA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485951 - Título: NP/A147670 - Valor: 196,10
Devedor: SIMONE LEITE ALVES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485824 - Título: NP/A149170 - Valor: 91,58
Devedor: SIMONE REIS SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486233 - Título: DM/00000000005 - Valor: 48,93
Devedor: SIND. DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE VIGILA
Credor: SCHMIDT & GONZALES LTDA ME

Prot: 485946 - Título: NP/A147675 - Valor: 180,85
Devedor: SOLIVANE FERREIRA DA CONCEICAO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486655 - Título: DMI/090048/003 - Valor: 725,26
Devedor: STEFANNO RANSON ROCHA DA SILVA
Credor: OPPNUS INDUSTRIA VESTUARIO LTDA

Prot: 486234 - Título: DM/00000000148 - Valor: 1.340,00
Devedor: STEPHANIR MATOS DE RARIAS
Credor: IREO - INSTITUTO RORAIMENSE DE ESPE

Prot: 486146 - Título: DMI/1346 - Valor: 477,75
Devedor: SUELE JANE ALVES DE CARVALHO
Credor: ANDRE BARBOSA RIGATO CURSOS ME

Prot: 485669 - Título: NP/A148948 - Valor: 99,90
Devedor: SUELINE DOS ANJOS AMORIM
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485817 - Título: NP/A148062 - Valor: 174,78
Devedor: SUZANA DA SILVA BIAIO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486235 - Título: DM/13137-3/3 - Valor: 3.654,00
Devedor: T GOMES DE OLIVEIRA ME
Credor: FERRUS MOVEIS P/ ESCRITORIO LTDA EPP

Prot: 486236 - Título: DM/13137-2/3 - Valor: 3.654,00
Devedor: T GOMES DE OLIVEIRA ME
Credor: FERRUS MOVEIS P/ ESCRITORIO LTDA EPP

Prot: 486238 - Título: DM/00000000458 - Valor: 1.400,00
Devedor: TABOCAS PARTICIPACOES EMPREEND
Credor: H VITORINO LIMA ME

Prot: 486563 - Título: NP/01/01 - Valor: 9.865,10
Devedor: TAFAREL EUCLIDES OLIVEIRA MARQUES
Credor: SM CONSTANTINO ME

Prot: 485805 - Título: NP/A147078 - Valor: 109,96
Devedor: TAILANIA RIBEIRO DO NASCIMENTO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485838 - Título: DMI/NEGA7GS68C - Valor: 293,96
Devedor: TAISIS DA SILVA DUARTE
Credor: ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA

Prot: 486707 - Título: DVM/4038 - Valor: 6.020,00
Devedor: TECMON MONTAGENS TECNICAS INDUST. LTDA
Credor: PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA

Prot: 486708 - Título: DVM/983 - Valor: 3.750,00
Devedor: TECMON MONTAGENS TECNICAS INDUST. LTDA
Credor: PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA

Prot: 486709 - Título: DVM/982 - Valor: 490,00
Devedor: TECMON MONTAGENS TECNICAS INDUST. LTDA
Credor: PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA

Prot: 486710 - Título: DVM/984 - Valor: 17.000,00
Devedor: TECMON MONTAGENS TECNICAS INDUST. LTDA
Credor: PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA

Prot: 485915 - Título: NP/A146537 - Valor: 127,80
Devedor: TERESA DE JESUS BARROS PINHEIRO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485929 - Título: NP/A149335 - Valor: 96,91
Devedor: TERESINHA MARIA VAZ RORIZ
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485827 - Título: NP/A141397 - Valor: 49,36
Devedor: THIAGO CARVALHO NEGREIROS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485828 - Título: NP/A144640 - Valor: 60,64
Devedor: THIAGO CARVALHO NEGREIROS
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486163 - Título: DM/00000000353 - Valor: 1.340,00
Devedor: THYAPUA BATISTA
Credor: IREO - INSTITUTO RORAIMENSE DE ESPE

Prot: 486240 - Título: DM/00000000354 - Valor: 1.340,00
Devedor: THYAPUA BATISTA
Credor: IREO - INSTITUTO RORAIMENSE DE ESPE

Prot: 485692 - Título: NP/A144284 - Valor: 69,90
Devedor: VALQUIRIA SILVA FRANCA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485920 - Título: NP/A150997 - Valor: 100,00
Devedor: VANIA DOS SANTOS BATISTA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485939 - Título: NP/A145662 - Valor: 96,88
Devedor: VELBER DA SILVA RODRIGUES
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485821 - Título: NP/A144116 - Valor: 38,06
Devedor: VERANILZE ALMEIDA DE SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485822 - Título: NP/A144914 - Valor: 51,96
Devedor: VERANILZE ALMEIDA DE SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485823 - Título: NP/A144121 - Valor: 87,91
Devedor: VERANILZE ALMEIDA DE SOUZA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485536 - Título: DMI/124.160Q2664/01 - Valor: 3.056,36
Devedor: VIMAC COMERCIO E SERVICO LTDA
Credor: RIBEIRO CAMPOS EMPREEN. IMOBILIARIOS LTDA

Prot: 485973 - Título: DMI/000012403B - Valor: 8.221,55
Devedor: VINICIO JOSE NASCIMENTO SILVA
Credor: NATURAL OLEOS VEGETAIS ALIM. L

Prot: 485678 - Título: NP/A143992 - Valor: 60,95
Devedor: WESLLEY BRUNNO LIMA DE OLIVEIRA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485917 - Título: NP/A149115 - Valor: 111,92
Devedor: WILCLEA DA SILVA RIBEIRO
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 486333 - Título: DVM/063437/C - Valor: 760,40
Devedor: WILRADAN COM E REPRESENTAÇÃO LTDA
Credor: MAXLOG IMP. E EXP. LTDA

Prot: 485905 - Título: NP/A144353 - Valor: 64,96
Devedor: WYLLAMKERMES COSTA SOUSA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

Prot: 485940 - Título: NP/A145652 - Valor: 126,60
Devedor: YASMIN COUTINHO DA SILVA
Credor: E. PEREIRA DE AQUINO - ME (A IDEAL MODAS)

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados intimados para no prazo legal, a contar da data de protocolização do título, vir pagar o valor dos mesmos neste Tabelionato, ou manifestarem suas recusas. Boa Vista, 28 de abril de 2015. (405 apontamentos). Eu Deusdete Coelho Filho, Tabelião o fiz digitar e assino.